

Audria Albuquerque Leal

**A ORGANIZAÇÃO TEXTUAL DO GÊNERO *CARTOON*:
ASPECTOS LINGUÍSTICOS E CONDICIONAMENTOS NÃO
LINGUÍSTICOS**

**Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários
à obtenção do grau de Doutor em Linguística – Teoria do Texto
– realizada sob a orientação científica da
Professora Doutora Maria Antónia Coutinho**

Apoio financeiro da FCT no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

Março, 2011

Declaro que esta Tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente.
O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas
no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Audria Albuquerque Leal

Lisboa, de de

Declaro que esta Tese se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a
designar.

A orientadora,

Maria Antónia Coutinho

Lisboa, de de

Audria Albuquerque Leal

A organização textual do gênero *cartoon*: aspectos linguísticos e condicionamentos não linguísticos.

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em (Linguística – Teoria do Texto), realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Antónia Coutinho.

Março, 2011

Ao António Grima Amaral, porque...

**“A minha luta é dura e regresso
com os olhos cansados
às vezes por ver
que a terra não muda,
mas ao entrar teu riso
sobe ao céu a procurar-me
e abre-me todas
as portas da vida.”
(Pablo Neruda)**

Agradecimentos

À **Fundação para a Ciência e Tecnologia** e à **Fundação Calouste Gulbenkian**, instituições portuguesas que apoiaram a minha pesquisa e reconheceram minha capacidade académica.

Ao **Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa**, instituição em que o projeto foi desenvolvido, pelo caloroso acolhimento e pelas boas condições de trabalho. Agradeço particularmente os Professores Doutores Clara Nunes Correia, Adriano Rodrigues e Fernanda Menéndez pela qualidade dos seminários e pelos diálogos que ampliaram o meu conhecimento.

À Professora Doutora **Maria Antónia Coutinho**, orientadora dessa investigação, pela generosidade intelectual, pelo carinho nas orientações e pela amizade em todas as horas e em todos os momentos.

Aos meus **colegas** e **amigos** Sthéfane, Matilde, Isabel, Carla, Camile, Camila, Rosa, Ana Caldes, Naseema, Lúcia, Noémia, Florência, pelas valiosas contribuições e apoio constante.

À **Mitó**, pela surpreendente amizade.

Aos **meus pais**, Veneziano e Maria das Neves, pelo amor e pelas lições de vida.

Aos **meus irmãos**, António, Xênia e Helmã, pela paciência e por acreditarem na minha capacidade,

A **Deus**, por Seu amor incondicional;

Resumo

PALAVRAS-CHAVE: gênero textual, *cartoon*, linguagem não verbal, práticas sociais

Esta tese, que se insere na linha de investigação *Teoria do Texto*, fundamenta-se em dois pressupostos principais: 1) O texto, como atividade global da comunicação, é produto da interação humana, na qual estarão em jogo, para além dos aspectos linguísticos, fatores sociais, culturais e históricos; 2) O texto, enquanto foco de análise, é tomado como unidade num correspondente empírico/linguístico que convoca produções verbais e outras unidades semióticas.

Partindo desses pressupostos, o objetivo dessa investigação é descrever o gênero textual *cartoon*, caracterizando-o funcional e formalmente, no contexto de uso sócio-histórico da língua. O quadro teórico-metodológico adotado é do interaccionismo sociodiscursivo (ISD) proposto por Bronckart (1999; 2008) que procura analisar os textos levando em conta a primazia das práticas. Para atingir o objetivo proposto, foi criado um modelo de análise que integra a vertente da recepção textual ao modelo teórico e metodológico do ISD e, também, a interação entre o sistema linguístico e os elementos não verbais. Com esse intuito, utilizamos, entre outras, as contribuições de autores como Kress e van Leeuwen (2006) criadores da *Gramática do Design Visual*.

Se é um fato que na sociedade contemporânea existe cada vez maior influência de diferentes elementos semióticos na comunicação, deixou de ser possível compreender a organização textual no seu todo sem examinar a forma como os elementos não linguísticos condicionam o linguístico. Para tal, escolheu-se o *cartoon* como o exemplo de um gênero verbal/não verbal, no intuito de ampliar o modelo criado pelo ISD, dando-lhe uma vertente semiótica e, deste modo, fornecendo um contributo significativo para o estudo da construção da linguagem.

Résumé

MOTS-CLES : genre textuel, dessin de presse, langage non verbal, pratiques sociales

Cette thèse qui s'inscrit dans la Théorie du Texte part de deux hypothèses : 1) le texte - en tant qu'activité globale de communication - est un produit de l'interaction humaine, dans laquelle sont en jeu des facteurs sociaux, culturels et historiques, au-delà des aspects linguistiques ; 2) le texte - en tant qu'objet d'analyse - est considéré comme une unité dans un correspondant empirique/linguistique qui convoque des productions verbales et d'autres unités sémiotiques.

Partant de ces hypothèses, l'objectif de cette recherche est de décrire le genre textuel dessin de presse, tout en le caractérisant fonctionnellement et formellement dans le contexte d'utilisation socio-historique de la langue. Le cadre théorique méthodologique adopté est celui de l'interactionisme socio-discursif (ISD) proposé par Bronckart (1999; 2008), qui cherche à analyser les textes en tenant compte de la prédominance des pratiques. Pour atteindre notre objectif, un modèle d'analyse a été créé. Celui-ci intègre au modèle théorique et méthodologique de l'ISD le versant de la réception textuelle ainsi que l'interaction entre le système linguistique et les éléments non verbaux. En ce sens, nous recourons, entre autres, aux contributions de la *Grammaire du Design Visuel* de Kress et van Leeuwen (2006).

Si c'est un fait que dans la société contemporaine il existe de plus en plus une influence de différents éléments sémiotiques dans la communication, il n'est plus possible de comprendre l'organisation textuelle dans sa globalité sans examiner comment les éléments non linguistiques conditionnent le linguistique. En ce sens, le *dessin de presse* a été pris comme exemple de genre verbal/non verbal, avec l'idée d'élargir le modèle créé par l'ISD, en lui donnant une dimension sémiotique et, de cette manière, contribuer de manière significative à l'étude de la construction du langage.

Abstract

KEYWORDS: textual genre, *cartoon*, non verbal language, social practices

This thesis, in the framework of Text Theory research, is based on two key assumptions: 1) The text, as a global communication activity, is a product of human interaction, where, besides linguistic aspects, social, cultural and historical factors are also at stake; 2) The text, being focused for analysis, is taken as a unit in an empiric/linguistic correspondent, that demands verbal productions and other semiotic units.

Taking into account these assumptions, the goal of this research is to describe the textual genre *cartoon* and to characterize it from a functional and formal point of view, in the context of socio-historical use of language. The theoretical and methodological framework used is the Socio-Discursive Interactionism (SDI) proposed by Bronckart (1999; 2008), which seeks to analyze the text taking into account the priority of practice. To achieve the goal proposed, it was created an analysis model that integrates the aspect of textual reception to the methodological and theoretical model of the SDI, as well as the interaction between linguistic system and non-verbal elements. With this aim, we use, among others, the contributions from authors such as Kress and van Leeuwen (2006), the creators of the *Grammar of Visual Design*.

If it is a fact that in contemporary society there is a more and more increasing influence of different semiotic elements in communication, it is no longer possible to understand the whole textual organization without examining how non linguistic elements affect the linguistic ones. For this purpose, we chose the *cartoon* as an example of a verbal/nonverbal genre, in order to extend the model created by the SDI, giving it a semiotic dimension and thereby providing a significant contribution to the study of language construction.

ÍNDICE

Aspectos introdutórios	17
1. Área de investigação: delimitando fronteiras	17
2. Projeto de investigação	24
2.1. Proposta de trabalho	24
2.2. O <i>cartoon</i>	26
2.3. Constituição do <i>corpus</i>	28
2.4. Organização da tese	30
 Capítulo I: Gêneros textuais: definição e linhas de pesquisa	 33
1. Os gêneros	33
1.1. Contribuições de Voloshinov : a perspectiva sócio-histórica.....	35
1.1.1. Visão de língua e linguagem	36
1.1.2. Gêneros como enunciados sócio-históricos	40
1.2. Perspectiva do Interacionismo Sociodiscursivo	43
1.2.1. Noção de gênero textual do ISD.	44
2. Visão global sobre os estudos dos gêneros.....	47
2.1. Estudo do gênero em língua inglesa.....	50
2.1.1. Carolyn Miller: gênero como artefato cultural.	50
2.1.2. Charles Bazerman: contribuição da noção de sistema de gênero e sistema de actividades	53
2.1.3. John Swales: noção de comunidade discursiva	58
2.1.4. Perspectiva da Linguística Sistemico- Funcional: noção de gênero e de registro.....	61
2.1.5. Perspectiva da Análise Crítica do Discurso : relações sociais de poder	67
2.2. Estudo do gênero em língua francesa.....	72
2.2.1. Perspectiva discursiva de Dominique Maingueneau: contrato, papel e jogo	72
2.2.2. Perspectiva de Jean-Michel Adam: gêneros de discurso	77
3. Afinal, o que são gêneros textuais?.....	79

3.1. Gênero: uma questão de <i>status</i> e controlo social.....	87
3.2. Gêneros na relação fala-escrita.....	90
3.3. Gêneros de texto ou gêneros de discurso ?	91
Capítulo II: Interacionismo sociodiscursivo	95
1. O percurso “bronckartiano”	96
2. Tese central do ISD	97
3. Pressupostos epistemológicos	100
3.1. Concepção de língua e linguagem no ISD.....	102
3.2. Explicando ação e atividade de linguagem.....	109
3.3. Enquadramento psicológico do ISD.....	111
4. Estatuto dos textos no ISD: ação de linguagem	114
5. Modelo de análise do ISD	115
5.1. Situação de ação de linguagem	117
5.1.1. Contexto de produção.....	119
5.1.2. Contéudo temático	120
5.2. Arquitetura interna dos textos	121
5.2.1. Infraestrutura	122
5.2.1.1. Organização temática	124
5.2.1.2. Organização discursiva	127
5.2.2. Mecanismos de textualização	143
5.2.2.1. Conexão	143
5.2.2.2. Coesão Nominal	144
5.2.2.3. Coesão Verbal	144
5.2.3. Mecanismos enunciativos	147
5.2.3.1. Distribuição das vozes	149
5.2.3.2. Atribuições modais	150
Capítulo III: Construção de um modelo de análise semiótico sociointeracional	
.....	159
1. Recepção textual	160
2. Linguagem não verbal	165

2.1. Semiótica social e os textos multimodais	168
2.2. Gramática do Design Visual.....	174
2.2.1. Participantes	177
2.2.2. Função representacional	179
2.2.2.1. Representações narrativas	179
2.2.2.2. Representações conceituais	186
2.2.3. Função interativa	189
2.2.4. Função composicional	197
3. Para um modelo de Análise Semiótico Sociointeracional	201
3.1. Ação de linguagem: contexto de produção, recepção e conteúdo temático	201
3.2. Arquitetura Interna dos Textos: inclusão do não verbal.....	205
3.2.1. Organização Temático-representacional	206
3.2.2. Organização Interacional	209
3.2.3. Organização Estrutural	210
3.2.4. Visão de conjunto	212
Capítulo IV: Análise do gênero textual <i>cartoon</i>	215
1. Publicação	216
2. Dimensão praxiológica do <i>cartoon</i> : gênero em tríade.....	219
2.1. Imagem.....	220
2.2. Temática	222
2.3. Humor	223
3. Apresentação do contexto: dois planos de interlocução	224
3.1. Primeiro plano de interlocução.....	225
3.2. Segundo plano de interlocução	229
4. Levantamento do conteúdo temático	231
5. Análise da organização textual	235
5.1. Organização temático-representacional.....	236
5.1.1. Configuração faseada	240
5.1.2. Configuração não faseada	260
5.1.2.1. O caso da dupla temática	264

5.1.2.2. Grau zero dos tipos de discurso	269
5.2. Organização interacional	273
5.2.1. Interação no primeiro plano de interlocução	275
5.2.2. Interação entre o primeiro e o segundo plano de interlocução	281
5.2.3. Interação no segundo plano de interlocução	285
5.3. Organização estrutural	298
5.3.1. Estruturação faseada	300
5.3.2. Estruturação não faseada	306
5.4. Visão de conjunto	311
6. Para resumir: O estilo do autor no gênero cartoon	316
6.1. O Estilo de Luís Afonso	317
6.2. O Estilo de Miguel em Coisas Públicas	321
6.3. O Estilo de Vasco	322
6.4. O Estilo de José Santos	323
6.5. O Estilo dos <i>cartoons</i> no <i>Inimigo Público</i>	324
6.6. O Estilo de Bandeira: Cravo e Ferradura	329
6.7. O Estilo de José Carlos Fernandes	332
6.8. O Estilo de Carlos Laranjeiras	333
Conclusão	337
Bibliografia	345
Anexos	357

Aspectos introdutórios

"Minha pátria é minha língua"
(Caetano Veloso)

1- A área de investigação: delimitando fronteiras

Atualmente, é consensual a ideia que a nossa comunicação é feita através de textos e que, desse modo, os estudos da linguagem não podem prescindir de uma análise textual. Contudo, o caminho para chegar a essa conclusão foi longo e, de certo modo, desafiador. Passaram-se mais de trinta anos desde que o texto passou a ser reconhecido como um elemento fundamental pelos estudiosos. Sem dúvida, tal facto deve-se a um esforço teórico na busca de perspectivas e métodos que se diferenciasssem dos postulados da linguística estrutural e da gerativista, procurando ir além dos limites da frase e respondendo a questões sobre o sujeito e a situação de comunicação até então não respondidas pelos estudos ligados à frase. Aliás, podemos destacar o estudioso alemão Harald Weinrich, entre outros, como defensor, em meados dos anos sessenta, de uma linguística voltada para o estudo do texto. Desde então, os estudos textuais têm percorrido um caminho que avança cada vez mais na compreensão do processo da comunicação humana.

Ao fazer uma retrospectiva sobre o caminho percorrido pela linguística textual, Koch (1997), no seu texto *Linguística Textual: retrospecto e perspectivas*, assume claramente a posição de Conte (Koch,1997) ao distinguir três momentos fundamentais na passagem dos estudos sobre a frase à atual linguística do texto: o da *análise*

transfrástica, o das *gramáticas textuais* e o da *teoria do texto*. Não obstante, Koch (1997) distancia-se de Conte (1977) ao considerar que a distinção não é apenas de ordem tipológica, mas igualmente cronológica. Aceitamos o ponto de vista de Koch (1997). Desse modo, podemos concluir que esses momentos abarcam não só as perspectivas teóricas pela qual a linguística textual passou como também o seu desenvolvimento ao longo desses trintas anos.

Para percebermos a passagem de um momento para o outro é necessário ter em mente que, à medida que os estudos avançavam, descobriam-se questões que não obtinham respostas nas análises formuladas. Também, é necessário lembrar que há uma noção de *texto* ligado a cada um desses momentos. Segundo Koch (1997), o primeiro começa quando percebe-se a necessidade de ultrapassar os limites da frase para poder encontrar respostas para fenómenos que não conseguiam ser explicados pelas teorias sintáticas e/ou semânticas que iam até ao nível da análise frásica. É o caso, por exemplo, da co-referenciação que só pode ser compreendida e explicada no interior do texto justamente por esse caso extrapolar os limites da frase. Assim, procurou-se não só encontrar regras que explicassem o encadeamento de sentenças como também ampliá-las no sentido de englobar sequências maiores de frases. Surge, desse modo, a análise transfrástica que define o texto como “sequência pronominal ininterrupta” (Harweg, 1970 apud Koch, 1997:68) ou “sequência coerente de enunciados” (Isenberg, 1970 apud Koch, 1997:68) e que tenta explicar uma série de factos já estudados no nível setencial, como a conexão entre orações, a relação tópico-comentário entre outros, ampliando-os para além da sentença. Fazem parte dessa maneira de estudarem o texto autores da linha teórica estruturalista e da linha gerativista.

O segundo momento surge, de acordo com Bentes (2001:249), quando foi necessário explicar os casos em que a construção do sentido global do enunciado dependia do conhecimento intuitivo do leitor acerca das relações a serem estabelecidas entre as sentenças. Além disso, pesa o facto de perceberem que nem todo texto apresenta fenómenos do tipo da co-referenciação. Questões como essas mostraram que as tentativas na elaboração de uma análise transfrástica que desse conta de um estudo de textos foram insatisfatórias e acabaram, segundo Koch (1997), sendo abandonadas. Nasce, assim, a ideia de elaborar uma gramática textual que respondesse a casos não

explicados pela gramática sentencial. Partilharam dessa tarefa autores estruturalistas como Weinrich e autores seguidores da Gramática Gerativa como é o caso dos trabalhos de Van Dijk no início da década de setenta, de Dressler (1972,1977), de Lang (1971,1972) e de Petöfi (1972,1973 e 1976)¹.

Abandona-se, assim, a análise que vai da frase para o texto, conhecido como método ascendente. Adota-se a ideia que é da unidade mais altamente hierarquizada, o texto, que se pode analisar as unidades menores, partindo de uma identificação dessas unidades fragmentadas até a sua classificação. Contudo, sabe-se também que esse tipo de análise só é possível se não se perder de vista a função textual dos elementos individuais. Assim, nas palavras de Koch (1997:69),

O texto, visto como unidade linguística hierarquicamente mais elevada, constitui, portanto, uma entidade do sistema linguístico, cujas estruturas possíveis em cada língua devem ser determinadas pelas regras de uma gramática textual.

É o caso, por exemplo, da gramática postulada por Petöfi “em que o léxico, com as suas representações semânticas intencionais, desempenha um papel de destaque” (Koch, 1997:69). Este modelo de gramática “torna possível: a) a análise de textos, isto é, a atribuição, a uma manifestação linear, de todas as bases textuais possíveis; b) a síntese de textos, ou seja, a geração de todas as possíveis bases textuais; c) a comparação de textos, visando, inclusive, o estabelecimento de tipologias textuais.” (Koch, 1997:69). Outro ponto importante dessa linha de pensamento é a noção de competência textual. Os falantes possuem capacidades textuais básicas que os tornam aptos a reconhecer um texto, a parafraseá-lo ou resumi-lo e a tipificá-lo. Fávero & Koch (apud Bentes, 2001) notam que, para os autores que pertencem a esse segundo momento, esses conhecimentos básicos por si só já justificariam a elaboração de uma gramática do texto.

No entanto, Koch (1997:69) afirma que o projecto de elaboração de uma gramática textual que pudesse dar conta de regras capazes de descrever *todos e apenas*

¹ Todos esses autores foram citados no trabalho de Koch (1997) já aqui referido e em Bentes (2001).

todos os textos possíveis de uma língua natural tornou-se por demais ambicioso e, com isso, inviável e pouco produtivo. Assim, em meu entender, a fase do terceiro momento inicia-se não só com estas questões que não conseguiam solucionar, mas principalmente, com o declínio da influência do gerativismo. Bentes (2001:251), embora reconhecendo que o projecto de uma gramática textual havia se revelado pouco produtivo, defende que essa fase possibilitou um abrir de portas para “investigar a constituição, o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos em uso”. Nasce, desse modo, no terceiro momento, uma *teoria do texto*. Nessa linha de pensamento, o texto é analisado dentro do seu contexto pragmático, ou seja, o espaço da pesquisa estende-se do texto ao contexto, abarcando o momento de produção e recepção, como também às questões relativas à interpretação textual.

Essa tendência atual nos estudos da linguagem tem procurado considerar todos os aspectos ligados a capacidade humana de interagir através de um objeto multifacetado: o texto. Desse modo, Koch (1997:74) declara:

Com o desenvolvimento cada vez maior das investigações nas áreas de cognição, as questões relativas ao processamento de textos, em termo de produção e compreensão, à representação do conhecimento na memória, aos sistemas de conhecimentos postos em ação por ocasião do processamento, às estratégias sociocognitivas e interacionais nele envolvidas, entre muitas outras, vêm ocupando o centro dos interesses de diversos estudiosos do campo.

Assim, dentro dessa perspectiva, o texto é considerado como atividade mais global de comunicação indo além do verbal, já que este constitui apenas uma parte do processo de comunicação humana. Nesta última vertente, a produção textual é vista não só como atividade mental, mas também como produto da interação humana em que estarão em jogo ações sociais, culturais e históricas na sua ação comunicativa. Faz parte desse terceiro momento autores como Heinemann & Viehweger (1991), Nussbaumer (1991)², Adam (1990 e 1999) Dolz e Shneuwly (1998), Bazerman (2000), Marcuschi (1983 e 2005), Koch (1997 e 2002), Van Dijk (1997), Bronckart (1999), Coutinho (2005) entre outros.

² Autores citados em Koch (1997).

Outro ponto interessante a destacar é a grande preocupação que os pesquisadores desse último momento vêm dando à questão das tipologias textuais, sob o enfoque dos gêneros textuais. A análise dos gêneros textuais é uma área de pesquisa relativamente recente no campo dos estudos dos textos e dos discursos. O interesse por essa problemática encontrou o seu momento oportuno quando os teóricos da linguagem passaram a se preocupar com o estudo das interações humanas (cf, Bhatia, 1997). É sabido que a expressão “gênero” esteve na tradição dos estudos ocidentais inserida dentro das pesquisas sobre os gêneros literários. Mas, foi em meados do século XX, quando os estudos sobre o texto ganham expressão, que essa noção é alargada para os estudos da linguagem. No início, havia apenas a preocupação em denominar uma tipologia para os textos. No final da década de 60, Hugo Steger, liderando o grupo de Freiburg, apresenta os textos que iniciarão o pensamento para abordar a tipologia dos gêneros textuais (Marcuschi, 2000:05). Atualmente, esse interesse e as suas respectivas aplicações não são mais restritivo a um campo específico de investigação - que apenas se preocupava com a classificação dos textos - mas tem procurado desenvolver uma perspectiva abrangente na busca de respostas para entender o homem e seus comportamentos.

Com efeito, foi a partir dos avanços nos estudos da linguística textual que percebeu-se dois pontos essenciais sobre o texto e o discurso: o primeiro é a noção clara de que o homem se comunica por intermédio dos textos (cf. Marcuschi, 2002; Bronckart, 1999; 2008; Adam, 2008, Rastier, 2001; entre outros) e o segundo é a de que esses textos trazem uma “roupagem” reconhecida histórica e socialmente, de difícil classificação a que se denomina “gêneros”. Cientes desses dois pressupostos, os estudiosos começaram a levantar indagações sobre o papel dos gêneros nas sociedades. Surge, desse modo, a preocupação em efetuar pesquisas com o propósito de perceber o que são os gêneros, como atuam na sociedade e o que faz com que os reconheçamos. O processo inerente à procura dessas respostas conduz a clarificar não só os aspectos comunicativos do discurso das comunidades mas também perceber que estratégias os membros dessas comunidades empregam para interagirem entre si (cf. Bhatia, 1997).

Bhatia (1997) esclarece esse ponto apresentando, em seu artigo intitulado *Genre Analysis Today* (Bhatia, 1997:630), uma panorâmica contundente dos estudos sobre os gêneros na atualidade. Esse autor afirma que o interesse em perceber a forma como uma comunidade específica usa a linguagem, por exemplo, leva os pesquisadores, inevitavelmente, a se confrontarem não só com aspectos sócio-culturais mas também com factores cognitivos. Muitos desses caminhos vão chegar até uma “moldura” na qual a linguagem é colocada. É através desse processo que se conclui serem os gêneros o motor propulsor das ações comunicativas do homem e que a sua existência funda-se nas necessidades de comunicação (cf. Marcuschi, 2002). Tal pensamento origina uma atração para o estudo ou análise do gênero hoje. Segundo Bhatia (1997:629), a própria natureza do gênero é multidisciplinar, extrapolando o sistema linguístico. Como afirma Marcuschi (2000:05), ao considerar “os gêneros como eventos comunicativos, a ênfase da análise não recairá nos traços formais nem nas propriedades linguísticas mas na sua funcionalidade sócio-comunicativa”. Desta forma, a noção de gênero transplanta os aspectos puramente linguísticos, perpassando por diversas áreas do conhecimento como sociologia, psicologia, entre outras. Segundo Bazerman (2005:31)

A definição de gêneros como apenas um conjunto de traços textuais ignora o papel dos indivíduos no uso e na construção de sentidos. Ignora as diferenças de percepção e compreensão, o uso criativo da comunicação para satisfazer novas necessidades percebidas em novas circunstâncias e a mudança no modo de compreender o gênero com o decorrer do tempo.

Hoje podemos afirmar que o estudo do gênero está, de fato, mais alargado. Os investigadores que trabalham a linguagem estendem as suas pesquisas genericas desde a descrição dos componentes do gênero até o estudo da sua função social, bem como a implicação dessa função na análise do discurso, unindo, desse modo, diversas áreas de investigação. O conceito já estabelecido segundo o qual nos comunicamos através de textos e que a realização deles se manifesta por meio de gêneros textuais (cf. Marcuschi, 2000) impulsiona essas pesquisas. Portanto, parece-nos claro que estudar o gênero é também interpretar as ações comunicativas de uma determinada sociedade, ou seja, entender o gênero é perceber como o homem atende as suas necessidades comunicativas,

como atua e se organiza na sociedade. Provavelmente, esse é um dos principais factores para a corrente popularidade das análises genéricas no campo dos estudos linguísticos sobre os textos e os discursos.

É com esta última perspectiva que nos identificamos. Por conseguinte, seguimos a linha interacionista sócio-discursiva (ISD) proposta por Bronckart (1999, 2006, 2007, 2008). Nessa perspectiva, a noção de texto refere-se a toda e qualquer produção de linguagem situada, oral ou escrita. Assim, o ISD procura analisar os textos levando em conta a primazia das práticas (cf. Bronckart, 2006:137). Além disso, para esta perspectiva, os textos implicam, na sua organização e no seu funcionamento, operações cognitivas e realizações linguísticas que dependem das escolhas do agente. Entre essas Bronckart (2006) põe em destaque o gênero como modelo de texto que é adotado e adaptado pelo produtor a uma situação comunicativa, e também os tipos de discurso como exteriorizações linguísticas infraordenadas em relação ao gênero, indicando o tipo de relação existente entre o mundo discursivo construído no texto e o mundo comum do produtor.

O destaque atribuído à perspectiva do ISD não impedirá o recurso a contribuições de outros autores de modo a complementar o modelo de análise escolhido. Tendo em conta, em particular, que esse modelo não abarca determinados aspectos envolvidos na produção textual, como, entre outros, os factores icónicos e semiográficos, procuraremos problematizá-lo e, com isso, enriquecê-lo com contribuições de outros autores que consolidam e estruturam a nossa perspectiva. Uma das contribuições para a nossa pesquisa parte da *semiótica social* proposta por Kress (2001,1996). Um dos pontos fundamentais da teoria de Kress é de que os elementos linguísticos e não-verbais devam ser estudados em conjunto. Para o autor, é necessário analisar a forma como a linguagem verbal interage com os elementos não verbais e a forma como eles se articulam nos textos, funcionando como ancoragens para leituras ideologicamente marcadas. Nessa vertente, cabe uma noção de texto que converge com a perspectiva do ISD.

Mediante todas essas contribuições históricas e essenciais à evolução do estudo da linguística, assumimos que temos a preocupação em considerar todos os aspectos envolvidos na ação comunicativa. Enquanto foco de análise, o texto será aqui tomado como unidade num correspondente empírico/linguístico que convoca não só produções verbais orais ou escritas, mas também, outras unidades semióticas. Aderimos, pois, a uma análise linguística de textos na qual procuramos considerar todos os elementos que compõem o seu objecto de estudo. Concordamos com Marcuschi (1983) quando afirma que a análise linguística de textos deve tratar o seu objeto de estudo como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. Reiteramos ainda que não é exequível pensar numa análise lingüística dos textos, dentro dos princípios da *Teoria Textual*, sem levar em consideração elementos exteriores aos dados ou fatos lingüísticos analisados, visto que a consideração de uma análise dos elementos isoladamente não é suficiente para a total compreensão e estudo do fenômeno da linguagem. Porque os que procuram analisar os elementos descontextualizados atentam apenas para a forma e não consideraram todos os aspectos envolvidos na produção e interpretação textuais. Lembremos, pois, que não existem apenas frases, mas textos únicos e efetivamente produzidos, influenciados pelo momento social e cultural.

2- Projeto de investigação

2.1 - Proposta de trabalho

Considerando o que foi dito anteriormente, quando se volta a atenção para o conhecimento sócio-comunicativo dos falantes, observa-se que a realização da função comunicativa se dá a partir de um determinado gênero. Seja escrever uma carta ou fazer uma palestra, em primeiro lugar está a escolha do gênero juntamente com as suas implicações comunicativas. Isso já foi aqui assinalado, na página 7, quando evidenciamos que Bronckart (1999), ao esclarecer os processos psicológicos envolvidos

na produção textual, assinala que, em primeiro lugar, o agente se depara com a escolha do gênero.

Esta ideia configura-se como o aspecto central desse trabalho. Já ressaltamos a importância do estudo dos gêneros nas análises sobre a linguagem. Esclarecemos igualmente que diferentes gêneros fazem intervir aspectos não linguísticos que interagem com os níveis linguísticos. É o caso, por exemplo, de textos como os *cartoons*, os *outdoors*, as *propagandas*, entre outros. Sendo os fatores icônicos e semiográficos parte constitutiva desses gêneros, ao proceder à sua análise, é necessário, também, relacionar a interação entre o sistema linguístico e outros sistemas semióticos em presença, vinculando essa relação às regularidades nas esferas de atividades humanas. Desse modo, podemos vincar que a nossa pesquisa se fundamenta em dois pressupostos: 1) assumimos que o texto, como atividade global da comunicação, é produto da interação humana em situação de comunicação na qual estarão em jogo, para além dos aspectos linguísticos, fatores sociais, culturais e históricos. 2) É necessário estudar os gêneros textuais em sua vertente verbal e não verbal, procurando congregá-las, para compreender o funcionamento comunicativo dos textos.

Partindo destes pressupostos, propomos descrever o gênero *cartoon*, caracterizando-o funcional e formalmente, no contexto de uso sócio-histórico da língua. Assim, apontamos como objetivo geral identificar, a partir da análise do *corpus*, regularidades do gênero *cartoon*, investigando, como resultado final, o conjunto das operações de linguagem que o constitui, e quais as operações envolvidas na leitura e interpretação. Através desse processo, procuraremos dar um contributo significativo numa análise que focalize não apenas o verbal e o não verbal, enquanto elementos estanques, mas, essencialmente, dissecar a forma como os elementos não linguísticos condicionam os linguísticos e a organização textual. Dito de outro modo, é nosso propósito buscar a possível interação entre ambos e a sua relevância na organização dos textos. Para tal, definimos como objetivos específicos: descrever os contextos de produção e recepção dos *cartoons* que compõem o *corpus* dessa tese; analisar a organização interna desses *cartoons*, isto é, identificar a infra-estrutura geral dos textos, os mecanismos que respondem pela estruturação e os mecanismos responsáveis pelos processos de interação; e, principalmente, repensar o modelo de análise do ISD,

procurando integrar a vertente relativa à interpretação (que o modelo não desenvolve) e dar conta da funcionalidade de aspectos relevantes característicos do gênero textual em análise como a presença de elementos não linguísticos. Também destacamos que, para atingir esses objetivos, criamos um modelo de análise que integra ao modelo teórico e metodológico do ISD essas duas vertentes: a da recepção textual e, também, a da interação entre o sistema linguístico e os elementos não verbais. Com esse intuito, utilizamos, entre outras, as contribuições de autores como Kress e van Leeuwen (2006) criadores da Gramática do Design Visual, na nossa procura em desenvolver um modelo que abarcasse tanto as questões de organização textual como os pressupostos epistemológicos defendidos pelo ISD.

2.2 - O *Cartoon*

A escolha desse gênero como objeto de estudo baseia-se em duas razões principais. A primeira é que o gênero *cartoon* cabe nos objetos de análise dentro das perspectivas atuais da Teoria do Texto, de acordo com o que foi referido nos pontos anteriores, não havendo ainda trabalhos significativos nesse âmbito. A segunda é o fato de que, na produção do *cartoon*, se utiliza como elemento chave a composição não-verbal, podendo verificar-se ou não a presença da linguagem verbal. Inclusive, é a presença da imagem – com características específicas, que serão objecto de análise detalhada – que faz com que esse gênero seja reconhecido como tal. Vale a pena salientar que é o funcionamento da parceria entre o não-verbal e o verbal que permite recuperar os parâmetros da situação de ação da linguagem em curso, trazendo informações sobre personagens, grupos ou instituições e sua relação com o contexto em que estão inseridos. Desse modo, compreender o funcionamento comunicativo do *cartoon* implica descrever as relações que se estabelecem entre parceiros numa dada interação, bem como caracterizar outros parâmetros do contexto físico e subjetivo e identificar os recursos formais da língua através das quais esta interação se manifesta.

Rabaça e Barbosa (2002:112), no *Dicionário de Comunicação*, definem *cartoon*³ como uma anedota gráfica que tem o objetivo de levar ao riso por meio de uma “crítica mordaz, satírica, irônica e principalmente, humorística, do comportamento do ser humano, das suas fraquezas, dos seus hábitos e costumes”. Segundo esses autores, na composição do *cartoon*, podem ser colocados balões, subtítulos, onomatopeias e a divisão da cena em quadros, à semelhança das histórias em quadrinhos. Ainda esclarecem (1978) que o *cartoon* é, no geral, de natureza política. Além disso, esses autores clarificam que é essencial o conhecimento prévio do leitor para a compreensão desse gênero.

O nome do gênero tem origem na palavra inglesa *cartoon* definida como pequeno cartão que contém imagem em escala passível de ser reproduzido. Só em 1841, passou a ser designado como imagem com conteúdo humorístico. Conta a história que o *cartoon*, com a definição de hoje, nasceu quando Príncipe Albert encomendou uma série deles para os novos murais do Palácio de Westminster. Esses *cartoons* foram alvos da crítica do povo inglês. Como reação, a revista da época *Punch* decidiu publicar seus próprios *cartoons* com o objetivo de parodiar a iniciativa da Corte. Nasceram, assim, os primeiros *cartoons* com humor. No entanto, a verdade é que a história do humor gráfico é ainda mais antiga. A sua origem tem sido alvo de estudos, tendo atualmente indícios de seu desenvolvimento durante a Idade Média.

No Brasil, o *cartoon* apresenta mais duas subdivisões: a *charge* e a *tira cómica*. Para Riani (2002), a principal diferença é o fato do *cartoon* ser considerado atemporal. Isto é, a compreensão é possível em qualquer tempo. Assim, os temas são mais gerais, sem fazer referência a um conteúdo temático específico, e, também, sem haver presença de personagens conhecidos no meio social, político e cultural. Já a *charge* traz temas baseados em fatos reais, atuais, que tenham acontecido recentemente na política, economia, cultura, etc. É possível encontrar um desenho de alguma personalidade reconhecida como, por exemplo, de um determinado político. No campo do humor gráfico, ainda é reconhecido pelo meio profissional da atividade humorística (como, por exemplo, exposições) uma terceira categoria, a *caricatura*. Nesse caso, a função é

³ Cartoon é o mesmo que Cartum. Essa segunda forma é adotada na escrita do português do Brasil, a partir de 1964.

retratar personalidades reconhecidas, privilegiando alguma característica física do indivíduo retratado, não havendo uso do verbal. No geral, os *cartoons* podem conter caricaturas. Em Portugal, não há subdivisões do gênero *cartoon*. Esse termo integra tanto a *charge*, como a *tira cómica*, como também a *caricatura*. Assim, a função comunicativa do *cartoon* na sociedade passa pela crítica humorística retratada como humor gráfico. Frisamos ainda que, no *cartoon*, sempre haverá imagem que pode estar aliada a textos verbais.

2.3 - Constituição do corpus

Como já foi sublinhado, a análise dos textos será feita com vista a evidenciar, sobretudo, a organização textual como um todo, procurando atestar a relação entre os diferentes planos de linguagem. Claro está que outros aspectos, como, por exemplo, a prosódia, ficarão por ser tratados uma vez que a riqueza que os textos possuem impossibilita dar conta de todos os ângulos relativos a uma análise linguística e, também, por temos optado privilegiar a relação entre o verbal e o não verbal. Além disso, esta pesquisa é de base qualitativa. Isto significa que, apesar de apresentarmos dados quantitativos sobre o *corpus*, eles não serão o foco principal na nossa análise. Interessa-nos compreender o gênero e seu funcionamento comunicativo. Também salientamos que a nossa pesquisa compreende um processo considerado como *descendente*. Isto é, partimos da atividade de linguagem até aos níveis considerados macrolinguísticos que são constituintes dos textos. Os exemplos escolhidos para análise detalhada procurarão ser representativos dos componentes organizacionais manifestados nesse gênero.

Para efetuar o levantamento do *corpus*, foi levada em consideração a noção de *cartoon* reconhecida e aceite socialmente, como também ter a sua publicação em um jornal escrito ou em algum suplemento desse jornal escrito. Isso porque com o advento de novas tecnologias, o *cartoon*, conhecido como um gênero jornalístico, passa a ser

publicado em veículos como a Internet e em jornais televisivos. Assim, o *corpus* dessa tese é composto de textos do gênero *cartoon* publicados em três jornais portugueses de tiragem diária: Público (P), Diário de Notícias (DN) e Correio da Manhã (CM), perfazendo um total de 142 *cartoons*. Destes, 54 foram publicados no jornal “*Público*”, 36 no jornal *Diário de Notícias* e 43 no jornal *Correio da Manhã*. Convém esclarecer que a escolha dos jornais deveu-se a três razões principais: a) os jornais terem publicações diárias; b) serem considerados como os três jornais diários mais conhecidos do país, tendo uma grande circulação nacional; e c) são jornais generalistas que versam sobre múltiplos temas da atualidade, indo da política e economia até o entretenimento. A recolha dos jornais foi levada a cabo de 15/01/2006 a 15/02/2006. Cabe clarificar que a escolha da data foi motivada pela tentativa de alcançar uma variedade temática, não correndo o risco de coletar *cartoons* que possam trazer um tema privilegiado em um determinado mês. Para uma melhor visualização dos textos coletados, damos uma apresentação geral, no quadro a seguir:

Quadro 1

Jornal	Publicação	Título	Quantidade	Autor
P	Diária	Bartoon	32	Luís Afonso
	Semanal: Revista Pública	Sociedade Recreativa	05	Luís Afonso
		Coisas Públicas	05	Miguel
	No suplemento Semanal: Inimigo Público (IP)	Desbanda	03	Nuno Saraiva
		Há vida em Markl	04	Nuno Markl
		TONN	04	António Jorge Gonçalves
		Salvo Erro	01	Filipe Homem Fonseca
	Semanal (no próprio jornal, mas em fins de semana)	Cartoon	03	Vasco
		-----	04	Luís Afonso
		Pooing!	02	José Santos
DN	Diária	Cravo e Ferradura	32	Bandeira
	inclusão em artigo	-----	04	José Carlos Fernandes
CM	Diária	Quiosque	32	Carlos Laranjeira
	Semanal: Revista Domingo	-----	04	Carlos Laranjeira
	Inclusão em artigo	-----	07	Carlos Laranjeira

Sobre o corpus assim constituído, foi efectuada uma triagem com o intuito de separar os *cartoons* que só contêm imagens daqueles que trazem também linguagem verbal. Isso porque, sendo a nossa pesquisa na área de linguística, interessa-nos centrar a análise apenas em *cartoons* que integram o verbal, na interação com o não-verbal. Desse modo, dos 142 *cartoons* recolhidos, que correspondem à data atrás mencionada, serão privilegiados 135, pois 7 só apresentam imagens. Importa, pois, dizer que as análises serão efetuadas a partir de um *corpus* tido como representativo. Assim, admitimos como hipótese dessa análise que, em gêneros como o *cartoon*, os diferentes processos de semiotização interagem entre si, para construir significado em todo coerente, possibilitando o funcionamento da comunicação humana. Portanto, compreender o funcionamento comunicativo do *cartoon* implica descrever as relações que se estabelecem entre parceiros numa dada interação, bem como caracterizar outros parâmetros do contexto físico e subjetivo e identificar os recursos formais da língua através das quais esta interação se manifesta.

2.4 – Organização da tese

A tese está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo, denominado de *Gêneros Textuais: definição e linhas de pesquisa*, tem por objetivo apresentar a noção de gênero, como também os seus diferentes campos de análise. Esse capítulo surge a partir da necessidade de clarificar a que é que nos referimos quando falamos de gênero textual, implicando uma tomada de posição sobre um objeto de estudo com diferentes perspectivas teóricas. Desse modo, dividimos em três partes: a primeira, que tem como título, *Os Gêneros*. Trata-se de uma introdução sobre a perspectiva linguística de gêneros. A segunda parte, *Visão global sobre o estudo dos gêneros textuais*, procura elucidar algumas das importantes contribuições para o estudo dos gêneros. Nesse sentido, buscamos mostrar as principais implicações teóricas-metodológicas, encontradas nos estudos da língua inglesa e nos da língua francesa, de forma a discutir essas mesmas implicações no desenvolvimento da teoria sobre o gênero. A terceira

parte, *Afinal, o que são os gêneros textuais?*, apresenta a definição de gênero, procurando esclarecer a complexidade relacionada com a noção, bem como agenciando o evidente carácter praxiológico do objeto de estudo.

No segundo capítulo, propomo-nos apresentar as concepções do Interacionismo Sóciodiscursivo, tendo como principal teorizador o investigador Jean-Paul Bronckart (1999, 2006, 2008a e 2008b) que defende uma ciência integrada do humano, indo contra as posições do positivismo. Sabendo que a base teórica e metodológica que sustenta esta investigação está fundamentada nos pressupostos epistemológicos do ISD, esse capítulo surge com o objetivo de elucidar essa corrente teórica. Desse modo, procuramos organizá-lo em três momentos: o primeiro momento procura mostrar, numa visão geral, o que compreende o projeto ISD. Para isso, traçamos o percurso teórico do precursor Bronckart, bem como apresentamos a tese central do ISD, passando pelas correntes filosóficas que o influenciam até o seu enquadramento no campo psicológico. No segundo momento, mostraremos as noções de língua, texto e gênero na perspectiva do ISD. E, por fim, exporemos o modelo de análise proposto por Bronckart em 1999 e sua reformulação em 2008.

Contudo, apesar da adesão ao modelo do ISD, o gênero escolhido para análise congrega elementos como a linguagem não verbal e conteúdos temáticos altamente dependentes de conhecimentos inferenciais para a sua interpretação. Desse modo, o seu estudo levou-nos a uma reconstrução do modelo teórico do ISD, procurando contemplar temas até então considerados não prioritários, como a presença de imagens e a recepção textual, visto serem questões essenciais para a análise do *cartoon*. Assim, propomos, no terceiro capítulo, efetuar essa (re)construção do modelo de análise. Com esse objetivo, estruturamos o capítulo em três partes principais. A primeira concebe uma reflexão sobre a recepção textual, bem como o papel do interpretante e os processos envolvidos na interpretação dos textos. A segunda apresentará a noção de linguagem não verbal como um modo de semiotização que participa nos textos e, principalmente, que interage como o linguístico. Para isso, mostraremos as contribuições da Semiótica Social proposta por Kress & van Leeuwen (2006) que conceberam a Gramática do Design Visual (GDV) como uma ferramenta de análise válida nas pesquisas com textos multimodais. Por fim, a terceira parte incidirá sobre a proposta de construção do nosso

modelo de análise, denominado *Semiótica Sociointeracional*, que congrega dois quadros metodológicos: o do ISD e o da GDV. Essa proposta baseia-se em dois momentos principais. No primeiro momento, acrescentamos ao contexto a recepção textual; e, no segundo, adicionamos o estudo da semiótica à análise da arquitetura textual.

O quarto capítulo centra-se na aplicabilidade do modelo aqui proposto. Desse modo, é nesse capítulo que analisamos o *corpus* recolhido para o estudo do gênero *cartoon*. Para apresentar essa análise, dividimos o capítulo em seis partes. A primeira reflete sobre o âmbito da publicação do *cartoon*, de como se apresenta o seu suporte e o momento da publicação. Na segunda, as nossas preocupações centram-se na dimensão praxiológica do *cartoon* que é refletida nas características do gênero. A terceira parte abarca o modelo de análise na perspectiva da ação de linguagem. É nessa parte que fazemos o estudo do contexto e de seus parâmetros próprios, como também, na quarta parte, elaboramos o levantamento do conteúdo temático. Consequentemente, na quinta parte, procedemos à análise da dimensão organizativa da arquitetura textual, agenciando uma consolidação e estruturação da nossa própria perspectiva. Por fim, na sexta parte, procuraremos apresentar algumas das características estilísticas dos autores.

E por fim, na conclusão fazemos um apanhado geral dos principais resultados da pesquisa dessa tese e reiteramos o nosso posicionamento epistemológico. Procuramos, assim, realizar uma pesquisa que respondesse às questões de análise de gêneros textuais que congregam a linguagem não-verbal, procurando alicerçar uma teoria do agir pelos textos em sua vertente psicossocial. De fato, acreditamos que analisar o funcionamento dos *cartoons*, verificando como neles se estabelece a relação entre diferentes semiotizações, pode trazer esclarecimentos significativos sobre o funcionamento dos textos e das línguas – neste caso, dos textos produzidos em português europeu contemporâneo.

I - Gêneros textuais: definição e linhas de pesquisa

Neste capítulo, vou procurar clarificar a definição de gênero bem como verificar como esse conceito é visto nas diferentes linhas de pesquisa, seja nos estudos de língua inglesa, seja nos de língua francesa, procurando identificar algumas das importantes ferramentas usadas na literatura recente, e discutir as implicações dessas ferramentas no desenvolvimento da teoria sobre o gênero.

1- Os gêneros

Já na Antiguidade Clássica se reconhece uma preocupação com os gêneros textuais. Ao fazer um retrocesso sobre o pensamento acerca destes, encontramos uma preocupação em perceber questões ligadas a essa noção e um reconhecimento dessa problemática. Segundo o Dicionário de Análise do Discurso (Maingueneau & Charaudeau, 2006), o termo *gênero*, oriundo da tradição greco-latina, refere-se aos estudos dos gêneros literários, cuja problemática é inicialmente refletida por Platão em sua obra *República*. Esse autor elabora uma primeira classificação ao dividir os fazeres poéticos em *tragédia*, *épica* e *lírica*. A teoria sobre os gêneros surge, assim, com Platão,

mas será Aristóteles que irá sistematizá-la, delimitando-a ao campo literário. Aristóteles, a partir do trabalho de Platão, reformula essa classificação, distinguindo claramente os três gêneros *epopéia*, *tragédia* e *comédia*. Essa noção de gênero ligado ao estudo literário permanecerá por toda idade média, o renascimento e a modernidade até aos primórdios do século XX.

A problemática dos gêneros ligados ao discurso surge, no período de 1936 a 1938, a partir das reflexões de Bakhtin¹, no seu célebre estudo sobre a problemática dos romances de Dostoievski. No capítulo dedicado ao gêneros do discurso, esse autor lança os fundamentos da noção de gênero ligada a toda forma de enunciação. Contudo, a consolidação e divulgação dessa noção de gênero acontece na obra *Estética da Criação Verbal* (daqui para frente ECV). Segundo em ECV (ECV, 2000:279), os gêneros são “tipos relativamente estáveis de enunciados”. Essa concepção de gênero marcará profundamente os trabalhos posteriores da linguística que seguem a noção de língua e de discurso desse autor e do seu círculo de estudos. Voltarei a essa questão no próximo ponto.

Se, a partir dessa reflexão, a noção de gênero extrapola as fronteiras literárias, um nome que será importante para essa consolidação é o de Tzvetan Todorov (1978). Este autor russo, ligado aos estudos literários, assume a noção de gênero ligada à enunciação em seu livro *Gêneros do Discurso*. Nessa obra, o autor reafirma que a noção de gênero, *per si*, extrapola os limites do campo literário. Aliás, ele assume que, na própria literatura, já não é possível listar ou enquadrar os gêneros em “formas” rígidas e pré-estabelecidas (Todorov, 1978:47). Desse modo, já há nessa obra uma notação sobre a maleabilidade genérica como uma das características marcantes na noção de gênero. Na sua obra, Todorov (1978:49), ao indagar “o que é no fundo um gênero?” ressalta que:

¹ Segundo Bronckart (2008:76), os trabalhos de Bakhtin desenvolveram-se com base nas ideias de Voloshinov e que, principalmente, a análise dos *gêneros de discurso* bakhtiniana (1978,1984) é uma extensão e um desenvolvimento da teoria dos gêneros verbais de Voloshinov. Por esse motivo e por não ser assunto a ser discutido nessa tese, citaremos Voloshinov quando nos referirmos a obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* e o nome da obra *Estética da Criação Verbal* (ECV) quando formos discorrer sobre as noções dos gêneros do discurso, usualmente atribuídas ao Bakhtin.

À primeira vista, a resposta parece ser evidente: os gêneros são classes de textos. Mas semelhante definição dissimula mal, por trás da pluralidade de termos postos em jogo, o seu caráter tautológico (...) Mais do que multiplicar nomes, será necessário interrogar-nos sobre o conteúdo desses conceitos.

Assim, ao problematizar o conceito de gênero, reconhece a complexidade de seu enquadramento em categorias pré-estabelecidas. Segundo Todorov (1978:51):

Os gêneros são pois unidades que se podem descrever segundo dois pontos de vista diferentes, o da observação empírica e o da análise abstracta. Numa sociedade, institucionaliza-se a recorrência de certas propriedades discursivas e os textos individuais são produzidos e concebidos em relação à norma que constitui essa codificação. O gênero, literário ou não, não é mais do que essa codificação de propriedades discursivas.

De fato, é importante aqui salientar que não há dúvidas que Todorov estabelece uma ligação entre a noção de gênero e de discurso. Assim, esse autor mostra que adere ao pensamento encontrado em ECV, o que irá consolidar ainda mais fortemente os estudos sobre o gêneros em outros campos de conhecimento como o linguístico.

1. 1 – Contribuições de Voloshinov: a perspectiva sócio-histórica

Nas duas últimas décadas tem crescido a influência dos estudos de Voloshinov e do círculo, conhecido como o “círculo de Bakthin”, na linguística atual. As ideias desse autor tornam-se célebres ao dedicar grande parte do seu trabalho às reflexões sobre o funcionamento da linguagem. Suas perspectivas teóricas são muito bem recebidas por autores como Todorov que aderem a noção de gênero apresentada em ECV.

Podemos salientar dois aspectos fundamentais da sua teoria: o primeiro é o rompimento com os estudos clássicos do início do século e a segunda é a grande influência nos estudos linguísticos com novos conceitos de língua e de linguagem, cujas noções de *interação*, *dialogismo* e *ideologia* serão temas chaves. Não podemos deixar de notar que, para a linguística textual, a sua grande contribuição é, sem dúvida, a definição de gênero, trazendo-o para o campo dos estudos sobre a língua e a linguagem numa acepção social e histórica. Antes de expor a noção de gênero em ECV, mostrarei uma abordagem das concepções de *língua* e *linguagem* pensadas por Voloshinov.

1.1.1- Visão de *língua* e *linguagem*

Na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, fica patente a quebra com duas noções de linguagem. A primeira noção, que é situada na filosofia romântica, vê a língua ligada ao subjetivismo individualista que tem como base de orientação filosófica a concepção de língua como ato psicológico individual de carácter monológico. Com relação a essa primeira noção, Voloshinov (2002:121) afirma que:

A teoria da expressão subjacente ao subjetivismo individualista deve ser completamente rejeitada. O centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo.

A segunda noção de linguagem a que Voloshinov faz críticas contundentes é a do objetivismo abstrato. Essa corrente tem como base filosófica o racionalismo do séc. XVII, em que pensadores como o filósofo Descartes são reconhecidos pelas suas ideias positivistas. No quarto capítulo do livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Voloshinov (2002: 77-89) expõe o pensamento dessa corrente. Esse pensamento centra-se na ideia de língua enquanto sistema abstrato, convencional e arbitrário. Desse modo,

para proceder a uma análise linguística, é preciso centrar-se no sistema sincrónico e nas suas formas. Essa corrente procura explicar a língua por ela mesma. A língua, então, é considerada como uma rede de elementos em que cada um terá um valor funcional determinado. Este tipo de análise consiste em estudar as relações que unem esses elementos na tentativa de determinar esse valor funcional. Assim, procura-se uma análise lógica e fechada em si mesma. Desconsideram-se os valores ideológicos e a ligação entre o sistema da língua e sua inscrição histórica. Os principais representantes apontados por Voloshinov são F. Saussure (*Curso de Linguística Geral*), W. Leibniz, C. Bally.

Na sua crítica ao objetivismo abstrato, Voloshinov (2002: 95) afirma que:

Na prática viva da língua, a consciência linguística do locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular. Para o falante nativo, a palavra não se apresenta como um item do dicionário, mas como parte das diversas enunciações dos locutores A, B ou C de sua comunidade e das múltiplas enunciações de sua própria prática linguística.

Ao quebrar com essas duas correntes, Voloshinov lança novos fundamentos para uma concepção de língua inscrita historicamente e formada por processos sociais. Essa nova concepção de língua será a base da linguística pós-estrutural, das teorias sobre o discurso e o funcionamento da linguagem. Segundo as próprias palavras de Voloshinov (2002: 123):

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenómeno social da *interação verbal*², realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

² Grifo do autor

Nessa citação, há dois pensamentos que queremos frisar: o primeiro é a concepção de *língua* e o segundo é fenômeno da *interação verbal*, servindo esse último como uma das bases do pensamento das teorias interacionistas da linguagem, entre elas, a do interacionismo sociodiscurso, adotado aqui nessa tese.

Segundo Voloshinov, “a língua é um fenômeno puramente histórico” (2002: 109), ou seja, “a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes” (p.124). Essa comunicação tem um real significado dentro do processo de interação. Como o próprio autor (2002:113) afirma:

toda palavra comporta duas faces: Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão de um em relação ao outro.

Dessas citações de Voloshinov podemos depreender dois pontos fundamentais: o primeiro é que na concepção de língua, ao relacioná-la com a história, o autor traz à baila a importância do sujeito e do contexto. Dois elementos que serão chave para as teorias enunciativas e, em particular, para a análise de discurso francesa. O segundo será a ênfase na interação verbal e que confere, com isso, o carácter dialógico da linguagem.

Nessa perspectiva, a *palavra*, considerada como forma linguística, terá validade dentro de uma enunciação a partir de um dado contexto. Os estudos centrados em Voloshinov mostram que a enunciação teve lugar privilegiado nas suas reflexões (cf. Barros, 2003). De fato, a enunciação, para Voloshinov, é tida como o processo de uso da língua que compreende o conjunto das circunstâncias que cercam a produção da linguagem, tais como: a presença do sujeito em seu discurso, o envolvimento dos interlocutores, a situação em que foi dito o enunciado, incluindo, os estudos dos atos de

fala dentro dessas circunstâncias, pois se relacionam às condições da produção da linguagem.

Já o enunciado é o produto da enunciação. Segundo Voloshinov (2002), o enunciado será entendido como a unidade real da comunicação verbal e como o resultado da interação entre sujeitos. Para este teórico, o enunciado é um elo de cadeia muito complexa de outros enunciados, que se caracteriza por ser uma unidade não convencional, mas real, delimitada pela alternância dos sujeitos falantes, culminando numa transferência de palavras ao outro.

Barros (2003) aponta que o conceito de enunciado de Voloshinov é próximo da concepção atual de texto. Afirmção com a qual concordamos, razão pela qual corroboramos com a seguinte citação:

O texto é considerado hoje tanto como objeto de significação, ou seja, como um ‘tecido’ organizado e estruturado, quanto como objeto de comunicação, ou melhor, objeto de cultura, cujo sentido depende, em suma, do contexto sociohistórico.

(Barros, 2003:01)

Desse modo, Voloshinov leva a unidade da comunicação verbal (aqui defendida como texto) a firmar o seu real estatuto discursivo, socialmente e historicamente constituído. E como tal, segundo Voloshinov, deve ser analisado como um todo: “sua organização, interação verbal, contexto ou intertexto” (Barros, 2003:02).

Portanto, como já foi assinalado aqui, Voloshinov (2002) defende o dialogismo como princípio constitutivo da linguagem. O dialogismo é visto por este autor sob dois prismas: o da interação verbal entre sujeitos e o da intertextualidade no interior dos discursos (cf. Barros, 2003). É importante salientar que, para Voloshinov, esses sujeitos são, historicamente e ideologicamente, preenchidos por diferentes vozes sociais.

1.1.2 - Gêneros como enunciados sócio-históricos

A definição de gêneros textuais é amplamente discutida em ECV (2000: 279) que extrapola os limites do literário e analisa o gênero como prática linguística determinada socialmente. Como já vimos no item anterior, a concepção defendida em ECV parte do princípio de que a língua é um fato social e, portanto, sujeita a uma evolução histórica da comunicação verbal. Assim, a noção de gênero surge como a realização de textos que apresentam características que variam segundo as necessidades comunicativas do homem, tornando-se “formas relativamente estáveis de enunciados”. Para tratarmos da noção de gênero em ECV, centrar-nos-emos em três pontos fundamentais da sua teoria: a dimensão social e histórica dos gêneros, a célebre divisão entre gêneros primários e secundários e os seus três elementos constitutivos que fundem-se no todo do enunciado, a saber: o estilo, conteúdo temático e a construção composicional.

Em ECV (2000), no início do capítulo sobre os gêneros do discurso, o autor faz uma ligação entre a língua e as atividades humanas, ao afirmar que cada esfera dessas atividades elabora seus tipos “relativamente estáveis” de enunciados. Logo, aponta que a diversidade dos gêneros será concomitante com a diversidade das atividades humanas. Essa noção de gênero será o fundamento de muitas teorias que procuram estudar os gêneros e sua funcionalidade discursiva. Ao relacionar o gênero com a diversidade das práticas sociais do homem, o autor centra a noção de gênero em uma dimensão social, com uma inscrição histórica. Com este ponto de vista, estabelece-se uma relação muito estreita entre as ações humanas e o papel social que o gênero exerce. Admitindo, inclusive, que a variedade dos gêneros será tanta quanto maior for a variedade das atividades humanas.

Esse autor considera como gênero o diálogo, a carta e suas variadas formas, a ordem militar, os documentos oficiais, as declarações públicas, as variadas formas de

exposição científica, entre outros. Para esse autor, é nítido que a diversidade funcional tenha contribuído para que os estudos do gênero permanecessem no campo literário. Contudo, esses estudos não conduziam à análise da natureza linguística dos enunciados e à sua relação com o contexto sócio-histórico.

Para resolver essa questão, em ECV (2000:281), há uma divisão dos gêneros em dois tipos: os primários e os secundários. Os gêneros primários são considerados formas simples de enunciados que são constituídos no eixo de uma comunicação espontânea e também são, geralmente, absorvidos e transmutados pelos gêneros secundários. Já os gêneros do discurso secundários apresentam formas complexas, ligadas a uma comunicação cultural “relativamente mais evoluída”, principalmente escrita. Podemos dizer que é na complexidade dos gêneros secundários que estão imbricados a historicidade e a ideologia. Como exemplo dos gêneros secundários, o autor (2000) cita o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc. No entanto, apesar de se considerar gêneros primários como enunciados simples e os secundários como enunciados complexos, não se deve relacioná-los a formas orais para os simples e complexas para os escritos. Na verdade, o autor, em ECV, (2000:282) alerta que a análise dos gêneros deve-se priorizar a “inter-relação entre gêneros primários e secundários de um lado” e o “processo histórico de formação dos gêneros secundários de outro”.

No ECV (2000), encontramos referência a três componentes indissociáveis e que acabam por ser os responsáveis pela caracterização individual de cada gênero, são eles: *estilo*, *estrutura composicional* e *conteúdo temático*. O conteúdo temático é relacionado com aspectos sócio-culturais e ideológicos. São os objetos, tema, conteúdos e sentidos que constituem o gênero. Esse ponto não foi devidamente desenvolvido pelo autor.

Relativamente ao estilo, no ECV há uma maior ênfase nesse aspecto, pois, segundo suas palavras, “o estilo está indissolivelmente ligado ao enunciado e as formas típicas de enunciados, isto é, aos gêneros do discurso”. No ECV (2000:283-286), é reconhecido dois tipos de estilo: o estilo individual e o linguístico ou funcional. O estilo

individual se refere às escolhas linguísticas particulares de cada indivíduo ao usar um gênero, ou seja, traduz a individualidade do sujeito que fala ou que escreve (Coutinho, 2002), sendo mais propício aos gêneros literários ou, acrescento ainda, pode inscrever-se no plano de gêneros autorais, segundo Maingueneau (2005). Já o segundo tipo, “nada mais é senão o estilo de um gênero peculiar a uma dada esfera da atividade e da condição humana” (ECV, 2000:283). Ambos participam nos gêneros, contudo, o primeiro será um “epifenômeno, um produto complementar” enquanto o segundo é inerente a todo gênero. Segundo o ECV (2000:283):

O estilo linguístico ou funcional nada mais é senão o estilo de um gênero peculiar a uma dada esfera da atividade e da comunicação humana. Cada esfera conhece seus gêneros, apropriados à sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos(...). O estilo é indissociavelmente vinculado a unidades temáticas determinadas e, o que é particularmente importante, a unidade composicionais.

Para entendermos o papel da estrutura composicional, lembramos a afirmação em ECV (2000:279) quando diz que “os gêneros são formas relativamente estáveis” pelos quais nos expressamos. A estabilidade que é encontrada no gênero pode ser analisada a partir da sua forma. A compreensão desta premissa resultou no postulado de que os gêneros organizam a nossa fala, ou seja, aprendemos a moldar a nossa fala às formas do gênero de tal modo que podemos reconhecer, na fala do outro, o gênero escolhido, e adivinhar-lhe a estrutura composicional. No entanto, alguns autores lembram que os gêneros são determinados mais pela função com que são usados do que propriamente pela forma (cf Biber, 1988). Essa afirmação, porém, não impede de reconhecer que alguns gêneros possuem um aspecto formal mais estável que propicia o reconhecimento pela sua estrutura. Não podemos esquecer existir uma grande variedade de gêneros e alguns apresentam formas tão padronizadas que o querer-dizer individual do locutor praticamente se manifesta apenas na escolha do gênero (ECV, 2000). É o caso, por exemplo, das felicitações, dos votos, etc. Por outro lado, há os que apresentam uma padronização um pouco mais livre como os ofícios, atas, etc. Ainda existem outros que possuem uma maior criatividade na sua elaboração, todavia, para usá-los ainda é necessário ter um bom domínio de sua composição.

É importante frisar que os três componentes são indissociáveis e contribuem para que o gênero mantenha a sua estabilidade e não seja aleatório nem desorganizado, permitindo, assim, a comunicação humana. Pois, como bem diz o autor em ECV (2000:285)

Os gêneros do discurso são correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua. Nenhum fenómeno novo (fonético, lexical, gramatical) pode entrar no sistema da língua sem ter sido longamente testado e ter passado pelo acabamento estilo-gênero.

Em resumo, podemos afirmar que a noção sócio-histórica sobre os gêneros deu um importante contributo para o entendimento do funcionamento da linguagem humana. A noção de gêneros (texto, discurso ou simplesmente gênero) e a noção de linguagem acarretam reflexos nas teorias que focalizam a língua como produto da interação humana, socialmente definida, com inscrição histórica e marcada de ideologias. Afinal, como é dito em ECV (2000:282) “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua.”

1.2 - Perspectiva do Interacionismo Sociodiscursivo.

O grupo de estudos do Interacionismo Sociodiscursivo (doravante ISD) detém, basicamente, duas grandes preocupações. A primeira, com objetivos didáticos, visa o ensino de língua materna, tendo como ponto de partida “o gênero em sala de aula”. A segunda preocupação, de carácter mais amplo, procura analisar as ações de linguagem humanas em sua vertente psicológica e sociológica. Com claras ligações ao construtivismo proposto por Vygotsky, essa linha tem como principais representantes Joaquim Dolz e Bernard Scheneuwly, com ênfase nos aspectos didáticos; e Jean-Paul

Bronckart que enfatiza não só o didático, mas também e, sobretudo, o desenvolvimento humano em geral. É nessa última perspectiva que se situa a nossa pesquisa. Sendo assim, consideramos relevante discutir a noção de gênero no próximo ponto.

1.2.1 - Noção de gênero textual do ISD

A noção de gênero está, sem dúvida, ligada a concepção de textos no ISD. Como afirma Bronckart (1999:138) o texto “é necessariamente construído com base no modelo de um gênero, isto é, ele pertence a um gênero”. Desse modo, esse autor, na sua obra *Atividades de Linguagem, Textos e Discursos* de 1999 (daqui para frente, ATD), refere-se, numa acepção mais geral, ao gênero como “modo de fazer textos” ou “espécies de textos”, sendo um dos motivos principais pelo qual o gênero deve ser designado como gênero de texto e não do discurso. E, numa acepção mais estrita, os gêneros de textos são vistos como entidades sócio-históricas ligados às atividades humanas, seguindo a linha teórica encontrada no ECV.

Como sublinha Bronckart (1999:137) nessa citação:

na escala sócio-histórica, os textos são produtos da atividade de linguagem em funcionamento permanente nas formações sociais: em função dos seus objetivos, interesses e questões específicas, essas formações elaboram diferentes espécies de textos, que apresentam características relativamente estáveis (justificando que sejam chamadas **gêneros de texto**³ e que ficam disponíveis no *intertexto*⁴ como modelos indexados, para os contemporâneos e para as gerações posteriores.

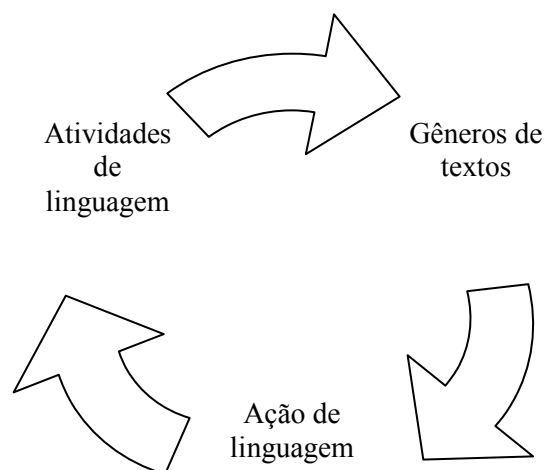
³ Grifo do autor

⁴ Grifo do autor

Nessa visão, três pontos são preponderantes. O primeiro é a afirmação que os gêneros, sendo eles mesmos espécies de textos, estão relacionados com a diversidade das práticas sociais, isto é, os gêneros apresentam características sociocomunicativas variáveis de acordo com as necessidades comunicativas humanas. O segundo, que corrobora o primeiro, alude ao fato do gênero acompanhar o curso das formações sociais. O terceiro ponto refere-se ao caso dos gêneros se apresentarem como modelos disponíveis no intertexto⁵ para que possam ser adotados e adaptados na elaboração de um novo texto empírico. O intertexto para esse autor (1999:100) “é constituído pelo conjunto de gêneros de textos elaborados pelas gerações precedentes, tais como são utilizados e eventualmente transformados e reorientados pelas formações sociais contemporâneas.”

Com efeito, os pressupostos do ISD realçam que as nossas atividades de linguagem operam-se em textos que, por sua vez, são estabilizados em formas circunstancialmente “cristalizadas” no uso. Essas formas conhecidas como gêneros textuais apresentam características que visam atender aos objetivos sociocomunicativos estabilizados pelas atividades de linguagem. Essa concepção em si postula duas questões fundamentais: a primeira indexa o gênero ao conjunto das atividades de linguagem, dito de outro modo, as atividades comunicativas irão influenciar a escolha do gênero. A segunda declara que, sendo o texto a materialização empírica do gênero, então, na própria ação de linguagem estarão em evidência elementos que acusam o gênero escolhido. Desse modo, enquanto a primeira questão refere-se à ligação entre as atividades de linguagem e o gênero; a segunda está relacionada com a estabilidade do próprio gênero percebida em determinada ação de linguagem, através de elementos que participam na realização de um texto. É exatamente essa questão que torna possível não só o reconhecimento do gênero que esse texto convoca, como também a proficiência da sua utilização. Essa ligação entre atividade, gênero e ação pode ser percebida como uma tríade, apresentando-se num movimento circular como mostra o esquema abaixo.

⁵ Bronckart em artigo publicado em 2004 na revista *Langages* substitui o termo “intertexto” pelo termo “arquitexto”.



Não obstante a contribuição desse pressuposto para a noção de gênero, em outro ponto, Bronckart (1999:74), ao salientar a plasticidade nos gêneros, complementa a noção de gênero textual como entidades profundamente vagas, apresentando-se na forma de uma “nebulosa”. Sem descurar o fato de haver gêneros que são claramente definidos⁶, esse autor reafirma que a identificação, classificação e descrição dos componentes linguísticos dos gêneros parece ser um trabalho inglório. Esse pensamento fortemente vincado na obra de 1999 levou à ideia de que o ISD não seria uma teoria para analisar gêneros e nem esta a sua principal preocupação (cf. Machado, 2007:252). No entanto, em artigo publicado em 2008, Bronckart (2008c:41) focaliza a necessidade de analisar as características linguísticas próprias dos gêneros de textos. Há claramente uma mudança ao salientar a necessidade de identificar os recursos do sistema da língua que são utilizados de modo privilegiado para certos gêneros textuais.

Realmente, Bronckart (2008c) deixa indicado a necessidade de estudar o gênero textual para complementar a tríade já mencionada de atividade, gênero e ação. Sob esse ângulo, a própria noção de gênero está indexado a uma situação de comunicação no qual ele exerce controle e também é por esta última, de certa forma, controlado. Nesse ponto, cabe lembrar a característica de adoção e adaptação do gênero no momento da produção textual. Como ressalta Bronckart (2006:145):

⁶ Bronckart (1999:74) afirma ser esses gêneros pequenas ilhas mais ou menos estabilizadas dentro dessa “nebulosa”.

os gêneros, como configurações possíveis dos mecanismos estruturantes da textualidade, portadores de indexações sociais, constituem, como (...), os quadros obrigatórios de qualquer produção verbal.

Concordando com as palavras do autor, o gênero é visto como preponderante para a realização da comunicação humana. Além disso, o ISD promulga a noção sócio histórica do gênero, conferindo a atuação deste ao universo da interação humana, o que faz sobressair o carácter dialógico e estruturante das ações humanas. Em suma, Bronckart vê o gênero enquanto ação social, relacionando-o ao sistema das atividades de linguagens. Portanto, os gêneros condicionam, de certo modo, os aspectos formais pela qual a textualidade se manifesta. Nessa perspectiva, o gênero é visto como uma entidade textual-discursiva de carácter psicológico.

2 – Visão global sobre os estudos dos gêneros textuais

Como já foi explicitado, a questão dos gêneros textuais tem despertado o interesse de estudiosos da linguagem nas últimas três décadas. Isso é confirmado pelo grande número de publicações que trata desse tema em particular. Esses grupos de pesquisadores não só buscam perceber o que são os gêneros como também o seu papel nas ações comunicativas humanas. É possível reconhecer escolas passíveis de serem definidas e linhas de pesquisa que vão privilegiar determinadas características genéricas ou alguma problemática específica de uma zona de atuação, apresentando teorias próprias sobre a noção de gênero.

No entanto, como afirma Ramires (2005), apesar dos estudos genéricos apresentarem abordagens diferentes, existe um ponto em comum entre eles que se expressa no fato de darem uma maior primazia ao social na compreensão dos gêneros e no papel do contexto (cf. Freedman & Medway, 1994:10). Esta concordância é um dos

motivos responsável pelas fronteiras entre esses estudos serem tão ténues, ocasionando mesmo dificuldade em classificar de maneira estanque as diversas linhas de pesquisa.

Desse modo, como afirmam Meurer, Bonini & Motta-Roth (2005:08), quando o gênero passa a ser a noção central nos estudos linguísticos e na própria definição de linguagem, sendo considerado um “fenómeno” que se encontra entre a língua, o discurso e as estruturas sociais, o diálogo entre os teóricos e pesquisadores torna-se viável, unificando, assim, esse vasto campo de pesquisa. No entanto, esses autores também chamam a atenção para a competição saudável existente nas diferentes abordagens, uma vez que há uma procura em explicar da melhor maneira possível “o uso da linguagem em termos de contexto e práticas sociais específicas”. Portanto, ressaltando essa dificuldade, esses autores (2005:08-09) concluem que:

Dada a existência desses dois aspectos do gênero, tanto o de unificador quanto o de dispersor do campo, não é fácil construir um quadro ontológico (ou mesmo didático) das correntes teóricas postas no campo. As teorias de gênero não podem ser classificadas com muita facilidade em taxionomias fechadas. Há muito mais um diálogo (crescente) do que um jogo de oposição claras entre esses trabalhos.

Assim, a distribuição das visões teóricas no estudo dos gêneros pode obedecer a critérios distintos. Do ponto de vista de Marcuschi (2002), é possível estabelecer, numa tentativa de classificação, no mínimo três tipos de critérios a serem considerados: I) pode ser feita uma distribuição de autores em categorias com o tema de interesse globais entre eles; II) também é possível fazer uma distribuição segundo o critério de filiações teóricas; III) e ainda, uma junção da alínea I e II.

Apesar dessa visão não ter um carácter ontológico, esses critérios não evitam a problemática em formalizar os estudos dentro de linhas de pesquisas rígidas. Isso faz com que os autores migrem de um campo para o outro, dependendo do que se queira focalizar. Podemos afirmar que as tendências atuais, de um modo mais amplo, podem

ser agrupadas em cinco principais linhas de pesquisa a ponto de constituírem o que eventualmente se designa de “escolas”.

Em língua inglesa, queremos salientar pelo menos três principais linhas de pesquisa. A primeira, com sede na Austrália, efetua uma abordagem *Sistêmico - Funcional* e tem como principal teórico o linguista textual Halliday (1978; 1989) seguido por Hassan (1989) Eggins, Martin, entre outros. No âmbito dessa abordagem, evidenciamos o autor Kress (2001) que estuda os gêneros a partir de uma perspectiva semiótica em que os gêneros organizam-se em eventos sociais que por sua vez expressam aspectos convencionais com diferentes graus de ritualização. Próxima da Sistemico-Funcional está uma segunda linha de pesquisa conhecida como “Escola de Sidney” que tem interesse em fazer uma análise aplicativa do gênero, particularmente preocupada com o ensino de uma segunda língua. Os seus principais representantes são Swales⁷ (1990), Bhatia (1997), entre outros autores. A terceira é a norte-americana que configura nos seus estudos uma análise vinculada a uma relação social, cultural e histórica do gênero. Os autores que a representam são: Bazerman (1994)⁸, Miller (1994) e, ainda, da Análise Crítica do Discurso, Fairclough (2001)⁹.

Nas pesquisas em língua francesa, além da linha do ISD já referida e na qual se situa nossa pesquisa, temos autores como Adam (1999) e Maingueneau (2004) que formam uma quarta linha de pesquisa. Para ambos, os gêneros são construtos discursivos, assumindo o primeiro uma perspectiva mais linguístico-textual e o segundo um enfoque mais discursivo. Queremos ainda fazer uma referência ao autor Rastier (1989), inserido na perspectiva semântica, para quem os gêneros devem ser objetos de análise linguística.

No nosso trabalho, daremos primazia às principais constribuições, que no nosso entender, colaboram de forma significativa para o estudo do gênero, fazendo a ressalva de ser nossa intenção salientar suas convergências com o ISD. Na organização da tese,

⁷ Esse autor também trabalha juntamente com Miller e Bazerman. Portanto, podemos mesmo dizer que ele tanto pertence ao segundo grupo quanto ao terceiro.

⁸ Embora, esse autor também tenha o Letramento como foco dos seus trabalhos.

⁹ Fairclough sofre grande influência dos trabalhos de Halliday, apesar de, nas suas análises, apresentar uma liberdade em relação a teoria Sistemica-funcional.

distribuíremos essas contribuições em dois grandes grupos: os estudos em língua inglesa e os estudos em língua francesa.

2.2 - Estudo do gênero em língua inglesa

2.2.1 – Carolyn Miller: gênero como artefato cultural.

A autora, conhecida pelos trabalhos sobre gêneros ligados à noção de nova retórica, produz dois artigos (1984 e 1994), os quais terão uma grande influência, principalmente pela sua noção de gênero como ação social, dependente das culturas em que se desenvolve.

No artigo de 1984, intitulado *Genre as Social Action*, Miller apresenta os fundamentos da sua teoria genérica, na qual vê o gênero como *artefato cultural*, consistindo numa ação recorrente e significativa nas sociedades. Daí o enfoque na noção de gênero como ação social. Neste primeiro artigo, a autora procura fazer uma relação entre gênero e a noção de retórica, na tentativa de estabelecer uma *retórica funcional* como ela mesmo denomina. Nesse ponto, a autora afasta-se de classificações retoricamente organizadas, muito em voga nos estudos da década de 80 sobre gênero, buscando estabelecer parâmetros oriundos da ação do discurso e o seu papel social. Na verdade, pretende enfatizar que o uso do gênero na sociedade, ou melhor, a sua funcionalidade, depende do agir em conjunto na cultura em que o gênero atua e como se estabelece o elo entre o *ato* e a *estrutura* no gênero. Isto é, como se processa a relação entre a ação individual, de um lado, e a sociedade, a cultura, do outro. Já no seu segundo artigo, de 1994, intitulado *Rhetorical Community: The Cultural Basis of Genre*, a autora retoma a noção de gênero como artefato cultural, no intuito de fazer uma reflexão mais consistente e profunda.

De fato, Miller (1994), no seu segundo artigo, reconhecendo a complexidade que a noção de cultura acarreta, assume a concepção defendida por Raymond Williams (1976, apud Miller 1994:68) que passo a citar:

Culture as a 'particular way of life' of time and place, in all its complexity, experienced by a group that understands itself as an identifiable group.

Partindo dessa noção de cultura, Miller volta a enfatizar a noção de gêneros como construções culturais. Ou seja, os gêneros, como portadores de cultura, refletem as várias dimensões do conhecimento pertencentes a uma dada cultura. Segundo a autora, os gêneros auxiliam na interpretação da cultura, incorporam os valores de uma dada sociedade e também são portadores das mudanças que ocorrem dentro dessa mesma sociedade. Disso advém a ideia que entender o gênero é compreender a própria cultura. E estudá-lo é apropriar-se das variadas ações comunicativas que estruturam uma determinada sociedade em um tempo histórico. Também ressalta que examinar o gênero e o momento histórico (como fizeram autores como Bazerman) em que ele é produzido favorece a compreensão do que constitui a substância da nossa vida cultural.

A autora também levanta a problemática de como entender o relacionamento entre as ações particulares operadas por agente individuais e, de igual modo, a influência abstrata de uma cultura, sociedade ou intuição. Para resolver a questão, Miller (1994:70) adota a *teoria da estruturação* de Giddens que analisa como as práticas sociais, nas interações sociais, são produzidas e reproduzidas em seu tempo e espaço. Essa autora evidencia, principalmente, dois aspectos nessa teoria: o primeiro é que, embora a estrutura tenha uma existência virtual fora do tempo-espaço, ela deve ser ilustrada no tempo e no espaço, no fluxo da existência atual (numa realidade material). Isso acontece quando os indivíduos agem em conjunto e criam seus construtos sociais de ação, conhecimento, categorização, etc; criando uma estrutura, para si mesmos e para os outros. O segundo aspecto importante na teoria da estruturação é que a realização da estrutura deve também ser a reprodução dela mesma. A conduta do indivíduo (ou dos

atores individuais como Giddens chama) reproduz as estruturas sociais e culturais de coletividades maiores.

Com isso, Miller enfatiza, assim, a ação dos indivíduos, utilizando a noção de reprodução como uma forma mais consistente de caracterizar a recorrência, sendo esta um modo de entendimento das situações como algo ‘comparável’, ‘similar’ ou ‘análogo’ à outras’ (Miller, 1994b:71). O que essa noção acrescenta é a ação dos participantes; os atores sociais criam recorrências em suas ações ao reproduzir os aspectos estruturais das instituições, ao usar estruturas disponíveis como intermediárias nas suas ações e portanto produzir tais estruturas novamente como resultados virtuais, disponíveis para a memória, interpretação e uso adicional. A partir desses dois pontos a autora (1994b:71) expõe o seguinte:

what I want to propose, then, is that we see genre as a specific, and important, *constituent*¹⁰ of society, a major aspect of its communicative structure, one of the power that institutions wield. Genre we can understand specifically as that aspect of situated communication that is capable of reproduction, that can be manifested in more than one situation, more than one concrete space-time.

Para a autora (1994b:72), apesar da ênfase na teoria de estruturação de Giddens, o gênero é uma ação social e não uma estruturação social. Nesse ponto, a ação ocupa papel de destaque, pois é por meio da ação que nós criamos conhecimento e capacidade para reproduzir a estrutura. Miller (1994b) ressalta ainda que os gêneros são fenômenos coletivos e realizações coletivas. Assumindo o posicionamento de Swales, Miller (1994b) defende que os gêneros se dão em comunidades discursivas, vicando que são realizações coletivas e não individuais. Desse modo, o gênero torna-se o próprio elo entre o indivíduo e a comunidade.

Outro importante conceito defendido por Miller (1994b:73) é o de comunidade retórica. Segundo as suas próprias palavras:

¹⁰ Grifo da autora

A rhetorical community, I propose, is just such a virtual entity, a discursive projection, a rethorical construct. It is the community as invoked, represented, presupposed, or developed in rethorical discourse. It is constituted by attributions of characteristic joint rethorical actions, genre of interaction, ways of getting things done, including reproducing itself.

Esse conceito é bem recebido entre os autores de língua inglesa ligados à análise genérica, entre eles, podemos citar Bhatia (1997). Em suma, Miller (1994b:75) conclui que os gêneros, na sua dimensão pragmática, não somente fornecem as necessárias ferramentas às pessoas nas comunidades para fazerem os seus trabalhos e levarem por diante seus propósitos; como também permitem as comunidades virtuais, os nossos relacionamentos, a reprodução e reconstrução de nós próprios e a continuação das nossas histórias.

2.1.2 – Charles Bazerman: a contribuição da noção de sistema de gêneros e sistemas de atividades.

Seguindo a esteira teórica de Miller, Bazerman também considera os gêneros como ação social e advoga as mesmas ferramentas de estruturação social para compreensão do gênero na sociedade. Porém, Bazerman (2005:38) vai ao encontro de uma concepção mais ampla de análise de gêneros, uma vez que, para o autor, deve haver uma preocupação em estudar os gêneros e sua inserção histórica e cultural, paralelamente ao seu funcionamento nas sociedades e o papel do indivíduo nesse mesmo funcionamento.

Esse autor destaca a ligação entre os gêneros e o papel social que se desenvolve nas culturas, apresentando uma visão pragmática através de conceitos como o de *atos de fala* oriundos de Austin e Searle e aplicados numa perspectiva textual. Apesar de reconhecer a dificuldade de aplicar nos textos uma teoria antes proposta para sentenças,

o autor avança no sentido de considerar os textos como contendo pistas que evidenciam sua ação dominante que por sua vez “definem sua intenção e propósito, que recebemos como efeito perlocucionário ou como fato de realização social do texto” (Bazerman, 2005:35)

Além do foco na perspectiva pragmática dos gêneros, os seus estudos norteiam-se também pela visão histórica do gênero na sociedade aliada à preocupação com as formas de letramento social. Afinal, como bem nota Bazerman (2005:36) “como leitores e escritores usamos tudo o que aprendemos durante nossa vida sobre os textos, tipos de textos e situações para apreender um sentido de texto à mão, e atribuir uma ação dominante para cada texto”.

Consciente da importância de ver o gênero e sua inserção social, o autor procurou entender o fenômeno da linguagem ligado ao momento histórico, social e cultural. Esta sua preocupação é patente em trabalhos como, por exemplo, o estudo sobre o gênero *carta* e seus processos históricos nos últimos 300 anos. Nesta sua pesquisa, Bazerman (1988/2005) descobriu que a origem do gênero *artigo científico* está em simples cartas trocadas pelos estudiosos da época.

De fato, Bazerman (2005) propõe-se a analisar o papel dos textos na sociedade. A sua proposta consiste em verificar como os indivíduos criam significações/sentidos e, a partir disso, agem em complexos sistemas sociais. Ainda segundo a proposta desse autor (Bazerman, 2005:19), analisar os textos dentro das culturas em que são elaborados:

Fornece os meios para identificar as condições sob as quais esse trabalho se realiza, para observar a regularidade com que os textos executam tarefas reconhecidamente similares, e para ver como certas profissões, situações e organizações sociais podem estar associadas a um número limitado de tipos de textos

Bazerman nota que analisar os textos, sua produção, circulação e ordenação é o caminho para perceber como se estruturam as atividades humanas e como organizam-se os grupos sociais. Com o título, “Atos de fala, Gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas”¹¹, o autor contribui com duas das noções principais: os sistemas de gêneros e os sistemas de atividades.

Para chegar à noção de sistemas de gêneros, Bazerman esclarece, em primeiro lugar, a noção de fatos sociais. Segundo suas palavras:

Os fatos sociais consistem em ações significativas realizadas pela linguagem, ou atos de fala. Esses atos são realizados através de formas textuais padronizadas, típicas e, portanto, inteligíveis, ou gêneros, que estão relacionadas a outros textos e gêneros que ocorrem em circunstâncias relacionadas. Juntos, os vários tipos de textos se acomodam em conjuntos de gêneros dentro de sistemas de gêneros, os quais fazem parte dos sistemas de atividades humanas. (Bazerman, 2005:22)

É interessante evidenciar três pontos nessa citação para compreender de um modo completo a sua visão sobre o gênero, são eles: o que são fatos sociais e sua relação com atos de fala, a noção de gênero e sistemas de gêneros e essa relação com sistemas de atividade humanas.

O primeiro a ser considerado é o conceito de fato social. Para definir fatos sociais, Bazerman (2005) recorre à relação da consciência de verdade e a consequência dessa consciência, relação defendida pelo sociólogo W. I. Thomas (1923 apud Bazerman 2005). Os fatos sociais considerados nesse caso, para Bazerman, referem-se às proposições que as pessoas acreditam serem verdadeiras e, a partir disso, elas agem conforme aquilo em que acreditam, criando o que podemos denominar de uma “situação”. Desse modo, esses fatos sociais estão relacionados com a nossa compreensão do mundo físico. Outro ponto importante sobre esse conceito é que “os fatos sociais

¹¹ Esse é o título do primeiro capítulo do livro “Gêneros Textuais, Tipificação e Interação”, que reúne diversos artigos de Bazerman traduzidos em português e publicados no Brasil.

estão relacionados com temas que são fundamentalmente matéria de compreensão social” (Bazerman, 2005:24) e, por último, a relação entre fatos sociais e atos de fala uma vez que “os fatos sociais afetam as palavras que as pessoas falam ou escrevem, bem como a força que tais enunciados possuem”. Assim, para complementar, o autor salienta que “muitos dos fatos sociais dependem inteiramente de atos de fala”, se certas formulações forem realizadas de forma correta, de modo a cumprir a sua ação.

Além disso, os fatos sociais ocorrem por meio dos gêneros textuais. Como nota Bazerman, o conhecimento do gênero permite inserção social, tomadas de ações que são validadas no seio da sociedade. Os gêneros vão mais além do que apenas modelos textuais, eles fazem parte da ação do seres humanos quando dão forma às atividades sociais, ou seja, os gêneros são “fenômenos de reconhecimento psicossocial” (Bazerman, 2005:31).

Para resumir, pode-se afirmar que dentro de um fato social, os gêneros realizam atos de fala. Nesse ponto, o autor faz a ligação entre os gêneros e as ações dos indivíduos de uma comunidade. Para salientar esse ponto de vista, Bazerman apresenta, além do trabalho sobre o gênero *carta* (1998/2005) já anteriormente citado, trabalhos sobre o gênero *patente* (1995) e *formulários de impostos de renda* (2005) como exemplos que mostram como funcionam os gêneros enquanto atos de fala e como eles se desenvolvem nas culturas em que estão inseridos.

Assim, o autor, ao afirmar que os gêneros não só pertencem ao conjunto das ações humanas como também os organiza, evidência um complexo sistema de ligação que os textos estabelecem entre si. Essas relações formam o que ele denomina de sistema de gêneros. Como esclarece Bazerman (2005:32):

Um sistema de gêneros compreende os diversos conjuntos de gêneros utilizados por pessoas que trabalham juntas de uma forma organizada, e também as relações padronizadas que se estabelecem na produção, circulação e uso desses documentos. Um sistema de gêneros captura as sequências regulares com que um gênero segue um

outro gênero, dentro de fluxo comunicativo típico de um grupo de pessoas.

Depreendemos, pois, que nessa concepção, os gêneros são vistos em rede e não hierarquizados e que ainda, são vistos também relacionados às atividades humanas. Desse modo, os diversos sistemas de gêneros funcionam dentro de sistemas de atividades sociais. Com efeito, os indivíduos realizam trabalho dentro de uma rede de textos interligados. Esses textos apresentam-se com um modelo de gênero. Esses gêneros, por sua vez, interagem entre si em situações específicas. Ainda como nota esse autor (2005:34), “levar em consideração o sistema de atividades junto com o sistema de gêneros é focalizar o que as pessoas fazem e como os textos ajudam as pessoas a fazê-lo”. Esse ponto parece ser um importante contributo para os estudos dos genéricos. Os gêneros, portanto, deixam de ser vistos como categorias estanques, passando a se inter-relacionarem em sistemas dentro das atividades humanas. Bazerman deixa claro que a sua perspectiva segue os princípios epistemológicos de Voloshinov e de Vygotsky. É importante salientar que os trabalhos de Bazerman se aproximam das perspectivas teóricas do Interacionismo Sociodiscursivo.

Essa perspectiva de estudar os gêneros, o momento histórico em que são produzidos e o seu papel social favorece a compreensão do que constitui a substância de nossa vida cultural. Desta forma, afirmamos a importância de compreender como se estruturam as ações comunicativas de uma dada cultura bem como a forma como os gêneros agem na organização dessas ações que são frutos das necessidades de comunicação. Trabalhos que visam essa compreensão mostram a evolução no uso da língua e também a ação dos gêneros na estruturação das atividades comunicativas. Por outro lado, como os gêneros se manifestam em texto, não podemos ignorar a análise linguística no aspecto micro nem o funcionamento deste aspecto dentro dos textos. Esse ponto não parece ser a preocupação dos trabalhos de Bazerman e Miller. As suas contribuições auxiliam, sobretudo, para compreender a ligação entre gêneros e cultura e também a perceber como os indivíduos atendem suas necessidades comunicativas.

2.1.3 – John Swales: noção de comunidade discursiva

Tanto Miller como Bazerman partilham da noção de *comunidade discursiva* proposta por Swales na sua obra *Genre Analysis: English in Academic and Research Settings* publicada em 1990. Essa noção será reformulada em trabalhos posteriores nos anos de 1992, 1993 e, finalmente, em 1998. Os trabalhos desse autor são vocacionados para uma análise aplicativa do gênero, configurando-se no campo da linguística aplicada, particularmente preocupado com o ensino de gêneros acadêmicos no contexto do ensino do inglês como segunda língua. Esse ponto, inclusive, é manifestado pelo próprio autor no primeiro capítulo da sua obra de 1990. Contudo, diferentemente de Miller e Bazerman, Swales adota uma abordagem que procura evidenciar os aspectos linguísticos dos textos acadêmicos e profissionais, visto que, para esse autor, “a conscientização linguística torna o ensino/aprendizagem mais eficaz” (Hemais & Biasi-Rodrigues, 2007). No entanto, Bhatia (1993:13-16) apesar de admitir que os estudos de Swales são um avanço para as pesquisas sobre o gênero ao incorporar fatores de ordem sociológicas e linguísticas, não inclui os fatores psicológicos responsáveis por propiciar ao gênero a sua característica dinâmica.

Na proposta de Swales (1990), há duas questões chave a frisar. A primeira é que ele considera os gêneros como pertencentes a comunidades discursivas e não aos indivíduos em particular. Em segundo, refere-se a própria noção de *propósito comunicativo* e *comunidade discursiva*. O autor dedica a primeira parte do seu livro, referido no parágrafo anterior, ao esclarecimento destas duas noções, sendo que ambos os conceitos são bem recebidos nos estudos de gênero em língua inglesa. É de realçar ainda que a sua abordagem sobre os gêneros sofre influência de diversos campos de pesquisas como afirma o próprio Swales (199:14).

Num âmbito alargado, pode-se dizer que a posição teórica assumida por Swales (1990:09) assenta em três noções básicas: a de comunidade discursiva (*discourse communities*), gênero (*genre*) e tarefa (*task*). Para Swales (1990:09):

Discourse communities are sociorhetorical networks that forms in order to work towards sets of common goals. One of the characteristics that established members of these discourse communities possess is familiarity with the particular genres that are used in the communicative furtherance of those sets of goals. (...) . Genre themselves are classes of communicative events which typically possess is features of stability, name recognition and so on. Genre-type communicative events (and perhaps others) consist of text themselves (spoken, written, or a combination) plus encoding and decoding procedures as moderated by genre-related aspects of text-role and text-environment. These processing procedures can be viewed as *tasks*¹².

As três noções descritas acima confluem para atingir um *propósito comunicativo*. Esse termo é considerado pelo autor como um aspecto central no ensino de uma língua. Como nota Swales (1990:10):

It is communicative purpose that drives the *language*¹³ activities of the discourse communicative purpose; it is communicative purpose that is the prototypical criterion for genre identity, and it is communicative purpose that operates as the primary determinant of task.

Ao enfatizar a importância do propósito comunicativo na noção e identificação do gênero, Swales (1990) chama a atenção para o que ele denomina de “pré-gêneros”. Ou seja, o conceito de pré-gênero está relacionado a categorias abstratas que entram na composição de diversos textos. São conhecidas como narrativa, descrição e conversação que podem ser associadas na produção de gêneros situados. Esses, por sua vez, são categorias mais concretas como, por exemplo, uma reportagem que pode fazer sobressair pré-gêneros como o narrativo. Esse conceito será resgatado por Fairclough 2003, (cf.

¹² Grifo do autor.

¹³ Grifo do autor.

Resende & Ramalho, 2006) quando se propõe a observar a variação dos gêneros com relação ao nível de abstração.

Ainda sobre o conceito de comunidade discursiva, Swales (1990: 24-27) elenca seis características que definem um grupo de indivíduos que formam uma comunidade discursiva. A primeira é o estabelecimento de objetivos que sejam públicos e comuns aos membros pertencentes à comunidade discursiva. A segunda refere-se aos mecanismos de comunicação, pois estes devem ser comuns entre os membros. A próxima característica diz respeito à troca de informações, usando os seus mecanismos de participação tanto para produzir informação como para o *feedback*. A quarta característica estabelece que uma comunidade discursiva utiliza-se de gêneros para seus propósitos comunicativos. Essa característica evidencia a capacidade dessas comunidades criarem os seus próprios gêneros. A quinta vem no seguimento da quarta, ao evidenciar que uma comunidade discursiva, a partir dos seus próprios gêneros, adquire um léxico específico. E, por fim, a sexta característica diz respeito ao fato de que, numa comunidade discursiva, existem membros com um grau mais elevado de conhecimentos não apenas acerca do discurso, mas igualmente sobre os conteúdos relevantes para essa comunidade.

A verdade é que o conceito de comunidade discursiva, como apontam Hemais & Biasi-Rodrigues, (2007: 116), deixa de fora, entre outros pontos, as mudanças que são típicas de comunidades e que as caracterizam, como também o fato de que essas comunidades incorporam novos gêneros e, acrescento ainda, os modificam. Como resposta a essas críticas, Swales (Askehave & Swales, 2001), em trabalho posterior, distancia-se da sua proposta inicial de conceituar o gênero apenas segundo os propósitos comunicativos que esse apresenta (cf. Hemais & Biasi-Rodrigues, 2007) e passa, então, a incluir também o contexto, atribuindo a este um papel predominante para a análise de gênero. Com efeito, a revisão do conceito de comunidade discursiva realizada posteriormente por Swales (1998) responde a algumas críticas lançadas por diversos acadêmicos, mas ainda mostra-se um tanto ou quanto abstrato. Contudo, essa noção mais abrangente mostrar-se-ia fecunda a posteriores desenvolvimentos de trabalhos nesse campo, principalmente, as pesquisas em língua inglesa.

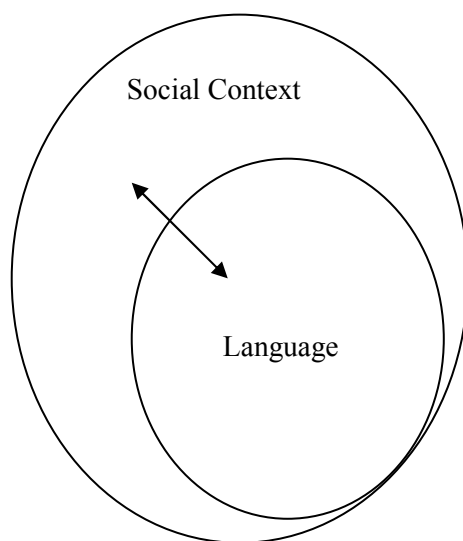
2.1.4 – Perspectiva da Linguística Sistemico-Funcional: a noção de gênero e registro

A perspectiva da Linguística Sistemico-Funcional (LSF) está hoje em dia entre as teorias mais influentes nos estudos linguísticos. É também conhecida como Gramática Sistemico-Funcional (GSF), uma vez que trata-se, principalmente, de uma teoria de descrição gramatical. Pelo menos três correntes baseiam-se na gramática da LSF para as suas pesquisas: a Semiótica Social, a Teoria da Multimodalidade de Kress e Van Leeuwen (1996/2006) e a Análise Crítica do Discurso, que entre outros autores podemos citar Fairclough (2001) como um nome reconhecido. No que diz respeito ao campo de estudos sobre o gênero, podemos citar, entre os principais representantes da LSF, autores como Hasan (1989) que elabora uma teoria conhecida como Estrutura Potencial do Gênero; Martin com a perspectiva teleológica e Eggins & Martin (1998) com a teoria de Registro/Gênero.

A chamada Linguística Sistemico-Funcional foi desenvolvida no final da década de 70 e início da década de 80, pelo linguista M. A. K. Halliday, ao notar que a análise formal da gramática gerativa, tão em voga nos anos 70, não só ignorava o discurso (o que levou ao surgimento de outras teorias como a sociolinguística, a análise da conversação, a análise do discurso, a linguística textual, entre outras) como também pouco esclarecimento trazia sobre a linguagem e seus usuários. Verdade é que devido ao formalismo da época, a língua era estudada como objeto construído, procurando gerar respostas com base apenas na própria estrutura interna, numa análise ascendente, dando pouco ou nenhuma importância ao uso. Por sua vez, a criação da LSF por Halliday, que vem na trilha das teorias funcionalistas, responde à tentativa de suprir essa lacuna, defendendo o estudo da língua numa perspectiva que relaciona a linguagem, o seu uso e sua manifestação linguística. Nasce, então a gramática sistêmica (reconhecendo a língua como sistema) e funcional (por reconhecer que a linguagem atende a funções na sociedade). A partir daí, muitos autores elaboraram seus próprios modelos de análise seguindo para isso a teoria LSF proposta por esse autor. De certo modo, podemos dizer

que isso ocorre, pois, ao observar a língua e sua inscrição social, esta teoria fornece um contributo incontornável à linguística.

Com efeito, na LSF, Halliday (1978) enfatiza o papel do contexto nas análises linguísticas. Esse autor traz a noção de contexto de situação do antropólogo e etnolinguísta Malinowski, para mostrar a relação entre o uso da língua e sua inscrição social. Sob esse ângulo, Halliday observa que o sistema linguístico responde a um conjunto de componentes funcionais provenientes da relação entre a linguagem e os contextos situacionais. Apresentando-se como um sistema codificado (materialidade linguística) que obedece às funções específicas que revelam a relação da linguagem com o meio em que é produzida. Assim, este modelo trata a língua e o contexto social como complementares e como dois domínios que se co-determinam. A posição de Halliday marca de maneira acentuada a linguagem e seu enfoque social como mostra o seu famoso esquema abaixo:



(Eggins & Martin, 1998:235)

Essa teoria considera ainda a linguagem e o contexto como planos semióticos a que se atribuem valores e funções, sendo de números variados, mas que podem ser resumidos em três que são conhecidas como *metafunções*:

- a) Função *Ideacional*. Essa função marca uma relação entre o usuário e sua realidade física e biológica. Isto é, advém de uma interpretação e, conseqüente, expressão da experiência individual com o mundo exterior.
- b) Função *Textual*. Aqui encontra-se a realidade semiótica. É essa função que nos habilita a produzir um texto.
- c) Função *Interpessoal*. Nesta função, evidencia-se, aqui, a relação entre o indivíduo e o meio social. É nessa função que a linguagem é usada para estabelecer um determinado papel comunicativo, expressando, inclusive, julgamentos e atitudes.

As três metafunções ocorrem em simultâneo em uma oração. Outro ponto a destacar, é a noção de texto da perspectiva da LSF. Para Halliday, (1978: 135) o texto é visto como uma unidade semântica. Essa visão ultrapassa a do conceito de texto apenas como uma junção de frases. Segundo Halliday (1978), três fatores caracterizam um texto e o distinguem de um “não-texto”: a estrutura genérica, a estrutura textual (temática e informacional) e a coesão. Para o autor (1978: 135), um texto não é composto de sentenças, mas é realizado nas sentenças. Desse modo, Halliday (1978: 136) considera que um texto, no curso normal dos eventos, não é alguma coisa que tenha começo e fim, pois, Com efeito, a criação dos sentidos (no texto) é um processo contínuo que envolve a interação humana na sua totalidade. Halliday ainda põe em destaque o texto como um processo contínuo de escolhas semânticas, complementando o seu (Halliday, 1978:141) pensamento com a seguinte afirmação:

Persistence and change in the social system are both reflected in text and brought about by means of text. The text is the primary channel of the transmission of culture; and it is this aspect – text as the semantic process of social dynamics that more than anything else has shaped the semantic system.

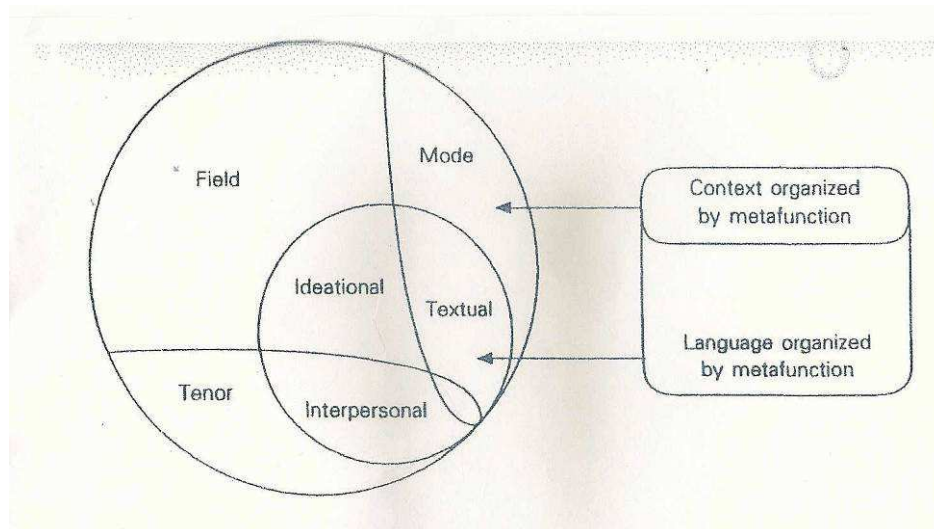
Nessa perspectiva, o texto é visto como espaço multifuncional no qual expressa-se a relação entre a língua e o contexto. Daí que a sua noção de texto seja contrária àquela em que contempla os textos apenas como entidades estruturais autónomas e descontextualizadas. Ao invés, a LSF considera observar os textos e sua relação com as práticas sociais.

Ainda segundo Suzanne Eggins & J.R. Martin (1998), para distinguir os textos é necessário analisar o seu contexto. citando os autores, o contexto de situação em LSF divide-se em:

- a) *Modo* – neste campo se encontra o carácter de como se apresentam os textos, ou seja, se são escritos, falados ou lidos. Também estão inseridos nessa categoria os atos retóricos (argumentativo, narrativo e descritivo)
- b) *Relação* – é nesta categoria que se encontra a relação entre o texto e o seu produtor com relação ao papel social que este último desempenha. Aqui, cabem noções como autoridade e *status* que evidenciam o papel das relações dos participantes envolvidos na interação.
- c) *Campo* – relacionado com o tipo de atividade que engloba o texto, dito de outro modo, identifica a atividade em que o texto foi produzido. Aqui, estabelece-se o uso de termos técnicos, como também é constituído o nível de familiaridade que o produtor tem com a sua “audiência”. É nessa categoria que se encontra referências à cultura, a crenças e a costumes em geral. Como sublinha Eggins & Martin (1998:233), é neste campo que se denota o conhecimento de outros contextos e outros textos aos quais é suposto a audiência ter tido acesso.

Desse modo, essas três categorias que formam o contexto de situação fazem parte da estrutura semiótica. Elas são realizadas no sistema e atualizadas nos *registros*. O registro é, assim, o modo como o contexto entra no texto, apresentando-se como uma relação entre um e o outro. De fato, as análises em LSF têm demonstrado que as diferenças linguísticas entre os textos podem ser relacionadas com as diferenças de contextos nos quais esses mesmos textos são produzidos. Inclusive, se combinarmos os três pontos acima podemos verificar uma série de traços provenientes das interações que são evidenciadas nos textos. Essas variáveis do contexto são realizadas através das metafunções.

A figura abaixo representa essa relação entre o contexto e a linguagem na perspectiva da LSF, na qual o contexto engloba a linguagem:



Fonte: Eggins & Martins, 1998: 242

É nesse quadro geral que Halliday (1978) apresenta a noção de registro e gênero. Como é definido pelo autor, os registros são formas socializadas de comunicar os interesses ou as realidades. Essas formas irão variar conforme o uso, pois, elas se estabelecem pelo que é dito no instante em que se produz o discurso. Desse modo, é no registro que temos acesso à variedade de formas em que o social se manifesta na linguagem como modo de engajamento na atividade em curso (1978: 35). Segundo Halliday (1978: 111)

A register can be defined as the configuration of semantic resources that the member of a culture typically associates with a situation type. It is the meaning potential that is accessible in a given social context

O registro está, portanto, ligado aos valores particulares do contexto. Podemos dizer que, dependendo do contexto, organizamos as configurações linguísticas para atender esses contextos e quanto mais especificamente caracterizamos o contexto de situação, mais podemos prever as propriedades do texto na situação. É a partir desse

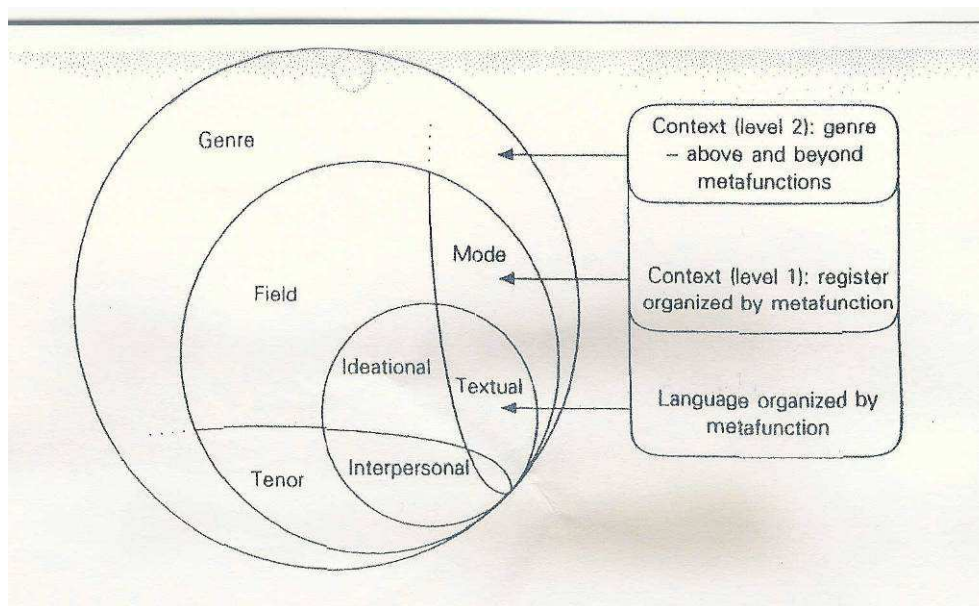
ponto que Halliday (1978: 134) considera a noção de gênero, tal como indica a seguinte citação:

The generic structure is outside the linguistic system; it is language as the projection of a higher-level semiotic structure. It is not simply a feature of literary genres; there is a generic structure in all discourse, including the most informal spontaneous conversation (Sacks et al, 1974). The concept of generic structure can be brought within the general framework of the concept of register the semantic patterning that is characteristically associated with the 'context of situation' of a text.

Esse pensamento pode ser completado pela afirmação de Thompson (2004: 42-43) que define o gênero da seguinte forma:

If we now turn, more briefly, to genre, this can be seen in very simple terms as register plus purpose. That is, it includes the more general idea of what the interactants are doing though language, and how they organize the language event, typically in recognizable stages, in order to achieve that purpose.

Assim, a noção de gênero na LSF está, sem dúvida, ligada à finalidade ou função que esse gênero tem no contexto, colocando-se num plano mais abstrato no qual se engloba o registro. Tanto este como o gênero são realizados linguisticamente, no entanto, enquanto o registro está mais ligado aos aspectos linguísticos, o gênero encontra-se relacionado aos aspectos culturais, vinculando-se, claramente, à ação social. Em termos de planos, podemos retomar o esquema de Halliday e ainda acrescentar o gênero, conforme observamos abaixo:



(Fonte: Eggins & Martin, 1998: 243)

O modelo procura demonstrar a multifuncionalidade que a língua adquire na sua relação com o contexto. É importante salientar que, apesar de Halliday mencionar a existência do gênero, não é o foco das suas pesquisas. Esse trabalho é desenvolvido pelos seus seguidores que elaboraram diferentes teorias genéricas baseadas na GSF, seguindo para isso não só a noção de texto proposta por Halliday como também a própria visão da noção de gênero indicada. Entre eles, o caso de Hasan (1994) que procura explicar a noção de gênero, ligando-o ao registro com o objetivo de identificar a *Estrutura Potencial do Gênero* (EPG) em análise. E de Martin (2008) que, a partir da inter-relação entre o gênero e o registro, passa a considerar este último como ponto de partida para a análise genérica, funcionando assim como um caminho de percepção da instanciação do gênero.

2.2.5 - Perspectiva da Análise Crítica do Discurso

A Análise Crítica do Discurso (doravante ACD) surge na esteira teórica da LSF. Dessa forma, a ACD trabalha com uma noção de discurso fortemente vinculada com o

contexto. Apesar da LSF ser um importante instrumento de trabalho para a análise da ACD, essa linha não constitui uma área de consenso (cf. Meurer, 2007), pois se alguns autores são próximos ao quadro teórico-metodológico da GSF, outros apresentam uma abordagem distanciada. Embora exista diferenças¹⁴, os autores da análise crítica, segundo Pedro (1997: 22), partilham um “projecto comum” que pode ser resumido na necessidade de evidenciar a importância da linguagem na construção das ideologias e, conseqüentemente, na produção e re-produção das relações de poder e dominação na sociedade. Desse modo, a ACD põe em evidência, segundo Pedro (1997: 27), “a compreensão da construção social e psicológica dos indivíduos” e também “uma teorização dos sujeitos sociais e as subjectividades”. Essa linha de pensamento é igualmente partilhada por Bronckart (2008) quando verifica que o desenvolvimento humano passa necessariamente pela linguagem e que reproduzimos, no nosso agir comunicativo, um agir social ideologicamente marcado.

Na ACD, um dos nomes a reter é, sem dúvida, Norman Fairclough que assume a importância de se estudar o gênero como um caminho essencial para compreender a produção, manutenção e mudança nas relações sociais de poder e a hegemonia dentro das práticas sociais (discurso). Fairclough adota, assim, a noção textual introduzida por Halliday, focalizando o seu trabalho no texto por ser “potencialmente significativo na análise do discurso” (Fairclough 2001: 102).

Diferente de autores como Swales (1990) que propõe uma teoria genérica, Fairclough (2001) recorre à análise de texto e de gênero como um caminho para aceder às formas complexas de relações dentre a linguagem, o discurso e as manifestações de poder. Se a análise de textos tem um papel essencial nos trabalhos de Fairclough (2001,2003), ele não descarta a importância do gênero nas suas pesquisas. Para o autor, há um interesse na versatilidade dos gêneros e nos seus efeitos nas configurações de outros elementos. Fairclough (2001: 161) utiliza o termo *gênero* para:

(...) um conjunto de convenções relativamente estável que é associado com, e parcialmente representa, um tipo de atividade socialmente aprovada, como conversa informal,

¹⁴ Apesar das diferenças não discipinadas, o que nos interessa evidenciar são os aspectos comuns.

comprar produtos em uma loja, uma entrevista de emprego, um documentário de televisão, um poema ou um artigo científico. Um gênero implica não somente um tipo particular de texto, mas também processos particulares de produção, distribuição e consumo de textos.

(Fairclough, 2001: 161)

De acordo com essa citação, para a noção de gênero, Fairclough inclui não só um modelo de texto como também procedimentos de produção, de distribuição e, também, de consumo. Além disso, é de referir que o autor segue a visão sócio-histórica encontrada ECV ao afirmar que o gênero associa uma estrutura composicional particular a um estilo. No entanto, Fairclough (2001:162) nomeia a estrutura composicional de *tipo de atividade*, considerando, com isso que essa estrutura composicional (tipo de atividade) “pode ser especificada em termos de uma sequência estruturada de ações das quais é composto, e em termos dos participantes envolvidos na atividade”, isto é, “o conjunto de posições de sujeito que são socialmente constituídas e reconhecidas em conexão com o tipo de atividade”. Já o estilo, ainda segundo Fairclough (2001), tende a ser um pouco mais difícil de se identificar. Para resolver a questão, o autor utiliza a terminologia atribuída na categorização do contexto de situação pela LSF no sentido de explicar que os estilos também variam conforme três parâmetros; o *tenor*, o *modo* e o *modo retórico* do texto. Ao se referir ao primeiro parâmetro, Fairclough (2001) esclarece o tipo de relação que existe entre parceiros na interação, podendo, desse modo, o estilo classificá-lo como formal, informal, oficial, íntimo, casual, entre outros. O segundo parâmetro alude à maneira como os textos apresentam-se: se são escritos, orais ou mesmo uma combinação entre ambos. Por sua vez, o terceiro refere-se, como o próprio nome diz, ao “modo retórico”, ou seja, argumentativo, descritivo, expositivo.

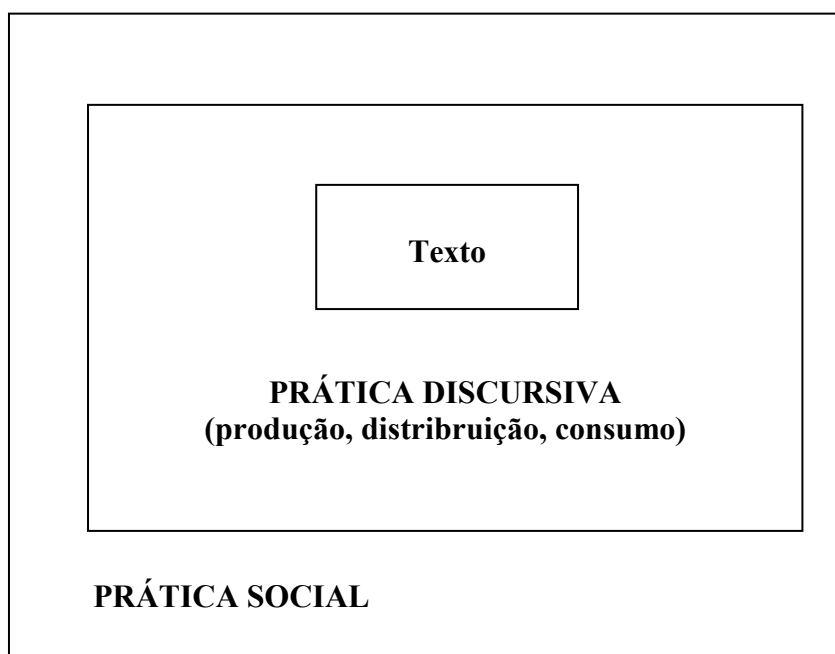
Uma vez definido texto e gênero, passamos para a noção de *discurso* que, para Fairclough (2001), distingue-se daquela que é usada normalmente pela análise de discurso francesa. Dessa forma, esclarecemos o que é discurso, na concepção do autor, trazendo a citação abaixo:

Ao usar o termo discurso, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como

atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. (...). Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como efeito da primeira. (Fairclough, 2001: 90-91)

Para esclarecer melhor a relação discurso/gênero/texto, pomos em evidência o modelo tridimensional de Fairclough (2001: 101). Este modelo procura mostrar três perspectivas de análise essenciais para o estudo do discurso, razão pela qual apresenta-se em sobreposição o que, segundo o autor (2001: 102), mostra bem que “a divisão dos tópicos analíticos entre análise textual e análise da prática discursiva (...) não é nítida”. Veja figura abaixo:

Concepção tridimensional do discurso



(Retirado de Fairclough, 2001: 101)

Segundo a explicação do modelo (Fairclough, 2001: 102), no nível do *Texto*, a análise volta-se para o vocabulário, a gramática, a coesão, a estrutura textual, os atos de fala, a coerência, a intertextualidade. No nível da *Prática Discursiva*, encontram-se os gêneros. Finalmente, o *discurso* apresenta-se no campo mais abrangente que engloba o gênero e o texto. Dessa forma, o gênero é visto como um meio de ação ideologicamente marcado em que as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros, sendo esse agir um modo de representação de ideologias.

Com efeito, Bronckart (2008c), ao se referir a ACD, enfatiza o carácter útil e ativo das suas análises nas questões sociais e políticas. Como é colocado em destaque na citação abaixo:

Mais do que tentar uma validação, esses autores centram-se em problemas sociais ou em mecanismos políticos, coletando corpora de discursos produzidos nesses contextos e analisando-os, com o objetivo de mostrar que as propriedades de sua organização são determinadas (ou explicadas) pelas condições de interação local e pelas características das estruturas macrosociais e o modo como esses discursos contribuem para a reprodução, legitimação ou contestação das relações de poder ou de dominação na sociedade. No quadro de uma abordagem multidisciplinar, essa corrente tem desenvolvido análises de textos produzidos nas mídias, estudando mecanismos de reprodução da desigualdade entre gêneros, de imposição de uma ideologia política, de difusão de concepções etnocêntricas, nacionalistas, racistas etc.

(Bronckart, 2008c: 81)

Segundo Falcone (2008), foi a partir do posicionamento de Fairclough sobre a importância de analisar gêneros, no seu livro *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*, que a ACD passa a incluir os gêneros nos seus estudos. Outros importantes nomes da ACD são o autor Gunter Kress (1997) que dá ênfase ao aspecto semiótico e Teun Van Dijk (1997) que procura desenvolver a relação entre o discurso, a cognição e o social.

2.2 - Estudo do gênero em língua francesa

2.2.1 - Perspectiva discursiva de Dominique Maingueneau: o contrato, o papel e o jogo

A contribuição de Dominique Maingueneau para o estudo dos gêneros insere-se na análise do discurso de tradição francesa. Para o autor, os gêneros configuram-se num universo discursivo, sendo próprio referi-los como gêneros do discurso em detrimento a gêneros textuais. Apesar dessa consideração, o autor (2002:58) não deixa de afirmar que “todo texto pertence a uma categoria de discurso, a um gênero de discurso”. O pensamento aproxima a noção de gênero de discurso à noção de gênero de texto. O autor ainda considera que o estudo do gênero é um meio para aceder ao conjunto dos enunciados com o mesmo posicionamento sócio-histórico que formam os discursos.

Para percebermos os aspectos mais relevante para a noção de gênero, é interessante verificar qual o conceito de *discurso*, *texto* e *enunciado* considerado pelo autor. Com efeito, Maingueneau (2002) apresenta oito postulados que são essenciais para perceber as características do discurso: o discurso vai além da frase, é orientado, uma forma de ação, interativo, contextualizado, assumido por um sujeito, regido por normas e se encontra dentro do chamado *interdiscurso*.

O discurso, para Maingueneau (cf. 2002, 2005, entre outros), como objeto de investigação é estudado tendo em conta as condições de produção dos enunciados. Estas condições ocupam um espaço historicamente marcado e com certa identidade enunciativa que são acessíveis pelo estudo do gênero discursivo.

Maingueneau (2002:57) assume a noção de enunciado como sendo o produto verbal da enunciação, admitindo que pode ter um valor quase equivalente ao de texto. No entanto, em alguns casos, para diferenciá-lo de texto, estabelece que o enunciado pode ter “valor de uma frase inscrita em um contexto particular”. Assim, o autor (2002:57) deixa o termo *texto* mais precisamente ligado à noção de gênero, uma vez que, ao falar de texto, o faz “quando se tratar de unidades verbais pertencentes a um gênero de discurso”

A noção de gênero para Maingueneau (2002) está inserida dentro de uma “competência comunicativa”. Isso por si só denota um carácter cognitivo dos gêneros. Além disso, segundo as suas palavras (2002:61), os gêneros são “dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes”. Outra característica que manifesta essa competência comunicativa é o fator de economia cognitiva assegurar a comunicação. Citando Bakhtin, Maingueneau (2002) esclarece que, graças à nossa capacidade de conhecer e reconhecer um gênero, a comunicação humana é possível, pois, em um só instante, somos capazes de identificar elementos que, de outro modo, seria necessária a nossa máxima e continua atenção. Na verdade, para o autor, os gêneros estão interligados ao que ele irá considerar como *competência genérica*, sendo esta responsável pelo êxito da própria comunicação. Com efeito, essa competência é uma partilha de conhecimentos entre os membros de um determinado grupo. Esse ponto foi referido por Bhatia (1997) ao se indagar sobre a forma como as comunidades interagem entre si e se aproxima da visão de comunidade discursiva de Swales (1990) ao prever a existência de membros que pertencem a determinados grupos em que há uma partilha comunicativa.

Maingueneau (2002:66-68) aponta um conjunto de condições para que haja êxito na comunicação e, conseqüentemente, competência genérica, são elas: uma finalidade reconhecida (ou propósito comunicativo, nos termos de Swales), o estatuto dos parceiros na interação (o papel do enunciador e do co-enunciador), o lugar e o momento legítimos¹⁵. Dentro deste último ponto está, também, a temporalidade do gênero com implicações em vários eixos: pode haver uma ocorrência, na qual o gênero é

¹⁵ Essa noção aproxima-se da noção de *contexto retórico* proposto por Bhatia (1997)

realizado periodicamente (como exemplo, o autor cita os gêneros *missa*, *telejornal*, entre outros); uma duração de encadeamento, que marca o tempo da realização do gênero (ex. um jornal); uma continuidade nesse encadeamento, (como no caso da piadas, sendo necessário contá-las de uma só vez e na íntegra, ao contrário de um romance que pode ser interrompido tanto no momento da leitura como no da produção); e uma validade presumida (o jornal) ou não como nos textos bíblicos em que não existe uma validade associada.

Também fazem parte das condições apontadas acima o suporte material e a organização textual. Com relação ao primeiro, esse autor (2002:72) foi feliz ao destacar o meio de circulação do gênero como um fator preponderante para o mesmo. Segundo as suas palavras, “o modo de transporte do enunciado condiciona a própria constituição do texto, modela o gênero de discurso”, e, complementa, ao realçar que “o texto é inseparável de seu modo de existência material”. De fato, observamos que ao mudar o suporte material de um texto, por vezes, muda-se radicalmente um gênero de discurso. Este ponto torna-se realmente interessante e parece ser, nas teorias sobre o gênero, relegado a um segundo papel, apesar de já haver um movimento de destaque à manifestação material dos gêneros na mídia (cf. Fairclough, 2001). Com relação à organização textual, Maingueneau (2002:68) deixa indicado que esse ponto deve ser estudado pela linguística textual. Além disso, afirma que “dominar um gênero de discurso é ter uma consciência mais ou menos clara dos modos de encadeamento de seus constituintes em diferentes níveis”, podendo, esse ponto, “ser objeto de aprendizagem”.

Maingueneau (2005:97-98) também estabelece três regimes de genericidade que são consideradas pelo autor como categorias prototípicas, “podendo algumas práticas verbais situar-se na fronteira entre dois regimes”, são eles:

- gêneros autorais: são produtos de um autor conhecido que pode estar indicado antes de iniciar o texto, geralmente ao lado do título; ou, então, encontra-se indicado como assinatura no fim do texto. Essa identificação do autor também é acompanhada por uma etiqueta que vai

indicar como o texto deve ser recebido ou como espera-se que ele seja recebido.

- gêneros rotineiros: são os gêneros preferenciais de determinados analistas do discurso uma vez que, dentro desses gêneros, os papéis dos interlocutores estão previamente definidos e são invariáveis durante o ato comunicativo. São exemplos desse gêneros o debate televisivo, a consulta médica, o jornal diário, entre outros. Além disso, “os parâmetros que os constituem resultam da estabilização de condicionantes ligadas a uma prática verbal realizada numa dada situação social” (Maingueneau, 2005:98). Nos gêneros rotineiros há uma escala que varia do gênero mais ritualizado (com variação mínima, como os *actos jurídicos*, por exemplo) aos menos ritualizados (com grande margem para variações).
- gêneros conversacionais: Ao contrário dos rotineiros, os gêneros conversacionais possuem certa liberdade com relação aos seus lugares institucionais. Essa instabilidade está presente não apenas na composição como também na temática e neles abundam as estratégias de negociação entre os interlocutores.

Não obstante ser complicado qualquer tipo de classificação, no nosso entender a definição de gêneros rotineiros não parece ser muito clara. Pode haver gêneros autorais e rotineiros ao mesmo tempo (como exemplo podemos citar a *providência cautelar* feita por um advogado, na qual assina o seu nome o que parece indiciar tratar-se de um gênero autoral). Além disso, parece-nos importante referir ainda existirem gêneros de grande instabilidade, que não parece caber dentro da classificação de gêneros conversacionais, como, por exemplo, a *propaganda*.

Consciente da problemática da divisão entre gênero autoral e rotineiro, Maingueneau (2005) estabelece apenas dois regimes de generacidade: gêneros *conversacionais* e gêneros *instituídos*, este último englobando os gêneros rotineiros e autorais. Para isso, o autor baseia-se na relação entre *cena genérica*, que é imposta pelas normas de um determinado gênero do discurso; e *cenografia*, constituída pelo discurso

propriamente dito. Resumidamente, segundo Maingueneau (2005:100-102) podemos dizer que os gêneros instituídos de modo (1), são gêneros que não estão sujeitos a variação. Caracterizam-se por ter uma composição rígida, sendo no caso impossível falar de autor. Nos gêneros instituídos de modo (2), os locutores produzem textos personalizados, mas que ainda devem obedecer a uma mesma rede de condicionantes comunicacionais do gênero. Os gêneros instituídos de modo (3) possuem, na sua natureza, uma predisposição para a inovação com o objetivo claro de captar o público. E, por fim, os gêneros instituídos de modo (4), próximos dos gêneros de modo (3), podem ser reconhecidos como rigorosamente autorais. Parece-nos que os gêneros literários estão incluídos neste último modo. Para esse autor (2005:103), Os gêneros de modo 1,2 e 3 “estão ligados a determinadas atividades sociais com finalidades pré-estabelecidas”. Ao contrário dos gêneros do modo (4), que “não correspondem a atividades discursivas claramente balizadas no espaço social”.

Apesar da contribuição do autor, mostrando que existem procedimentos diferenciados de realização textual dentro das atividades discursivas (uma clara aproximação ao ISD), e, como bem nota Marcuschi (2008:159), transmitindo-nos a ideia de que “é possível distinguir esses regimes de produção textual no contexto do intertexto”, não nos parece exequível, em relação aos gêneros, estabelecer uma classificação condicionada pelo carácter générico.

Para fundamentar este ponto de vista, apresento como referência teórica as palavras de Bronckart (1999:138) ao afirmar que “os gêneros não podem nunca ser objeto de uma classificação racional, estável e definitiva”. Este autor mostra ainda três razões principais: a primeira é que os gêneros são de número ilimitado. A segunda é porque as características que pertencem aos gêneros (como: conteúdo temático, finalidade humana geral, questão social específica, processos cognitivos mobilizados, suporte mediático, etc) estão em constante interação e mudança tornando-se pouco delimitáveis e, finalmente, a terceira e, a seu ver, a mais categórica no seu entender, é que não há critérios objetivos para propor uma classificação de um gênero.

Por fim, Maingueneau (2002:69-70), para evidenciar o carácter discursivo do gênero, utiliza-se das metáforas *contrato*, *papel* e *jogo*. Podemos dizer que o gênero do discurso é um *contrato* devido ao fato de ser regido por normas conhecidas e que são aceitas de modo cooperativo, com sanções para quem as transgredir. Na segunda metáfora, o *papel*, procura indicar que cada indivíduo assume ou representa um determinado papel (lembrando o teatro) na interação comunicativa que será condicionada pelo gênero utilizado. Com relação à terceira, Maingueneau (2002:70) afirma que, “falar de jogo é, de alguma forma, cruzar as metáforas do contrato com as do teatro, enfatizando simultaneamente as regras implicadas na participação em um gênero de discurso e sua dimensão teatral”.

2.2.2 – Perspectiva de Jean-Michel Adam: gêneros de discurso

Apesar de Jean-Michel Adam não ter perspectiva teórica própria sobre a análise de gênero em particular, o autor dá uma importante contribuição para os estudos que concerne à linguística textual ao reconhecer o texto como um construto constituído por unidades prototípicas conhecidas como *sequências textuais*, que são designadas como *narrativas*, *argumentativas*, *explicativas*, *descritivas* e *dialogais*. Estas sequências são consideradas unidades que entram na estrutura composicional dos textos. Com diversos modos de combinação lineares ou encaixados, as sequências aparecem nos textos de forma articulada, apresentando uma estrutura global. De acordo com Adam (1997), “La structure globale est, le plus souvent, déterminée par une autre donnée: le plan de texte”. Os planos de textos serão mais ou menos estabilizados em um gênero de discurso.

Partilhando o ponto de vista de Maingueneau, o autor esclarece que a análise de gênero tornou-se uma questão central na *Análise do Discurso*. Também Adam põe em evidência a dimensão histórica do gênero. Na construção da sua perspectiva teórica, três autores serão fundamentais: Maingueneau, Bronckart e Rastier. A noção de gênero de Bronckart que Adam (1997) destaca refere-se aos gêneros como formas comunicativas historicamente construídas a partir das formações sociais, mas em função de objetivos

próprios. Essa noção alia-se à de Maingueneau quando destaca a evidente relação entre o discurso e os gêneros. Para este autor (apud Adam, 1997), a análise das formações discursivas começa pelo estudo do gênero que clarifica a ligação entre a organização textual e o lugar social em que foi constituído. Das concepções de Bronckart e Maingueneau, duas importantes relações são consideradas por Adam (1997:06): a primeira é a afirmação de que os gêneros são regularidades sócio-históricas observáveis no campo prático da sua efetiva realização; a segunda é que os gêneros determinam a estrutura dos textos de um modo global. Para reforçar as duas ideias, Adam (1997:07) reporta-se às palavras de Rastier (1989:40) que trazemos aqui, em parte, na citação abaixo:

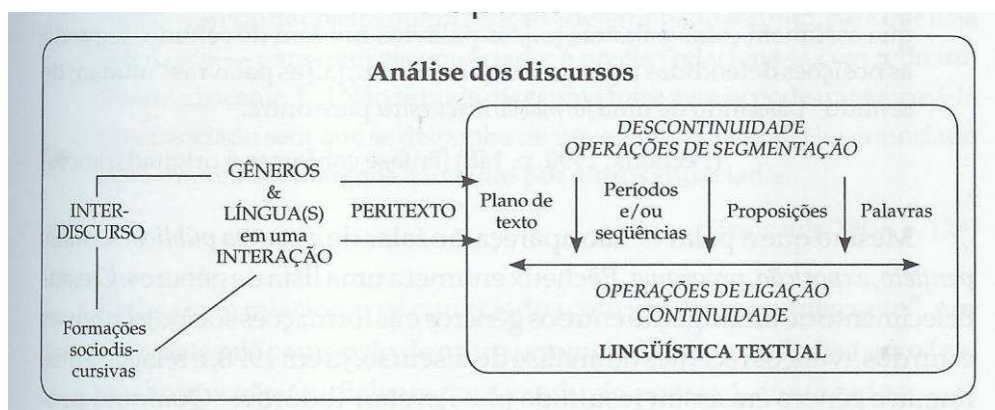
Un discours s'articule en divers genre, que correspondent à autant de pratiques sociales différenciées à l'intérieur d'un même champ. Si bien qu'un **genre est ce qui rattache un texte à un discours**¹⁶. Une typologie des genres doit tenir compte de l'incidence des pratiques sociales sur les codifications linguistiques.

Para Adam (1997), esta citação confirma a inegável separação entre gêneros e discurso. Adam (1997) afirma ainda não ser possível separar a dimensão global do gênero de suas unidades micro-linguísticas, o que põe em causa os limites da linguística clássica. Por concordar com a ideia, transcrevemos a seguinte citação de Rastier (1989:37)

Il n'existe pas de texte (ni même d'énoncé) que puisse être produit par le seul système fonctionnel de la langue (au sens restreint de mise en linguistique). En d'autres termes, la langue n'est jamais le seul système sémiotique à l'œuvre dans une suite linguistique, car d'autres codifications sociales, le genre notamment, sont à l'œuvre dans toute communication verbale.

Portanto, para concluir, diremos que Adam advoga não uma separação de linhas de pesquisa, mas uma junção de objetos. Para esse autor (2008:43), a linguística textual torna-se-ia um “subdomínio do campo mais vasto da análise das práticas discursivas”, conforme explicita o modelo abaixo:

¹⁶ Grifo nosso



3 – Afinal, o que são gêneros textuais?

No âmbito dos estudos aqui abordados, é consensual que a própria noção de gênero está relacionada com a diversidade das práticas sociais. Essa será uma das principais convergências entre aqueles que estudam *gênero*. Com efeito, essas correntes consideram a interação humana como ponto essencial nas suas análises e, sobretudo, enfatizam que a linguagem é produto dessa interação em situação de comunicação, na qual participam, além dos aspectos linguísticos, aspectos sociais, culturais e históricos. Não obstante o carácter amplo do pressuposto, é imprescindível enfatizar essa confluência uma vez que a sua base é estabelecida numa concepção de língua que estabelece a função e não a forma como seu principal foco. As teorias que privilegiam a língua como prática social são contrárias às que possuem bases filosóficas, uma vez que estas últimas visam forçar uma regularidade sem a preocupação de verificar a relação multifacetada do seu objeto de estudo. Também é de considerar que, nas linhas de pesquisas que foram aqui amplamente abordadas, são tomados como assentes três pressupostos sobre gênero oriundos do pensamento dito “bakhtiniano” e que são encontrados no estudo *gêneros do discurso*, em ECV. O primeiro deles é que os gêneros são fenómenos culturais, históricos e sociais. O segundo refere-se ao fato de que o uso do gênero se dá para atender aos objetivos comunicacionais dos sujeitos. E, por fim, que os gêneros não estão estagnados, mas, pelo contrário, possuem, entre suas características, flexibilidade e dinâmica. Também é importante salientar que, de uma certa maneira,

estes pressupostos estão interligados. Afinal, o gênero responde a uma necessidade comunicativa de uma determinada época e de um povo de uma cultura específica. Assim, não só a função comunicativa, mas também a cultura e o tempo de sua inscrição histórica serão determinantes para as características próprias de cada gênero.

Em relação ao primeiro pressuposto, Koch (2002:54) afirma que os gêneros:

são marcados sócio-historicamente, visto que estão diretamente relacionados às diferentes situações sociais. É cada uma dessas situações que determina, pois, um gênero, com características temáticas, composicionais e estilísticas próprias.

Seja ao escrever uma carta, contar uma anedota ou fazer a lista de compras, os usuários da língua possuem um conhecimento oriundo da sua vida em sociedade, que permite escolher o que é adequado ou não na feitura dessas atividades languageiras. Desta forma, a atuação dos gêneros na sociedade está ligado com a função que desempenham nas culturas em que se desenvolvem. Os gêneros organizam as “ações” comunicativas de uma comunidade, tornando-se chaves para o entendimento da cultura comunicacional de todo um povo. Portanto, os gêneros estão profundamente ligados ao cultural e social.

Esta ideia é bastante visível quando vemos estudos sobre os textos e a sua evolução histórica. É o caso de trabalhos como o de Bazerman (1995), o qual mostrou que as mudanças na natureza do gênero atendem a um conjunto específico de características de uma determinada época. No seu estudo sobre as patentes empresariais do séc. XIX, o autor mostra como o desenvolvimento mútuo do gênero *patente*, função da *patente* e o sistema social de concessão de *patente* pode ser visto historicamente. Segundo ele, as *patentes* no período da Renascença britânica eram simplesmente uma designação de um privilégio de monopólio concedido pela Coroa, por qualquer benefício ou favor que tivessem prestado ao Estado. Essas primeiras *patentes* foram textualmente realizadas através de formas tradicionais de petição à Coroa para uma concessão real.

Contudo, na Inglaterra, durante a metade do século 17, todas as formas de monopólio concedido pelo Estado foram barradas pelo Parlamento como sinal de repúdio pelo abuso de poder dos Reis James I e Charles I (com exceção de um monopólio temporário simples concedido ao inventor de um novo bem, sob a crença de que a invenção iria alavancar o bem-estar econômico do país). Assim, a ideia de que a concessão de privilégios ao desenvolvimento de uma invenção pode propiciar um bem-estar econômico nacional desenvolve-se a partir da crença na economia de mercado que, entretanto, começa a surgir.

Desta forma, tornou-se necessário criar um mecanismo pelo qual os indivíduos pudessem requerer esse privilégio (o monopólio temporário) e apresentar a sua petição para avaliação. Na Inglaterra, isso levou ao procedimento de registros seguido por um litígio nas cortes e legislatura local. Já os organizadores da Constituição Norte-Americana preocuparam-se em regularizar e limitar tal prática com a criação de lei conhecida como “patentes e direitos autorais” sob o Artigo 1, seção 8, garantindo ao Congresso uma responsabilidade federal com o poder de promover o progresso das artes úteis, assegurando por tempo limitado aos autores e inventores o direito exclusivo de suas respectivas escritas e descobertas.

Estudos como esse demonstram o papel social de um determinado gênero e a sua evolução, auxiliando, desta maneira, a compreensão da ligação entre os gêneros e a cultura e, também, a tentativa de defini-los segundo as necessidades comunicativas de cada época. Trabalhos que visam essa compreensão mostram a evolução no uso da língua e também a ação dos gêneros na estruturação das atividades comunicativas, que ajudam a humanidade a realizarem seus trabalhos, propósitos, a criar e reproduzir ideias e a continuar a história.

O que nos conduz ao segundo pressuposto, isto é, o de que o gênero atende aos objetivos comunicacionais dos sujeitos falantes. Como bem nota Marcuschi (2002), os gêneros como produtos do meio social e histórico, surgem a partir das necessidades sócio-comunicativas. Nas suas próprias palavras, o autor defende que:

Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. São entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa (...) Surgem emparelhados a necessidades e atividades sócio-culturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita

(Marcuschi, 2002:19)

Marcuschi (2002) ainda afirma que os gêneros textuais são estruturas mais ou menos sólidas que se distribuem na oralidade e na escrita como práticas sociais sedimentadas, longamente desenvolvidas e testadas. A sua definição é de natureza sociocomunicativa, com parâmetros essencialmente pragmáticos e discursivos. Portanto, são fenômenos históricos, profundamente ligados ao social e ao cultural, como resultado de um trabalho coletivo e que contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas. Para o autor, apesar dos gêneros possuírem poder preditivo e interpretativo das ações humanas em qualquer contexto discursivo, eles não são modelos de estrutura sólida, estanques, mas possuem, entre suas características, a maleabilidade, o dinamismo e a plasticidade. Eles surgem de acordo com as necessidades e atividades sócio-culturais, bem como na sua relação com inovações tecnológicas. Podemos, pois, afirmar que os gêneros surgem e se integram de acordo com a sua função nas culturas em que se desenvolvem.

E é precisamente esta possibilidade dos gêneros se adequarem às situações comunicativas que forma o terceiro ponto. Já foi salientado o aspecto de que os gêneros, apesar de possuírem uma certa estabilidade, podem apresentar estruturas variáveis. Essa característica do gênero congrega os outros dois pontos já referidos acima e, por isso, dar-lhe-ei uma maior atenção.

Aspecto central na teoria genérica, essa dupla face, de possuir aspectos estruturais contínuos aliado com a possibilidade de mudança, leva a que os estudos se preocupem em confrontar os aspectos que contribuem para a estabilidade do gênero e

aquilo que propicia sua mudança. A inovação associada ao gênero está presente não só na mutação da sua forma, como também no surgimento de novos gêneros, sendo que essa variabilidade é profundamente ligada à sua especificidade de atender a comunicação humana. Por isso, as mudanças são permitidas em função da sua inscrição cultural, histórica e, principalmente, social. Assim, mudam-se os tempos, muda-se o gênero ou criam-se novos gêneros. Sobre a questão, Marcuschi (2002) alega que é fácil constatar que, com o advento de novas tecnologias, em especial aquelas ligadas às áreas de comunicação, surgiram novos gêneros textuais. Para citar exemplos, podemos observar a criação de gêneros, tais como: *e-mails*, *web-sites*, etc. Sobre esse ponto, Marcuschi (2002:20) nota que:

por certo, não são propriamente as tecnologias *per se* que originam os gêneros e sim a intensidade dos usos dessas tecnologias e suas interferências nas atividades comunicativas diárias. Assim, os grandes suportes tecnológicos da comunicação tais como o rádio, a televisão, a revista, a Internet, por terem uma presença marcante e grande centralidade nas atividades comunicativas da realidade social que ajudam a criar, vão por sua vez propiciando e abrigando gêneros novos bastante característicos”

Com relação à *estabilidade*, Bhatia (1997:630), ao confrontar as ideias inerentes que estão presentes na noção de gênero, afirma que:

Genres are essentially defined in terms of the use of language in conventionalised communicative settings, which give rise to specific sets of communicative goals for disciplinary and social groups, which in turn establish relatively stable structural forms and, to some extent, even contrain the use of lexico-grammatical resources.

Esse ponto de vista é essencial para percebemos inclusive o carácter da dupla face genérica, ou seja, maleabilidade versus estabilidade. Assim, Bhatia (1997:630) parte do princípio de que os gêneros são essencialmente definidos segundo critérios para atender a função comunicativa em “cenários” específicos, determinados por convenções sociais. São esses mesmos cenários que estabilizam o gênero, gerando estruturas com

um certo grau de estabilidade em que se reconhecem recursos léxicos e gramaticais em uso. Nesse ponto, quero acrescentar que, para além destes recursos, outros modos semióticos possibilitados pela língua são também essenciais para a função comunicativa. Segundo Bhatia (1997), qualquer tentativa de negligenciar, ignorar ou minar o poder das “convenções” em tais encontros pode conduzir a consequências desastrosas.

O gênero textual num evento comunicativo particular conduz a uma partilha de objetivos, propósitos e intenções comuns ao interactantes. Essa partilha leva a um contexto “retórico” relevante (cf. Bhatia, 1997:630) e o sucesso na comunicação depende justamente desse entendimento comum. Isso passa pelas formas linguísticas dentro de regularidades típicas de organização e de formas estruturais, as quais dão depois corpo (estrutura) para a construção genérica. Ou seja, os sujeitos envolvidos no ato comunicativo prevêem uma estrutura interior em que são realizados usos típicos de léxico-gramática e formas discursivas que permitem localizar objetivos comunicativos. Esse reconhecimento possibilita identificar o gênero e a sua ação comunicativa. O gênero, ao possuir uma estrutura que permite a partilha comunicativa, deve ser mais ou menos estável para que seja passível de ser reconhecida e corretamente utilizada. Como afirma Swales (1990), os gêneros não são criados todas as noites, pelo contrário, necessitam de um grande período de tempo para se consolidarem e serem reconhecíveis até se tornarem um tanto “estandardizados”. Por conseguinte, o gênero possui um grau de estabilidade que permite a sua previsão e, conseqüentemente, a sua ação nas sociedades. Se assim não fosse, seria impossível a comunicação humana, como seria impossível a cada momento criarmos novas formas de linguagem em enunciação.

No entanto, apesar de haver uma estabilidade na construção genérica, cada gênero também mostra uma dinâmica própria. Aliás, esse ponto foi salientado por Bakhtin/Voloshinov (2000:279) quando nota que:

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discursos que vai diferenciando-

se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa.

A questão já foi salientada nas palavras de Marcuschi (2006:27) ao fazer notar que “em geral, os gêneros desenvolvem-se de maneira dinâmica e novos gêneros surgem como desmembramentos de outros, de acordo com as necessidades ou nas novas tecnologias”. O autor complementa, ainda, essa ideia quando afirma que a dinamicidade dos gêneros e sua facilidade de adaptação se faz sentir inclusive na sua materialidade linguística.

Contudo, é importante salientar que o carácter da versatilidade genérica sente-se não apenas em termos do surgimento de novos gêneros, mas também no fato de que os mesmos gêneros podem apresentar-se em estruturas tão distintas que o seu reconhecimento dá-se mais através da sua função do que pela sua forma. Sobre esse ponto, Bronckart (1999) observa que os gêneros são uma categoria abstrata que contém um repertório de modelos postos em prática no momento da produção textual. Sendo assim, os gêneros são “convocados” e são “adaptados”, apresentando a cada novo texto uma rede de novas características genéricas. Como afirmou Bronckart (1999:102):

Embora o processo de empréstimo inspire-se, necessariamente, em modelo existente, quase nunca acaba em uma cópia integral ou em uma reprodução exata de um exemplar desse modelo. Os valores do contexto sociosubjetivo e do conteúdo temático de uma ação de linguagem sendo, pelo menos em parte, sempre novos, o agente que adota um modelo de gênero também deve, necessariamente, adaptá-lo a esses valores particulares.

Podemos também considerar que essa adaptação atinge um nível focalizado numa manipulação do gênero com fins mais específicos. Isto é, a capacidade para adaptar-se a diferentes contextos de uso atribui ao gênero um tipo de complexidade dinâmica que, segundo Bhatia (1997:634), é utilizado em diferentes situações que vão desde a informação tecnológica até contextos multidisciplinares, nos quais entra em ação uma urgência para ser criativo, inovador e melhor comunicador profissional. Isso confere

um tipo de conhecimento baseado na capacidade de manipular o gênero, que alia a mudança à estabilidade para, em última instância, poder conferir “status” social. Como Bhatia (1997:635) salienta:

It may be that a person is required to respond to a somewhat changing sócio-cognitive need, requiring him to negotiate his response in the light of recognisable or established conventions, since genres do change over time in response to changing socio-cognitive needs

Interessa perceber que o autor não deixa de lado o aspecto cognitivo da construção generica quando se refere à adequação do gênero ao contexto social. Sem dúvida, o gênero alia a propensão para a inovação com o que Bhatia (1997) chama de *generic integrity*. Essas duas características em conjunto estabelecem uma relação em que fatores sócias e cognitivos subsistem. Claro que alguns gêneros são mais propensos a inovações e mudanças que outros, contudo, as mudanças podem fazer-se sentir não apenas na criação de novos textos em que o modelo é adaptado, mas também no sentido diacrónico, com o passar dos tempos, como já foi salientado.

A propensão para a inovação também é uma das características que torna o estudo do gênero atrativo a diversos campos de pesquisas científicas. Sobre essa questão, Marcucshi (2006:24) salienta:

o estudo dos gêneros é uma fértil área interdisciplinar com atenção especial para o funcionamento da língua e para as atividades culturais e sociais. Desde que não concebamos os gêneros como modelos estanques nem como estruturas rígidas, mas como formas culturais e cognitivas de ação social.

Para concluir, sublinhamos serem os gêneros textos materializados que ocorrem no nosso dia a dia, apresentando certas características aptas a responder às necessidades comunicativas das sociedades. Portanto, embora adote os pressupostos teóricos do ISD, a

noção de gênero que destaco, e que não deixa de confluir com estes mesmos pressupostos, é a de Marcuschi (2003:05):

*Gênero textual*¹⁷ refere formas textuais ‘relativamente estabilizadas’ (Bakhtin) em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *padrões sócio-comunicativos* caracterizados pela composição funcional, objetivo enunciativo e estilo realizados na integração de forças históricas, sociais e institucionais.

3.1 - Gênero: uma questão de status e “controle social”

Além das três características referentes aos gêneros que expusemos no ponto anterior, queremos também apontar uma visão, oriunda dos estudos da Análise Crítica do Discurso, sobre a relação entre os gêneros e as estruturas sociais que podem denotar relações de poder. Essa visão de gênero relacionada à prática discursiva apresenta-se como um complemento para o que já foi exposto e que vem fundamentar o papel do gênero na sociedade.

Para discutir o tema descrito no parágrafo anterior, tomarei como base teórica o texto de Marcuschi, *O Papel da Atividade Discursiva no Exercício do Controle Social*, apresentado na conferência da Abralín, Julho de 2003¹⁸. Nessa conferência, o autor (2003:01), com base nos estudos de Fairclough (2001), aponta duas reflexões que mostram que o uso do gênero pode ser encarado como uma das formas de *controle social*. A primeira refere-se à noção de que os gêneros “surgem e operam em nossas sociedades como forma de controle social, político e ideológico, etc.” E, no segundo, “os gêneros constituem sistemas relacionados de enunciados e não agem isoladamente, em

¹⁷ Grifos do autor.

¹⁸ Apresentado na forma de confrência na 55ª Reunião Anual da SBPC da ABRALIN – Recife, 13 a 18 de julho de 2003. O texto utilizado aqui é mimeo.

especial quando fazem parte do mesmo domínio discursivo”, isto é, das mesmas esferas de atividades, segundo a concepção encontrada na *Estética da Criação Verbal* (2000).

Partindo dessas duas premissas, Marcuschi (2003:01) defende que ”enquanto atividades discursivas, os gêneros são efetivamente sistemas de controle resultantes de desenvolvimentos históricos, culturais, políticos e sociais”. No entanto, o autor esclarece que esse controle não é determinista do ponto de vista de não permitir liberdades, pois, uma vez que os gêneros são maleáveis, há ainda “espaço para a inovação” e também para a “criatividade e mudança”.

O pensamento que indica o gênero como um sistema de controle, remete-nos a dois pontos fundamentais. O primeiro relaciona o gênero ao conjunto das atividades discursivas. E o segundo mostra que, nessas atividades discursivas, o gênero tem o papel de legitimar o discurso, tornando-se, assim, forma de inserção, ação e controle social. Para exemplificar, Marcuschi lembra-nos da atividade discursiva na vida acadêmica. O conjunto de gêneros que rodeiam essa atividade, tais como teses, artigos científicos, conferências, entre outros, confere prestígio no meio acadêmico e legitimam o saber científico. Fora desses padrões canônicos, os trabalhos científicos não são legitimados.

Assim como na atividade do meio acadêmico, nas outras atividades, também é possível encontrar legitimidade de ações realizadas pelos gêneros. É o caso de certidões, alvarás, ofícios, diplomas, etc. Ao observar quem está autorizado a reproduzir esses gêneros e o efeito que eles produzem na sociedade, podemos, sem dificuldade, relacionar essas ações com o controle social. Sobre essa questão, Marcuschi (2003:12) faz notar que:

Também podemos dizer que o poder social se dá em boa medida pelo acesso e pela possibilidade de operar com gêneros na sociedade. Não é só a condição de produtor de gêneros, mas também a condição de consumidor que conta.

Marcuschi (2003:15) ainda refere alguns tipos de controle exercidos pelos gêneros, conforme quadro abaixo:

Tipo de controle	Gênero
Controle de tópico	Entrevistas, aulas, inquéritos
Controle de status	saudação
Controle de cientificidade	Artigos científicos, tratados, teses
Controle de ação	Ordem de prisão, receita médica
Controle de direitos	Leis, regulamentos, patentes, registros
Controle de crenças	Sermão, orações, catecismos
Controle de ideologias	Manifestos, declarações

(Reproduzido de Marcuschi, 2003:15)

De fato, não só categorizar os gêneros parece-nos demasiado complexo, mas, em nosso ponto de vista, este quadro apresenta igualmente algumas outras questões pertinentes. Com efeito, torna-se problemático estabelecer tipos de controle, que são sempre abstratos e subjetivos, espalhados em tentativas de categorização, tornando essas tentativas demasiado redutoras. De igual modo, se torna complicado relacionar um gênero a um único tipo de controle. Exemplificando, no gênero *sermão* não existe apenas um controle de crença mas também de ideologia. O mesmo ocorre com *manifestos*, pois além de haver um controle de ideologias, também em diversos países há um controle de direitos, inclusive, muitas vezes previsto em leis e constituições.

No entanto, concordamos que os gêneros exercem algum tipo de controle dentro das sociedades. Assim, podemos concluir que eles, não só apresentam uma materialidade linguística organizada com realidade empírica nos textos, como também “funcionam como peças sociais e permitem monitorização social e controle sócio-cognitivo” (Marcuschi, 2003:16). Além disso, o controle também é evidente quando o domínio do gênero confere *status* aos seus usuários, mostrando que dominam a sua função. Essa questão é bem colocada por Bhatia (1997:635) ao fazer notar que:

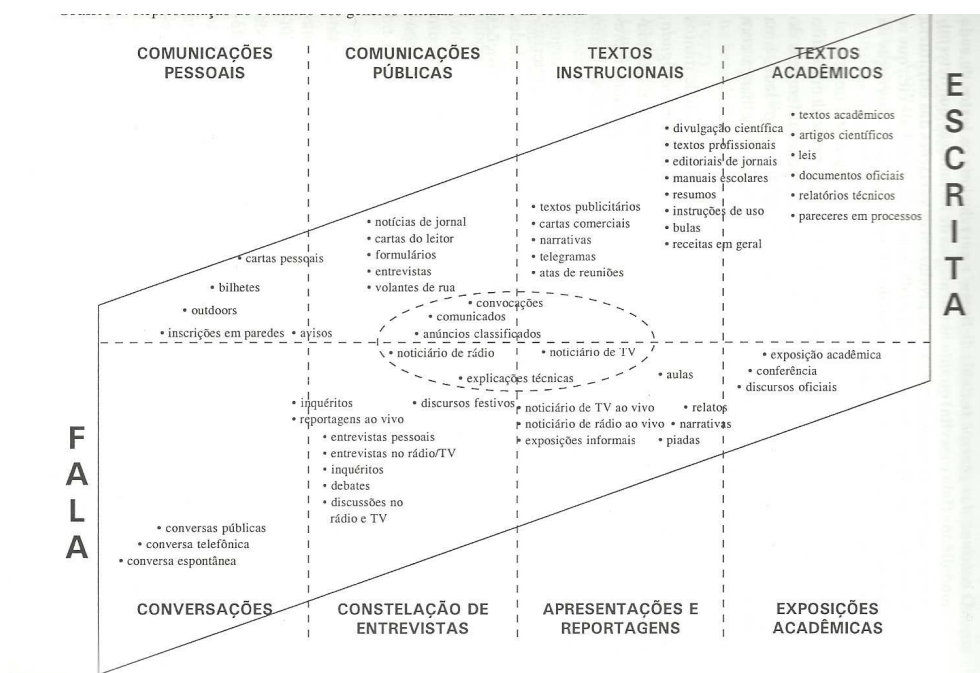
In the present-day competitive Professional and academic climate, genres are seldom seen to maintain static values. These are being increasingly exploited by experts professionals to create more hybrid genres, especially as a result of an overwhelmingly compulsive nature of promotional and advertising activities.

Portanto, os gêneros não só são associados a controles como também participam na projeção de um determinado *status* dentro de atividades sociais. Esse papel que o gênero exerce na sociedade é um dos principais focos de análise do discurso nos estudos de língua inglesa.

3.2 – Gêneros na relação fala-escrita

Outra questão que queremos destacar é a distribuição dos gêneros no *continuum* oral-escrito, ponto desenvolvido por Marcuschi (2000). Primeiro, ele define oralidade e escrita como modos semiológicos diferentes que podem ter características próprias sem serem pensados de forma dicotômica, para, em seguida, afirmar que “as diferenças entre fala e escrita se dão dentro do *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois pólos opostos” (Marcuschi, 2000:37). Em consequência, temos um conjunto de variações que não se apresentam de forma linear. Conforme podemos verificar abaixo, os gêneros textuais aparecem dentro desse contínuo:

Esquema: Os gêneros textuais no *continuum* da fala-escrita



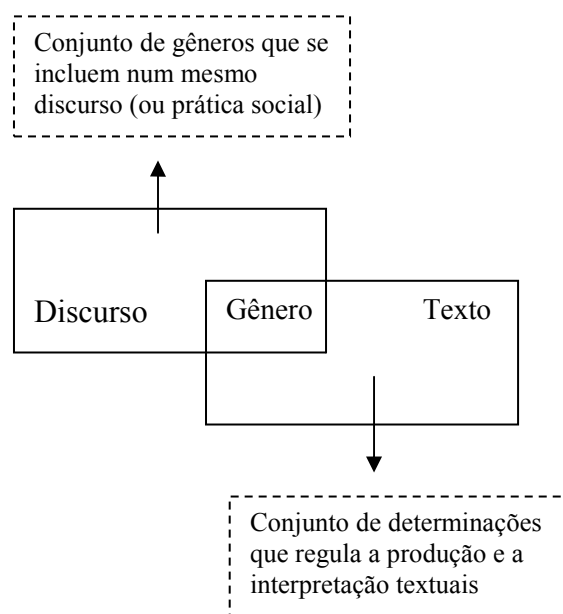
(Marcuschi, 2000:41)

Desse modo, há gêneros que estão no campo da fala como as conversas telefônicas, mas outros que se apresentam na fala com características próximas dos textos escritos, como as entrevistas. Ainda encontramos gêneros que possuem diferentes modos semióticos como, por exemplo, os noticiários da televisão. Esses encontram-se dentro do círculo da figura acima. Segundo Marcuschi (2008:198), esses gêneros que são considerados tipicamente modais, pois têm mais de um modo de semiotização, “são de difícil localização em um ou outro modo (relação fala-escrita) de maneira muito clara”.

3.3 – Gêneros de textos ou gêneros de discurso?

Uma das divergências mais visível entre as linhas de pesquisa é a denominação *gênero de texto* para algumas correntes, enquanto outras referem-se a *gênero de discurso*. A preferência por um ou outro termo dar-se-á conforme o enfoque das posições teóricas. Com efeito, para as correntes que se situam numa perspectiva de análise do discurso será o termo *gênero de discurso* o mais consensual.

A questão é posta em relevo no artigo de Coutinho (2005), “Para uma linguística de gêneros textuais”, que discorre de maneira contundente sobre essa problemática. Efeitivamente, uma das ideias que Coutinho (2005) destaca no seu artigo baseia-se nas reflexões de Rastier (1989/2001) quando defende “o uso da língua como actividade social” (Coutinho, 2005: 79-80). Esta questão é, inclusive, compatível com outros autores como Bronckart (1999/2006) e Marcuschi (2008). Desse modo, Rastier sublinha que “uma situação de comunicação é determinada por uma prática social e que a cada prática social está associado um conjunto de usos linguísticos a que chama discurso” e, ainda, que “cada discurso compreende um certo número de gêneros que correspondem à diferenciação de práticas”. O autor conclui, enfatizando que “um gênero liga um texto a um tipo de discurso” (Coutinho 2005: 80). Esse posicionamento, segundo Coutinho, lança a ideia de que o uso de uma ou outra expressão dependerá certamente do enfoque atribuído pelas análises dos gêneros ao seu objeto de estudo. Este ângulo de pensamento pode ser observado numa relação de pertença que Coutinho (2005:80) coloca em destaque no seu esquema abaixo:



Coutinho (2005) esclarece que quando se fala “gênero de discurso” o enfoque será no gênero e na prática social à qual ele pertence. No caso de gênero de texto, o que é

posto em realce são as tarefas de produção e interpretação textuais. Para concluir A autora destaca que, para Rastier, o objeto primeiro da linguística deverá ser o texto e, como tal, reitera a sua posição de sempre se referir a gênero de texto em detrimento a gênero do discurso. No entanto, pomos em evidência que essas duas perspectivas de trabalho, dependendo da ênfase no objeto das análises podem, de certa forma, conciliar-se.

Um segundo ponto de vista que reitera a perspectiva de gênero textual e que Coutinho (2005) também apresenta em seu artigo é a posição do ISD. Nessa perspectiva, como aqui já foi avançado, a escolha da denominação “gênero de texto” assenta, sem dúvida, numa visão de conjunto. Para Bronckart (1999: 149), os textos são resultados concretos das actividades de linguagem que se distribuem, por sua vez, em gêneros, os quais obedecem às premissas das formações sócio-discursivas, permanecendo esses gêneros à disposição no arquitexto. Na referida teoria, há, sem dúvida, três níveis distintos de análise que se complementam: os textos, os gêneros e as atividades.

Importa reter que Bronckart (2006: 140) reconhece duas acepções diferentes para discurso. A primeira assenta numa base tradicional que tem influência de Benveniste e de Saussure, pois, para ambos o termo “designa a operacionalização da linguagem por indivíduos em situações concretas”. De fato, essa definição relaciona as práticas situadas aos processos da linguagem em oposição ao sistema da língua, ou seja, “o discurso é a condição própria, e inevitável, da produção linguística em situação” (Coutinho, 2005: 82). Por sua vez, a segunda, mais ampla, relaciona-se com as práticas sociais. Ciente de que o termo *discurso* tem vindo a ser utilizado de um modo vasto e indiscriminado, Bronckart (2006) entende, por isso, reservar esse termo apenas para essas operacionalizações de que falamos. Conservando, assim, o termo *atividade de linguagem* para o sentido mais amplo de discurso.

II - O Interacionismo SocioDiscursivo

No capítulo anterior, além de discutir a noção de gêneros textuais, também identificamos as diferentes linhas de investigação sobre o gênero textual, as suas contribuições para o próprio conceito de gêneros e as ferramentas de análise que auxiliam as pesquisas atuais. Neste capítulo, propomo-nos a abordar as concepções teóricas e metodológicas do Interacionismo SócioDiscursivo (daqui para frente ISD). Para isso, apresentamos esse tema em três momentos: o primeiro procura traçar o percurso e os pressupostos epistemológicos do ISD, incluindo a trajetória acadêmica do precursor, Jean-Paul Bronckart. Em seguida, apresenta-se a tese central do ISD, aludindo às correntes filosóficas que influenciaram e ainda influenciam esta teoria até o seu enquadramento psicológico. Num segundo momento, esclarecemos a própria noção de *língua*, *texto* e *gêneros* na perspectiva “isdiana”. E, por fim, exporemos o modelo de análise proposto por Bronckart (1999/2008a).

1 – O percurso “bronckartiano”

Como o próprio Jean-Paul Bronckart admite (2006:11-14), o seu percurso teve três principais etapas. É na primeira etapa que os aportes teóricos do ISD começam a ser idealizado por este autor na sua formação em psicologia na universidade de Liège (Bélgica), quando integra-se ao grupo de pesquisa de Marc Richelle, no seu Laboratório de Psicologia Experimental. Nessa etapa, Bronckart começa a trabalhar em pesquisas sobre o condicionamento animal, aplicando a metodologia behaviorista apesar de rejeitar seus princípios teóricos. É ainda nessa fase que tem contato com a psicologia soviética e com os procedimentos de análise da Gramática Gerativa que começava a ser bastante divulgada na Europa. No entanto, Bronckart, concordando com os princípios psicológicos de Leontiev, Luria e Vygotsky, aborda, no seu trabalho final de curso, o papel regulador da linguagem cujos resultados foram publicados nas revistas *Neuropsychologia* (1971) e *Human Development* (1973). Surgem, então, os primeiros aportes teóricos que vão dar corpo ao projeto ISD.

A segunda etapa inicia-se em Genebra quando vai trabalhar no Centro Internacional de Epistemologia Genética (CIEG) de Piaget. Paralelamente, começa, a trabalhar na Unidade de Psicolinguística logo que foi criada por Sinclair. No CIEG, Bronckart desenvolve pesquisas segundo as teorias de Piaget que são publicadas em *Études d' Épistémologies Génétiques*, em 1978. Já com Sinclair, implementa dois programas sobre o desenvolvimento da linguagem: no primeiro, analisa as estratégias usadas pelas crianças para “interpretar os valores funcionais da ordem das palavras” (Bronckart, 2006:12) e, no segundo, verifica “os valores aspectuais e/ou temporais” dos tempos verbais utilizados pelas crianças. Ainda nessa primeira pesquisa, Bronckart tenta conciliar entre as ideias de Piaget e Chomsky, contudo verifica que ambas as teorias são improficuas para interpretar os resultados das suas pesquisas. Nesse momento, abandona por completo Chomsky e começa a se distanciar de Piaget, aproximando-se da linguística enunciativa de Culioli. Percebe, então, que os seus dados só poderiam ser devidamente analisados em um quadro textual, levando-o a travar conhecimento com a obra de Voloshinov e de Jean-Michel Adam. É também por essa altura que leciona os

cursos de linguística para professores, assumindo, em 1976, a função de professor da disciplina “Psicopedagogia das Línguas” na Seção de Ciências da Educação da Universidade de Genebra. Bronckart aproxima-se, assim, da Didática ao perceber a dificuldade em transpor os quadros teóricos para a realidade da sala de aula e do professor. Juntamente com colegas como Bernard Sheneuwly, entre outros, organiza uma estrutura de pesquisa, visando elaborar material teórico que fosse aplicável ao ensino da escrita.

Podemos dizer que é na sua terceira fase que o projeto ISD se torna mais consistente. Os trabalhos voltam-se para a criação das sequências didáticas (1985) e para a criação de um modelo teórico que desse aporte a sua aplicação didática. A primeira versão dessa teoria surge em *Le fonctionnement de discours* (1985). A busca pelo aperfeiçoamento do modelo e a inclusão mais aprofundada das questões sobre as atividades de linguagem e o desenvolvimento humano fez Bronckart voltar-se para a abordagem de Vygotsky, procurando complementá-la. Examina também a obra de Saussure para tentar responder a questões sobre “o papel da apropriação dos signos na emergência da consciência humana” (2006:14). Por fim, assume a necessidade de estudar os gêneros de textos e dos tipos de discurso para analisar os papéis de ambos no desenvolvimento humano, tanto no campo epistêmico quanto no praxiológico. Surge, assim, a obra *Atividade de linguagem, textos e discursos* (1997/1999) que reúne a fundamentação principal dos aportes epistemológicos e metodológicos do ISD, tal como o conhecemos hoje.

2 – Tese central do ISD

Nas palavras do próprio Bronckart (2008c), a tese geral do ISD é fomentar o aperfeiçoamento das capacidades languageiras e, com isso, possibilitar um desenvolvimento pleno do ser humano. Partindo desse pensamento geral, é importante frisar as duas propostas de base do ISD: a primeira refere-se a descrever a linguagem a

partir da praxiologia e, a segunda, equacionar a linguagem como instrumento fundador e agregador do próprio conhecimento humano. Podemos, pois, destacar que, no intuito de propor uma teoria sobre o estatuto, modo de organização e de funcionamento da linguagem, o ISD abrange e, de certo modo, extravasa os limites da linguística, entrando num campo mais vasto da ciência integrada do conhecimento humano, centrada na dinâmica formadora das práticas de linguagem. Dessa forma, o ISD coloca como aspecto central as questões epistemológicas ligadas ao conhecimento humano sob um aporte teórico que dá primazia aos processos languageiros:

Nossa concepção é totalmente diferente, na medida em que sustentamos que a linguagem não é (somente) um meio de expressão de processos que seriam estritamente psicológicos (percepção, cognição, sentimentos, emoções), mas que é, na realidade, o instrumento fundador e organizador desses processos, em suas dimensões especificamente humanas (Bronckart, 2006:122)

Chamamos a atenção para o fato de que o ISD inscreve-se na psicologia da linguagem ao adotar o “fazer linguístico” como revelador das condutas humanas. Norteada pelos princípios do interacionismo social, essas condutas devem ser analisadas como “ações significantes, ou como ações situadas cujas propriedades estruturais e funcionais são, antes de mais nada, um produto de socialização” (Bronckart 1999:13). Para Bronckart (1999:13), as unidades linguísticas “devem ser tomadas, em última instância, como condutas humanas (ou como propriedades das condutas humanas)”. Sob esse ângulo, temos em evidência que o ISD tem como objetivo maior demonstrar o papel central da linguagem no conjunto dos aspectos do desenvolvimento humano, tentando cumprir, para isso, vários programas de trabalho que se articulam em três níveis de análise, conforme esclarece Bronckart (2006:128-129).

O primeiro considera as dimensões da vida social que “para um indivíduo, constituem-se como pré-construídos históricos” (Bronckart, 2006: 128). Estas dimensões podem ser: a) as formações sociais e os fatos sociais; b) também as atividades coletivas

gerais¹; c) as atividades de linguagem, enquanto organizadoras dessas atividades coletivas, que se materializam na forma de textos; por fim, d) os mundos formais segundo Habermas².

O segundo refere-se às *mediações formativas*, isto é, à integração do indivíduo ao conjunto dessas dimensões da vida social que é feita a partir do nascimento até à sua morte, e que consiste, como esclarece Bronckart (2006:129), no “conjunto de processos de controle e avaliação das condutas verbais e não verbais (...), assim como aos processos educativos explícitos que se realizam, principalmente, nas instituições escolares.”

O terceiro nível, que vem em consequência do segundo, procura verificar os efeitos dessas mediações formativas no indivíduo. Nesse estágio, há duas preocupações maiores. A primeira é verificar as situações de “transformação do psiquismo sensório-motor herdado em um pensamento consciente, fundador da pessoa” (Bronckart, 2006:129), cujo processo se estabelece por meio da interiorização dos signos linguísticos (nos seus níveis formais e funcionais). É neste ponto que a consciência adquire papel central na teoria. A segunda preocupação funda-se, então, na relação entre o desenvolvimento humano e a sua capacidade de ação no campo das trocas das representações individuais e das representações coletivas veiculadas pelas dimensões da vida social responsáveis pelos nossos pré-construídos.

Também pomos em evidência que todos esses processos analisados pelo ISD passam pela via do texto. Por isso mesmo, os trabalhos do ISD procuram demonstrar como os mecanismos de produção e de interpretação dos textos contribuem para a modificação do humano enquanto agente e, reciprocamente, dos fatos sociais. Para compreender o alcance desses trabalhos é necessário conhecer os pressupostos epistemológicos que fundamentam essa teoria e que serão resumidos e discutidos no ponto a seguir.

¹ Entende-se aqui no seu sentido amplo, isto é, atividades coletivas como as “relações entre os indivíduos e o meio ambiente” (Bronckart, 2006:129).

² Que será discutido mais adiante.

3 - Pressupostos epistemológicos

Com efeito, o interacionismo sociodiscursivo fundamenta-se em um quadro teórico e epistemológico dos princípios do interaccionismo social. A partir daí, autores como Voloshinov, Vigotsky, Leontiev, Spinoza, Saussure, entre outros tornam-se nomes chaves que compreendem a base epistêmica dessa teoria. Antes de expressar os pressupostos e autores de influência, é importante frisar que o ISD se opõe a três princípios filosóficos e científicos (Bronckart 2006:123-126), que passo a descrever sucintamente.

O primeiro deles tem como base a física de Newton que defende a estabilidade e finitude dos mecanismos que estruturam o universo. Esse pensamento que advoga uma previsibilidade na evolução foi contestado por autores da termodinâmica e astrofísica, entre outros, que mostraram a evolução e a história como sendo dinâmica e imprevisível.

O segundo princípio parte da aceitação de uma teoria positivista que tenta recortar os objetos do conhecimento e emoldura-los em ciências fraccionadas e separadas, com suas devidas regras para melhor poder prever e controlar os dados. Essa teoria é radicalmente contra as ideias de autores como Darwin, Hegel e Marx que propõem uma epistemologia que, para além da dimensão meramente científica, agregue fatores de ordem política e moral. A influência do positivismo não permitiu o desenvolvimento de uma ciência em que se congregasse, numa correlação de dependência, os aspectos psicológicos, cognitivos, sociais, culturais, linguísticos, entre outros, para compreender o humano e os seus processos evolutivos e históricos.

Já o terceiro princípio é baseado nos fundamentos de Descartes que propõe uma teoria dualista na qual separa-se os fenómenos considerados físicos daqueles próprios dos psiquismos. Além disso, Descartes (apud Bronckart, 2006:125), defendia que o

conhecimento humano tem por base o psiquismo humano. Esse princípio foi adotado pelas ciências humanas, gerando análises do tipo ascendente em que se parte do individual como condição primeira para se perceber os fenômenos sociológicos, linguísticos, entre outros. Contrário a essa ideia, o interacionismo assume uma análise do tipo descendente, que parte do coletivo humano para se observar as transformações dos fatos sociais, de um lado, e dos fatos psicológicos, do outro. Essa posição é herdeira da visão filosófica de Spinoza³, adotando, assim, “uma unidade da substância material (monismo) e da continuidade dos processos que fazem emergir o psiquismo humano” (Bronckart, 2006:126). Desse modo, há um posicionamento que promulga uma integração dos elementos que constituem o universo, a energia e a matéria, como sendo inseparáveis.

Não é demais sublinhar aqui os princípios filosóficos que sustentam o ISD (Bronckart, 2008b). Em primeiro lugar, queremos por em evidência que o ISD adere ao conjunto de ideias do *materialismo*, o qual defende que o universo é composto de matéria, inclusive, considerando a energia e o pensamento como sendo realidades materiais. Concorde, igualmente, com o princípio que incide no *monismo* e que corrobora com o primeiro quando afirmar serem os objetos não corpóreos matéria na medida que se constituem como diferentes fenômenos. Finalmente, inspira-se nas ideias do *evolucionismo* que, relacionadas aos outros dois, mostram que o universo está em constante mudança, inclusive, dando origem a objetos (incluindo os orgânicos como os seres vivos) cada vez mais complexos, que obedecem a uma organização interna própria e que se coaduna com o seu meio externo.

Em segundo lugar, cabe-nos também salientar que além desses princípios mais gerais expostos acima, o ISD considera a evolução humana como dialética e histórica, no sentido em que as capacidades biológicas do homem possibilitaram que as suas atividades fossem realizadas por meio de instrumentos. E que, não só essas como também o efeito dessas mesmas atividades, isto é, todas as ações humanas fossem organizadas a partir de linguagem, originando fatos sociais e cultura. O que nas palavras

^{3 3} Filósofo do século XVII, conhecido como um dos grandes racionalistas da chamada Filosofia Moderna, juntamente com René Descartes e Gottfried Leibniz. Nasceu em Amsterdã em 1632 e morreu em 1677. torna-se conhecido a partir da obra *Ética*.

do próprio Bronckart (2008b:110) significa dizer que: “a apreensão do funcionamento humano só pode ser *genética*, ..., pois não se pode compreender o humano a não ser compreendendo sua construção ou o seu *vir-a-ser*”.

Realmente, a concepção de linguagem passa a ser central na perspectiva *isdiana*, com uma visão dinâmica e não estática, relacionando linguagem e prática. Em suma, é nas ações humanas que a linguagem ganha e atribui significados. Apresentar-se-á, nas páginas seguintes, a noção de *língua* e *linguagem* para o ISD como também apontar-se-á as ideias de filósofos que contribuíram não só para essa noção de linguagem, como também fazem parte dos pressupostos epistemológicos e, por fim, procurar-se-á mostrar o enquadramento psicológico do ISD

3.1 – Concepção de *língua* e *linguagem* no ISD

Como Bronckart vem continuamente afirmando na sua obra, o ISD tem como base duas linhas de pensamento principais: a primeira fundamentada em Voloshinov e a segunda em Vygotsky. Ambos os autores contribuem para a noção de língua e linguagem adotada pelo ISD. Com relação à Vygotsky, podemos dizer que o autor sublinhou o aspecto social e cultural na formação humana tanto a nível psicológico como sociológico. Já Voloshinov equaciona uma língua viva, partindo da práxis, ou do uso real, para compreender o seu funcionamento. Afinal, como afirma o próprio Voloshinov (1981:92), “o locutor serve-se da língua para as suas necessidades enunciativas concretas”. Estas necessidades são um dos critérios que evidencia o carácter dialógico da língua. Em outras palavras, a língua é uma atividade, um processo criativo, que se materializa pelas enunciações para interagir em colectividade.

Embora alguns dos princípios teóricos de Voloshinov tenham sido abordados no capítulo anterior, não podemos deixar de colocar em destaque que o autor inspira os fundamentos do interacionismo social com a obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*

(1929/2002). De fato, segundo Bronckart (2006), a sua noção de linguagem, que converge com a filosofia marxista, toma a ideologia como fator relevante, inclusive na constituição do pensamento humano. Assim, Voloshinov contribui com pelo menos três princípios fundamentais. O primeiro deles afirma que “toda a produção ideológica é de natureza semiótica” (Bronckart, 2006:126). O segundo admite que as ideias são fruto de uma atividade coletiva partilhada pela interação, apresentando, com isso, um carácter dialógico, proveniente de um “corpo” social e direcionado para um auditório também social. E, por fim, em confluência com os outros dois pontos descritos acima, a reflexão que “todo discurso interior, todo pensamento ou toda consciência apresenta portanto um carácter social, semiótico e ideológico” (Bronckart, 2006:127). Logo, Voloshinov defendeu um programa de trabalho no qual o objetivo maior era o de esclarecer as condições que constituiriam o pensamento consciente humano. O ponto principal desse filósofo é a interação social, uma vez que é a partir dela que são construídos significados e história. Para atender a esse objetivo, Voloshinov propôs um programa de trabalho que Bronckart (2008c:21) resume em três ideias principais: a primeira consiste em analisar as condições da interação social (suas redes e sua estruturação em atividades); a segunda no seguimento da primeira, é o estudo das formas de enunciação que semiotizam essas interações verbais; e, por fim, verificar “a organização dos signos no interior dessas formas que (...) seriam constitutivos das “idéias” e do pensamento consciente.” O próprio programa de trabalho do ISD situa-se na tentativa de atender esses propósitos que aparecem não só na obra de Voloshinov mas também está presente nos estudos de Vygotsky, conforme será mostrado mais adiante.

De autores que contribuíram para o ISD, também pomos em destaque o de Wittgenstein (Bronckart, 2008b: 16-27). Da obra desse filósofo, o ponto principal que enriquece a teoria *isdiana* é a sua noção de linguagem ligada a um conceito de ação. Para Wittgenstein, “a linguagem só existe em práticas, e essas práticas, ou jogos de linguagem, são heterogêneas, diversas e estão em permanente transformação”. Para esse filósofo a linguagem só tem real significado no agir humano geral, ou melhor dizendo, no momento do uso dessa linguagem. Além disso, é nesses “jogos de linguagem” que o conhecimento humano é criado e transformado. Segundo Bronckart (2008b:17), esse pensamento consubstancia-se com os pressupostos do ISD quando se acentua o carácter coletivo das atividades languageiras e de todas as atividades humanas em geral. Apesar

do social não ter sido devidamente enfatizado na obra de Wittgenstein, como afirma Bronckart (2008b), ele, sem dúvida, pensou as questões da linguagem dentro das estruturas do agir. Esse aspecto da teoria permite fazer uma analogia entre o agir humano e as atividades, por um lado; e por outro, entre “jogos de linguagem”, gêneros de texto e/ou tipos de discursos, como sublinha Bronckart (2008c:17).

Não obstante a importância desses autores, torna-se fundamental salientar também o contributo das idéias de Saussure para uma visão mais ampla e solidificada do conceito de língua do ISD. Por conseguinte, devemos esclarecer que esta visão é consubstanciada pelas idéias da obra *Ecrits de Linguistique Générale* (ELG) de Saussure.

O maior contributo de Saussure foi separar uma parte determinada e essencial, a língua, e a eleger como objeto de estudo, reconhecendo a complexidade da linguagem. A língua passa, então, a ser um objeto unificado e susceptível de classificação. Esta ideia foi definida de tal modo que os princípios teórico-metodológicos da linguística a tornam “ciência piloto” entre as demais ciências humanas.

Durante muitos anos, partiu-se do pressuposto que o pensamento de Saussure radicava no que estava escrito no *Curso de Linguística Geral* (daqui para frente CLG). Em linhas gerais, uma das concepções mais emblemáticas encontrada no CLG é a de considerar a língua apenas como um código (uma estrutura), de modo que, conhecendo as regras e os sinais que compõem esse mesmo código, assegura-se uma boa comunicação. No CLG, transmite-se a idéia que é possível explicar o funcionamento da linguagem, analisando apenas as relações estruturantes entre os elementos linguísticos. Esta análise busca determinar o valor funcional dos diferentes tipos de relações, sem, realmente, se preocupar em a relacionar com a sua existência social, ou seja, a língua é vista e estudada em si mesma. Assim, apesar de haver um reconhecimento de que a língua é um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social, ela é considerada apenas como uma rede de elementos que forma o sistema. Essa noção apresenta um caráter excessivamente formal e distante da realidade social. Contudo, após a descoberta de novos escritos do autor, reunidos em um livro publicado em 2002 e

conhecido como ELG, existe hoje a consciência de um Saussure profundamente diferente do exposto no CLG.

A partir da publicação da ELG, sabe-se que muitos dos postulados encontrados em CLG indiciam a pensamentos contraditórios das idéias reais de Saussure. Na verdade, para este, a língua só existe no discurso. Segundo o autor (2002:277):

La langue n'est créée qu'en vue du discours, mais qu'est-ce que sépare le discours de la langue, ou qu'est-ce qui, à un certain moment, permet de dire que la langue *entre en action comme discours*?

E, Saussure (2002:277) responde ao dizer que:

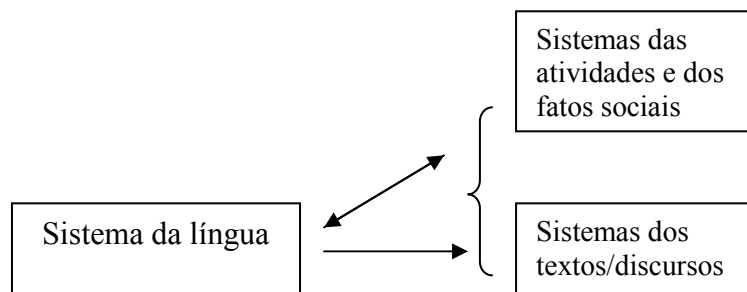
Le discours consiste, fût-ce rudimentairement, et par des voies que nous ignorons, à affirmer un lien entre deux des concepts qui se présentent revêtus de la forme linguistique, pendant que la langue ne fait préalablement que réaliser des concepts isolés, qui attendent d'être mis en rapport entre eux pour qu'il y ait signification de pensée.”

É de considerar que a citação se aproxima do postulado de Voloshinov quando este afirma que “ o centro de gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto” (Voloshinov, 1981:93). Na sequência, Saussure (2002:95) considera que:

Toute innovation arrive par improvisation, en parlant, et pénètre de là soit dans le trésor intime de l'auditeur ou celui d l'orateur, mais se produit donc à propos du langage discursif.

As duas citações convergem para a tese de que a língua é dialógica e que, nela, a interação caracteriza-se como um motor propulsor que permite a sua evolução num processo contínuo. Além disso, como bem nota Bronckart (2008c:38), Saussure (2002) adverte que a língua, como sistema, deve ser articulada a outros sistemas em

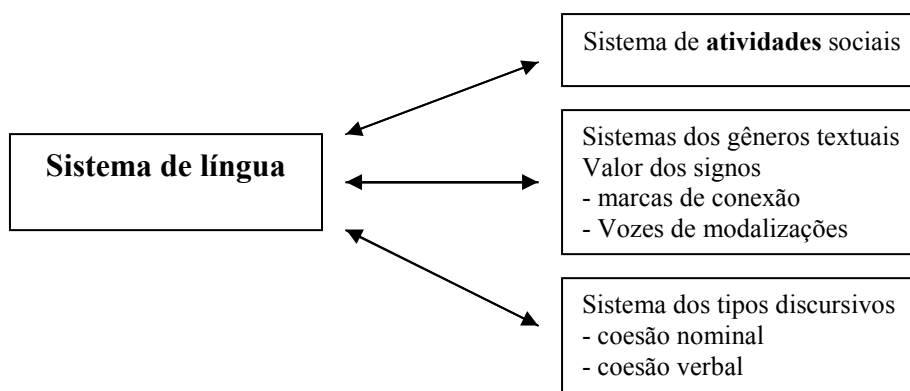
perspectiva, como o próprio autor se refere: ao sistema do *texto/discurso* e aos sistema das *atividades sociais*, numa abordagem que Bronckart (2008c) interpreta como “intersistêmica”. Veja a representação abaixo:



(fonte: Bronckart, 2008c:39)

Bronckart (2008c:39) ainda adverte para o fato que Saussure⁴ não teve tempo de explicar em profundidade o sistema textos e discursos; como também não esclarece o duplo estatuto do social, sendo o sistema da língua um sistema social diferente e articulado a outros sistemas sociais.

Na verdade, a concepção de língua no ISD abraça essa perspectiva. De fato, o ISD assume a língua como uma relação entre sistemas, tal como defendeu Saussure, com o acréscimo de que a articulação entre esses sistemas pode ser apresentada pela forma abaixo:

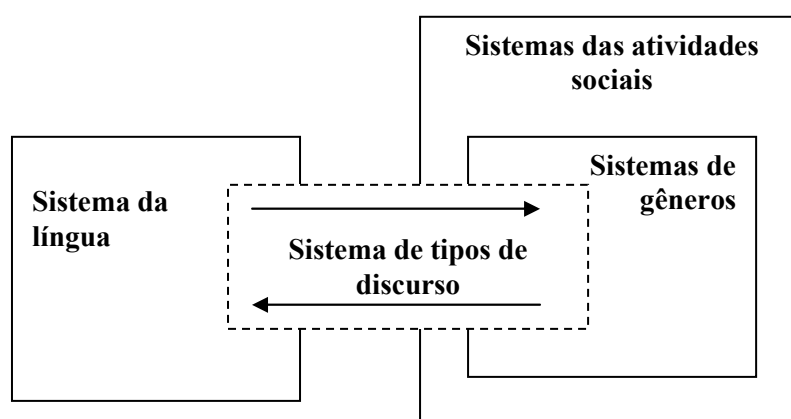


(fonte: Bronckart, 2008c:39)

⁴ Bronckart (2008c) afirmar ser o sistemas textos e discursos o próximo tema que seria abordado por Saussure, mas, devido a sua doença, isso não foi possível

Assim, de acordo com o quadro, o sistema da língua está em constante interação com os sistemas das atividades humanas, com os sistemas dos gêneros textuais e com os sistemas dos tipos de discurso. Bronckart (2008c:40) considera os gêneros textuais como um primeiro sistema, “que está em estreita interação com as redes de atividades humanas e com a sua organização pessoal”. O segundo sistema é formado pelos tipos de discurso e os mecanismos de coesão numa relação de dependência (os mecanismos de coesão dependem dos tipo de discurso). Este segundo sistema é parcialmente independente das atividades humanas, pois “um mesmo tipo pode ser mobilizado em qualquer gênero” (Bronckart, 2008c:40). No entanto, em nosso entender, o quadro acima não deixa explícito a estreita dependência que os sistemas de gêneros têm para com as atividades sociais nem tão pouco mostra que os tipos de discurso⁵ são entidades da língua que se encontram nos gêneros, “alimentando-os” e sendo por estes “alimentados”, mantendo uma relação de alguma dependência, como no caso do gênero *cartoon*, objeto de análise dessa tese.

A nosso ver o quadro poderia apresentar-se desse modo:



⁵ Segundo Bronckart (2006:148), “os tipos de discurso podem ser definidos como configurações particulares de unidades e de estruturas linguísticas, em número limitado, que podem entrar na concepção de todo o texto.”

É importante ressaltar que o centro do ISD é o estudo da linguagem como via para entender o desenvolvimento humano. E, nesse caminho, é imprescindível compreender a relação entre os sistemas descritos no quadro. O ISD tem como foco principal o eixo das atividades coletivas humanas, sendo estas asseguradas pelas atividades languageiras sem as quais não seria possível a realização de outras ações em geral. Nesse ponto, o conceito de linguagem ultrapassa a definição de transmissor de ideias ou/e emoções, pois, afinal, as atividades de linguagem têm o importante papel de assegurar o entendimento colectivo que permite a realização das actividades humanas. Assim sendo, para alcançar o entendimento do comportamento humano é necessário perceber como o homem estrutura as suas atividades de linguagem, razão pela qual Bonckart (2006) afirma ser a linguagem o meio que estrutura as acções humanas, como já referido. Essas ações devem ser vistas numa perspectiva não só da ordem do cognitivo, mas também emocional e até sensorial. Desse modo, a noção de texto e género desta linha teórica traz subjacente um conceito de língua em que seu foco é, não apenas o formal (reconhecendo um sistema), mas também e, principalmente, o seu uso dentro das atividades coletivas.

Em última análise, a teoria de Saussure (apud Bronckart, 2006:134) enfatiza que o “sistema da língua é dependente do sistema social e é unicamente este que constitui o *interpretante* último de todas as relações que se atestam no sistema da língua”. Com esta afirmação, Bronckart (2006) demonstra que, para Saussure, quando o significado dos signos passa para o mundo subjetivo do homem, o seu lado psicológico também passa a ter um carácter semiótico e social. Partindo deste ponto, Bronckart (2007) coloca uma das preocupações a ser respondida pelo projeto do ISD: “qual é o tipo de relação entre atividade de linguagem (como praxis que se manifesta em géneros de textos e em tipos de discurso) e as línguas e/ou A LÍNGUA (como sistema de signos)?

Bronckart aprofunda e complementa estas reflexões, inclusive, com algumas questões epistemológicas que não foram ainda resolvidas. Além disso, deixa claro que não só o seu próprio embasamento teórico como também a sua linha de pesquisa tem o objetivo de corroborar a relação entre linguagem e práticas sociais. Portanto, Bronckart (2008c: 27) sustenta “a ideia de que é na prática dos signos organizados em textos que

se constroem e se transformam os mundos representados”. Este é um ponto a ser destacados.

3.2 - Explicando *Atividade e Ação de linguagem*

Para o ISD, a linguagem é o instrumento estruturador das acções humanas, sejam estas da ordem cognitiva, emocional ou sensorial. Assim, para compreender a dimensão humana é imprescindível compreender também o papel que a linguagem tem nas práticas sociais dos indivíduos, isto é, como a linguagem estrutura as atividades coletivas humanas. Em suma, o ISD norteia-se pelos princípios do interacionismo social, salientando nos seus pressupostos o uso prático da linguagem como a génese da socialização.

Um contributo para as noções de ação de linguagem e atividade de linguagem surge nas ideias de Habermas e na sua teoria da atividade humana e do agir comunicativo. Para o filósofo e sociólogo, a atividade humana só é possível a partir de representações que são coletivas e, também, que são organizadas em três sistemas de conhecimento coletivo que o autor chamará de *mundos formais* (representações coletivas do meio): o mundo *objetivo*, constituído pelos elementos oriundos do conhecimento sobre o universo material do mundo físico em que se desenvolvem as atividades; o mundo *social*, composto pelo conhecimento coletivo das regras, convenções e valores a que pertence um determinado grupo social e que são responsáveis pela organização das tarefas e cooperação entre os seus membros nas atividades coletivas ; e o mundo *subjetivo*, no qual os seus elementos pertencem a uma esfera privada, dado que fazem parte de uma pessoa singular, mas que são produtos de processos públicos de conhecimento. Desse modo, Habermas procura mostrar que o agir humano mobiliza estes três mundos num sistema de coordenadas formais ao buscar a validação e a partir deles exerce controle e avaliações coletivas. Do agir humano desponta o agir comunicativo o qual, na visão do filósofo, pode ser conceitualizado como o uso de mecanismos de linguagem estabilizados a partir das representações dos

humanos singulares construídas na sua relação direta com o mundo vivido e da capacidade de transformá-las em representações públicas, ou seja, partilhadas. Embora aqui se tenha mostrado muito resumidamente estes conceitos de Habermas (a partir de Bronckart, 2008b), é a nossa intenção expô-los, uma vez que são adotados pelo ISD numa perspectiva que, para além de ser psíquica, é também constitutiva do social, pois estes conceitos veiculam representações coletivas do meio, que se estruturam em configurações de conhecimento chamadas por Habermas de mundos representados. Deste modo, para podermos agir dentro de atividades, é necessário mobilizar os três mundos já explicados. Bronckart (2008b:22) completa e amplia a teoria de Habermas ao sustentar que é pelo agir comunicativo que o homem transforma o meio, a partir das suas próprias representações que, dentro de atividades, são representações coletivas. Portanto, são as ações de linguagem que, numa perspectiva coletiva, se transformam em atividades de linguagem, tendo a função principal de assegurar o entendimento na realização das atividades humanas.

Nessa linha de pensamento, como já dito, o ISD enfatiza que o agir humano actua a partir de um agir comunicativo mobilizado por formas verbais organizadas em textos. Esse agir desenvolve-se dentro de atividades colectivas definidas por Bronckart (2006:138) como “estruturas de cooperação/colaboração que organizam as interações dos indivíduos com o meio ambiente”. Estas atividades coletivas, como muitas vezes referido, são asseguradas pelas atividades de linguagem. Ou seja, elas têm o importante papel de assegurar o entendimento colectivo, permitindo a realização das actividades humanas em geral. Apesar de admitir a separação entre atividade coletiva e atividade de linguagem, uma depende quase sempre da outra, o que, segundo Bronckart (2006:138), levanta uma problemática que é “a distinção entre essas duas formas de atividade e a identificação de suas modalidades de interação.” Certamente, é de salientar que as atividades de linguagem são diversificadas e dependentes da formação social em que elas atuam. Pode-se mesmo afirmar que os domínios da atividade de linguagem são da ordem do sociológico e garantidos pelo comportamento coletivo.

Já a ação de linguagem é da ordem do psicológico. Como destaca Bronckart (2006:139), a ação de linguagem é uma parte da atividade de linguagem relacionada a um indivíduo singular que “se torna o agente ou o autor dessa ação”. A ação

comunicativa é realizada na forma de textos. A partir dessa concepção, o texto é trabalhado como um agir de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas denominadas de agir geral. Também é possível afirmar que a “ação”, considerada de âmbito mais individual, estará subordinada a motivos, intenções, capacidades do autor do texto. Contudo, vale aqui esclarecer que esse “indivíduo singular” pode revelar-se como uma entidade plural em casos de textos que não possuem apenas um autor.

3.3 - Enquadramento psicológico do ISD

A vertente psicológica dos pressupostos epistemológicos do ISD tem três principais autores de influência, são eles: Piaget, Vigotsky e Leontiev, Os dois primeiros são conhecidos como fundadores da psicologia do desenvolvimento. Estes três autores inserem-se numa linha de investigação contrária às ideias proeminentes no início do século XX do Behaviorismo e de um Cognitivism “puro”, que não consideram as dimensões intersubjetivas, sociais e semióticas. Não é intenção mostrar pormenorizadamente o quadro teórico desses autores, contudo, é importante salientar que Vygotsky e Leontiev foram fundamentais para a construção das teorias psicológicas de base do ISD. Além do mais, Bronckart (1999,2006,2007,2008a, 2008b e 2008c) assume que a sua própria abordagem situa-se na continuidade desses trabalhos.

Para contextualizar o trabalho dos dois primeiros autores, é preciso ter em mente que as suas pesquisas procuraram respostas contra os princípios do positivismo que imperava nas ciências humanas. Em Bronckart (2008b:62), verifica-se que estes autores buscavam soluções a partir de três ideias: “a) a psicologia não pode ser uma ciência no âmbito interior do ser humano, b) a psicologia é uma teoria do conhecimento *a priori* que deve delimitar um objeto específico e adotar uma metodologia objetiva que produza dados universalmente acessíveis e verificáveis e c) a psicologia deve levar em conta a dimensão teleológica de seu objeto, isto é, o carácter que as condutas humanas

apresentam de estarem voltadas a determinados fins”. Essas três ideias orientaram fortemente tanto os trabalhos de Piaget como os de Vigotsky.

Para Bronckart (2006), Piaget contribui com duas premissas essenciais: a primeira é o rigor metodológico com que Piaget trata os dados; e a segunda é que o desenvolvimento cognitivo permite o aparecimento da linguagem e das actividades colectivas. Contudo, “Piaget negligenciou sistematicamente o papel que as intervenções sociais e semióticas do ambiente humano podem desempenhar” (Bronckart, 2008b:63). Desse modo, Piaget rejeita o papel fundador do social, minimizando a importância da linguagem e das interações sociais para o desenvolvimento mental do ser humano. Nesse último aspecto, difere de Vigotsky, que atribui ao social um papel fundamental.

De fato, para Bronckart (2002), Piaget distancia-se radicalmente de Vygotsky em pelo menos dois aspectos principais: o primeiro é que, para Piaget, o problema da consciência é secundário, enquanto para Vygotsky ela será uma questão fundamental; o segundo é que este último revela um aporte epistémico que considera a especificidade do funcionamento psicológico humano como resultado das suas dimensões socio-semióticas, ao invés de Piaget que atribui a estas dimensões um estatuto derivado de capacidades cognitivas universais e biologicamente fundadas. Por conseguinte, verifica-se que as ideias de Vygotsky são fundamentais para o posicionamento do interacionismo social dentro do campo da psicologia.

Vygotsky (Bronckart, 2008c:22) partilha da mesma visão de Voloshinov para o qual “a apropriação e interiorização dos signos de uma língua natural é constitutiva do pensamento consciente” que, por sua vez, é marcado pelo sociocultural; e que também a diversidade das línguas está correlacionada com a multiplicidade das formas de organização social e das formas de cultura. Bronckart (2008c:64) esclarece que, para Vygotsky, são os processos de significação, quando solicitados para a elaboração das actividades coletivas, que explicam a “transformação radical do psiquismo herdado” e também “o fato radicalmente novo da evolução que é o desenvolvimento da história social”. Neste contexto, Vygotsky elabora um projeto que procura identificar uma “unidade de análise do funcionamento humano que ao mesmo tempo fosse da ordem do

teleológico e integrasse as dimensões biológicas, emocionais, cognitivas, semióticas, sociais, históricas etc., das condutas humanas”.

Segundo Bronckart (2008b:64-65), este projeto inspirou a teoria da atividade de Leontiev que se propôs investigar a função essencial das actividades colectivas como condição de aparecimento da linguagem e do pensamento consciente. Para Leontiev (Bronckart, 2008b:64), o conhecimento e as obras humanas seriam fruto de suas práticas (*praxis*) determinadas social e historicamente e não como resultado de um racionalismo inato e nem tão pouco de uma organização já pré-existente (empirismo). No caso, é o agir social que impulsiona o desenvolvimento dos seres humanos. Assim, Leontiev distingue três níveis de análise que são as atividades, a ação e a operação. A atividade refere-se a qualquer organização dos comportamentos que se dê de forma coletiva orientada por um objetivo, sendo esse nível verificável tanto em humanos como em animais. Já a concepção de ação integra um agir coletivo como articulado aos propósitos que o grupo tende a atingir ou dos quais tem consciência; por isso mesmo, é atestável apenas em seres humanos “que têm a capacidade de construir representações dos efeitos prováveis da atividade em que se encontram engajados”. E, por fim, a concepção de operação referente aos processos particulares que desenvolve a ação, isto é, relaciona-se ao modo como se dá uma ação. Sem querer alongar-me muito mais na teoria, vale a pena ainda ressaltar que Leontiev considerava a *praxis* externa e coletiva num primeiro momento, mas que o sujeito, ao interiorizá-la, a tornava mental. Por essa razão, o quadro teórico de Leontiev é assumido pelo ISD com ênfase na distinção entre ação e atividade, apesar de, segundo Bronckart (2008b:66), Leontiev não ter explorado de fato o papel da linguagem como mediador das atividades humanas. Portanto, tanto as ideias de Vygotsky como as de Leontiev são assumidos pelo ISD com reformulações e acréscimos no sentido de ampliar e aprofundá-las.

Para concluir, queremos por em relevo que as noções de atividade e ação são mais ou menos estabilizadas pelo ISD em um “aparelho conceitual” que parte dos autores aqui citados, entre outros, e que orienta as pesquisas neste campo de trabalho. Segundo Coutinho 2009, o ISD apresenta uma epistemologia capaz de considerar modelos e dados científicos em uma constante avaliação e reavaliação, configurando-se como um processo de reflexão. Esse é um outro ponto que parece pertinente, pois, o ISD

pretende ser um projeto que defende uma **ciência** unificada e dialética contra a dissociação fincada pelas ideias positivistas. Como tal, busca ser não só analista como também interveniente na medida que procura atuar em três campos: o desenvolvimento do saber ou do conhecimento; as capacidades de ação e, por último, as identidades pessoais. Assim, o ISD tem como tese geral a busca pelo desenvolvimento pleno do homem a partir do aperfeiçoamento das suas capacidades languageiras que passa, necessariamente, pela via do texto.

4 – Estatuto dos textos no ISD: a ação de linguagem

Para Bronckart (1999:39), os textos são entidades empíricas que revelam uma ação de linguagem imputável a um agente. Assim, o texto não é visto apenas como uma estrutura superior à frase, mas sendo entendido, sobretudo, como elemento de construção de significado, de planeamento e de ação social. De fato, Bronckart (1999:75) defende o texto como produções verbais articuladas a diferentes situações comunicativas e complementa ao salientar que a noção de texto refere-se a toda e qualquer produção de linguagem situada, acabada e auto-suficiente, seja oral ou escrita. Além disso, por os textos serem produtos da necessidade humana de comunicação estão ligados a condições de funcionamento que visam atender estas necessidades. Ainda que estas necessidades sejam variáveis culturalmente no quadro da comunicação humana, há também uma imensa variedade de textos que apresentam características próprias para atender a sua função.

A partir da concepção do ISD de que as atividades de linguagem realizam-se na forma de textos, o texto é trabalhado como um agir de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. São resultados das actividades humanas e, como tal, a sua organização e o seu funcionamento dependerá de parâmetros que vão para além da estrutura e regras do sistema da língua. Muitos desses parâmetros estão ligados ao contexto situacional e a decisões particulares do produtor. A produção textual é vista

não só como uma atividade mental, mas igualmente como produto da interação humana em que estarão em jogo ações sociais, culturais e históricas na sua ação comunicativa. Como o autor reitera (2006:143):

Os textos são produtos da operacionalização de mecanismos estruturantes diversos, heterogêneos e por vezes facultativos. Esses mecanismos se decompõem em operações também diversas, facultativas e/ou em concorrência, que, por sua vez, se realizam explorando recursos linguísticos geralmente em concorrência. Qualquer produção de texto implica consequentemente e necessariamente, escolhas relativas à seleção e à combinação dos mecanismos estruturantes, das operações cognitivas e de suas modalidades de realização linguística.

É sabido que os textos, embora se apresentem com formas diferenciadas, possuem propriedades observáveis e características comuns. Cada texto produzido apresenta sua própria organização do seu conteúdo referencial, e apresenta mecanismos de textualização e enunciativos próprios que lhe asseguram coerência interna. Necessariamente, os textos são organizados em uma arquitetura interna composta por três níveis superpostos e interativos à semelhança de um *folhado textual*, com três camadas: a infra-estrutura geral do texto; os mecanismos de textualização e os mecanismos enunciativos. Como foi aqui constantemente repetido, os textos são produtos da necessidade humana de comunicação e, por isso, estão ligados a condições de funcionamento que visam atender essas necessidades.

5 – Modelo de análise do ISD

Como já foi mencionado, na sua obra ATD de 1999, Bronckart apresenta a sua própria abordagem tanto epistêmica quanto praxiológica sobre o trabalho de análise do texto como objeto de uma ciência integrada do humano. Nesta obra, a sua maior

preocupação versa sobre o objeto da ciência da linguagem: os textos. Como o próprio autor (1999:12) afirma, esta obra apresenta um trabalho que procura tratar “ao mesmo tempo das condições de produção dos textos, da problemática de sua classificação e da problemática das operações em que se baseia seu funcionamento”. Desta forma, Bronckart apresenta um quadro teórico mais completo e mais explícito do que o publicado no livro *Fonctionnement des discours*, publicado em 1985. O autor expõe, assim, o seu modelo de análise desenvolvido a partir da observação de um *corpus* empírico de textos do francês contemporâneo. O modelo procura explicar as operações psicológicas realizadas por um agente no momento da produção textual.

De fato, Bronckart (1999) desenvolve um *modelo de produção discursiva* para explicar como se dão as operações psicológicas realizadas por um agente no momento da produção textual. Esse conhecimento pode levar a entender a frequência ou a ausência de determinados elementos linguísticos na constituição dos textos e compreender como esses elementos linguísticos interagem com outras formas de semiotização. Este modelo de análise permite observar os efeitos das situações de comunicação sobre o funcionamento de uma língua natural, isto porque, de acordo com o modelo, quando um agente se depara com uma dada situação de ação de linguagem (produção textual), ele realiza uma série de operações psicológicas relativas à mobilização de algumas das suas representações a respeito dos mundos (físico, social e subjetivo). Essas operações, também, determinam a escolha do gênero e, conseqüentemente, os aspectos relativos ao que o autor designa como *arquitetura textual*. O modelo explica ainda a forma como as representações que o agente tem do mundo real são traduzidas, dentro de uma determinada ação de linguagem, em mundos discursivos e semiotizadas linguisticamente em tipos de discurso. Compreender como se processam essas operações nos permite averiguar os aspectos que compreendem a produção textual, desde a situação comunicativa em que o texto se realiza até aos elementos que o compõem.

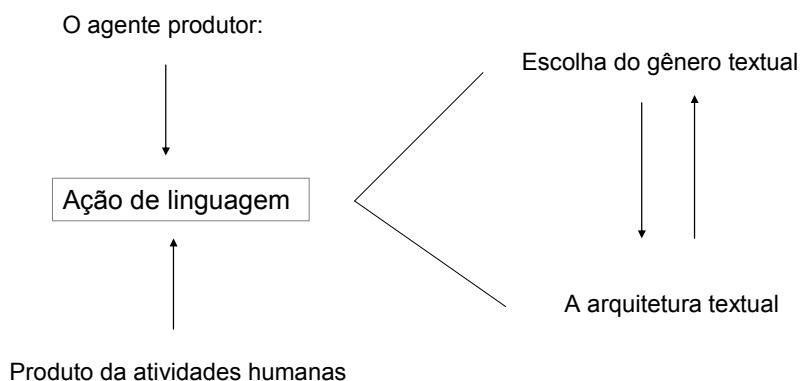
É de sublinhar que o modelo permaneceu praticamente inalterado até a publicação do artigo, *Genres de textes, types de discours e “degrés” de langue: hommage à François Rastier*, na revista eletrônica Texto! em Janeiro de 2008a. Neste artigo, Bronckart parte das ideias de Rastier para ampliar e consolidar a sua própria

perspectiva teórica das ciências sociais e humanas que resumidamente expressamos aqui. Neste artigo, Bronckart, a partir de novas reflexões, repensa ainda o modelo e altera a constituição dos elementos que fazem parte da arquitetura textual: de um lado faz a redistribuição parcial dos componentes internos da arquitetura, do outro tenta introduzir dimensões marcantes, que não foram devidamente enfatizadas no modelo inicial. A sua conclusão fornece um estatuto de maior importância aos tipos de discurso e sua interação com os gêneros textuais. Não é o objetivo principal discutir aqui as implicações da teoria de Rastier no trabalho de Bronckart, pois, o nosso interesse restringe-se a apresentar as reformulações por que passou a arquitetura interna dos textos. No próximo ponto, apresentaremos o modelo de análise proposto por Bronckart em 1999 e as suas alterações ocorridas na obra de 2008a.

5.1 – Situação de ação de linguagem.

Como já foi adiantado no capítulo, “os textos são produtos da operacionalização de mecanismos estruturantes diversos, heterogêneos e por vezes facultativos” (Bronckart, 2006:143). Por isso, uma situação de produção textual implicará escolhas relativas à seleção e à combinação desses mecanismos, incluindo as operações cognitivas e sua realização linguística, razão que explica porque o agente na produção textual faz intervir pelos menos dois elementos: as suas próprias representações; e o modelo aplicado na interação (escolha do gênero). Vejamos o esquema abaixo:

Na perspectiva teórica do ISD



A figura demonstra o que foi dito no parágrafo anterior ao colocar em destaque que o agente na produção de um texto efetua duas escolhas principais: a primeira é a do gênero, a partir do conhecimento pessoal do arquitexto (intertexto), em que irá elaborar um duplo processo de adoção e adaptação; em segundo lugar, é a escolha dos elementos que irão configurar no texto singular. O resultado será um texto empírico no qual figura o modelo de gênero escolhido e os processos das particularidades da situação de ação de linguagem.

Pode-se afirmar que todo agente ao produzir um novo texto está em uma nova situação de ação de linguagem. Bronckart (1999:91) denomina de situação de ação de linguagem “as propriedades dos mundos formais (físico, social e subjetivo) que podem exercer influência sobre a produção textual”. Salientando o fato que esses mundos formais agrupam as representações sociais que podem ser objeto de descrições, Bronckart (1999) ainda destaca que em uma produção textual particular (situação de produção), o agente-produtor possui somente as suas próprias traduções dessas representações sociais. Assim, Bronckart (1999) parte desse entendimento para distinguir as representações coletivas quando se dão numa ação de linguagem externa e as representações particulares dos mundos formais tais como o agente as interiorizou (a ação de linguagem interna), sendo esta última a que realmente influi na produção do

texto empírico. Convém aqui salientar que o pesquisador não tem acesso à situação real da produção textual, podendo apenas fazer suposições a partir da situação de ação de linguagem externa. De fato, ao produzir-se um texto, mobiliza-se as representações sobre os mundos (físico, social e subjetivo), o que será feito em dois sentidos: como *contexto de produção* textual e como *conteúdo temático*. A partir do primeiro, sabe-se em que situação de interação o agente produtor acredita se encontrar e de que modo esse conhecimento exerce um controle pragmático (ou ilocucional) sobre alguns aspectos da organização textual. No segundo, as representações sobre os três mundos são requeridas como conteúdo temático que corresponde aos assuntos verbalizados no texto e que, inclusive, influenciarão os aspectos apresentados na organização textual. Como tal, Bronckart (1999) reitera que as formas, os tipos de linguagem e as condições concretas de sua realização podem ser designadas pela expressão mais geral de **ações de linguagem**.

5.1.1 - Contexto de produção

Quanto ao *contexto de produção*, podemos afirmar que se constitui num conjunto de fatores referentes ao mundo físico, ao mundo social (normas, valores, regras, etc) e ao mundo subjetivo (imagem que o agente faz de si ao agir, etc) em que todos eles interferem na organização textual. Bronckart (1999) divide esses três mundos em duas ordens principais: o contexto físico e contexto sociosubjetivo.

A primeira que é de ordem física refere-se à situação de espaço-tempo efetivo da produção. Sobre isso, Bronckart (1999:93) observa que o agente, quando produz um texto, leva em consideração as restrições definidas pelo lugar físico e momento de produção, pelo emissor (aquele que efetivamente produz o texto) e pelo receptor (aquele que poderá vir a receber o texto). A produção poderá ser realizada tanto no oral (locutor) e, nesse caso, o produtor está no mesmo espaço-tempo do receptor, como no

escrito e, nesta circunstância, o produtor não está situado nas coordenadas do espaço-tempo do receptor.

Com relação à segunda ordem, é preciso ter em mente que todo texto inscreve-se dentro de sistemas de atividades que pertencem a uma determinada formação social e, mais estritamente, também “no quadro de uma forma de interação comunicativa que implica o mundo social (...) e o mundo subjetivo” (Bronckart, 1999:94). No contexto sócio-subjetivo, existem quatro parâmetros principais: *o lugar social*, ou seja, que “lugar” ocupa no quadro da formação social, ou a qual instituição pertence ou, de forma mais geral, em que modo de interação o texto é produzido; a *posição social do emissor* ou o papel social do produtor (que lhes dará o estatuto de enunciador); a *posição social do receptor* ou o papel social do receptor (que dará o estatuto de destinatário); e o *objetivo* da interação (que efeitos de sentido o agente pretende causar no seu destinatário).

5.1.2 - Conteúdo temático

Quanto ao *conteúdo temático*, Bronckart (1999:97) define-o como “o conjunto das informações que nele (texto) são explicitamente apresentadas, isto é, que são traduzidas no texto pelas unidades declarativas da língua natural utilizada”. O autor ainda esclarece serem essas informações que compõem o conteúdo temático construídas pelo agente-produtor. Todo o conhecimento que o indivíduo adquire é constituído pelo meio social e cultural em que vive, variando mediante a experiência de vida e o nível de desenvolvimento do agente, que será armazenado e organizado em sua memória, sendo ativado no momento da ação da linguagem. Denominada de conhecimentos prévios, essa organização toma diversas formas, podendo mesmo se falar em macroestruturas cognitivas. Assim, podemos dizer que o conteúdo temático refere-se ao conjunto de informações recuperadas pelo indivíduo no momento da ação da linguagem mediante o seu conhecimento prévio. Com relação a análise do conteúdo temático, Bronckart

(op.cit) admite que a distinção dos três mundos citados por ele não será relevante, a princípio, uma vez que um texto pode apresentar como tema um objeto ou um fenômeno de um desses três mundos ou ainda veicular temas de dois ou três mundos simultaneamente.

Na obra de 2008a, no entanto, o conteúdo temático passa por um processo de reflexão profunda. Se em 1999, era apenas um dos componentes da situação de ação de linguagem, em 2008, o âmbito do seu papel será evidenciado e alargado, pois, passa a ser não só um componente global do texto, uma vez que, num plano mais geral, perpassa pelos diferentes níveis da arquitetura, como também, passa a configurar-se como um dos componentes da própria infra-estrutura. Assim, em Bronckart (2008a), o conteúdo temático será acrescentado como um dos componentes da arquitetura textual.

5.2 - Arquitetura interna dos textos

Com base num trabalho de análise de textos empíricos, Bronckart (1999:119) esclarece que o texto organiza-se em camadas superpostas e interativas à semelhança de um folhado, como já explicamos anteriormente, o que o autor designa por *arquitetura interna textual*. No nível mais profundo, encontra-se a *infra-estrutura geral dos textos*; em um nível intermediário, *os mecanismos de textualização*; no nível mais superficial, *os mecanismos enunciativos*. Contudo, convém salientar que essa distinção apenas corresponde a níveis de análise hierárquicos ou mesmo parcialmente hierárquicos com o objetivo de representar a trama complexa da feitura textual.

5.2.1 – Infraestrutura

A *infraestrutura* é considerada o nível mais profundo de um texto. Em Bronckart, 1999, ela é constituída pelo plano mais geral do texto, pelos tipos de discurso que comporta, pelas modalidades de articulação entre esses tipos de discurso e pelas sequências, ou modos de planificação, que eventualmente aparecem no texto.

O *plano geral*, por sua vez, “refere-se à organização do conjunto que compreende o conteúdo temático; mostra-se visível no processo da leitura e pode ser codificado em um resumo” (Bronckart, 1999:120). Essa estruturação do texto assume, eventualmente, formas variáveis, mas em alguns casos, os textos apresentam um plano fixo (típico dos gêneros textuais ao qual pertence). até um plano bastante variável. Inclusive, segundo Bronckart (1999) o plano geral do texto pode em determinados casos atingir uma variação em extremo, isso não só porque varia conforme o gênero escolhido, mas também porque os textos apresentam diversos fatores que os tornam singulares. Entre estes fatores podemos citar o tamanho que vai de um simples enunciado até uma obra com várias páginas; a natureza do seu conteúdo temático; e as suas condições externas de produção, entre outros.

No que diz respeito às *sequências textuais*, Bronckart (1999:121) segue o posicionamento teórico de Adam (1992) e considera as sequências como modos de planificação de linguagem que se desenvolvem no interior do texto. Bronckart (1999:218) explica que, para Adam (1992), as sequências constituem protótipos - segundo uma concepção cognitivista, ou seja, são modelos abstratos prototípicos que atuam como representações das propriedades superestruturais canônicas dos textos e circulam numa dada cultura onde se inscreve o agente-produtor, sendo por ele assimilados, progressivamente, através do meio social e cultural em que vive. Assim, as sequências são produtos organizados dos conhecimentos disponíveis na memória que serão acionados tendo como motivação as representações que o sujeito-produtor faz dos seus interlocutores e os efeitos de sentido que deseja produzir nestes. As sequências assumem formas linguístico-estruturais, resultado da decisão interativa do agente em relação à situação de linguagem, abrangendo cerca de cinco categorias: argumentativa,

explicativa, narrativa, descritiva e a dialogal. Para resumir, segundo Rosa (2003:31), as operações para a sequência *narrativa* baseiam-se em “operações criadoras de tensão”; para a sequência *descritiva*, “operações destinadas a fazer ver”, para as sequências *explicativa* e *argumentativa*, “operações que visam a resolver um problema ou a convencer”; e para a sequência *dialogal*, “operações destinadas a regular a interação”.

Quanto ao *tipo de discurso*, Bronckart (1999) afirma que são formas de organização linguística presentes de maneira composta nos gêneros textuais. O autor propõe quatro tipos de discurso: *o discurso interativo*, *o discurso teórico*, *o relato interativo* e *a narração*. Para abordar as operações adjacentes aos tipos, é necessário primeiro explicar a construção dos mundos discursivos proposto por Bronckart (1999), o que será feito mais adiante.

Com relação ainda às sequências e aos tipos de discurso, Bronckart (1999:237-238) salienta que “a sequencialização de um determinado conteúdo temático baseia-se em operações que diferem das operações constitutivas dos tipos de discurso e que se **sobrepõem** a essas últimas”. Acrescenta Bronckart (1999) que a sequência narrativa conjuga-se no relato interativo e na narração, por sua vez a sequência argumentativa e explicativa no discurso teórico enquanto a sequência dialogal em certos discursos interativos. Relativamente à descrição, Bronckart, em 2008a, explica que se distribui de maneira diferente de acordo com cada tipo de discurso.

De fato, a infra-estrutura é um dos níveis da arquitetura textual que sofre uma verdadeira reorganização das suas categorias em 2008a. Os três componentes que anteriormente constituíam a infra-estrutura serão reorganizados, em dois componentes principais, que passam a englobar o plano geral e os tipos de discurso: a componente da *organização temática* e a componente da *organização discursiva*. No entanto, as *sequências textuais* não são mais considerados como parte da arquitetura textual, uma vez que Bronckart (2008a) assume que as sequências não são essenciais para a planificação do texto, sendo este papel assumido, de certa forma, pela organização discursiva conforme veremos nos pontos a seguir.

5.2.1.1 – Organização temática

Como já adiantado no ponto anterior, o nível da infra-estrutura passa a ser composto por duas categorias: a organização temática e a discursiva. O primeiro componente aparece a partir do reconhecimento de que o conteúdo temático assoma no texto por meio de um sistema (ou rede). Simultaneamente, verifica-se a existência de regularidades na organização textual que são de certa forma dependentes deste mesmo conteúdo. Bronckart (1999) já tinha, de certo modo, considerado que o conteúdo temático perpassava por toda a arquitetura textual inclusive como parte da configuração dos tipos de discurso. Todavia, esse aspecto era pensado apenas em um nível teórico. A sua nova proposta passa assumir que esse componente deve migrar de um plano teórico para uma dimensão metodológica.

Uma tentativa de caracterizar metodologicamente o conteúdo temático é encontrada no trabalho de Bronckart & Bulea (2005). Para uma percepção da organização temática, procurando dar conta das características de sua composição, os autores, a partir da análise do *agir* no trabalho de enfermeiras, estabeleceram dois tipos de combinações dos elementos temáticos. O primeiro, intitularam de Segmentos de Orientação Temática, nos quais identificam segmentos de apresentação ou de início de um determinado conteúdo temático. O segundo, denominado de Segmentos de Tratamento Temático (STT), refere-se a segmentos em que o conteúdo temático é efectivamente discorrido.

É nessa linha de pensamento, teórico-metodológico, que Bronckart concebe, em 2008a, a organização temática. Partindo da semântica textual de Rastier que apresenta uma tipologia com quatro grandes componentes conjugados principalmente ao plano do significado, Bronckart (2008a) elege apenas dois desses componentes: o componente temático que irá compor “a temática” e o componente tático, para qualificar “a planificação”.

a. A temática

A *temática* é um termo dado por Rastier, segundo Bronckart (2008a:77), dentro da semântica textual para identificar as unidades sémicas que fazem parte do tema do texto. Rastier propõe-se a identificar tanto o chamado universo semântico, ou seja, os temas que são convocados em um texto, como também, a pôr em relevo os semas que constituem o tema convocado. Estes últimos são de dois tipos: as chamadas “moléculas sémicas”, quando se trata de temas específicos, e de “classes sémicas”, quando se trata de temas genéricos. Uma questão aparentemente problemática para Bronckart (2008a) é o fato de Rastier se restringir apenas ao puramente semântico. A questão principal, para aquele autor, é saber como, metodologicamente, se operam as identificações das recorrências sémicas ou ainda como esta identificação não será restrita apenas a uma leitura interpretativa dos signos que estão “submetidos” ao tema. Embora esta questão não seja totalmente ignorada por Rastier, ele prefere não resolvê-la, como sublinha o próprio Bronckart (2008a). Numa tentativa de encontrar respostas, este autor vai buscar um outro componente de Rastier, o chamado *plano agonístico*. Duas considerações fundamentam esta tentativa de Bronckart: a primeira refere-se ao fato de Rastier considerar, neste plano, uma parte existente da componente da temática qualificada de “arquitêmica”, definida como uma parte que trata da divisão dos universos semânticos em espaços de valor. A segunda é que Rastier (apud Bronckart, 2008a:78) observa os agonísticos, tanto em “classe de autor definidos por seu tipo molecular (estrutura sémica), como por um tipo de regra (estrutura interacional)” e ainda como “tipos caracterizados por avaliações que aumentam a arquitetura”.

Para Bronckart (2008a:78), as atribuições de sobrevalores que caracterizam o plano agonístico, se não são da competência plena da temática, pelo menos são associadas intimamente a ela, pois as escolhas sémicas manifestadas num texto (ou ao qual procede do autor deste texto) não podem ser orientados directamente pelas motivações ou pelos desafios que subjazem estas mesmas atribuições. Em outras palavras, a natureza dos efeitos visados no plano agonístico parece necessariamente ser a base direta da organização do plano sémico.

b. A planificação

Este componente foi inspirado a partir do que Rastier, segundo Bronckart, 2008a:79 qualifica de tático:

La composante tactique rend compte de la disposition linéaire des unités sémantiques. La tactique interesse certes le plan de l'expression et celui du contenu, considérés ensemble ou séparément. **Mais comme les unités de ces deux plans ne se correspondent pas nécessairement terme à terme, elles s'ordonnent dans des linéarités différenciées.** Nous traitons ici de la tactique de contenu. (Rastier, apud Bronckart, 2008a:79)

Para Bronckart, a componente tática é manifestamente uma característica do género e afigura-se ser este ponto abordado pelo princípio de “indissociabilité”. Esta reflexão implica a coordenação dos planos do significante e do significado. Ora, como Bronckart (2008a:80) encontrou certas dificuldades que já se haviam levantado anteriormente a Rastier, essa parte da planificação não foi resolvida na obra de 2008. Razão pela qual, coloco em evidência a seguinte citação:

Il semble qu'il faille revenir sur notre renoncement eu égard à la problématique de la planification ne peut être que d'ordre sémiotique ou linguistique, et il s'agirait donc d'identifier les démarches méthodologiques nouvelles permettant de surmonter l'échec que nous avons connu en ce domaine. (Bronckart, 2008a :78)

Estas palavras de Bronckart indicam que, embora não tenha desenvolvido esse componente da organização temática, em nosso entender, são relevantes, pois permitem-nos perceber que, de fato, a planificação só pode ser de ordem semiótica ou linguística. Assim, podemos afirmar que, a partir dessa ideia, dentro do quadro teórico do ISD, a planificação é, sem dúvida, associada à disposição dos componentes que são semiotizados no género textual.

5.2.1.2 – Organização discursiva

Bronckart (2008a) reafirma que para apreender e descrever a organização de um texto, parece indispensável identificar os diferentes tipos de discurso que nele aparecem, assim como as suas modalidades de articulação, ou seja, os diferentes processos que indicam e gerem a passagem de um tipo para o outro. Portanto, o autor, na obra de 2008a, confirma o carácter da importância dos tipos de discurso e cinge-se em assinalar apenas duas modificações referentes à organização discursiva que devem ser introduzidas tendo em conta o seu modelo inicial.

A primeira é estabelecida pela compreensão mais profunda do papel da coesão verbal e de sua relação com os tipos de discurso. No modelo inicial, esse ponto estava integrado aos mecanismos de textualização (conforme veremos adiante). No entanto, a abordagem teórica dos tipos de discursos assinala que, de fato, a estruturação temporal é integrada na definição e descrição destes tipos. Por conseguinte, analisar os tipos de discurso e coesão verbal em separado geraria um mesmo trabalho para ambos os componentes (Leal & Caldes, 2007 e Bronckart, 2008a:79). Isso mostra que a coesão verbal pode ser levada em conta para caracterizar os tipos de discursos. Outro motivo para essa associação – tipo de discurso e coesão verbal – será pela própria definição da categoria *mecanismos de textualização* que, por princípio, Bronckart (2008a:79) afirma serem aplicados na totalidade do texto e que se propalam em séries isotópicas que atravessam necessariamente os tipos de discursos, ainda que a sua marcação possa apresentar algumas diferenças de acordo com esses tipos. Contudo, segundo Bronckart (2008a:79), os mecanismos de estruturação temporal anteriormente qualificados de *coesão verbal* não têm esta propriedade de transversalidade e, por isso, devem ser considerados apenas como constitutivos e definidores dos tipos de discurso.

Num segundo momento, dentro da organização discursiva (podendo ser considerada como a segunda modificação), Bronckart (2008a:79) esclarece a necessidade de complementar a abordagem sobre os tipos de discurso com uma análise detalhada das determinações que os sistemas de coordenadas exercem sobre a

organização sintática e macro-sintática dos tipos. Para explicar este ponto, vale lembrar que, como já foi demonstrado, na obra ATD (1999), Bronckart (2008a:80) centrou-se em distinguir, ao nível macro-sintático, as sequências textuais de Adam relacionando-as com os tipos de discurso e sinalizando serem as sequências dependentes destes tipos. Além disso, as suas próprias características linguísticas variam mediante os tipos nos quais aparecem. Não obstante, as análises dos textos têm vindo a demonstrar, que, segundo Bronckart (2008a:80), as ocorrências efetivas destas sequências são, de fato, bastante raras e que, conseqüentemente, os tipos de discurso devem necessariamente exibir outras modalidades de estruturação, que o autor qualifica de planificação interna. Assim, Bronckart (2008a) pretende melhorar este domínio ao deixar indicado a necessidade de observar, simplesmente, a organização sintática dos tipos de discurso, sem atribuir importância excessiva as sequências textuais de Adam.

Mundos discursivos: dos arquétipos psicológicos aos tipos de discurso.

Como foi referido antes, os tipos de discurso fazem parte do nível mais profundo de um texto. Com base na teoria do ISD, sabemos que a produção de linguagem comporta duas vertentes: o linguístico e o psicológico. Os tipos de discurso, em sua vertente linguística, são observáveis nos diferentes segmentos que um texto comporta. Por outras palavras, os tipos de discurso são formas de organização linguística que estão presentes de maneira composta nos gêneros textuais e “traduzem” operações psicológicas que refletem a criação de mundos discursivos específicos. Antes de falarmos dos tipos de discurso passíveis de serem encontrados num texto, é necessário entender as operações que constituem os mundos discursivos, isto é, compreender também como se constroem os seus arquétipos psicológicos.

Para explicar a formação dos mundos discursivos, Bronckart (1999) parte de três estudos sobre os tempos dos verbos de uma língua natural. O primeiro observado é proposto por Benveniste (1959) e incide sobre as relações de tempo dos verbos em francês. Este autor afirma que os tempos dos verbos dividem-se em dois subsistemas

diferentes, mas que se complementam, formando dois planos distintos de enunciações: o plano da **história** e o plano do **discurso**.

O segundo é proposto por Weinrich (1973) num estudo também consagrado aos tempos dos verbos. Neste estudo, o autor estabelece a distinção entre os tempos do **comentário** e os tempos da **narração** associando-os a uma oposição de mundos – **mundo comentado** versus **mundo narrado**. Weinrich complementa-a ao afirmar que as diferenças dos mundos não são apenas marcadas pelos verbos, mas igualmente por outras unidades macrossintáticas que reforçam a distinção inicialmente identificada pelos tempos verbais, acentuando as características que formam o mundo comentado ou o mundo narrado.

Por último, no estudo “Pour une typologie des discours” (1975), a autora Simonin-Grumbach, baseando-se no sistema nocional de Culioli, procura complementar os estudos anteriores quando tenta identificar as unidades linguísticas próprias e discriminatórias dos mundos ou dos planos enunciativos. Para isso, a autora busca descrever e formalizar as operações psicológicas formadoras dessas unidades linguísticas as quais chama de tipos de discurso. Bronckart (1999:151), ao assumir que a sua própria abordagem situa-se na continuidade desses trabalhos, procura aprofundá-los em três aspectos (2006:150): a) nos estudos relativos aos gêneros textuais e aos segmentos infra-ordenados que entram na composição desses gêneros; b) na reorganização das operações psicológicas, identificando, pelo menos, quatro tipos de operações; c) no aprofundamento das análises “distribucionais e estatísticas das configurações de unidades e de processos da língua francesa que exprimem esses mundos discursivos”

Assim, Bronckart (1999) explica-nos que a atividade de linguagem se fundamenta em operações psicológicas que geram a criação de mundos discursivos. Como afirma o autor (1999:151):

A atividade de linguagem, devido à sua própria natureza semiótica baseia-se, necessariamente, na criação de mundos virtuais. Esses mundos são sistemas de coordenadas formais que, de um lado, são radicalmente “outros” em relação aos sistemas de coordenadas dos mundos representados em que se

desenvolvem as ações de agentes humanos, mas que, de outro, devem mostrar o tipo de relação que mantêm com esses mundos da atividade humana. Por convenção, chamaremos os mundos representados pelos agentes humanos de mundo ordinário e os mundos virtuais criados pela atividade de linguagem de mundos discursivos.

Os mundos discursivos são configurações de representações construídas para a troca entre as representações pessoais do agente e as representações colectivas do seu ambiente, isto é, do mundo em que se desenvolvem as ações dos agentes produtores da comunicação. Bronckart (1999) nomeia esse mundo das ações humanas de *mundo ordinário*, enquanto o mundo das representações criado pelas atividades de linguagem corresponde ao *mundo discursivo*. Além disso, é importante salientar que os mundos discursivos são construídos com base em dois subconjuntos de operações: as primeiras referem-se à relação existente entre as coordenadas que organizam o conteúdo temático e as coordenadas do mundo ordinário; as segundas esclarecem o relacionamento das diferentes instâncias de agentividade (personagens, grupos, instituições, etc.) e a sua inscrição espaço-temporal com os parâmetros físicos da ação da linguagem em curso (agente-produtor, interlocutor e espaço-tempo da produção).

Bronckart (1999) explica-nos ainda que os mundos discursivos se combinam em dois grandes grupos, são eles: da ordem do *Expor* e da ordem *Narrar*. Estes, por sua vez, vão dar origem a quatro mundos discursivos: *mundo do expor implicado*; *mundo do expor autónomo*; *mundo do narrar implicado*; e o *mundo do narrar autónomo*.

Portanto, Bronckart (1999) esclarece que o mundo do expor implicado e o mundo do expor autónomo caracterizam-se pela constituição de um mundo discursivo conjunto ao da interação social em curso, tendo como principal diferença a questão de que o mundo do expor implicado traz referências explícitas aos parâmetros da situação enquanto o mundo do expor autónomo não mostra nenhuma referência dos parâmetros da situação que possam ser traduzidos em marcas linguísticas. Já o mundo do narrar implicado e o mundo do narrar autónomo são caracterizados pela constituição de um mundo discursivo disjunto ao da ação de linguagem, sendo que o mundo do narrar autónomo também não faz referências aos parâmetros da situação material de produção enquanto o outro, o mundo do narrar implicado, faz. Desse modo, quanto a

situacionalidade, na ordem do narrar, o mundo discursivo é apresentado como um mundo independente, ou mesmo, à parte do mundo ordinário. Bronckart (1999) fala em “um outro lugar”, mas que é necessário que seja passível de ser avaliado e interpretado pelos seres humanos. Ao invés, na ordem do expor, os conteúdos temáticos dos mundos discursivos conjuntos são interpretados segundo os critérios de validade do mundo ordinário.

Em 2008, Bronckart reafirma a orientação em relação aos mundos discursivos, chamando a atenção para a intervenção de três registros: o do *mundo comum* (já referi-o como mundo ordinário) do produtor de texto, que se pode definir como o conjunto das representações pessoais do qual dispõe, tendo em conta o teor e o estatuto do conteúdo colocado no texto, considerando a situação de acção da linguagem; o dos *mundos formais*, como diretórios de conhecimentos colectivos organizados de acordo com os conjuntos de normas adotados pelo grupo ao qual pertence; e, por último, o dos *mundos discursivos* que são construídos no texto, e que constituem quadros que organizam as modalidades de troca entre estas duas ordens de representações (pessoal versus coletiva) e que podem ser lugares intermédios, permitindo a conversão destas representações de categorias fundamentalmente diferentes.

Bronckart (2008a:63) põe em evidência que a constituição dos diferentes mundos discursivos pode ser apreendida, tendo em consideração a organização temporal e a organização atorial dos discursos. Portanto, na continuidade das perspectivas apresentadas em 1999, Bronckart centra e resume as coordenadas de constituição dos mundos discursivos com base em duas principais dinâmicas: a relação entre as coordenadas temporais dos processos verbalizados no texto e as coordenadas temporais da situação de produção; e a relação entre as instâncias de agentividade mobilizadas no texto e as instâncias de agentividade associadas à situação de produção.

Tipos de discurso

A partir da construção dos mundos discursivos, Bronckart propõe ainda a existência de quatro tipos de discurso. O mundo do *Expor* é semiotizado pelo *discurso*

interativo e o *discurso teórico*; enquanto o mundo do *Narrar* é semiotizado pelos *relato interativo* e *narração*. Vale a pena ressaltar ser a escolha dos tipos de discursos por parte do agente-produtor do texto condicionada à interpretação que ele tem da situação comunicativa na qual o texto é gerado.

Podemos, então, definir os tipos de discurso como unidades linguísticas infraordenadas de número limitado que estão presentes nos textos e, conseqüentemente, de maneira composta nos gêneros textuais. Como foi dito, essas formas linguísticas “traduzem” operações psicológicas que refletem a criação dos mundos discursivos. Por sua vez, os mundos discursivos são mundos virtuais criados pela atividade de linguagem, “organizam as relações entre as coordenadas do mundo vivido do agente, as de sua situação de ação e as dos mundos construídos coletivamente” (Bronckart 2006:148). Para uma melhor visualização, na tabela 1, mostraremos os mundos discursivos e seus quatro tipos de discurso correspondente, conforme aparece em Bronckart (2008a)

Tabela 1: Esquema dos tipos de discurso

		Organisation temporelle	
		Conjonction EXPOSER	Disjonction RACONTER
Organisation actorielle	Implication	<i>Discours interactif</i>	<i>Récit interactif</i>
	Autonomie	<i>Discours théorique</i>	<i>Narration</i>

(retirado de Bronckart, 2008a:71)

De acordo com o modelo, a produção de linguagem se concretiza em um texto empírico, combinando geralmente vários tipos de discurso. Os segmentos reveladores dos tipos de discurso estendem-se sucessivamente na fala ou na escrita e são

subjacentes a uma atividade construída a qual é uma parte delimitada pela ação de linguagem. Esta ação estende-se em uma certa duração, formal ou psicológica, que é qualificada de eixo de referência temporal de um tipo de discurso (Bronckart 2008:64). Também, pelas instâncias agentivas do texto que podem exibir uma relação de identidade ou de diferença com as instâncias externas da ação da linguagem (Bronckart, 2008:69). Ou ainda implicar parâmetros externos que se traduzem no emprego de formas pronominais de valor dêítico.

Desta forma, as relações estabelecidas no discurso interativo são da ordem do *Expor* e se caracterizam por uma relação de conjunção, ou seja, as coordenadas gerais, que organizam o conteúdo temático, são apresentadas como **conjuntas** às da ação de linguagem. E, também, por uma relação de implicação, isto é, o texto explicita (**implica**) a relação entre as instâncias de agentividade e os parâmetros da ação de linguagem com referências dêíticas a esses mesmos parâmetros. O texto apresentará, desse modo, características que marcam a presença do produtor e que mostram o momento da produção, indicando, com isso, as relações que estabelecem o mundo discursivo construído, nesse caso, o do “expor implicado”. Já as relações que são marcadas no **discurso teórico** se identificam por uma relação de **conjunção**, mas estabelecem uma relação de **autonomia**, dito de outro modo, o texto não explicita o relacionamento que ocorre entre as instâncias de agentividade (personagens, grupos, instituições, etc.) e os parâmetros da ação de linguagem, não havendo referências dêíticas.

Na ordem do *Narrar*, as relações estabelecidas no **relato interativo** revelam-se pela **implicação** dos parâmetros da interação verbal que é posta em cena pelas unidades linguísticas quando se referem aos agentes (personagens), os quais participam na interação (*eu, tu*) e pela **disjunção** marcada por unidades que remetem para uma origem espaço-temporal diferente da do mundo ordinário desse mesmo agente (com referências explícitas a um outro quadro temporal e geográfico distinto do mundo ordinário do agente-produtor). Com relação à **Narração**, as relações instituídas caracterizam-se não só pela disjunção, como igualmente, ao contrário do relato interativo, pela autonomia em relação aos parâmetros físicos da ação de linguagem, uma vez que não apresenta unidade linguística que faça referência direta ao agente-produtor e as personagens são identificáveis como sendo um “outro” produtor. Desse modo, neste tipo de discurso, não

é necessário conhecer o espaço-tempo da produção para que seja possível interpretá-lo. Na obra de 1999, Bronckart avança as características linguísticas que semiotizam os tipos de discurso. Abaixo, na tabela 2, apresento essas características linguísticas.

Tabela 2

	Implicação	Autonomia
EXPOR (conjunção)	<p>Discurso interativo</p> <ul style="list-style-type: none"> • A entrada imediata no assunto e/ou a ausência de qualquer origem espaço-temporal mostra que as coordenadas gerais desse mundo discursivo não são postas à distância do mundo ordinário da interação • A presença de unidades que remetem à própria interação verbal, que seja real, que seja encenada, e ao caráter conjunto-implicado do mundo discursivo criado. • Nas formas dialogadas, a interação marca-se pelos turnos de fala e, sobretudo, tanto nos diálogos quanto nos monólogos, pela presença de numerosas frases não declarativas. • A exploração de um subsistema de tempos dos verbos (os tempos do plano do discurso, de Benveniste), composto essencialmente pelo presente e pelo passado composto, aos quais se acrescenta regularmente uma forma de futuro perifrástico com (ir)+infinitivo⁶. • A presença de unidades que remetem ou a objetos acessíveis 	<p>Discurso teórico</p> <ul style="list-style-type: none"> • É monologado e escrito e esse carácter se traduz principalmente pela ausência de frases não-declarativas. • Ausência de qualquer origem espaço-temporal, ou seja, numa unidade linguística refere-se ao espaço-tempo da produção. • Nenhuma unidade linguística refere-se ao agente-produtor • A interpretação não requer nenhum conhecimento dos parâmetros da situação de ação de linguagem de que se origina. • Exploração do mesmo subconjunto de tempos dos verbos do discurso interativo, mas com duas características diferenciais: a nítida dominância das formas do presente (presente e condicional)⁷, ausência quase total das formas do futuro. Além disso, os dois tempos de base, o presente e o passado composto⁸,

⁶ O “passado composto” corresponde ao pretérito perfeito, em português.

⁷ Futuro do pretérito, em português.

⁸ Pretérito perfeito, em português.

	<p>aos interactantes ou ao espaço ou ao tempo da interação (ostensivos, dêiticos espaciais e temporais)</p> <ul style="list-style-type: none"> • A presença de nomes próprios, assim como de verbos, pronomes e adjetivos de 1ª e 2ª pessoa do singular e do plural (em português), com a possibilidade de elipse dos pronomes do caso reto, frequentemente, que remetem diretamente aos protagonistas da interação verbal e que tem valor exofórico. • Caracteriza-se pela presença recorrente de outras unidades, que parecem menos diretamente relacionadas ao tipo de mundo discursivo construído, mas que têm, entretanto, um valor parcialmente discriminativo: • A presença do pronome indefinito “você” ou “a gente” (em português), funcionando como pronome de segunda pessoa do singular ou do plural. • A presença de metáforas pronominais, por oposição as anáforas nominais. • A presença de auxiliares de modo; “poder”, assim como de outros auxiliares com valor pragmático do tipo “querer”, “dever”, “ser preciso”. • Caracteriza-se por uma densidade verbal elevada (...) e, correlativamente, por uma densidade sintagmática muito baixa. 	<p>têm, nesse tipo de discurso, um valor genérico, nitidamente distinto do valor dêítico que geralmente tomam no discurso interativo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A ausência de unidades que remetam diretamente aos interactantes, ou ao espaço-tempo da produção, como os ostensivos, os dêiticos espaciais e os dêiticos temporais. • Ausência de nomes próprios e de pronomes e adjetivos de primeira e segunda pessoa do singular com valor claramente exofórico, ou ainda de verbos na primeira e segunda pessoa do singular. • A presença de múltiplos organizadores com valor lógico-argumentativo: • A presença de numerosas modalizações lógicas, assim como a onipresença do auxiliar de modo “poder”: • A exploração de procedimentos de focalização de certos segmentos de texto, assim como procedimentos de referência a outras partes do texto, ou ao intertexto científico: <ul style="list-style-type: none"> a) procedimentos metatextuais, b) procedimentos de referência intratextual c) procedimentos de
--	--	--

		<p>referência intertextual</p> <ul style="list-style-type: none"> • A presença de numerosas frases passivas, a maioria do tipo “passiva truncada” • A grande frequência, ao lado das anáforas pronominais, de anáforas nominais ou de procedimentos de referência dêitica intratextual: • Caracteriza-se por uma densidade verbal muito fraca (...) e, correlativamente, por uma densidade sintagmática extremamente elevada.
<p>NARRAR (Disjunção)</p>	<p>Relato interativo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Origem espaço-temporal explícita, que torna o mundo discursivo criado claramente situável, em referência ao quadro geográfico e temporal do mundo ordinário dos agentes. • No quadro desse mundo disjuncto, desenvolve-se um narrar que implica personagens e acontecimentos e/ou ações. • Presença de unidades linguísticas que se referem diretamente ao agente-produtor. • O relato interativo é, em princípio, monologado, que se desenvolve em uma situação de interação que pode ser real (e originalmente oral) ou posta em cena, no quadro de um gênero escrito como o romance ou a peça de teatro. Esse caráter monologado se traduz principalmente pela ausência de frases não-declarativas. 	<p>Narração</p> <ul style="list-style-type: none"> • Origem espaço-temporal explícita. Em alguns segmentos pode ser que a origem espaço-temporal não seja explicitamente marcada, contudo a situação do mundo discursivo é inferível de indicações explícitas de lugar ou de datas que aparecem no decorrer do texto. • Há outros segmentos de textos que apresentam o mundo discursivo não-situável e essa própria não-situabilidade é explícita por uma origem espaço-temporal explícita, mas indeterminada, do tipo: era uma vez, em um país longínquo, um dia, em ... • Nenhuma unidade linguística faz referência direta ao agente-produtor e os personagens em cena

	<ul style="list-style-type: none"> • A exploração de um subsistema de tempos dos verbos, que constitui uma variante do sistema dos tempos da história descrito por Benveniste ou ainda dos tempos narrativos analisados por Weinrich. Esse sistema é composto por dois tempos nitidamente dominantes: o passado composto⁹ e o imperfeito, aos quais, às vezes, são associados formas do mais-que-perfeito, do futuro simples ou do condicional¹⁰ • A presença de organizadores temporais (advérbios, sintagmas preposicionais, coordenativos, subordinativos, etc.), que decompõem o NARRAR desenvolvido a partir da origem espaço-temporal, explícita ou não: • A presença de pronomes e adjetivos de 1ª e 2ª pessoa do singular e do plural, que remetem diretamente aos protagonistas da interação verbal em cujo quadro o relato se desenvolveu. • A presença dominante de anáforas pronominais, às vezes associadas a anáforas nominais, na forma particular de repetição fiel do sintagma antecedente. • Possui uma densidade verbal semelhante à do discurso interativo (...) e, correlativamente, uma densidade sintagmática mais 	<p>no texto são identificáveis, nenhuma unidade refere-se ao espaço-tempo da produção.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A narração é, geralmente, escrita e sempre monologada, que, consequentemente, comporta apenas frases declarativas. • A exploração dos subsistema dos tempos da história ou dos tempos narrativos (cf. supra), composto por dois tempos nitidamente dominantes, o pretérito simples¹¹ e o imperfeito, que têm o mesmo valor de marcação de uma isocronia entre o curso da atividade narrativa e o curso dos acontecimentos da diegese, mas que assumem, além disso, um papel específico na marcação de contrastes aspectuais. A esses tempos de base são acrescidas as formas compostas correspondentes (passado anterior e mais-que-perfeito¹²) que marcam a relação retroativa entre o curso da atividade narrativa e o curso da diegese, assim como o condicional¹³ e as formas complexas (auxiliar no imperfeito + infinitivo), que marcam uma relação de projeção entre o curso da atividade narrativa e o
--	--	---

⁹ (N.T) Pretérito perfeito, em português.

¹⁰ (N.T) Futuro do pretérito, em português.

¹¹ (N.T) Para o português, pretérito perfeito.

¹² (N.T) Para o português, esses dois tempos correspondem ao mais-que-perfeito composto.

¹³ (N.T) Para o português futuro do pretérito

	baixa.	<p>curso da diegese.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A presença de organizadores temporais que decompõem o narrar que se desenvolve a partir da origem espaço-temporal explícita ou não. • A ausência de pronomes e adjetivos de 1ª e 2ª pessoa do singular e do plural, que remetem diretamente ou ao agente produtor do texto ou a seus destinatários. • A presença conjunta de anáforas pronominais e de anáforas nominais, estas últimas apresentando-se geralmente na forma de uma retoma sintagma antecedente, com substituição lexical. • Possui uma densidade verbal que se situa a meio do caminho entre a do discurso interativo e a do discurso teórico (...) e, sua densidade sintagmática é também média.
--	--------	---

Ainda com relação ao tema, Bronckart (2006:155) explica que o agente-produtor ao produzir um tipo de discurso coloca em evidência processos mentais e de linguagem que considera como sendo *raciocínios*. Relaciona os raciocínios práticos para os discursos interativos e os relatos interativos. Os raciocínios de ordem lógica ou semiológica aos discursos teóricos. E os raciocínios causais/cronológicos para as narrações. É importante também sublinhar que a escolha dos tipos de discursos por parte do agente-produtor do texto está condicionada à interpretação que ele tem da situação comunicativa na qual o texto é gerado. Para uma melhor percepção da relação *tipos de discurso/ tipos de raciocínio*, veja o quadro abaixo:



Variantes, fronteiras e fusões dos tipos de discurso

As duas operações que constituem os tipos discursivos parecem obedecer a decisões de carácter binário: seja na conjunção/disjunção; seja na implicação/autonomia. Ambos são facilmente observáveis em tipos “puros”, contudo, ocorrem igualmente em segmentos de textos reveladores sobreposições e até mesmo de fusões de tipos de discursos, não satisfazendo, com isso, esse princípio binário. Assim, em ATD, Bronckart (1999:187) assume que os tipos de discurso apresentam variantes, fronteiras ou mesmo fusões entre eles devido à própria variação da situação de produção, o que não coloca em causa a definição dos tipos nem tão pouco as descrições de suas unidades constituintes.

Na verdade, em ATD, Bronckart atribui como uma das variante do discurso interativo, os gêneros que são próprios da oralidade como, por exemplo, a conversação, uma vez que eles apresentam basicamente um mundo discursivo que semiotiza o conteúdo temático na interação em curso. Essa primeira variante é marcada pelo fato de as instâncias de agentividade remeterem diretamente aos interactantes e também por apresentarem uma organização dos seus segmentos, relacionando-os à estrutura da ação de linguagem em curso. Esse primeiro subconjunto dos tipos de discurso é chamado pelo autor de *discurso interativo primário*.

Um outro conjunto que integra as variantes do discurso interativo, é aquele construído pelo discurso direto, próprios do quadro de gêneros escritos como, por exemplo, o discurso direto nos romances, novelas, etc. Eles aparecem encaixados nos segmentos *relato interativo* ou *narração*. Esse tipo de discurso, sem dúvida, apresentará marcas deícticas, porém, as marcas não estão relacionadas aos parâmetros de uma interação desenvolvidas no mundo ordinário, mas em uma interação que ocorre no mundo colocado em cena no discurso principal. Bronckart (1999) chama a esse subconjunto de *discurso interativo secundário*.

Um terceiro subconjunto, que Bronckart também chama de discurso interativo, secundário, é os segmentos que aparecem no gênero *peça de teatro*. Embora, originariamente escrito, a sua realização efetiva dá-se apenas, posteriormente, na representação em palco. Desse modo, apresenta um mundo específico com referências ao mundo ordinário que é representado, apresentando referências deícticas ao mundo dos personagens e dos acontecimentos colocados em cena.

Ainda no eixo do *Expor*, Bronckart admite a presença de variantes e fronteiras no discurso teórico como pode ser observado em gêneros como, por exemplo, a *monografia científica*, nos quais é possível depreender a presença do autor empírico com marcas linguísticas próprias do discurso interativo (no caso do pronome deíctico *nós*). O autor admite igualmente que, no eixo do *expor*, há a possibilidade de um tipo de discurso misto, o *discurso interativo-teórico*, que envolve características tanto do discurso interativo quanto do discurso teórico numa espécie de fusão desses dois tipos. Esse tipo misto interativo-teórico aparece em segmentos em que não é observável claramente a delimitação entre o discurso teórico e o interativo.

O eixo do *Narrar* também apresenta variantes, fronteiras e fusões de tipos. A primeira variante o qual o autor chama a atenção é aquelas encontradas no relato interativo. Da mesma forma, é possível distinguir entre primários e secundários. Assim, como no discurso interativo primário, o relato interativo primário apresenta-se em gêneros originariamente orais, como, por exemplo, a *entrevista*. Neste caso, o mundo discursivo ao qual o relato se refere relaciona-se com o mundo ordinário dos agentes da ação de linguagem em curso. De modo semelhante, o relato interativo secundário é

observado em gêneros escritos como o romance, sendo quase sempre encaixados no discurso interativo secundário. Portanto, “o mundo discursivo em que o relato se baseia não é posto em relação com os parâmetros de uma interação que se desenvolve no mundo ordinário, mas com os da interação posta em cena no discurso interativo secundário” (Bronckart, 1999:194).

Outro caso de variação que ocorre no eixo do Narrar é o do tipo de discurso Narração, cuja principal característica é o seu carácter disjunto e autónomo. No entanto, em alguns gêneros, em que predomina a narração, existem marcas de primeira pessoa dentro de segmentos narrativos ou uso de tempos verbais que marcam um carácter de conjugação. Para explicar esse tipo de variação, Bronckart (1999:195-200) faz referência a algumas propriedades do narrativo como a noção de narrador e o uso de outros tempos verbais diferentes dos canónicos para marcar a atividade narrativa. Muitas dessas marcas procuram causar um efeito de hipotepose¹⁴, porém, não são suficientes para se fazer detectar a fusão entre a narração e outro tipo de discurso. Outro caso de fusão detectada por Bronckart é a da narração com discurso teórico num tipo misto narrativo-teórico. Isto porque em algumas obras históricas ou mesmo em certas monografias científicas existem segmentos que fazem abordagens de problemas teóricos, juntamente com a exposição de detalhes ou de acontecimentos históricos. Esse componente misto é marcado por segmentos que apresentam um cruzamento de marcas próprias de narração com marcas próprias do discurso teórico.

Uma última variante encontrada por Bronckart (1999) é o discurso indireto e o discurso indireto livre. Ao contrário do discurso direto, que é considerado uma variante do discurso interativo, esses dois discursos apresentam fusões dos mundos do discurso interativo e do discurso principal (o tipo de discurso no qual se encaixam).

¹⁴ Segundo Bronckart (1999:200), um efeito de hipotepose dá ao “leitor a impressão que a cena se desenvolve diante dos seus olhos”.

Gêneros de textos e tipos de discurso

Se, na obra de 1999, Bronckart não deixa claramente explícita a relação entre tipo de discurso e gênero de texto¹⁵; em 2008a e 2008c, o autor assume, de maneira mais contundente, haver, de fato, uma relação entre essas duas noções. De forma geral, mostramos na primeira parte do segundo capítulo a relação entre tipo de discurso e gênero de texto como parte de uma relação intersistêmica. Além dessa relação, Bronckart em 2008c ressalta que um gênero é composto quase sempre de vários tipos de discurso, deixando evidente a legitimidade de se interrogar sobre as restrições de seleção discursiva que se poderia testemunhar em um certo gênero. Por outras palavras, poder-se-ia e dever-se-ia examinar em qual medida um tipo de discurso é "possível" ou não em um determinado gênero, bem como as formas de distribuição e de articulação dos tipos que seriam relacionados com esse gênero. Trata-se naturalmente de questões empíricas, cujas respostas forneceriam uma contribuição para a caracterização dos gêneros. Além disso, Bronckart (2008c) salienta a possibilidade de distinguir, nos textos de um mesmo gênero, que segmento de um tipo de discurso é dominante ou essencial, e, também quais segmentos não seriam essenciais. O autor conclui que essa distinção não se deve basear necessariamente na dimensão respectiva destes tipos (sobre uma comparação do seu comprimento), mas sobretudo sobre um exame das modalidades linguísticas das suas articulações, que indica serem certos tipos manifestamente encaixados em outros. Este tipo de exame deve também desenvolver-se, na perspectiva de uma contribuição para a caracterização dos gêneros.

Sobre esta questão, trabalhos como o de Miranda (2008:98) mostram que, relamente, há uma relação entre os tipos de discurso e os gêneros de texto. A autora, inclusive, apresenta três níveis de relações estabelecidas. A primeira refere-se ao fato que os gêneros mobilizam tipos de discurso; isso leva necessariamente ao segundo nível, no qual se observa que a mobilização é estabilizada num plano praxiológico pelos gêneros textuais; o que conduz ao terceiro nível, referente ao fato de certas marcas atestarem o tipo de discurso privilegiado é mais recorrente em certos gêneros do que em outros, apesar de se tratar do mesmo tipo de discurso.

¹⁵ Embora, Miranda (2008:88) mostre que essa relação já é considerada pelo autor ao exemplificar as variantes dos tipos por meio da convocação de exemplos de gêneros em que essas variantes aparecem.

Compreender como se processam as relações entre o gênero e os tipos de discurso permite averiguar os aspectos que compreendem a produção textual, desde a situação comunicativa em que o texto se realiza até aos elementos que o compõem. Este é um dos pontos fundamentais para perceber como os gêneros atuam e o papel dessa atuação na comunicação humana.

5.2.2 – Mecanismos de Textualização

Segundo a abordagem teórica do ISD, os mecanismos que participam na organização textual funcionam em um nível intermediário com o intuito de assegurar, juntamente com a organização do plano geral, a construção da coerência temática do texto. Esses mecanismos de textualização são construídos a partir de séries isotópicas que contribuem para a apresentação e organização dos conteúdos do texto. Eles, também, são articulados à linearidade do texto, e, com isso, explicitam, tendo em vista não só o destinatário, as grandes articulações hierárquicas, como também as relações lógicas e/ou temporais da produção textual. Bronckart, na obra de 1999, distingue três tipos de mecanismos: a conexão; a coesão nominal e a coesão verbal.

5.2.2.1 - Conexão

A conexão refere-se aos mecanismos que asseguram as articulações da progressão temática do texto, portanto, eles aclaram as relações que existem nos diferentes níveis de organização textual. Estas articulações são efetuadas por meio de organizadores textuais, que, em um nível mais amplo, podem ser aplicados ao plano geral do texto, seja nas transições entre os tipos de discurso, seja entre frases de uma sequência ou até nas articulações mais locais, em frases sintáticas. Em um nível inferior, os organizadores textuais assumem, nesse caso, uma função que procura dar conta das

fases de uma sequência (planificação segundo Adam), sendo, por isso, essa função reconhecida como demarcação ou balizamento.

5.2.2.2 - Coesão Nominal

Segundo Bronckart (1999:268), “os mecanismos de coesão nominal explicitam as relações de dependência entre os argumentos que compartilham uma ou várias propriedades referenciais”, estabelecendo uma relação de co-referência. Assim, se por um lado, os mecanismos de coesão nominal possuem a função de introduzir os temas e/ou personagens novos, por outro, mantêm a função de assegurar a sua retomada ou sua substituição ao longo do texto. Podemos, então, afirmar que a esses mecanismos atribui-se a função tanto de introdução como de retomada, marcando dois grupos de unidades que se relacionam ou, melhor dizendo, que “tecem” o texto, uma vez que cabe a estes elementos a função de introdução dos novos elementos, conhecidos por “unidades-fonte” e os outros com a função de retomada dessas “unidades-fonte”. Neste último caso, o processo de retomada é feita a partir de cadeias anafóricas capazes de assegurar a progressão temática (do conteúdo temático) apresentada.

5.2.2.3 - Coesão Verbal

Para Bronckart (1999:127), “Os mecanismos de coesão verbal asseguram a organização temporal e/ou hierárquica dos processos (estados, acontecimentos ou ações) verbalizados no texto e são essencialmente realizados pelos tempos verbais”. Nesta perspectiva, em relação à temporalidade dos verbos, assume-se uma composição em que os verbos do passado possuem valor de anterioridade, os do presente de simultaneidade e os do futuro de posteridade. A temporalidade é, pois, marcada pela relação entre o momento da produção e o momento do processo expresso pelo verbo e, acrescenta ainda Bronckart (1999), também o que Reichenbach (1947) chama de “momento psicológico

de referência”. Este último com adaptações à análise de textos. Não nos deteremos sobre a aplicação deste ponto focando-nos, antes, no facto de Bronckart (1999) considerar, na análise da coesão verbal, quatro pontos essenciais na construção da coerência verbal: a temporalidade primária, a secundária, e o contraste global e local.

Mecanismos de textualização e tipos de discurso

Ainda na sua obra de 1999, Bronckart considera que, embora os mecanismos de textualização tenham como função marcar a organização textual em conjunto com outros tipos de unidades textuais, os tipos de discurso, tal não significaria uma correspondência rigorosa. Contudo, Bronckart (1999:267) admite que não se pode negar que a seleção de unidades de organizadores textuais, que possuem a função de conexão, podem ser dependentes dos tipos de discurso em que se inserem. De fato, se há organizadores com valor temporal que aparecem mais frequentemente na ordem do *Narrar*, existe um outro grupo aparece com valor “lógico” próprio da ordem do *Expor* e outros ainda que demonstram um valor espacial, próprio das sequências descritivas, apesar de não importar o tipo de discurso em que surgem. Todavia, o autor observa que alguns marcadores temporais podem perfeitamente despontar em tipos da ordem do *Expor*, o mesmo acontecendo com os marcadores lógicos que podem aparecer na ordem do *Narrar*.

Esta mesma questão é observada com relação às unidades anafóricas que marcam a coesão nominal. Isto porque, segundo Bronckart (1999:271), os tipos de discurso da ordem do *Narrar* podem colocar personagens referenciadas a partir de anáforas de terceira pessoa. Já o discurso interativo da ordem do *Expor* pode também aparecer na primeira, segunda ou terceira pessoas acompanhado de um valor anafórico além do valor dêitico. Com relação ao discurso teórico, pertencente igualmente à ordem do *Expor*, as retomadas por anáforas nominais serão as mais frequentes e estes podem estar associadas às relações mais complexas de co-referência.

Em 2008a, Bronckart reafirma que os mecanismos de textualização contribuem para assegurar a coerência temática de um texto, transversalmente aos efeitos de heterogeneidade produzida pela diversidade dos tipos que se sucedem. Contudo, ainda na mesma obra de 2008a, Bronckart assume somente a conexão e a coesão nominal como parte desses mecanismos. A justificação para o fato em parte já foi adiantada quando aqui explicamos o componente discursivo da infra-estrutura. De certa forma, foi demonstrado ao ser quase inseparável a questão da temporalidade nos tipos de discurso e na sua representação verbal manifesta pela coesão verbal do texto. Gostaríamos, no entanto, de ressaltar que o autor, em 2008a, volta a chamar a atenção para três principais propriedades ligadas a esses mecanismos. A primeira é que, ao consideramos que estes revelam a textualização, temos que salientar o fato de que eles não estão presos pelas fronteiras dos tipos de discurso e que, conseqüentemente, a sua gestão é feita ao nível do texto como um todo. Isso denota que apenas os mecanismos isótopos, caracterizadores desses mecanismos de textualização, se estendem necessariamente sobre a totalidade do texto, mas tal significa que eles têm sempre a potencialidade de atravessar as fronteiras dos tipos.

A segunda propriedade refere-se ao plano do “significado”. Como afirma Bronckart (2008a:80), a conexão tem como função geral tornar evidentes certas articulações da organização textual. Função essa que pode ser decomposta em diversas sub-operações de acordo com o nível de estruturação em causa ou, segundo a terminologia de Adam (apud Bronckart, 2008a), de acordo com a *segmentação* nas articulações entre os tipos de discurso. Além disso, aponta-se, como outras sub-operações, a *demarcação* para as articulações entre frases das sequências de outras formas de planificação; o *empacotamento* e a *ligação* para as articulações referentes à sintaxe frásica. É de referir, sobre esse mesmo plano, a coesão nominal tem como função geral tornar aparente as cooperações existentes entre os argumentos, para os quais se pode distinguir as sub-operações de introdução e retoma de um argumento novo.

Numa terceira, cabe o que Bronckart (2008a:80) considera como o plano do “significante”. Segundo o autor, pode-se identificar os conjuntos de unidades e estruturas linguísticas que são especificamente atribuídos à marcação de duas funções gerais (conexão e coesão nominal). Essas análises seriam estatísticas destinadas a mostrar quais os subconjuntos são utilizados de maneira privilegiada para marcar certas sub-operações. Assim, é possível verificar que uma determinada marca pode semiotizar sub-operações diferentes.

5.2.3 - Mecanismos enunciativos

Os mecanismos enunciativos fazem parte dos mecanismos estruturantes que operacionalizam os textos. Para Bronckart, em ATD, (1999:130), os mecanismos enunciativos encontram-se no nível mais superficial e contribuem mais claramente para a manutenção da coerência pragmática do texto. Ainda segundo o autor, estes mecanismos “contribuem para o esclarecimento dos posicionamentos enunciativos (quais são as intêncas que assumem o que é enunciado no texto? Quais são as vozes que aí se expressam?) e traduzem as diversas avaliações sobre alguns aspectos do conteúdo temático” (Bronckart 1999:130). Desse modo, procura-se orientar a interpretação do texto dos seus destinatários pelos seus leitores/interlocutores. Para Bronckart (2008a:81) trata-se, por conseguinte, de mecanismos que relevam um verdadeiro compromisso enunciativo, destinado a guiar ou orientar a interpretação (ou as interpretações possíveis) de um texto.

No entanto, na revisão de 2008a, Bronckart faz um esclarecimento sobre o uso da expressão *coerência pragmática* que utilizou em 1999 para designar os efeitos gerados por esses mecanismos. Segundo o autor (2008a:81), esse termo deve ser abandonado por dois motivos: por um lado, porque, antes de estabelecer uma finalidade de coerência, procura-se, mais precisamente, uma finalidade de clarificação (na acepção de que uma explicação pode destacar dois pontos de vista contraditórios, conflituosos, ou mesmo incoerentes); o segundo motivo refere-se ao uso do adjetivo *pragmática*

que, para o autor, é infeliz, na medida em que, as explicações, como os processos interpretativos que orientam ou solicitam, não se encontram no campo da pragmática no sentido restrito, geralmente atribuído a este termo. Assim, para Bronckart (2008a), os mecanismos de tomada de responsabilidade enunciativa têm evidentes ligações com a componente *dialogique* analisada por Rastier. Bronckart (2008a) considera que estes mecanismos contribuem para o “esclarecimento dialógico” presente nos textos. Como tal, em 2008a, Bronckart reafirma o carácter dialógico da linguagem, confirmando que a responsabilidade enunciativa é gerida essencialmente pelas vozes enunciativas e pela modalização.

Posicionamento enunciativo

O posicionamento enunciativo está interligado com as vozes enunciativas uma vez que necessitamos de ter acesso a elas para reconhecer-mos esse mesmo posicionamento do autor do texto que é o responsável pelo que enuncia, isto é, que assume ou posiciona-se sobre o que é anunciado uma vez que é o agente da ação de linguagem. Além disso, ele é quem decide o conteúdo temático que será semiotizado, quem escolhe o modelo de gênero adaptado à situação enunciativa, quem seleciona e organiza os tipos de discurso e quem gere os diversos mecanismos da textualização (Bronckart, 2008a:81). Contudo, o autor (ou agente-produtor) também pode passar essa responsabilidade a outros enunciadores como mostram os casos do discurso relatado, embora, a identificação dos posicionamentos enunciativos possa se apresentar bastante complexa. Isto porque, de acordo com a teoria do ISD, quando um agente produz o seu texto cria automaticamente mundos discursivos “cuja coordenada e cujas regras de funcionamento são ‘diferentes’ das do mundo empírico em que está mergulhado” (Bronckart, 1999:130). Podemos dizer que é a partir das instâncias formais que regem esses mundos discursivos (textualizador, expositor, narrador) que são distribuídas as vozes enunciativas presentes no texto. Torna-se claro que se o autor é indiscutivelmente a origem de um texto, a sua responsabilidade é no entanto apenas parcial ou aparente, mediante um conjunto de razões já evocado.

5.2.3.1 – Distribuição das vozes

O conceito de polifonia foi introduzido por Bakhtin nos estudos do romance de Dostoiévski para designar os diversos posicionamentos ou pontos de vista de um ou mais enunciador dentro de um mesmo enunciado. Esse conceito é transportado para os estudos linguísticos por Ducrot (1984). Segundo Maingueneau (2002:138), a polifonia “vem sendo utilizada na lingüística para analisar os enunciados nos quais várias ‘vozes’ são percebidas simultaneamente”. O ISD também problematiza o posicionamento das vozes enunciativas e a sua relação com os enunciados.

Para Bronckart (1999), as diversas vozes expressas num texto podem ser agrupadas em três estatutos: a voz do autor empírico; as vozes sociais e as vozes do personagens. A voz do autor empírico é aquela que procede diretamente da pessoa que produz efetivamente o texto e que intervém, como tal, para comentar ou avaliar aspectos dentro do que é anunciado. Já as vozes sociais “são as vozes de personagens, grupos ou instituições sociais exteriores ao conteúdo temático, mas que são mencionadas como instâncias externas de avaliação de alguns aspectos desse conteúdo temático”. Quanto às vozes dos personagens podemos dizer que procedem de seres humanos ou de entidades humanizadas (como é o caso dos animais que falam), caracterizadas por serem agentes nos acontecimentos ou ações constitutivas do conteúdo temático. Essa voz do personagem pode ser reconhecido como um herói de um romance ou como interlocutores, se estamos dentro de um discurso relatado dialogado, ou ainda do “criador de conhecimentos” se pensarmos no discurso teórico.

Ainda no âmbito do ISD, Bronckart (1999: 329) cita o estudo de Genette (1972)¹⁶ sobre diversas instâncias que possuem responsabilidade enunciativa dentro de um mesmo texto para explicar que elas podem ser expressas de um modo direto ou indireto. As vozes expressas de um modo direto estão presentes nos discursos interativos dialogados, representados através dos turnos de fala (ou que os reproduzem,

¹⁶ Cf. GENETTE, G.(1972). Figures III. Paris, Seuil.

como é o exemplo dos balões nos quadrinhos). As vozes indiretas podem estar presentes em qualquer tipo de discursos, quer sejam inferíveis, quer sejam explícitas.

Um texto é polifônico quando há nele várias *vozes* distintas, podendo essas vozes apresentarem-se dentro de um mesmo estatuto ou em mais de um (autor, personagem ou social), podendo estar explícitas ou implícitas.

5.2.3.2 - Atribuições modais

Para tratar sobre o conceito de modalização, faremos, em primeiro lugar um breve inventário de perspectivas teóricas que serão relevantes para o nosso trabalho, assinalando as contribuições de Palmer (1986), Campos (1997), Bronckart (1999; 2008a).

De acordo com Campos (1997), a categoria gramatical *modalidade* é um dos assuntos mais maltratados pela gramática tradicional, sendo tratada de forma superficial apenas como parte de categorias morfo-sintáticas. Geralmente, fala-se em *modalidade*, na gramática tradicional, para indicar a atitude do falante relativamente à ação que o verbo traduz. É desta noção que podemos ter uma constatação (indicativo), uma ordem (imperativo) ou uma condição (subjuntivo).

Já no âmbito dos estudos da Lógica, a modalidade é um dos temas mais privilegiados. Os logicistas estabelecem teoremas para explicar a lógica modal. Um dos teoremas largamente discutido é o que apresenta a definição de valores de verdade das proposições. Conhecido como teorema um, estabelece a questão de que se uma proposição “p” for verdadeira em todos os mundos, a sua negação “não – p” deverá ser impossível, isto é, falsa em todos os mundos. Essa idéia evidencia a problemática da necessidade como verdade em todos os mundos, mostrando-se útil para tornar explícita

a intuição de que uma proposição necessária é sempre verdadeira. Contudo, essas descrições propostas no domínio da lógica não cobrem o funcionamento da linguagem na sua totalidade, uma vez que os valores modais das línguas naturais têm características bem mais variadas.

Fala-se em modalidade quando nos referimos à validação das relações predicativas. É uma categoria gramatical que se relaciona com outras categorias para a construção do significado da enunciação. A relação predicativa quando localizada num sistema referencial adquire valores das categorias de tempo, aspecto e também modalidade, constituindo, assim, um enunciado. Com relação à modalização, Campos (1997:152) afirma, “são as operações que determinam a relação predicativa no que respeita à forma (e ao grau) como o sujeito enunciador S assume essa relação predicativa”. Desse modo, o valor modal da relação predicativa é resultante das operações de modalização. De fato, podemos afirmar que o valor modal é uma característica pertencente ao enunciado assim como o tempo e o aspecto. Na teoria enunciativa, os valores modais que estão presentes no enunciado são o resultado da relação de localização, sendo o localizador o sujeito enunciador. Essa relação apresenta valores modais que mostram diferentes tipos e, para cada tipo, diferentes graus de relação entre o enunciador e a relação predicativa.

A modalização

Não é de mais repetir que, para a semântica enunciativa, a modalização é o resultado de operações de localização que incidem sobre a relação predicativa, sendo a *situação de enunciação* (tempo e sujeito-enunciador) como localizador último. As operações de modalização constroem relações entre o enunciador e a relação predicativa. Essas relações apresentam diferentes conhecimentos ou interpretações do enunciador acerca do acontecimento linguístico, isto é, essa categoria gramatical, que é transversal a toda a enunciação, apresenta uma atitude do falante (de certeza, impossibilidade, solicitação, etc.) em relação ao fato que enuncia, refletindo, desse modo, a maneira como o sujeito-enunciador vê o processo, a ação. Essa atitude do

falante atribui um valor modal, mediante o seu grau de comprometimento em validar a enunciação.

Segundo Palmer (1986), um número de critérios tem sido proposto, implícita ou explicitamente, para a definição de *modalidade*. Muitas dessas idéias têm procurado fundamentar-se nos pressupostos defendidos por Lyons (1977) que assume a modalidade como uma atitude ou uma opinião do falante, ou melhor, dos enunciadores face à enunciação. Lyons (1977) parte dos conceitos ligados à *possibilidade* e *necessidade* para explicitar os dois tipos de modalidades, *epistêmica* e *deôntica*, fundamentando a sua proposta nos princípios da lógica modal. Para este teórico, a modalidade *epistêmica* está ligada aos graus de compromisso do enunciador enquanto a modalidade *deôntica* está ligada aos diferentes graus de obrigatoriedade.

Ainda para Palmer (1986), a concepção de modalidade traz a questão da subjetividade como linha principal da modalização. Para o autor, o valor modal pode ser definido como uma categoria gramatical marcada por atitudes e opiniões do sujeito enunciator frente ao acontecimento linguístico. Daí podemos concluir que a modalização, caracterizada pela subjetividade, está presente em toda enunciação e não apenas nos usos dos chamados verbos modais.

Dentro dessa perspectiva, Alexandrescu (apud Campos 1997:153) nota que “todo enunciado é modalizado ou por um operador modal de crença (ou opinião) ou por um operador modal de saber, podendo o enunciado ser também modalizado por outros operadores (que são secundários em relação aos primeiros)”.

Recuperando a idéia de modalização como resultado de operações de localização, Campos (1997:152) declara que “são as operações de modalização, que determinam a relação predicativa no que respeita à forma (e o grau) como o sujeito enunciator S assume essa relação predicativa. Das operações de modalização resulta, portanto, o valor modal da relação predicativa. São diferentes os tipos de valores modais

que caracterizam o enunciado, obrigatória ou opcionalmente”. Campos (1997) divide os diferentes valores modais em três tipos principais, a saber:

- epistêmica - Os valores construídos são determinados pelo grau de conhecimento do enunciador relativamente ao acontecimento linguístico;
- apreciativas - Os enunciados marcam a construção de juízos de valor de natureza apreciativa;
- intersujeitos - Corresponde à construção de uma relação entre o sujeito enunciador e o co-enunciador, identificado ou não com o sujeito do enunciado: este, direta ou indiretamente, é pressionado ou autorizado a realizar o evento ou a atividade descrita na relação prediativa.

A autora (1997:158) ainda procura esclarecer fenômenos concernentes à modalização, conhecidos como fenômenos de coocorrência de modais, dividindo-os em dois tipos que podem ocorrer numa determinada enunciação, são eles:

Sobremodalização – uma nova modalização de uma relação prediativa já modalizada, conservando os valores modais resultantes de todas as operações de modalização que sobre ela incidiram, acumulando-os;

Remodalização – mudança de um valor modal para outro valor modal diferente, incidindo, para isso, duas ou mais operações de modalização sobre a mesma relação prediativa. A segunda modalização se sobrepõe a primeira, desconstruindo-a.

Sobre a modalização epistêmica

De acordo com Palmer (1986), o termo *epistêmico* aplicado ao sistema modal envolve não só a noção de possibilidade e necessidade, mas também os graus de comprometimento do falante com o que enunciou. O *epistêmico* refere-se ao conhecimento e pode perfeitamente ser usado para indicar, dentro de um sistema modal,

o grau de conhecimento do enunciador sobre o acontecimento linguístico bem como a sua interpretação.

Ao se referir à modalidade epistêmica, Campos (1997) declara que esse tipo de modalidade é caracterizado pela atitude do enunciador em relação à validação das relações predicativas. Essa atitude compreende uma dimensão que vai desde assumir a validação positiva ou negativa até a não assumir inteiramente. A distância entre uma atitude e outra irá corresponder ao grau de conhecimento do enunciador relativamente ao acontecimento construído. Assim, podemos falar em modalidade epistêmica quando o enunciador assume inteiramente ou parcialmente o conhecimento que o irá responsabilizar pela validação da relação predicativa.

Ainda segundo a autora (1997), esse valor construído é determinado pelo grau de conhecimento do enunciador relativamente ao acontecimento linguístico. Esse conhecimento apresenta-se numa escala de valor que vai do pólo positivo, ou seja, o pólo das assertivas ou da validação total da enunciação, até o pólo negativo onde situam-se as recusas em validar a relação predicativa. O espaço entre um pólo e outro é preenchido por categorias que exprimem valores do “quase certo”. É o caso dos advérbios como *possivelmente*, *talvez* ou outras expressões de dúvidas que vão se situar nesse *continuum*, aproximando-se de um dos extremos da escala sem todavia o atingir, conhecida como a “escala dos valores assertivos” (Campos, 1997). A modalidade epistêmica é identificada por operadores modais de crença (opinião) ou de saber, que são constitutivos em todo o enunciado.

Outro posicionamento interessante a ser observado é que, de certa forma, as afirmações de Campos (1997) convergem para a ideia apresentada por Lyons (apud Palmer, 1986) ao argumentar que não há declaração mais forte que uma afirmação categórica e, o fato de introduzir no enunciado advérbios como *necessariamente* ou *certamente*, entre outros, tem o efeito de apresentar o nosso conhecimento sobre os fatos como limitado, ou seja, com dúvidas. No entanto, Palmer (1986) não partilha dessa ideia uma vez que considera que o uso desses advérbios pode ser frequentemente usado para realçar o compromisso com a verdade.

Lyons (1977) opõe a modalidade epistêmica como sendo objetiva e subjetiva. Confrontando uma com a outra, apresenta a ideia de modalidade epistêmica objetiva como uma inferência confirmável por um conhecimento pertencente a uma comunidade, na qual está inserida o locutor enquanto a modalidade epistêmica subjetiva se refere à validação decorrente do conhecimento ou interpretação particular do locutor.

Argumentando em torno da segunda ideia, Palmer (1986) relaciona a modalidade epistêmica a dois conceitos básicos, a saber: *judgments* e *evidentials*¹⁷. Estes conceitos podem ser considerados como dois subsistemas diferentes dentro da modalidade epistêmica. As opiniões e conclusões (*judgments*) envolvem julgamentos pelo orador, mas os relatos (*evidentials*) indicam uma espécie de evidência¹⁸.

Sobre a modalização deôntica

O termo *deôntico* é usado numa perspectiva diferente da modalidade epistêmica, pois, enquanto na epistêmica temos valores construídos a partir da bagagem de conhecimentos do sujeito enunciador frente ao acontecimento linguístico, o conceito *deôntico* apela para obrigatoriedade de acordo com o ideal do enunciador, ou melhor, com aquilo que o sujeito-enunciador acredita ser o certo. Assim, a construção do valor modal deôntico não parte de fatos mas de crenças do que é justo por parte do enunciador. Essas crenças formam o ideal deôntico e liga-se à ideia de ordem e regra presente no enunciado. Naturalmente, podemos considerar que essa modalidade tem subjacente um agir sobre o interlocutor e, através dele, sobre a realidade, dando ordens, conselhos, formulando pedidos, advertências, sugestões e proibições, entre outras ações.

¹⁷ Ou, segundo a nossa tradução, o de juízo de valor e o de conhecimento evidente. Parece-nos que enquanto o primeiro se refere a uma opinião do que o locutor considera como verdade, o segundo está relacionado com fatos que são, de certa maneira, provados, tornando-se verdades absolutas.

¹⁸ Em seu livro *Mood and modality*, Palmer (1986) explica através de trabalhos de linguistas renomados esses dois subsistemas do universo epistêmico. Aqui, nesse trabalho, não nos parece relevante aprofundar essa questão.

Palmer (1986) no seu livro *Mood and Modality*, esclarece a diferença fundamental entre o valor modal epistêmico e deontico. O autor indica que nos valores deonticos a preocupação é com a ação, seja feita por outro ou pelo enunciador, enquanto no valor epistêmico serão relevantes conceitos como conhecimentos e verdades. No deontico estão envolvidos valores que englobam vontade e avaliação para a construção de uma ação, sendo deixada de lado a questão da construção de verdades. Outra característica interessante observada por Searle (1979) e registrada por Palmer (1986) é que a modalidade deontica não é apenas subjectiva, mas também performativa, pois no seu entender os valores deonticos realmente produzem uma ação tanto por parte dos outros como do sujeito-enunciador. Essas ações sempre serão relacionadas ao futuro, uma vez que só o futuro pode ser mudado ou pode ser afetado em consequência do que foi expressado.

Os Valores Modais no ISD

Bronckart (2008a), utiliza o conceito de modalização de modo semelhante dos autores já referidos. Para o autor, as modalizações traduzem os julgamentos, comentários e avaliações formuladas por uma das vozes presentes no texto a propósito de certos elementos do “*dictum*”. Ainda em Bronckart (2008a), há um esclarecimento interessante sobre os mecanismos de textualização e a modalização. Segundo este estudioso, (2008a:84) enquanto os mecanismos de textualização são fundamentalmente articulados à linearidade do texto, uma vez que marcam a progressão e a coerência temáticas, as modalizações são relativamente independentes desta linearidade e desta progressão. Assim, as marcas que traduzem os valores modais são ao mesmo tempo locais e diretas (em oposição ao carácter isótopo das marcas de textualização).

Se em 1999, Bronckart falava em quatro tipos de modalizações (lógicas, deonticas, apreciativas e pragmáticas), em 2008 classifica-as em apenas três tipos diferentes:

a) Lógicas – avaliação de elementos do conteúdo temático, baseada em critérios elaborados e organizados no âmbito das coordenadas formais do “mundo objectivo”, apresentando esses elementos do ponto de vista de suas condições de verdade como fatos atestados, certos, possíveis, eventuais, necessários, etc (modalidade epistêmica objetiva, segundo Lyons, 1977).

b) Deônticas – consistem em uma avaliação de elementos do conteúdo temático, apoiada nos valores, nas opiniões, e nas regras constitutivas do “mundo social”, indicando os elementos como sendo do domínio do direito, da obrigação social e/ou da conformidade com as normas em uso.

c) Apreciativas – consistem em uma avaliação de aspectos do conteúdo temático, procedente do “mundo subjectivo”, funcionando como uma voz que é a fonte desse julgamento. Essa apreciação, do ponto de vista da entidade avaliadora, apresenta-os como benéficos, infelizes, estranhos, etc. Segundo Lyons (1977), essa modalidade se configuraria como uma modalidade epistêmica subjetiva.

Sem dúvida, esse autor deixa indicado que procurou basear-se no domínio da teoria dos “três mundos de Habermas” já aqui citado. Além disso, Bronckart (2008a:85) põe em evidência que unidades muito diversas marcam a modalização e o tipo modal que se manifesta. Algumas dessas unidades podem ser agrupadas como “marcadores linguísticos da modalização.”

Para Bronckart (2008a), não se pode estabelecer uma correspondência muito fiel entre as três funções de modalização definidas e os subconjuntos de unidades linguísticas. As modalizações lógicas e deônticas podem ser traduzidas indiferentemente por uma ou outra unidade de marcação. Contudo, é de se notar que a modalização apreciativa é marcada, de preferência, por advérbios ou frases adverbiais.

Apesar de nossa adesão à perspectiva teórica do ISD, sublinhamos que o nosso posicionamento aproxima-se do pensamento proposto por Campos (1997), ao defender que essa categoria é transversal a toda a enunciação, atribuindo ao interlocutor um valor modal mediante o seu grau de comprometimento em validar a enunciação. Sendo assim, as marcas de modalização apenas indiciam o grau de comprometimento numa escala

que vai desde a validação total até a sua negação. Desse modo, iremos considerar as categorias de modalização propostas por Bronckart (2008a), complementando-as com o posicionamento de Campos (1997) sobre a Remodalização e Sobremodalização.

III - Construção de um modelo de Análise da Semiótica Sociointeracional

Conforme temos vindo a deixar patente, esta investigação tem como base teórica o ISD. De fato, no capítulo anterior, procuramos esclarecer os pressupostos epistemológicos dessa corrente teórica, incluindo a noção *de língua, texto e gênero* que permeiam o ISD, esclarecendo o modelo de análise, na sua vertente linguística, que dá primazia aos textos. Apesar da adesão a esse modelo teórico, queremos apontar alguns pontos ainda não desenvolvidos pela perspectiva assumida, por não terem sido considerados prioritários. No entanto, no nosso entender, a análise do gênero *cartoon* obriga a estabelecer prioridades e, como tal, a focalizar, especificamente, dois temas: a recepção textual e a linguagem não verbal. Assim, neste capítulo, iremos efetuar, uma (re)construção do modelo de análise, dividindo, para esse efeito, o capítulo em três partes principais. A primeira compreende uma reflexão sobre a recepção textual, bem como o papel do interpretante e os processos envolvidos na interpretação dos textos. A segunda incidirá sobre a linguagem não verbal como um modo de semiotização que participa nos textos e, principalmente, que interage com o linguístico. Por fim, o terceiro momento dará foco a nossa reconstrução do modelo de análise do ISD. Nesta última etapa, acrescentaremos ao contexto a recepção textual; e, em seguida, adicionamos as

categorias da gramática do design visual à análise da arquitetura textual, com o objetivo de contribuir para a investigação do gênero e a sua relação com o sistema da língua dentro da dimensão praxiológica da comunicação humana.

1 – Recepção textual

Um dos primeiros pontos que observamos no modelo é o enfoque na produção textual. Embora Bronckart (1999) reconheça que enquanto analistas temos acesso aos textos como leitores e, com esse fato, não desconsidera o papel do interpretante, o seu modelo de análise dos textos responde às questões relacionadas apenas com a sua produção, não incluindo, nesse modelo, o receptor¹ e a própria interpretação. Os textos, como meio de comunicação, apresentam dois lados: o da produção e o da recepção textual. Este último passa a ser o outro lado da moeda da produção. Usaremos o termo “recepção textual” para reunir não só os processos de leitura e compreensão textual (interpretação), mas também o que chamaremos de “contexto de recepção”.

Ciente desse paradigma autor-texto-leitor, Umberto Eco (1990), no livro *Os Limites da Interpretação*, ao discutir uma semiótica da recepção, corrobora a semiótica triádica de Peirce ao notar a cooperação entre três pólos - um sinal, o seu objeto e o seu interpretante - para que haja interpretação, não sendo resolúvel numa acepção apenas bilateral. Transportando esta ideia para uma perspectiva textual, é, de fato, necessário três elementos para que ocorra uma determinada ação de linguagem: o produtor, o texto e o leitor, pois não é possível estabelecer interação numa direção bilateral. Com isso, a recepção textual (e neste ponto estamos a incluir o leitor e a interpretação) torna-se um complemento ao produtor e ao texto, formando a tríade da comunicação humana. Para mais, Eco (1990:15-16) ressalta o papel da interpretação ao considerar que “a interpretação (...) é o mecanismo semiótico que explica não só a nossa relação com mensagens elaboradas intencionalmente por outros seres humanos, mas também todas as formas de interação do homem com o mundo circundante.” Não obstante atribuir significativa função à interpretação, o autor (1990:17) esclarece que “o texto impõe

¹ Esclareço que passo a utilizar o termo *leitor* para referir o receptor e o interpretante, englobando os dois numa mesma nomenclatura.

restrições aos seus intérpretes”. Desse modo, é na interação dos três elementos que são construídos os processos de linguagem.

Eco (1990:22) assinala que a ideia da existência do leitor começa a se inserir nos estudos de diferentes teorias que, para resumir, vão desde a literatura, passando pela hermenêutica e pela semiótica de Barthes, até às questões textuais de Kristeva e Weinrich. Na verdade, a consideração da existência do leitor levanta considerações sobre o que é, afinal, a leitura. Para Koch (2007), a concepção de leitura passa basicamente por três correntes principais que são forjadas a partir de noções de língua. A primeira considera a língua como expressão do pensamento, tendo em conta que o foco na leitura será no autor do texto, pouco ou nada importando o seu leitor. Desse modo, a leitura torna-se uma atividade apenas direcionada à captação de ideias do autor. A segunda concepção, em contrapartida, refere-se à língua enquanto código e, por isso, é considerada como estrutura. Assim, para essa concepção de língua, a leitura será sempre uma atividade de descodificação do código. Diferente da primeira, a segunda perspectiva terá o foco será no texto, sendo, por isso, a leitura restringida apenas ao reconhecimento dos significados permitidos por ele. Contudo, é a terceira concepção aquela que nos interessa, pois é nela que concebemos o processo de leitura. Nesta última perspectiva, como a primazia será na relação autor-texto-leitor, concebe-se a língua como produto social e interativo, com sujeitos participantes dialogicamente. De facto, nessa conceitualização de leitura, o texto é construído na relação entre os sujeitos participantes: o *produtor* e o *receptor* via *texto*.

Sanchez Miguel (2002), afirma que a compreensão textual, de uma forma global, consiste resumidamente em dois tipos de operações mentais: *reconhecer* e *construir*. Para o autor a primeira operação supõe *reconhecer* com exatidão as palavras escritas. Essa operação compreende os conhecimentos e as habilidades que o leitor necessita possuir para conseguir alcançar o significado do vocabulário que aparece no campo visual. A segunda operação envolve *construir*, a partir do reconhecimento do significado das palavras, aquilo que se chamará de “ideias” ou, melhor dizendo, a contrução de proposições. O autor (2002:30) ainda esclarece que o leitor deverá estabelecer relações temáticas “entre os significados das palavras”, sendo que “essas relações podem estar, de alguma maneira, prefiguradas no significado dos termos que operam como predicados”.

Concordando com o ponto de vista do autor, aplico essa perspectiva numa dimensão textual ao confirmar que o leitor faz um duplo processo na interpretação textual: reconhecer e construir. De fato, se numa determinada ação de linguagem o primeiro passo é a escolha do gênero e, em seguida, a arquitetura textual, o mesmo ocorrerá na recepção textual. Isto é, o leitor irá reconhecer o gênero e só então perceber os elementos da arquitetura textual que vão estar presentes, construindo as relações entre esses elementos. Só assim é que a compreensão do texto é plenamente conseguida.

Para complementar esta importante noção recorro às palavras de Bezerra (1999), quando afirma que a compreensão de textos é uma atividade que possui duas faces: uma de caráter linguístico, que se utiliza de conhecimentos gramaticais e lexicais; e outra de caráter sociocognitivo, a qual, se inclui tanto o conhecimento de *mundo*, ou seja, aquele armazenado na memória a partir das experiências de cada um, quanto o conhecimento sócio-interacional, isto é, saber sobre interação na linguagem. Nesse conhecimento de *mundo* também podemos incluir a linguagem não verbal e os seus processos de relação com o conhecimento linguístico. Portanto, constatamos que, ao fazer confluir as teorias, a compreensão textual ancora-se num cognitivismo social².

Sob esse mesmo ângulo, Beguin-Verbrugge (2006:115) afirma que o processo interpretativo acontece tanto entre unidades de mesmo nível como também de outros diferentes, de maneira ascendente e descendente. Para reiterar essa questão, a autora considera que, no ato de ler, o leitor elabora as suas representações mentais a partir daquilo que ele observa e também da base de conhecimento que ele possui em sua memória. O resultado será a identificação de modelos que lhe são conhecidos. Para isso, o seu saber incidirá não só em um conhecimento de mundo, mas igualmente no reconhecimento do gênero e seu papel social, do conhecimento da língua e dos modos de regulação de comunicação em uma sociedade. Com efeito, esses conhecimentos são ativados a partir de um processo inferencial. Nas palavras de Marcuschi (2007:88):

² Esse é um ponto bastante interessante que Marcuschi enfatiza no seu texto de 1985, “Leitura como Processo Inferencial num Universo Cultural-Cognitivo” e que reitera em 2007 ao escrever sobre a inferenciação na produção de sentido.

Inferir torna-se, pois, uma atividade discursiva de inserção contextual e não um processo de encaixes lógicos. É impossível não inferir quando se quer produzir significações, ou seja, toda significação está ligada a processos inferenciais. (...) o sentido resultante seria a explicitação de inferências discursivamente produzidas o que sugere que o conhecimento pode ser tido como uma construção sócio-discursiva.

Com a intenção de fornecer um modelo que possa dar conta da atividade inferencial como uma atividade geral da cognição humana, Marcuschi (1985:07) reconhece três grandes grupos de inferências com os seus subtipos: a) as inferências lógicas “baseadas nas relações lógicas e submetidas ao valores-verdade na relação entre as proposições”; b) inferências analógico-semânticas “baseadas no *input* textual e também no conhecimento de itens lexicais e relações semânticas” e c) as inferências pragmático-culturais “baseadas nos conhecimentos, experiências, crenças, ideologias e axiologias individuais”. O que nos interessa pôr em destaque é o fato do último grupo (inferências pragmático-culturais) estar relacionado com o conhecimento de mundo do indivíduo, sendo portanto encontrado com mais frequência nas atividades de leitura, como enfatiza Marcuschi (1985).

É importante destacar o posicionamento da autora Beguin-Verbrugge (2006:120-121) que vai ao encontro da nossa própria perspectiva surgida a partir de Sanchez Miguel (2002) que enfatiza os dois processos essenciais na compreensão do texto: reconhecimento e construção. Beguin-Verbrugge (2006), exprime que a atividade inferencial participa em quatro níveis. O primeiro é no plano da visão global do texto. Esse ponto atesta e converge com a primeira operação enfatizada por Sanchez Miguel (2002), ao esclarecer que o leitor, quando reconhece um modelo de gênero, vai necessariamente, a partir dessa sua primeira impressão, direcionar a construção de sentido. O que sobressai na posição de Beguin-Verbrugge (2006) é o fato desse reconhecimento ter como ponto de partida partir a imagem visual que o leitor tem do texto, uma vez que, a forma visual do texto advém do modo estrutural do gênero que esse texto revela. Assim, nesse primeiro momento, o leitor reconhece o gênero, reconhecendo consequentemente o código social associado a esse gênero. De fato, a identificação inicial traz à memória do leitor propriedades linguísticas, temáticas e,

acrescento ainda, funcionais. Ora, é precisamente neste ponto que está incluída a atividade no qual o gênero se insere. Na mesma linha de pensamento, o autor Bernhardt (2004) em seu texto *Seeing the Text*, sublinha que, para o caso do texto ser escrito e, portanto, físico, a apreensão desse mesmo texto começa pela sua estrutura que, inclusive, pode passar por aspectos tipográficos. Assim, a apresentação visual passa a ser o primeiro passo para a sua identificação e interpretação. É um processo diferente da percepção do texto falado. Esse ponto parece reforçar a ideia de que, à semelhança do que acontece na produção em que se escolhe primeiro o gênero, no processo de compreensão igualmente está envolvido o primeiro movimento de reconhecimento do gênero e, neste momento inclui também o seu suporte e as implicações que daí advêm.

No segundo nível defendido por Beguin-Verbrugge (2006:120-121), o plano da organização de vários elementos no texto e a sua relação uns com os outros permitem que as ligações estabeleçam correspondências entre expressões que apontam para relações lógicas de várias complexidades, como causa e consequência, relações de analogia, de oposição, hierárquicas, de pertença, etc. Esse ponto converge com o posicionamento de Kress e van Leeuwen (2001) que enfatiza uma semiótica em que a significação dos signos (verbais ou não verbais) é construída a partir das relações entre os diferentes elementos presentes no ato semiótico.

O terceiro nível é referente ao contexto projetado em cada unidade enquadrada a partir de inferências. Segundo Beguin-Verbrugge (2006), esse contexto é perceptível de dentro para fora do texto, ou seja, é a partir das unidades que compõem o texto que o leitor ativa o conhecimento de mundo e as suas representações guardadas na memória. Podemos dizer que o conceito referido pela autora cabe nos pressupostos do contexto conhecido como sociocognitivo, o qual defende que as inferências surgem a partir do contexto sociocultural captadas nos elementos presentes no texto.

O último nível aborda as unidades isoladas. Neste tipo de inferência está incluído o conhecimento linguístico, considerado sob uma perspectiva micro e, também, como as diferentes relações entre as unidades funcionam dentro do texto. A autora (2006:121) ainda conclui :

Ces quatre types d'inférences ont à voir avec nos capacités perceptives mais aussi avec l'organisation des discours de la culture dans laquelle nous nous insérons

Apesar da ênfase que estamos dando ao processo inferencial, temos a consciência de que, voltando a Marcuschi (1985), é apenas um dos processos no vasto conjunto de atividades cognitivas que sempre são realizadas no momento da leitura de um texto. No entanto, queremos vincar que a produção de inferências tem um papel essencial no reconhecimento e na construção de significações, pois o conhecimento do leitor é fulcral para criar diferentes compreensões para um mesmo texto, como podemos constatar nas palavras de Marcuschi (1985:04) ao considerar que “embora, o texto permaneça como ponto de partida para a sua compreensão, ele só se tornará uma unidade de sentido na interação com o leitor.”

É nessa interação entre o texto e o leitor que se insere a questão do(s) objetivo(s) da leitura. Assim, para concluir, pomos em evidência que na tríade autor, leitor via texto, também está associado a intenção com que o texto é lido. Segundo Koch (2007:19), “são, pois, os objetivos do leitor que nortearão o modo de leitura, em mais tempo ou em menos tempos; com mais atenção ou em menos atenção; com maior interação ou com menor interação”. Essa perspectiva também está presente na semiótica social proposta por Kress & van Leeuwen (2001) ao considerar a *intenção*, nesse caso, tanto do produtor como do observador/leitor na sua participação do ato semiótico. Isto é, a relação entre os elementos do texto que dá significado ao signo, para os autores, é motivada ideologicamente. Assim, mais uma vez afirmamos que, na nossa perspectiva, o processo de recepção textual deve ser considerado como um processo de reconhecimento e construção.

2 – Linguagem não verbal

O segundo ponto, que não é desenvolvido pela perspectiva do ISD, alude ao papel do não-verbal na produção dos textos, que já mencionamos ser uma preocupação central desta tese. Ainda que a própria noção de texto do ISD problematize a noção dos

formalistas, que reduz o universo textual unicamente às unidades linguísticas, o não-verbal continua relegado a um segundo plano o que, no nosso entender, importa ser repensado. Assim, apesar da ênfase que Bronckart (2006:139) atribui ao linguístico, volto a considerar como ponto de partida, o seguinte pensamento:

Não é, em si mesmo, uma unidade linguística, pois suas condições de abertura, de fechamento (e, provavelmente, de planejamento geral) não dependem do linguístico mas são inteiramente determinadas pela ação que o gerou. Essa é a razão pela qual dizemos que o texto é uma unidade comunicativa.

Em última análise, considerar os textos em seu nível não apenas epistemológico e, principalmente, praxiológico levanta algumas considerações quanto ao próprio modo de funcionamento dos textos. Esse funcionamento passa por vários processos de semiotização de unidades que os compõem. Essa ideia é incluída na própria noção de linguagem de Bronckart (2008:19-20):

(a linguagem) é o instrumento fundador da gnosiologia e da praxiologia especificamente humanas: da gnosiologia, isto é, da capacidade que nossa espécie tem de apreender aspectos do universo de onde se origina, de elaborar conhecimentos e de organizá-los em mundos representados; e da praxiologia, isto é, do modo como os membros da espécie humana ‘se situam’ nesses mundos e neles, principalmente, organizam essas formas dinâmicas que são seus comportamentos ou suas ações individuais

Se a realização efetiva das ações de linguagem são os textos, voltamos, pois, à questão fulcral que eles podem mobilizar diferentes unidades semiotizadoras, além do linguístico. Assim sendo, considero que o não verbal passa a ser relevante nas pesquisas principalmente nas análises de textos e gêneros.

Um outro pressuposto, igualmente importante, e que se relacionado com a questão anterior, é o papel da imagem na sociedade contemporânea. É verdade que a problemática do signo não verbal não é nova, pois a preocupação em entender o visual

começa no início do século XX com o advento da noção de signo proposta por Saussure e, em seguida, por Peirce. No entanto, com as ideias positivistas fortemente vincadas, estes estudos ficam arrumados em um campo de pesquisa denominado semiótica ou semiologia, não havendo interação com o campo linguístico. Em contrapartida, advogamos um estudo da linguagem num universo integrado de vários campos de pesquisa com o objetivo de realmente perceber o homem, o seu desenvolvimento e a sua inserção no mundo.

Nos dias atuais, o papel da imagem passou a ter uma expressividade cada vez maior, porque, com o advento das novas tecnologias, a sociedade incorpora cada vez mais o visual nas suas ações comunicativas. Não podemos ignorar que novos gêneros são formados a partir de novas tecnologias e que, nestes gêneros, é possível constatar uma relação quase de paridade entre o verbal e o não verbal. O incremento do uso do não verbal também é passível de se verificar em atividades com circulação abrangente por diversos grupos sociais, principalmente, no uso de textos/gêneros que requerem uma maior velocidade no processo de leitura. Como exemplo podemos citar os *anúncios publicitários*, os *chats*, os *web-site*, os *cartoons*, os *blogs*, entre outros. Enfim, somos diariamente “inundados” de textos com imagens, o que resulta, sem dúvida, em uma mudança de paradigma na sociedade que o pesquisador da linguagem não pode ignorar.

A consciência do aumento do visual nas práticas comunicativas que exige, pois, cada vez mais uma compreensão de perspectivas integradas. Nesse sentido, a Semiótica Social, mais especificamente, a Gramática do Design Visual, contribui para responder a esse novo paradigma através de um quadro teórico sustentado em pressupostos de uma linguística social e interativa. Seguidamente, farei uma abordagem do que é a Semiótica Social e sua relação com textos multimodais e, posteriormente, efetuirei uma explicação da Gramática do Design Visual (daqui para frente será mencionada como GDV). Por fim, apresentarei a proposta de um modelo de análise, congregando o ISD e a Semiótica Social.

2.1 – Semiótica Social e os textos multimodais

Quando falamos em Semiótica, duas principais correntes são imediatamente lembradas: a semiótica estrutural que tem a sua base teórica nos pensamentos saussurianos do *Cours* e a semiótica de Peirce (1977), contemporâneo de Saussure, que concebe o signo numa lógica triádica. A primeira corrente semiótica, foi responsável pelosurgimento e desdobramento de várias noções que influenciaram outros campos das ciências humanas. Três dos principais seus principais pensadores que desenvolvem essa semiótica são Roman Jakobson, Roland Barthes (1977), Eco (1976). A partir da década de 80, desponta e começa a se expandir, dentro do pensamento semiótico, a chamada *Semiótica Social*, também com inspiração em Saussure. Essa “nova” escola tem como pressupostos teóricos a Linguística Sistêmica e Funcional de Halliday (1979), agregando, igualmente, a Análise Crítica do Discurso (ACD).

Para Kress & van Leeuwen (2001), a noção de língua como construção social, a sua realização nos textos e gêneros, congregando características de acordo com a diversidade das práticas sociais, são noções basilares que sustentam e definem o campo da Semiótica Social. Esse posicionamento é relevante para observar dois dos aspectos que se relacionam e que são fundamentais: a relação entre a Semiótica Social e os textos multimodais e a própria noção de signo da Semiótica Social.

Aspecto central na Semiótica Social, a *multimodalidade* refere-se à noção que diferentes modos semióticos participam na comunicação humana com diversas formas de representação. Esses modos constroem-se tanto pela linguagem verbal, como pela linguagem visual: gestos, elementos icônicos, elementos iconográficos, etc. No ponto anterior, sublinhamos a importância crescente do visual na sociedade contemporânea. Ora, como consequência, cada vez mais nos deparamos com textos que não se limitam a ter elementos linguísticos, mas que são construídos com base também em imagens. Estes textos são caracterizados como multimodais. Portanto, as pesquisas inseridas no campo da Teoria da Multimodalidade fundamentam-se nessa noção e procuram integrar esses diferentes modos de semiotização com o seu papel no plano social. A diferença entre a Semiótica Social e a Teoria da Multimodalidade radica-se no fato de que a primeira procura estabelecer uma teoria semiótica distante das outras propostas

semióticas. Ao contrário, a multimodalidade persegue a coesão entre as diferentes linhas semióticas ao serviço do texto multimodal.

A Semiótica Social, para Kress, Leite-Garcia & van Leeuwen (1997), ao caracterizar o texto multimodal, focaliza três questões principais. A primeira é observar como diversos modos de semiotização estão envolvidos na produção e interpretação de textos. A segunda aborda o fato de que estes modos possuem características próprias que são inerentes às culturas em que são produzidos. A terceira debruça-se na necessidade de existir um conhecimento na forma de ler esses textos para que sejam coerentes e que gerem compreensões. As três noções levantam três pressupostos que nos parecem fundamentais. O primeiro é que a própria noção de texto coloca em cheque a noção tradicional na qual os textos são apenas os traços linguísticos, porque é fato assente os textos congregarem tanto elementos verbais quanto não verbais. O segundo é o carácter social dos textos, pois, para Kress (1990:03) “os textos são manifestações do discurso”. E o terceiro é a percepção do papel do conhecimento para a construção de significados. Nesse ponto os autores acreditam ser esse conhecimento ensinável pelos processos de letramento.

Além dessas características da multimodalidade, os autores acrescentam ainda o poder que, tanto o produtor quanto o leitor, têm na sua relação com os textos. Essa relação triádica já foi discutida no ponto sobre a recepção textual, quando focalizamos também o interesse com que o texto é lido ou produzido. Efetivamente, esse é um conceito chave na semiótica social, uma vez que os escritores e leitores elaboram e lêem os textos consoante processos culturais e sociais que irão criar significados. Além disso, realçamos novamente que o *interesse* com que estes textos são lidos ou produzidos também advém das práticas sociais que incluem fatores de ordem social, histórica e cultural e avaliações sobre o ambiente comunicacional, sendo que este último abrange o contexto de divulgação e circulação. Por isso, o *interesse* passa a ser uma noção basilar dentro dos pressupostos da Semiótica Social. Afinal, revela-se que a relação entre significante e significado é motivada socialmente. Este último ponto permitir-nos-á agora explicar a noção de signo para a semiótica social.

A noção de signo desenvolvido pela Semiótica Social tem como eixo basilar a célebre noção de signo de Saussure, ou seja, que o signo é composto por dois

componentes: um formal, o significante; e um de conteúdo, o significado. A partir daí, Kress (1997) assume que a relação entre esse significante e o significado é uma relação motivada e não arbitrária como confirma a citação abaixo:

In our view signs are never arbitrary, and motivation should be formulated in relation to the sign-marker and the context in which the sign is produced, and not in isolation from the act of producing analogies and classifications.

(Kress & van Leeuwen, 2001:08)

Na verdade, dessa relação entre o significante e o significado dependerá do posicionamento social do indivíduo. A palavra-chave, sem dúvida, é motivação social. O significado do signo é preenchido pelos participantes da interação. O signo não encerra em si um significado fixo, mas é construído socialmente. É na construção que o signo adquire significações possíveis, tanto quanto forem possíveis os contextos sociais em que ele pode estar inserido. Com efeito, para a Semiótica Social, será o *interesse* dos interactantes que irá construir esse significado. Neste ponto é importante esclarecer a ligeira clivagem existente entre o preenchimento do significado dado pelo produtor e pelo leitor. Kress (1997) argumenta que, embora na produção o texto para o produtor seja transparente, eventualmente, pode não existir essa mesma transparência para o leitor, “visto que o interesse do produtor, além de diferente, é mais ou menos desconhecido para o leitor” (Kress, 1997:69).

Além disso, Kress (1997:70) considera que há uma relação de poder envolvido no signo. Para o autor, todas as interações humanas estão submetidas a algum grau de poder entre os interactantes. Portanto, a diferença de poder se configura como “uma condição normal da comunicação”. Partindo dessa ideia, Kress (1997) explica que as relações de poder são responsáveis pelo grau de opacidade do signo, o que significa que quanto mais poder possui o produtor, mais ele poderá tornar o seu signo opaco para os seus leitores segundo as suas próprias conveniências. De acordo com as palavras de Kress (1997:69) “o poder permite ao produtor do signo atuar ‘voluntariamente’ no sentido em que o seu interesse é primordial, passando a segundo plano as considerações

sobre aqueles que são receptores do signo”. É nesse ponto que o autor entende o signo como arbitrário. Vejamos a seguinte citação:

Os signos, como construções sociais, têm uma história de escala menor ou maior. Por mais iguais que tenham sido inicialmente as relações de poder na produção de um signo e por mais transparente que tenha sido esse signo, a história, enquanto ações sociais através dos tempos, introduzirá inevitavelmente alguma opacidade: grupos diferentes terão histórias diferentes e, por isso, a motivação do signo reconhecível pelos utentes originais tornar-se-á vaga e até talvez se perca para os utilizadores futuros. Também isto irá reforçar a noção do signo como uma construção arbitrária.

(Kress, 1997:70)

A noção de signo da Semiótica Social vai de encontro à noção de signo entendida pelo ISD a partir da leitura de *Ecrits* que resumimos aqui nas palavras de Bronckart (2008:29-30) ao afirmar que “o valor ou o significado de um signo é o produto de acordos sociais (relativamente) estabilizados e organizados em sistema. O signo e seu valor são, assim, em si mesmos ou em essência, de natureza fundamentalmente social, interativa.”

Apesar de haver uma convergência no pensamento sobre a noção de signo do ISD e da Semiótica Social, a noção de “arbitrariedade” pode levantar dúvidas. Com efeito, o que parece ser arbitrário em *Cours* (*Cours de Linguistique Générale*), não é o arbitrário que Saussure demonstra em *Ecrits* (*Ecrits de Linguistique Générale*). Se para a Semiótica Social, o signo não é arbitrário e sim motivado, essa arbitrariedade posiciona-se no conceito de signo inspirado pelas ideias do *Cours* (1916/2004), no qual o significante traz sempre um significado que não é motivado. Ou seja, apesar de não existir correlação, há uma relação de pertença, não havendo escolha ou intenção. Ao mesmo tempo, a motivação gerada pelas práticas sociais também é entendida no *Ecrits* por Saussure (2002:277) quando afirma “la langue n’est créée qu’en vue du discours”³. Portanto, para Saussure, o discurso é, segundo o esclarecimento de Bronckart (2008:34),

³ Essa é apenas uma primeira frase de uma importante citação em que Saussure discorre sobre a relação língua e discurso assunto já discutido no segundo capítulo, mas que mostramos aqui para reforçar a noção de língua e motivação da semiótica social.

de um lado, “realização da potência da língua, mas, de outro, ele alimenta constantemente essa potência, que não existiria ou que desapareceria sem ele”. Neste mesmo sentido, temos em evidência que para a Semiótica Social, segundo Pimenta & Santana (2007:155-156), “a língua não é somente uma representante das práticas sociais, mas, também, um instrumento capaz de influenciar, criar e transformar a realidade social”.

Então o que é, de fato, o arbitrário para Saussure? Para responder essa questão recorro às palavras de Bronckart (2008:28) que dá a seguinte explicação:

Esses signos são arbitrários, isto é, os elementos fônicos que constituem o significante não têm nenhuma relação de dependência com as propriedades dos referentes a partir dos quais são elaborados os significados: a significação dos signos, portanto, não se encontra ‘presa’ nem racionalmente nem permanentemente à sua face sonora perceptível dos signos: eles são envelopes vazios, prontos a receber qualquer significação.

Somente nesta perspectiva o signo deve ser considerado como arbitrário, em virtude do seu valor ideológico ser resultado da interação entre os sujeitos do discurso. Portanto os *envelopes vazios* vão ser preenchidos por significados produzidos socialmente. A escolha de determinadas palavras em detrimento de outras dar-se-á a partir das escolhas do conteúdo ideológico dessas mesmas palavras, como se torna patente na afirmação dos autores citados em baixo:

I am in the position of making meanings through means of making meaning developed by others – precisely those who dominate my world. This is a semiotic account, precisely, of the dictum of Marx and Engels in their
(Kress, Leite-Garcia & van Leeuwen, 1997:270)

Desse modo, a Semiótica Social aproxima-se dos estudos da Análise Crítica do Discurso, inclusive, recuperando a noção de *discurso* e de *poder* igualmente difundida nos trabalhos de Fairclough (2001). Contudo, como mostra a afirmação abaixo, o foco da Semiótica Social é o texto:

Our focus is on textuality, on the social origins and production of text as much as on the reading of text. We call this practice social semiotics to draw attention to all forms of meaning making as a social activity, set in the field of politics in structures of power; and subject therefore to the contestations arising out of the differing interests of the makers of texts.

Kress, Leite-Garcia & van Leeuwen (1997:259)

É por essa razão que os conceitos de *produtores e receptores* são essenciais no trabalho da semiótica social, porque o produtor do texto representa o discurso, atuando dentro do seu universo de experiências. O mesmo é válido para quem interpreta o texto, pois essa leitura partirá do seu universo de conhecimento, inclusive, atualizando-o. Esse processo, segundo Pimenta & Santana (2007), pode ser visualizado como uma via de mão dupla, pois, a comunicação só é possível nestes processos de articulação e interpretação. Assim, a atenção recai sobre todas as formas possíveis de realizar significação dentro de textos que, por sua vez, são reveladores das atividades sociais que congregam. Esse posicionamento pode ser complementado pela seguinte visão de linguagem:

Numa teoria social da linguagem, o indivíduo socialmente localizado produz signos em situações particulares, a partir de determinadas posições sociais e, por conseguinte, com ‘interesse particular’. A junção destes dois factores fornece, a esse indivíduo, conjuntos de critérios que seleccionam os aspectos do objecto a representar que serão representados – significando que surgirá ao mesmo tempo o modo mais apto de representar o que deve ser representado (Kress, 1997:68-69)

É interessante ressaltar como esta citação aproxima-se da noção de linguagem defendida por Bronckart (2006). Sem dúvida, os indivíduos produzem e reproduzem conhecimentos a partir do mundo social em que se situam. Ao mesmo tempo que fazemos esta afirmação, queremos pôr em evidência que as representações do indivíduo não parecem ser apenas da ordem do linguístico, mas também são semiotizadas pelo visual, isto refere-se à capacidade de construir relações por meio de imagens.

Realmente, a imagem também constrói significações. Como afirma Kress, Leite-Garcia & van Leeuwen (1997:264):

Visual representations exist within culturally and historically formed systems of representations, which, like that of language, are available for the socially motivated use by individuals with their specific interest.

Este é o ponto em que a Gramática do Design Visual, como instrumento de análise do visual, nos dá a compreensão de que tipo de representações está a ser ativada em um texto e quais as relações que estão a ser construídas pelos diferentes elementos aí presentes. Este é um importante quadro que, quando incorporado à perspectiva do ISD complementar o nosso quadro de análise de gêneros que agregam o não verbal no seu plano textual.

2.2 – Gramática do Design Visual (GDV)

O termo *gramática* como título pode suscitar algumas considerações que os autores Kress & van Leeuwen (2001) procuram explicar e que trazemos como forma de esclarecimento sobre o uso desse termo. É comum o fato de que, ao lermos *gramática*, pensemos consequentemente na criação de regras, numa perspectiva normativa, e no seu “bom” uso dentro de determinada língua. Simultaneamente, o termo “gramática” põe em realce estarmos a tratar com as relações dos elementos de um sistema. É esta última consideração que os autores destacam ao tomarem a liberdade de usarem a palavra *gramática*. É importante também referir que, quando se fala em semiótica, há uma centralização no sentido⁴ ligado ao elemento icónico. Pelo contrário, a Gramática do Design Visual distingue-se ao declarar que os sentidos são obtidos a partir das relações entre os elementos do texto, não sendo, à *priori*, dada uma significação particular. Cabe pois aqui a existência de uma noção de “sintaxe visual” em textos considerados

⁴ Neste caso, estamos a usar os termos “sentido”, “significado” e “significação” como sinónimos.

multimodais. Por outro lado, os autores são adeptos do posicionamento de Halliday (1985:101) que define “gramática” como:

Grammar goes beyond formal rules of correctness. It is a means of representing patterns of experience ... It enables human beings to build a mental picture of reality, to make sense of their experience of what goes on around them and inside them.

A definição é fundamental para perceber que tipo de gramática participa nesta teoria. Além do carácter funcional exposto, parece haver ênfase nas representações construídas a partir do social. Esse é um dos pontos que se coaduna com os pressupostos do ISD (Bronckart 1999, 2008) quando este destaca as trocas entre as representações coletivas do homem com as suas próprias representações singulares⁵. Contudo, sem discordar do papel relevante da “gramática”, essas trocas representativas entre o social e o pessoal serão figuradas pelos mundos discursivos e semiotizadas pelos tipos de discurso. A partir desse aspecto, podemos deduzir que a gramática é então considerada, para o ISD, como um ponto de análise microlinguístico (numa perspectiva de análise descendente) e organizador das relações que retratam as representações.

Então, o que seria, enfim, uma gramática visual na perspectiva da GDV? Kress & van Leeuwen (2001:03) responde a essa questão, esclarecendo que uma gramática visual, em primeiro lugar, descreve um recurso social de um grupo particular, de seu conhecimento explícito e implícito sobre este recurso, e de seu uso nas práticas desse mesmo grupo. Em segundo, a proposta dessa gramática pretende, numa perspectiva ampla, ser abrangente ao ponto de não só dar conta tanto de pinturas a óleo como da disposição do *layout* em revistas, como até mesmo dar foco à banda desenhada ou a um qualquer diagrama científico. De fato, para esses autores (2001:03):

Drawing these two points together, and bearing in mind our social definition of grammar, we would say that ‘our’ grammar is a quite general grammar of contemporary visual design in ‘Western’ cultures, an account of the explicit and implicit knowledge and practices around a

⁵ Esse assunto é discutido no ponto 3, nesta tese.

resource, consisting of the elements and rules underlying a culture-specific form of visual communication

Essa noção remete-nos para duas questões fundamentais sobre a GDV: a primeira é ressaltar que o seu alcance está, de certa forma, circunscrito às culturas ocidentais. Isto porque a relação entre linguagem verbal e não verbal, como também o reconhecimento e o papel do não verbal, é determinado pela cultura da qual provém o texto. O que não significa que a GDV não seja passível de ser aplicada a outras culturas, porém, o quadro de análise é pensado para textos de cultura ocidental, com processos de escrita e interpretação ocidentais. A segunda é que a proposta da GDV procura descrever as relações entre os diferentes elementos de um texto, relacionando-os com a diversidade das práticas sociais e os conhecimentos daí oriundos.

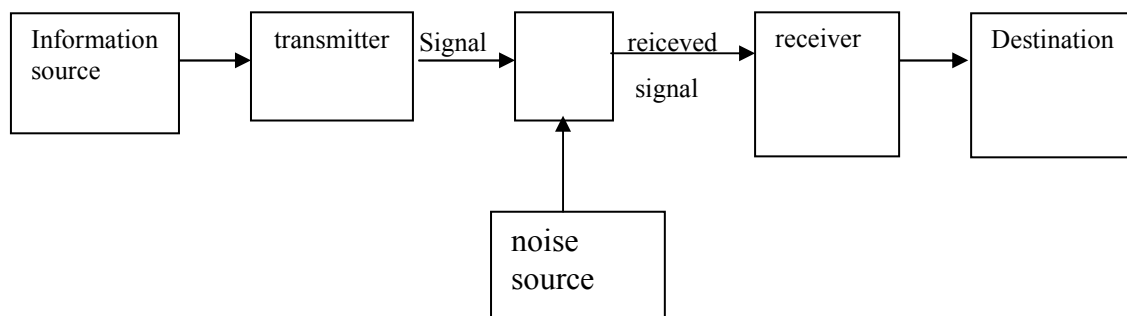
Desse modo, a GDV não é uma gramática normativa com normas e regras pré-estabelecidas. Pelo contrário, ela configura-se como um quadro teórico-metodológico, dentro da Semiótica Social, procurando analisar o texto a partir da compreensão do uso dos diferentes modos semióticos com vista a uma interpretação crítica de condutas ideológicas. Para isso, os autores Kress & van Leeuwen (2001) retomam as três metafunções propostas por Halliday (1985), *interpessoal*, *ideacional* e *textual* e as aplicam às análises de textos multimodais, procurando interpretar experiências e formas de interação social dentro de uma perspectiva semiótica.

Assim, a GDV analisa o texto multimodal, procurando determinar que tipo de relações ocorre entre os diferentes elementos que o compõem. Para isso, os autores consideram outras três (meta)funções distintas: *representacional*, *interacional* e *composicional*. Os principais elementos que participam, principalmente, na função representacional são chamados de *participantes*. Contudo, os participantes também estarão presentes quando analisamos as outras metafunções. Iremos, em seguida introduzir a noção de participantes e também a explicação sobre o que são as três funções da GDV.

2.2.1 – Participantes

Explicamos que a GDV analisa as representações participantes na cena comunicativa, procurando apresentar significações a partir das relações estabelecidas entre os diferentes elementos que compõem essa mesma cena. Os elementos que cooperam no chamado “ato semiótico” podem ser tanto objetos como pessoas ou lugares. Na GDV, dá-se o nome de *participantes* aos envolvidos na cena comunicativa e, mais precisamente, de *participantes representados* para aqueles elementos que estão presentes no texto. Segundo Kress & van Leeuwen (2006), no ato semiótico estão envolvidos dois tipos de participantes. Em primeiro lugar, temos o produtor e o receptor do texto, seja oral ou escrito, que é quem fala, ouve, escreve e lê o texto. Este tipo de participante, foi nomeado pelos autores de *participantes interativos*. Para aqueles que estão figurados no interior do texto e que participam do ato semiótico, apresentando significações e relações, são conhecidos como *participantes representados*. De fato, os participantes representados, interpretados pelas imagens, constituem o assunto mais importante do ato semiótico. No entanto, essa relação entre os dois participantes pode ser muito complexa, fugindo de uma dicotomia, pois, como esclarecem os autores, os próprios produtores e receptores podem estar eles mesmos a serem representados pela imagem.

Para explicar os processos de representação na imagem, Kress & van Leeuwen voltam ao famoso modelo de comunicação proposto por Shannon and Weaver's (1949), teóricos da comunicação, apresentado em baixo:



(Reproduzido de Kress & van Leeuwen, 2006:48)

Sem pretendermos aprofundar a questão da discussão sobre a limitação do próprio modelo⁶, temos em evidência que os autores o utilizam para explicar que os participantes do ato comunicacional são aqui identificados no papel de emissor/receptor, partilhando processos de codificação e decodificação. O essencial é sublinhar que, neste modelo, as caixas representam os participantes enquanto as setas representam os processos de relação entre eles, ou seja, representações que indicam a direção do ato. Ao fazer uma analogia com a língua, Kress & van Leeuwen esclarecem que as caixas seriam consideradas como os nomes, enquanto as setas seriam os verbos (que realizam processos como enviar e/ou transmitir), sendo que a junção desses dois elementos formaria o que conhecemos como orações. O mesmo processo seria semelhante em relação às imagens.

Desse modo, para reforçar a apreensão de quem são os participantes, os autores da GDV apontam dois caminhos: o primeiro refere-se ao fato de conhecermos os participantes pela percepção dos elementos mais visíveis no nosso campo de visão. Geralmente, são esses elementos que possuem maior “massa” ou “volume”. A nossa percepção dos elementos principais na imagem segue os mesmos caminhos que utilizamos para a produção de imagens, isto é, uma consciência psicológica dos elementos que sobressaem na imagem como um todo. Para explicar o segundo caminho, os autores usam a proposta de Halliday (1978/1995) que entende a língua numa perspectiva funcional (cf. o primeiro capítulo dessa tese). Conforme expusemos anteriormente, eles aplicam a teoria “hallidiana” para a compreensão dos aspectos funcionais e sistêmicos da imagem, procurando definir os papéis semânticos e funcionais dos participantes, utilizando os mesmos termos e reconhecendo-os como “atores” ou “metas”. Assim, os autores reconhecem que como a língua realiza significados a partir das suas configurações sintáticas (ou melhor dizendo, a partir das relações entre os diferentes elementos que a compõem), de modo semelhante, a imagem poderá também realizar significações a partir das relações entre os diferentes componentes, revelando processos e participantes. Voltando, pois, ao modelo inicial, as caixas sinalizam os participantes representados, enquanto os processos que relacionam

⁶ Sobre essa questão, consulte, entre outros, Barros (2002).

esses mesmos participantes são identificados pelos vetores numa clara analogia ao movimento dinâmico transmitido pelo ato semiótico. Outros modelos de comunicação dos autores Watson and Hill (1980) ainda são considerados por Kress & van Leeuwen (2006) para explicar a complexidade da comunicação, no entanto, as caixas e as setas do primeiro modelo são incorporadas na GDV.

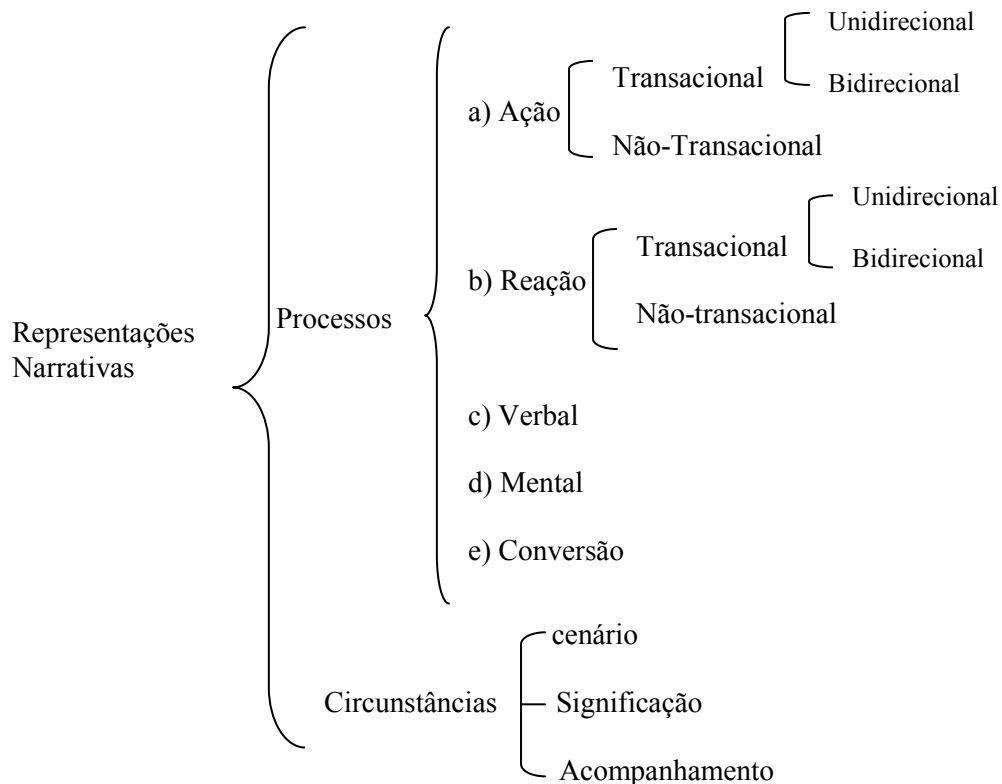
2.2.2 – Função representacional

A função *Representacional* indica o que está sendo apresentado pela cena comunicativa, quais as relações que estão sendo construídas entre os elementos apresentados e em quais as circunstâncias. Correlacionando com a metafunção ideacional, a representacional é definida na GDV como a habilidade do sistema semiótico para representar objetos e suas relações no mundo dentro de um sistema Representacional. Há dois tipos de representações na imagem: as narrativas e as conceituais.

2.2.2.1 – Representações Narrativas

As *Representações Narrativas* podem ser identificadas pelo analista por meio de “setas” que apontam para um movimento dentro do ato semiótico. Esses condutores indicam existir um participante que direciona a sua ação para o outro. De fato, ao contrário das narrativas conceituais que representam os participantes em termos de tipos ou classes, a representação narrativa apresenta ações, eventos, processos de mudança. Desse modo, a marca desses processos narrativos é a presença de um vetor representado por setas, normalmente, por linhas oblíquas, que mostram a direcionalidade da ação. O participante do qual parte a ação é conhecido como *ator*. É dele que parte a seta com a ponta direcionada àquele que recebe a ação, o qual será reconhecido como *meta*. Diferentes tipos de processos narrativos podem ser distinguidos com base nos tipos de vetores, números e tipos de participantes envolvidos. O importante é deixar claro que no

ato semiótico com representações narrativas, é possível identificar os agentes (que são todos os participantes considerados como *atores*) e os processos que são perceptíveis através da presença de vetores. Abaixo, apresentamos um esquema baseado em Kress e van Leeuwen (2006) que resume os diferentes tipos de processos:



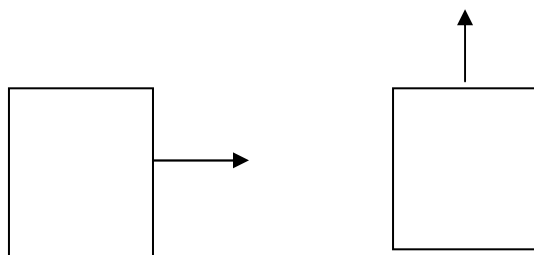
(Adaptado e traduzido de Kress & van Leeuwen, 2006:74)

a) Processo de Ação:

Falamos em *Processo de Ação* quando há um ato realizado por um dos participantes. Como foi referido, o participante de onde parte o vetor é conhecido como ator. O *ator* é o responsável pela ação, sendo assim considerado o mais saliente na imagem em causa. O outro participante a quem se dirige a ação é considerado como uma meta, sendo o ponto de chegada do vetor.

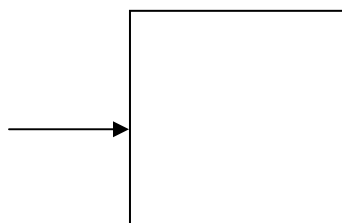
Quando a imagem apresenta apenas um participante e não conseguimos visualizar a quem dirige sua ação, nesse caso, podemos dizer que o processo de ação é

não-transacional. Deste modo, nos processos de ação não transacional, é possível identificar o ator, mas não é possível visualizar a meta, porque a sua ação não é direcionada a outro participante. A não-transacionalidade na imagem é semelhante, segundo Kress & van Leeuwen (2006), aos verbos intransitivos na linguagem verbal. Para explicar a analogia, os autores comparam o processo não-transacional com verbo em Inglês como *it rains*. Contudo, reafirmam o posicionamento de Halliday (1985) que ressalta o fato de haver diferenças de uma língua para outra, como é o caso do chinês em que *chover* é um processo transitivo. Dito de outro modo, apesar do uso da analogia favorecer a percepção do que é o processo, na imagem, diferentemente da linguagem verbal que varia consoante o uso de diferentes línguas, é possível visualizar o processo e, assim, ver a ação direcionar-se ou não a um outro participante. Para clarificar a visualização dos processos, apresentamos a estrutura visual elaborada Kress e van Leeuwen (2006:63) no qual as setas indicam os processos e as caixas os atores.



(Retirado de Kress & van Leeuwen, 2006:63)

Outro tipo de não-transacionalidade é aquela que inclui apenas a meta e o processo. No caso em que não é possível visualizar o ator, os autores denominaram esse tipo de representações de *Eventos*. Incluído neste tipo estão aqueles em que podemos ver apenas uma pequena parte do ator, como, por exemplo, um pé ou uma mão. Mesmos nessas circunstâncias, reconhecemos uma não-transacionalidade pois o ator permanece anônimo. Sem dúvida, existe sempre uma ação e, conseqüentemente, um ator, mas não conseguimos visualizar, especificamente, quem ou o que faz acontecer essa ação. Os autores ainda sublinham que a não presença do ator pode assemelhar-se ao apagamento do agente, verificado pela análise crítica do discurso que considera ter essa ausência um papel importante na linguagem. A representação visual é mostrada da seguinte forma:

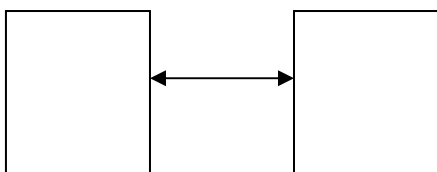


(Retirado de Kress & van Leeuwen, 2006:64)

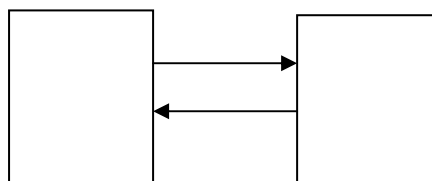
O outro tipo de processo de ação é quando há visualmente, de fato, dois participantes. Neste processo nomeado de transacional, conseguimos visualizar tanto para quem está sendo direcionada a ação, quanto de quem ou do que parte a ação, tornando-se possível ver o ator e também a meta. Novamente, numa analogia verbal, Kress & van Leeuwen (2006:64-65) esclarecem que em um processo transacional teríamos um verbo transitivo. Para eles, o processo transacional poderia ser a tradução da língua no visual, de forma mais ou menos inconsciente. No entanto, sem confundir as duas modalidades, verbal e visual, e considerando as devidas diferenças nas suas estruturas, os autores insistem que a estrutura visual das setas e das caixas transporta um forte sentido de impacto ou de escolha de objectivos muitas vezes difícil de se verificar no verbal (Kress & van Leeuwen, 2006:66).

Nos processos de ação transacionais, é possível distinguir algumas estruturas semióticas em que os dois participantes fazem o papel respectivamente ora de ator ora de meta. Neste caso, é comprovada a existência de uma bidirecionalidade e os participantes são referidos como “interatores”. De modo contrário, quando apenas um dos participantes faz o papel de ator e o outro participante de meta, temos um processo de ação transacional unidirecional. Os autores (2001:66) mostram a bidirecionalidade da seguinte forma:

• de forma simultânea



• de forma sequencial



(Retirado de Kress & van Leeuwen, 2006:66)

Nos processos de ação transacional bidirecional, ambos os participantes são reconhecidos como atores do processo.

b) Processo de Reação

Um outro tipo de processo ocorre quando a “ação” se manifesta através do olhar de um dos participantes para o outro. Esse tipo de processo chama-se *processo reacional* e ocorre quando o vetor é formado pela linha do olhar na direção de alguém ou de alguma coisa. Nesse caso, falamos de *Reator* quando é o participante que olha, e de *Fenômeno* ao que ou a quem está a ser observado. Quando falamos não de meta mas de fenómenos, estamos a considerar o participante *reator* como sendo necessariamente humano ou um animal com características humanas, isto é, uma criatura que não só pode olhar como também é capaz de fazer expressões faciais. De forma idêntica ao processo anterior, o de reação pode ser: transacional - quando conseguimos visualizar o fenómeno; ou não transacional - quando não conseguimos visualizar para o que ou quem está sendo observado.

c) Processo Verbal:

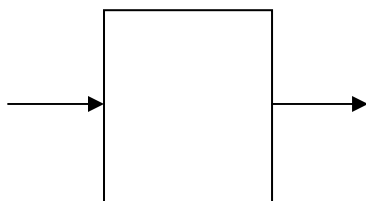
No ato semiótico, é possível observar, algumas vezes, a existência de balões, que são usados quando existe necessidade de apresentar falas ou diálogos dos ou entre os participantes representados. Nesse caso, falamos de *Processo Verbal*. Assim, podemos dizer que o participante que fala é *dizente* e o que é falado é considerado como *enunciado*.

d) Processo Mental

Outro tipo de processo similar ao anterior é quando os balões, ao contrário de apresentarem fala, apresentam pensamentos ou conteúdos de processos mentais que são internos como são os sentimentos. Nesse caso, temos não um processo verbal, mas um *Processo Mental*, em que o participante pensante é o *experenciador* e o que é pensado é chamado de *fenômeno*.

e) Processo de Conversão:

Há processo de conversão quando um dos participantes, num determinado processo de ação, é ao mesmo tempo *ator* e *meta* de um outro *ator*. Também no caso de processo de reação pode acontecer o processo de conversão, quando um dos participantes é, simultaneamente, o *reator* e o *fenômeno* de um outro participante. O participante, que tanto recebe como transmite o vetor, é denominado de “*Relay*”⁷ Este duplo papel legado a pelo menos um dos participantes é figurado no esquema de Kress & van Leeuwen (2006:69) que apresentamos abaixo:



(Retirado de Kress & van Leeuwen, 2006:69)

⁷ Os autores deixam claro que esse termo é usado por Barthes (1977) com uma conotação diferente. Para Barthes, o termo é usado para denotar uma relação entre texto e imagem, em que os textos servem de âncora para a informação visual.

f) Circunstâncias

As imagens que contêm representações narrativas podem de um modo igual conter outros elementos que são, nesse caso, conhecidos como *participantes secundários*, capazes de poderem representar o espaço e o tempo do ato semiótico e são conhecidos como “*circunstâncias*”. Esses participantes não entram no esquema principal da imagem narrativa, uma vez que na imagem não há relação direta com os participantes principais por meio dos vetores, embora contribuíssem para fornecer informações adicionais. As circunstâncias, termo adotado a partir de Halliday (2004) por Kress e van Leeuwen (2006), podem ser de três tipos: *Setting*, *Means* e *Accompaniment*.

O primeiro, *Setting*, traduzido aqui como “cenário”, refere-se à ambientação da imagem, frequentemente, revelado no contraste entre o primeiro plano e o fundo. Pode aparecer em quatro formas: 1) os participantes representados estão colocados num primeiro plano, sobrepondo-se à ambientação e obscurecendo, com isso, o cenário; 2) há uma visualização do cenário, mas este apresenta poucos detalhes, não estando no foco principal; 3) o cenário é apagado, muitas vezes com o uso de cor de um mesmo matiz; 4) o cenário é colocado em evidência. Estas características podem ocorrer em diversas combinações. Um maior detalhe de descrição do cenário é encontrado no estudo da modalização visual proposta pelos autores da GDV e será tratada mais adiante, na função interacional.

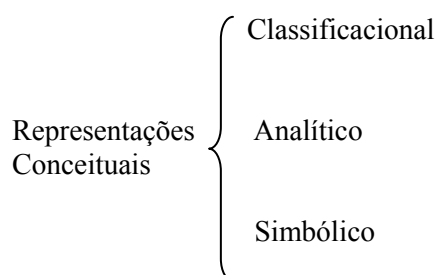
O segundo tipo são as ferramentas usadas nos processos de ação e que permite a sua realização, conhecidas como *Circumstances of Means*, que nós traduzimos como “circunstância de significados”. Exemplificando, em uma imagem na qual a ação é protagonizada por um homem a falar com outros, a ação seria o diálogo e os gestos seriam as “circunstâncias de significado”.

O terceiro e último tipo de circunstância é *Accompaniment*, traduzido como “acompanhamento”. Em uma estrutura narrativa, o acompanhamento é um participante que está representado no ato semiótico, mas não é o actor e não tem relação vectorial

com outros participantes. Também não pode ser interpretado como um atributo simbólico.

4.2.3 – Representações conceituais

As representações conceituais não caracterizam os participantes com relação à ação que realizam, mas em termos da sua classe, estrutura ou significação. Portanto, não há presença de vetores indicando actuações dentro do ato semiótico. Kress & van Leeuwen (2001) destacam três tipos de processos nas representações conceituais, conforme podemos verificar no esquema apresentado em baixo:



a) Processo Classificacional

No processo classificacional, os participantes são definidos e indexados segundo as características do grupo ao qual pertencem. Desse modo, os participantes interagem de forma taxonômica em que, pelo menos, um grupo funciona como subordinado e outro como superordenado. Nesse tipo de processo, as relações podem ser abertas (*overt taxonomy*) ou fechadas (*covert taxonomy*).

A principal característica das relações taxionômicas fechadas é a simetria composicional existente entre os elementos subordinados, organizados na imagem com distâncias equivalentes, ocupando espaços similares e com a mesma orientação do eixo

vertical e horizontal. O fundo é plano e neutro, enquanto o ângulo é frontal e objetivo. E frequentemente, há palavras dentro do quadro do desenho. Para Krees & van Leeuwen (2001), isto não implica que o processo classificacional transmita simplesmente a taxionomia como “real”, “natural” e, acrescentaria, “verdadeira”, pois o produtor ao colocar os elementos juntos sob uma classificação, de certa forma, apresenta os elementos em termos do que eles significam para ele mesmo. Claro está que a própria disposição dos elementos pode indicar o tipo de relação entre os participantes representados e qual a sua significação.

Em contraponto, as relações taxionómicas abertas apresentam necessariamente graus explícitos, expondo os elementos superordinados e subordinados numa estrutura em árvore, em que o elemento superordinado aparece no topo, indicando uma medida hierarquizada. Neste tipo de relações, os participantes podem ser realizados tanto verbalmente, quanto visualmente, através de diagramas com os seus mais diferentes formatos ou ligações. É possível que o diagrama em formato de árvore seja invertido, numa leitura de baixo para cima, mas isto não retira o seu carácter de hierarquização. Ainda dentro das taxonomias abertas, existem as que são tipificadas em um nível simples, conhecido por “*single-levelled*”, quando o participante superordenado é conectado a dois ou mais participantes subordinados numa estrutura que apresenta dois níveis apenas; a outra taxonomia, denominada “*multi-levelled*”, apresenta mais de um nível de hierarquização com participantes chamados de interordinados a ocuparem os níveis intermediários, sendo subordinados aos elementos do topo, mas super ordenados aos elementos de baixo.

b) Processo Analítico

Os *processos analíticos* apresentam uma relação entre os participantes, quer em termos de parte quer de todo. Estes envolvem dois tipos de participantes, divididos entre *portador* ou aquele que representa o todo, e *atributos possessivos*, caracterizados pelas partes. Segundo Kress & van Leeuwen (2006), os processos analíticos envolvem sempre algum tipo de seleção, sendo que a própria escolha sobre os atributos que devem ser mostrados ou os que são irrelevantes envolve algum tipo de análise que, segundo a

nossa concepção, parte do próprio produtor e indicia uma interpretação.

Os processos analíticos ainda podem ser de dois modos: os processos desestruturados, quando não especificam as relações entre as partes e o todo; e os processos estruturados quando apresentam rótulos ou descrições sobre as suas partes.

Os processos *desestruturados* exibem os atributos possessivos do portador, mas não mostram o portador. Além disso, este processo analítico pode apresentar os atributos de forma mais ou menos desordenada. Algumas vezes, o portador é abstrato, o que dificulta a correspondência entre as partes, pois parece não haver uma relação clara entre a parte e o todo, sendo possível percorrer mais de um caminho para percebermos o processo analítico e o seu portador.

Os processos analíticos *estruturados* podem apresentar dois tipos: processo analítico *temporal* e o analítico *espacial*. Como o próprio nome indica, para o primeiro processo, o que é apresentado revela alguma marca de temporalidade do ato semiótico. A característica principal é o fato de o mostrar como sendo realizado por um tempo traçado numa espécie de linha imaginária. Sem dúvida, o processo temporal conjuga-se entre o analítico e o narrativo já que este último inclui uma dimensão temporal e, inclusive, é possível mostrar estes dois processos simultaneamente. No entanto, não existem vetores nos processos analíticos, sendo a temporalidade indiciada apenas pelas características estáticas e sendo interpretados como atributos que revelam o tempo.

O processo analítico espacial esclarece aspectos espaciais da imagem, podendo ser exaustivo ou inclusivo. Para o primeiro, há uma representação exaustiva dos atributos possessivos do portador de modo a que sejam reveladas todas as suas características, ocupando todo o quadro com esses atributos, mostrando um complexo sistema analítico. Já o inclusivo apresenta apenas alguns atributos possessivos do portador, deixando outros obscurecidos.

Tanto o processo analítico temporal quanto o espacial podem ser de modo topográfico ou topológico. O primeiro, que tanto pode ser mostrado à escala ou por números, dá-nos informação acerca da topografia da imagem, como dimensões ou

distância. Quando é uma estrutura topológica, o que está em causa são as relações esquemáticas entre os participantes.

c) Processo Simbólico

Nos *processos simbólicos*, os participantes são representados em termos do que significam. Como nos anteriores, existem dois tipos de participantes: o portador e os atributos simbólicos. O portador é o participante, que tem a sua identidade ou significação representada por *atributos simbólicos* e através dos quais chamam a atenção e estabelecem a identidade do portador. Os processos simbólicos podem ser atributivos ou sugestivos.

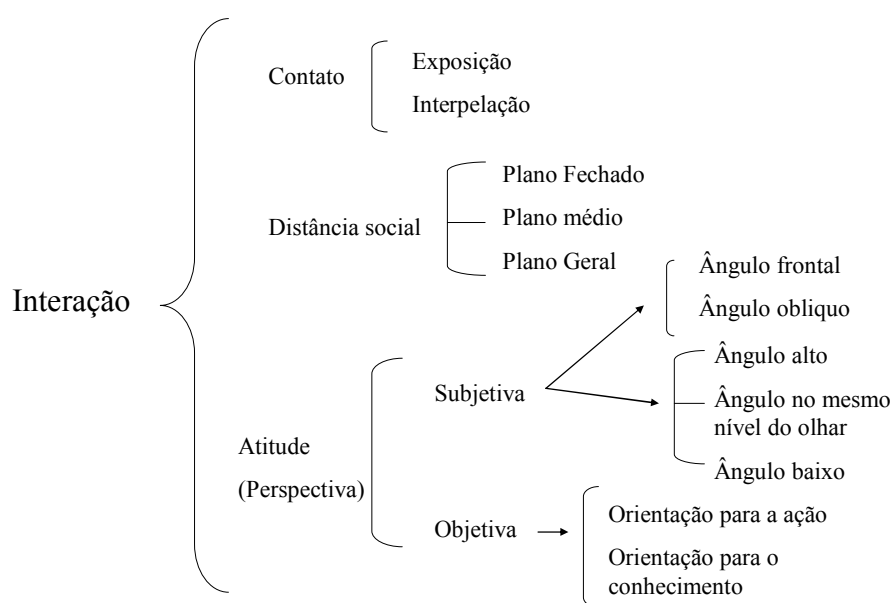
Os processos simbólicos atributivos procuram destacar dentro da imagem o portador dos atributos. Esse realce é evidenciado por meio do posicionamento do portador na imagem (ex: tamanho exagerado), também por gestos, por um olhar diferente, ou ainda por valores simbólicos que são culturalmente associados. Em contraponto, nos processos sugestivos não há um realçar, pois o portador é apresentado apenas pela sua *nuance* (contorno, silhueta, etc) ou outra característica que o identifique. Neste caso, a identidade ou significado é revelada como um traço intrínseco ao portador, como a sua essência. Para concluir, os autores ressaltam que, na categoria representacional, as imagens podem apresentar uma estrutura complexa com mais de um processo envolvido.

2.2.3 – Função interativa

A segunda função que destacamos é a *Interativa*. Para Kress & van Leeuwen (2006), o visual não só revela representações de relações entre pessoas lugares e coisas descritos na imagem, como também indica uma visão de mundo dos produtores. Assim,

nesta função, de modo semelhante ao que ocorre na função representacional, falamos de interação, mas, neste caso, os produtores do texto visual procuram interagir com o leitor, sendo a imagem reflexo dos seus valores. A função interativa é, pois, responsável por apresentar as marcas que orientam o tipo de interação estabelecida pela imagem. De forma idêntica ao que acontece no ponto anterior, nesta função falamos em participantes representados, ou aqueles que estão figurados pela imagem, e participantes interativos que, como já exprimido, são o produtor do texto e o leitor. Desse modo, a função interativa procura destacar três tipos de relações: as relações entre participantes representados; as relações entre participantes interativos e os participantes representados; e, por fim, as relações entre participantes interativos. Nesta última relação, geralmente, os participantes interativos não estão envolvidos diretamente. Embora tenhamos destacado as implicações deste fato tanto para a produção textual quanto para a recepção, é possível verificar, em alguns casos, uma interação direta e imediata, como no caso da fotografia em que os participantes interativos encontram-se face-a-face. Esta categoria tem correlação com a metafunção interpessoal proposta por Halliday

As formas de interação ocorrem a partir de três recursos da linguagem não verbal: o *Contato*, a *Distância Social* e a *Atitude (Perspectiva)* que podemos verificar no esquema abaixo, adaptado de Kress & van Leeuwen (2006:149):



Ainda dentro da categoria *interativa*, além dos três recursos expostos no diagrama acima, os autores reconhecem o recurso *modalidade* que não está neste diagrama. Para esse tipo de recurso, Kress & van Leeuwen (2006) dedica um capítulo do livro *The Grammar of Visual Design*. Iremos explicar e analisar este recurso mais adiante.

a) O Contato

O recurso que os autores denominam de *Contato* é determinado pela linha do olhar tanto do participante representado quanto do participante interativo. Sem dúvida, o olhar é um tipo de manifestação da interação, porventura uma forma de procurar contactar o outro. Segundo Kress & van Leeuwen (2006), na configuração visual, há dois tipos de Contato: a *Demanda/Interpelação* e a *Oferta/Exposição*⁸.

A *interpelação* ocorre quando o participante representado olha para o leitor da imagem, estabelecendo, de certa forma, uma ligação imaginária. Esse contato de forma explícita convida o leitor a participar no ato semiótico. A o produtor usar a imagem para estabelecer contato, o produtor cria um tipo de conexão que pode ser reforçado, para além do olhar, através de gestos ou expressões faciais, o que podem indiciar a uma afinidade, uma sedução ou mesmo uma simples interpelação. O importante é que esse tipo de contato, segundo Fernandes & Almeida (2008), constrói com o participante que observa uma posição interpretativa, que é subjacente a uma identidade reconhecida pelo produtor.

Por seu turnos, a *exposição* manifesta-se é quando o participante representado

⁸ Chamamos “Demanda” e “oferta” segundo as traduções brasileiras (cf. Almeida, 2008). No entanto, para o Português Europeu, é preferível, segundo orientações do prof. Gouveia, nos encontros LSF (2008), que a palavra demanda seja mudada para *Interpelação* e oferta por *Exposição*. Nessa tese, escolhemos seguir a nomenclatura Interpelação e Exposição uma vez que estes termos funcionam tanto para o Português Europeu quanto para o Português Brasileiro.

não olha para o leitor, mas é por ele observado. Neste caso, a imagem não estabelece ligação direta com o leitor, sendo o contato com o observador indireto, o que é sugerido pelo próprio nome. Há, com efeito, uma oferta ou exposição para o leitor, mas ele não é convidado a participar do ato semiótico, pois, o papel do observador é de um espectador invisível. O participante representado é objeto de contemplação e de informação, apresentado de forma impessoal (Kress & van Leeuwen, 2006:119).

De acordo com Kress & van Leeuwen (2006), a escolha entre demanda/interpelação e oferta/exposição não é usada somente para sugerir diferentes relações com graus de envolvimento, mas também pode ser considerada como uma das características próprias de gêneros pictóricos como, por exemplo, um *jornal televisivo*, no qual existe uma demanda/interpelação constante ao contrário de *filmes* em que somos reduzidos ao mero papel espectadores.

b) Distância Social

A segunda categoria refere-se ao posicionamento da imagem reveladora de graus de intimidade entre autor e leitor. A esta categoria Kress & van Leeuwen (2006) denominaram de *Distância Social*. Para os autores, assim como o contato sugere tipos de relações entre os participantes representados e os seus observadores, a distância também contribui para a criação de significados e relações. A distância social é mostrada na imagem por meio da posição do participante representado, ou seja, se o visual aproxima-se ou afasta-se do observador. Sabe-se que, na interação diária, as relações sociais determinam as distâncias sociais que colocamos entre nós e as outras pessoas, sendo fato consensual que quanto mais íntima uma pessoa é da outra, maior proximidade é aceita na interação. Essa noção também é partilhada entre a imagem e o observador, através da forma como a percebemos, ou melhor, como a observamos. Quanto mais de perto percebemos a imagem, mais intimidade iremos partilhar nessa interação entre nós, observadores, e os participantes representados.

Para medir o grau de proximidade e com isso perceber a distância social transmitida pela imagem, os autores recorreram aos conhecidos *planos do cinema*. Isto

quer dizer que a distância social será medida por três principais tipos de planos: o *Plano Fechado*, o *Plano Médio* e o *Plano Geral*.

O primeiro plano, o *plano fechado*, mais conhecido como *close-up* mostra o participante representado como estando o mais próximo possível. Este plano exhibe, no caso de representações de pessoas, apenas a rosto até mais ou menos à altura dos ombros. O *close-up* sugere, dessa maneira, intimidade, envolvimento num nível mais afetivo e pessoal. Afinal, quanto mais próxima está a visualização da imagem, mais é possível perceber o participante de uma forma mais íntima, travando conhecimento, inclusive, das suas emoções.

O *plano médio*, também conhecido como *plano americano*, revela um grau de distância moderada, apresentando um corte nos participantes representados e sendo, neste caso, mediano. O que corresponderia a mostrar a imagem de uma pessoa, por exemplo, pela cintura ou pelo joelho. Esse tipo de plano sugere aproximação social, mas sem grande intimidade.

Por outro lado, o *Plano Geral* é apresentado de forma mais ampla possível. Neste caso, dá-se ênfase ao ambiente, ou melhor, à cena como um todo, procurando-se apresentar uma visão de conjunto descrito na imagem. Continuando a analogia, tratando-se da imagem de uma pessoa, seria mostrada toda ela incluindo os seus pés. Esse plano sugere uma visão distanciada, impessoal, procurando, com isso, manter uma certa separação social. Ainda sob este aspecto, quanto mais distante visualmente a imagem estiver, mais a ideia de impessoalidade é-nos transmitida.

c) Atitude (a perspectiva)

A terceira categoria é formada por um sistema de perspectivas diferente que os autores nomearam de *Atitude*. Elas compõem-se de uma seleção de ângulos em que os participantes representados são vistos. Esses ângulos são considerados como expressões “subjetivas” socialmente codificadas. A expressão “subjetivas” é usada por Kress & van Leeuwen (2001) não no sentido de individualidade, mas como pontos de vista

desenvolvidos e interiorizados a partir do âmbito social⁹. Desse modo, a atitude representada na imagem revela “pontos de vista” perceptíveis pelo tipo de ângulo.

A atitude pode, pois, ser representada de duas formas: a primeira é de maneira *objetiva*, revelando tudo aquilo que há para ser mostrado. Esse tipo de atitude não apresenta perspectiva (ou ângulo) e pode ainda ser dividido em dois. A atitude objetiva tem uma orientação para realizar uma ação. Como exemplos, podemos citar: guias de instruções de “como fazer”, guias de estradas, manuais de operacionalidade, etc. A outra atitude objetiva é com orientação para um conhecimento; como exemplos temos os mapas, os dicionários ilustrados, diagramas, etc.

A segunda maneira de representar a atitude é de forma *subjativa*, revelando determinados ponto de vista, ideologias e, também, estabelecendo graus de envolvimento. A atitude subjativa é formada por perspectivas com três tipos de ângulos que podem ser: *Frontal*, *Obliquo* e *Vertical*.

O *Ângulo Frontal* coincide com o ângulo do fotógrafo, no caso de fotos, ou do autor da imagem, no caso de desenhos. Esse tipo de ângulo mostra envolvimento entre os participantes representados e o observador. Segundo Fernandes & Almeida (2008:21), “a posição interpretativa que é criada para o observador é a de um sujeito que compartilha a visão dos produtores da imagem”. O ângulo frontal indicia a um sentimento de proximidade, pertença e igualdade.

Quando há um deslocamento e o plano deixa de ser visto como se o observador estivesse defronte, o ângulo deixa de ser frontal para tornar-se oblíquo. Se no ângulo frontal temos um envolvimento, o contrário acontece com o ângulo oblíquo, demonstrando distanciamento entre os participantes representados e os participantes interativos.

Os ângulos da imagem também revelam uma relação entre o participante representado e os participantes interativos que pode envolver relações de poder. Neste caso, estamos a observar *Ângulos Verticais*. De facto, quando as imagens são subjativas

⁹ Essa noção converge com a noção de mundo subjetivo proposto por Habermas (cf. Bronckart, 2008) que faz parte dos pressupostos epistemológicos do ISD.

e expressam relações de poder, essas relações são perceptíveis pelo ângulo em que a imagem se coloca em relação ao observador (tem-se a sensação que a imagem é vista de cima ou de baixo). As relações de poder no ângulo vertical podem ser de três tipos:

- Ângulo Alto – Também chamado de *Plongée*, mostra um ângulo elevado, isto é, capta-se a imagem de cima. Esse tipo de ângulo revela que é o observador que detém o poder.
- Ângulo Médio – Mostra a imagem ao mesmo nível do olhar. Esse tipo de ângulo representa igualdade de poder, expressando uma relação igualitária.
- Ângulo Baixo – Também conhecido como *Contra-Plongée*, é justamente o oposto do ângulo alto. Nesse ângulo, a imagem é captada de baixo, ocorrendo uma inversão de poder. Como consequência, o participante representado é o que detém o poder e não o observador. Como exemplo, podemos mencionar que nas fotos de ditadores é normalmente utilizado este tipo de ângulo.

d) Modalidade

Para Kress van Leeuwen (2006), a categoria modalidade é uma questão crucial nos estudos comunicativos, também estando associada com a confiabilidade das mensagens. Isto é, com aquilo que o sujeito-enunciador acredita ser verdadeiro ou falso. Essa idéia converge com a lógica modal tão defendida pelos estudos da lógica, os quais explicam a modalidade com teoremas, sendo um desses teoremas o que apresenta a definição de valores de verdade das proposições, e também com a explicação de Lyons (1977) que assume a modalidade como uma atitude ou uma opinião do falante, ou melhor, do enunciadore face a enunciação(cf. capítulo 2, nessa tese). Com efeito, Kress & na Leeuwen (2006) estendem a modalidade para o campo da semiótica, ajustando os valores de verdade para o nível do visual.

Desse modo, a modalidade, na perspectiva da semiótica social, assume a dimensão que se relaciona com o valor de verdade que a imagem representa. Este ajuste no nível de realidade da representação da imagem, seguindo a mesma linha de pensamento da semântica enunciativa¹⁰ (cf. Campos 1997; Campos & Xavier, 1991), também segue igualmente uma escala que vai do mais próximo do real até à abstração total da imagem. Todavia, queremos pôr em destaque, que, segundo Kress & van Leeuwen (2006:154), a teoria da semiótica social não consegue estabelecer a verdade absoluta ou a não verdade das representações. Pode somente mostrar se um dado é representado como verdadeiro ou não.

Como esta descrita pela GDV, a escala de valor de verdade que a imagem representa pode ser perceptível pelo chamado *Marcadores de Modalidade*. Esses marcadores compõem um total de seis tipos diferentes, descritos sumariamente que passamos a conhecer a seguir:

- Utilização da cor - O primeiro marcador de modalidade apresentado pelos autores é a utilização da cor. Esta vai ser analisada com base em três aspectos principais: a *saturação* em uma escala que funciona da saturação de cor plena à total ausência de cor; isto é, o preto e branco; o segundo aspecto refere-se à *diferenciação* que, nesse caso, funciona em uma escala de máxima diversidade do uso das cores ao completo monocromático; E, por fim, a *modulação*, mostrada em uma escala que funciona da sombra à cor plena.
- Contextualização - O segundo marcador de modalidade é a contextualização da cena visual. Essa escala vai da ausência de um cenário de fundo até um cenário articulado e profundamente detalhado.
- Representação – O terceiro marcador é a representação que em uma escala funciona da abstracção máxima à representação máxima do detalhe pictórico.

¹⁰ Essa escala, segundo Campos (1997), compreende desde assumir a validação positiva ou negativa até a não assumir inteiramente.

- Profundidade - O quarto marcador de modalidade é a profundidade da cena visual. Esta escala move-se na ausência de profundidade até à perspectiva máxima de profundidade.
- Iluminação - O quinto marcador de modalidade é a Iluminação da cena visual. Essa escala trabalha desde a grande iluminação até à ausência total de claridade.
- Brilho - O último marcador de modalidade é o brilho da cena visual. Esta escala vai de um número máximo de tons de cinza com diferentes brilhos até dois apenas: branco ou preto, cinza escuro ou claro

2.2.4 – Função composicional

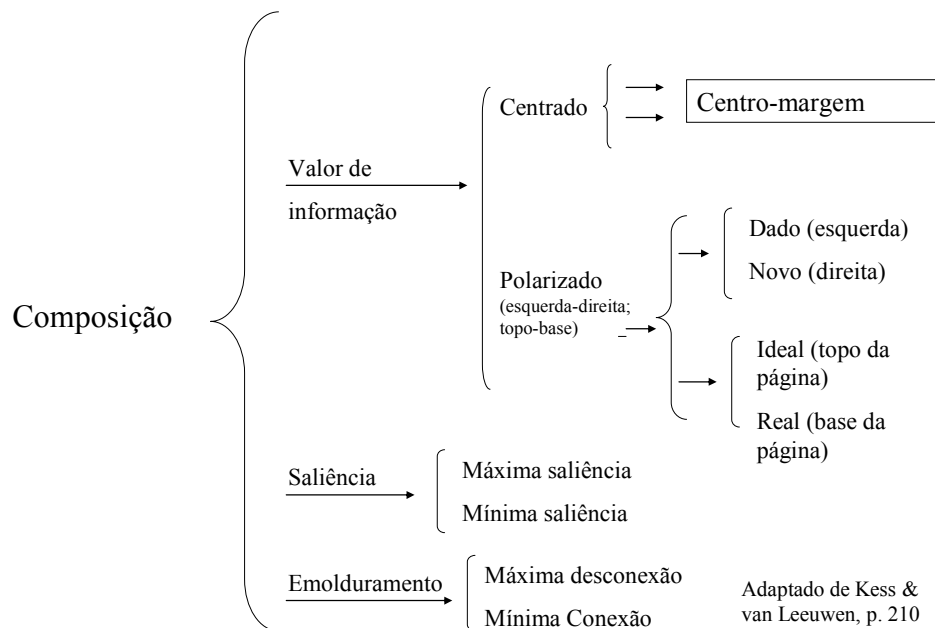
A função *Composicional* integra os significados das outras duas categorias anteriores - representacional e interativa. Ao analisar a composicionalidade, procura-se verificar a organização dos diferentes elementos no texto, uma vez que esta organização representa em si mesma um significado. Deste modo, os diferentes elementos são relacionados entre si para perceber não só o seu papel no texto como também o significado da sua disposição. Portanto, o estudo da composição leva em conta a disposição dos elementos verbais e não verbais, incluindo outros elementos gráficos além da imagem. Ainda, também nessa categoria, procura-se analisar a integração entre diferentes códigos semióticos em textos conhecidos como multimodais. Para Kress & van Leeuwen (2006:177):

The integration of different semiotic modes is the work of an overarching code whose rules and meanings provide the multimodal text with the logic of its integration.

Segundo os autores (2006:177), os códigos de integração são de dois tipos: o modo de composição espacial que opera em textos com elementos que estão co-presentes; para exemplificar, temos as pinturas, os anúncios publicitários em suporte de

papel, as capas de revistas, os cartoons, etc; e o modo de composição temporal, o qual opera com a questão da passagem do tempo; para estes temos como exemplo as danças, os filmes, entre outros.

O estudo da composição é realizado a partir da análise de três categorias, apresentadas no diagrama abaixo:



a) Valor de Informação

A primeira categoria, o *Valor da Informação*, atribui diferentes valores e significações aos elementos a partir do lugar que ocupam na composição em geral. Deste modo, os participante representados são dotados de valores mediante o seu posicionamento no ato semiótico e, com isso, estabelecem implicações ideológicas, mostrando o que é relevante. Este posicionamento pode ser de dois modos: *polarizado* ou *centrado*.

O modo *Polarizado* realiza-se com elementos dispostos nos lados e que,

dependendo da sua posição, adquirem valores diferenciados. Este modo obedece ao sistema de leitura ocidental na qual o texto é lido da esquerda para a direita e de cima para baixo. Assim, o primeiro sistema de polarização reconhecido por Kress & van Leeuwen (2006) é o que chamam de *dado*, para os elementos que se encontram à esquerda; e *novo*, para os que estão à direita. Esse primeiro sistema vertical tem a sua inspiração no modo de construção da mensagem *tema* e *rema* da função textual proposto por Halliday (1978). Na GDV, os elementos que se encontram na posição do dado, ou seja, à esquerda, são os elementos que possuem um valor considerado como “verdade”. São informações que já foram partilhadas e, por isso, que podem ser conhecidas pelos leitores/observadores, identificando-se, inclusive, como o ponto de partida da mensagem. Em contraponto, os elementos que se encontram à direita são aqueles identificados como estando na posição do novo. A sua posição indica que estes elementos trazem informações novas ao leitor/observador ou, como afirma Fernandes & Almeida (2008:24), podem “apresentar algum dado ao qual se deva prestar atenção de forma especial”.

O segundo sistema de polarização apresentado pela GDV é o sistema horizontal *Ideal* e *Real*, isto é, os valores de informação que se encontram em cima (*Top*) e em baixo (*Bottom*). Os elementos que estão no topo da página (ou do texto) apresentam-se com mais emotividade. São também os elementos vistos como tendo maior prestígio e idealização. Ao invés, os elementos que se encontram na parte de baixo da página e que são conhecidos como “real” apresentam informações mais específicas, ou mesmo, técnicas, tendo uma conotação mais prática e concreta.

O modo *Centrado* realiza-se quando há elementos posicionados no centro, seguidos de outros colocados na margem do texto. Os elementos colocados no centro têm um alto grau de destaque, sendo considerado o cerne da informação enquanto os da margem ocupam, conseqüentemente, menor destaque e são subordinados ao elemento centralizado. Esse modo centrado pode ser do tipo *centrípeto*, observado quando a imagem apresenta uma estrutura circular; ou ainda do tipo *trípico*, no qual é possível verificar uma combinação entre a presença do elemento central combinado com elementos posicionados no dado-novo e ideal-real, o que conferiria uma estrutura de elementos mediados e polarizados.

b) Saliência

A categoria *Saliência* refere-se ao realce dado a algum dos elementos do ato semiótico, com o objetivo de atrair a atenção do leitor. A saliência é, então, definida por meio de graus que orientam a própria trajetória da leitura da página. Desse modo, o grau de saliência apresenta-se numa escala que vai do grau máximo até ao mínimo (saliência máxima ou mínima). Os elementos que conferem saliência são: o tamanho (pois quanto maior o tamanho, maior o destaque); a intensidade do foco, isto é, a precisão dos detalhes representados; o contraste da tonalidade (por meio da cor e brilho); a perspectiva de um objeto colocado em primeiro plano (estes têm uma maior relevância); o posicionamento do campo de visão e fatores culturais que podem revelar um símbolo cultural de referência.

c) Emolduramento (estruturação)

O *emolduramento*, também conhecido como *estruturação* nas traduções brasileiras (cf. Fernandes & Almeida 2008:25), alude ao modo como os elementos aparecem ou não interligados dentro do ato semiótico, apresentando-as em uma escala que vai da desconexão máxima à conexão máxima. Com relação à primeira, os elementos dispostos no *lay out* aparecem separados visualmente dos outros elementos, seja por meio de dispositivos de “enquadramento”, deixando um espaço vazio entre os elementos desconectados, seja pela descontinuidade através da cor ou forma, entre outras características. No que diz respeito à segunda, a conexão máxima estabelece relações entre os elementos, interligando-os de três formas possíveis: por uma característica comum, a ocuparem o mesmo espaço, ou ainda, quando os elementos invadem o espaço um dos outros.

3 – Para Um Modelo de Análise Semiótico Sociointeracional

O modelo de análise que propomos é baseado numa junção entre dois quadros teórico-metodológicos: O ISD e a GDV. Como enfatizamos diversas vezes ao longo desta tese, a perspectiva privilegiada para a análise dos textos é o Interacionismo Sociodiscurso. como, de resto, foi explicado ao longo dessa tese. Não obstante, o modelo do ISD, ao procurar privilegiar o verbal, torna-se insuficiente para responder às necessidades de análise de textos multimodais. Portanto, na continuidade da nossa proposta de estudar gêneros, em particular o gênero *Cartoon*, uma vez ser este um caso que agrega modos diferentes de semiotização, foi necessário complementar o quadro do ISD com o modelo de análise da referida GDV. A compatibilidade de pressupostos epistemológicos sobre os textos como práticas sócias permitir-nos-á fazer esta aproximação dos quadros teórico-metodológicos. Este processo de associação conduziu a criação, ou melhor dizendo, a re-criação de um modelo metodológico com o objetivo de responder às questões sobre a linguagem não-verbal e o seu papel no funcionamento das atividades humanas de linguagem, bem como a inclusão da recepção textual dentro da análise do contexto.

3.1 - Ação de Linguagem: Contexto de Produção, Recepção e Conteúdo Temático

Para o ISD, como já foi afirmado, a *Ação de Linguagem* é determinada a partir de dois sentidos: como *Contexto de Produção* textual, do qual se tem acesso à situação de interação em que o agente produtor acredita se encontrar; e também como *Conteúdo Temático*. No segundo capítulo, esclarecemos que, embora a situação de ação de linguagem realmente exerça influência no momento da produção textual, o pesquisador não tem um verdadeiro acesso à situação real da produção, podendo apenas fazer conjecturas a partir dos indícios manifestados no texto. Embora seja óbvio que o agente, ao mobilizar os assuntos que irão ser verbalizados no texto, toma decisões que influenciam os aspectos de como estes mesmos assuntos serão apresentados na

organização textual. Além disso, o reconhecimento do *Gênero* e da *Atividade de Linguagem* em que se insere o texto, de certa forma, contribuem para realçar os parâmetros da ação de linguagem, visto que estes dois fatores podem exercer um controle pragmático, inclusive, sobre alguns aspectos da própria organização textual. Na verdade, o nosso acesso ao texto sempre será feito enquanto receptores do mesmo, como tal é interessante frisar a ideia de que não é possível traçar a compreensão de textos sem também considerar as condições em que são produzidos. Deste modo, a análise do contexto será aqui feita por duas vias: recuperando o *Contexto de Produção* e o *Contexto de Recepção*, conforme sintetiza o quadro abaixo:

Atividade(s) relacionada(s)	Gênero escolhido e Suporte definido	Contexto de Produção	Contexto físico	Lugar de produção Momento de produção Produtor e Receptor
			Contexto sociosubjetivo	Lugar social da produção Posição social do produtor e receptor Objetivo(s)
		Contexto de Recepção	Contexto físico	Lugar de recepção Momento de recepção Receptor e Produtor
			Contexto sociosubjetivo	Lugar social da recepção Posição social do receptor e do produtor Objetivo(s)

O modelo proposto assume dois tipos principais de *Contextos*: o de *Produção* e o de *Recepção*. Com relação ao primeiro, que já é considerado pelo ISD, retomamos os mesmos parâmetros tanto do *Contexto Físico* (Produtor, Receptor, Lugar e Momento de produção); quanto do *Sociosubjetivo* (Lugar social, Posição Social e Objetivo). A essa tabela acrescentamos a *Atividade*, na qual se produz o texto; o *Gênero* escolhido e o *Suporte* de publicação.

O Contexto de Recepção parte do ponto de vista do interpretante que, além de fazer o reconhecimento da Atividade e do Gênero, está também inserido em um contexto físico (com o lugar e o momento definido), como igualmente ocupa um lugar social (com determinada posição social), estabelecendo propósitos para a leitura. Assim, o contexto é composto por quatro categorias: a Atividade, o Gênero Textual, o Contexto *Físico* e o Contexto *Sociosubjetivo*.

Um ponto a ser destacado é que o contexto, como é difundido nos estudos atuais da linguística textual, abrange tanto o linguístico, conhecido como *co-texto*, como também o *contexto situacional* que compreende a situação sócio-histórico-cultural. De fato, o quadro teórico do ISD procura englobar em sua noção de contexto esses dois aspectos principais ao pôr em evidência o contexto físico e sociosubjetivo como parte da análise da produção textual. Contudo, acreditamos ser importante afirmar que outros tipos de conhecimento são integrantes desse mesmo contexto e, para tal, pomos em evidência o que Koch (2007) considera como *Contexto Sociocognitivo*. Este tipo de contexto, segundo Koch (2007), abrange não apenas o conhecimento dos aspectos do entorno verbal presentes no texto, mas de forma similar a todos os tipos de conhecimentos armazenados na memória dos interlocutores, necessários para a prática comunicativa na sociedade, incluindo os aspectos da recepção textual. Assim, nesta noção ampliada de contexto, reúnem-se o conhecimento linguístico, o enciclopédico, da situação comunicativa imediata (e das suas regras), do entorno sociopolítico, o estilístico (registros, variedades linguísticas e suas adequações às situações comunicativas), ainda o conhecimento sobre os diversos gêneros (e suas práticas sociais) e o de intertextualidade. Estes conhecimentos, em última análise, aparecem na relação entre atividade, ação e gênero.

Outro posicionamento teórico interessante a ser observado sobre o *contexto sociosubjetivo* é o fato de englobar a noção conhecida como *contexto sociocultural*. Para Dell’Isola (2001) a questão da socialização é um ponto central na caracterização de um contexto sociocultural, uma vez que esta é vista como um processo de integração do indivíduo no grupo no qual se insere desde o momento do seu nascimento. É nessa socialização que o ser humano se desenvolve, buscando, através de suas experiências pessoais, modificar o meio em que vive. Para enfatizar a relação dos conhecimentos com o contexto, Dell’Isola (2001) realça que todo o conhecimento que o indivíduo adquire é apreendido pelo meio social e cultural em que vive, formando um conhecimento prévio que é registrado na memória e que é usado na compreensão textual e na produção de inferências. Portanto, o contexto sociocultural age sobre o processo de produção de inferências, tornando-se necessário considerá-lo na busca de entendimentos de ideias e comportamentos sociais.

Essa visão corrobora a de Bronckart (2006:154) quando ele considera que, na mobilização dos mundos discursivos, são colocadas em interface as representações tanto individuais quanto coletivas dos indivíduos. Deste forma, podemos, então, pressupor que as inferências formadoras do conhecimento prévio são fruto dessas mesmas representações. Também a percepção do conteúdo temático será produto das inferências que nascem justamente a partir do conhecimento prévio dos interlocutores.

O chamado *Conteúdo Temático* refere-se ao conhecimento do indivíduo adquirido no meio social e cultural manifestado no texto e que é, de certa maneira, recuperado pelo receptor. Este ponto está presente no que Koch (2007) considera como contexto sociocognitivo na sua noção mais ampla. Afinal, é essa relação entre contexto e conhecimento prévio que possibilita a compreensão textual e a recuperação das inferências associadas ao conteúdo temático.

Por conseguinte, é importante vincar que a relação entre o contexto e o conhecimento prévio permite recuperar, na recepção textual, as configurações das representações construídas pelo autor. De fato, a ação de linguagem influencia e é influenciada por esse conteúdo temático, que podemos constatar quando observarmos o gênero *cartoon*. O papel comunicativo feito através da sátira de um assunto da realidade social contribui para uma melhor percepção do tema. E como já foi frisado, nesse caso, o conteúdo temático será recuperado pelo leitor a partir da memória social, através de marcas que orientam para a compreensão e organização do assunto do texto. Deste modo, evidenciamos o posicionamento de Bronckart (2008) ao transpor a questão temática como parte da arquitetura textual. De fato, assim como acontece com os leitores, reconhecemos o conteúdo temático pela relação com contexto seja através do gênero ou das atividade seja pela produção de inferências, como já foi mencionado. Contudo, a organização do conteúdo temático se efetivará na própria arquitetura textual através de modos de representação não só verbais, como também não verbais.

3.2 – Arquitetura Interna dos Textos: inclusão do não verbal

Após a clara assunção de que os textos são multimodais, pretendemos construir um modelo de estudo para os gêneros, contemplando os seus aspectos de organização global, no qual privilegiamos o linguístico e a imagem visual. A aproximação da perspectiva epistemológica do ISD com a Semiótica Social, permitiu acoplar à arquitetura textual categorias de análise que dessem conta das diversas formas de linguagem integrantes dos gêneros textuais. No intuito de tornar visível a compatibilidade dos dois quadros teóricos, mostramos a tabela abaixo com as categorias do ISD, da GDV e a nossa proposta:

ISD	GDV	Semiótica Sócio-Interacional
Infra-estrutura: a) Organização Temática b) Organização Discursiva	Representacional: a) Narrativas b) Conceituais	Organização temático-representacional: modos de por em discurso as suas representações sociais: a) Organização Temático Verbal b) Organização Temático Não Verbal
Mecanismos enunciativos: a) Responsabilidade Enunciativa b) Distribuição de Vozes c) Modalidade	Interactiva: a) Contato b) Distância social c) Perspectiva d) Modalidade	Organização interacional: modos de manifestação da interação a) Manifestação da interação pelo Verbal b) Manifestação da interação pelo Não Verbal
Mecanismos de Textualização: a) Conexão b) Coesão Nominal	Composicional: a) Valor de Informação b) Saliência c) Estruturação	Organização estrutural: modos de configuração estruturais: a) Estruturação Verbal b) Estruturação Não Verbal

Na primeira coluna, ao observar a tabela, verificamos estarem dispostos os componentes integrantes do quadro do ISD, especificamente aqueles que fazem parte das categorias de análise da arquitetura interna dos textos. Na segunda coluna, estão colocados os da GDV e as suas três metafunções. A terceira coluna, que denomino de Semiótica Sócio-Interacional, é formada pela junção das componentes do modelo do ISD e das componentes do modelo da GDV. Nessa união estão congregados três partes que refletem os três tipos de organização: a) a *Organização Temático-Representacional*;

b) a *Organização Interacional* e c) a *Organização Estrutural*. Torna-se, pois, patente que a linguagem verbal interage com a linguagem não verbal nos três tipos de organização.

3.2.1 – Organização Temático-Representacional

Chamamos de *Organização Temático-Representacional* os diferentes modos de pôr em discurso as representações sociais dos interactantes. Identificamos duas formas semióticas de representação: o verbal e o não verbal. Para a primeira, que denomino de *Organização Temático-Representacional Verbal*, interessa-nos verificar como se organiza, no texto, o conteúdo temático em suas exteriorizações linguísticas. Para isso, consideramos os *Tipos de Discurso* mobilizados, bem como as operações de significação que lhe são adjacentes, seja de autonomia/implicação seja de disjunção/conjunção. Como foi discutido por Bronckart (2008), a temática e os tipos de discurso estão fortemente relacionados, sendo aquela a manifestação destes, o que torna difícil separá-los quando trabalhamos em um plano organizacional. De fato, temos acesso ao conteúdo temático pelos tipos de discurso, pois o tema manifestado por eles é feito de um modo verbal. Ainda na organização temático-representacional, vamos privilegiar a forma de abertura e de fecho dos textos, as quais denominamos, respectivamente, de *Introdutor Temático* para o primeiro segmento linguístico, após o título; e de *Fecho Temático* para a parte conclusiva do tema. Nesse sentido, iremos observar o papel dos tipos de discurso encontrados e as suas relações com os outros modos semióticos.

É também importante para a análise do mundo discursivo semiotizado nos textos perceber a temporalidade verbal manifestada pela enunciação. Vale a pena retomar a questão de que a organização temporal dos tipos de discurso marca a relação entre as coordenadas temporais dos processos verbalizados no texto e as coordenadas temporais da situação de produção (imediata ou encenada), a qual temos acesso por meio de marcas linguísticas. É ainda importante lembrar que a organização atorial expõe uma relação entre as instâncias de agentividade mobilizadas no texto e as instâncias de agentividade associadas à situação de produção. Com efeito, as organizações temporais

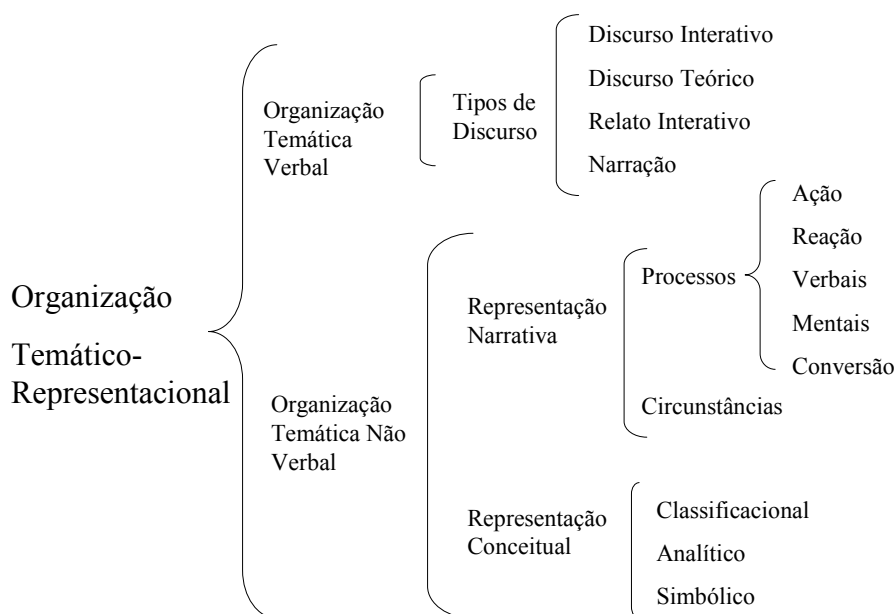
e hierárquicas dos processos relativos à organização temporal são realizadas pelos tempos verbais e por outras formas que marcam uma temporalidade (advérbios temporais, ente outros). O mesmo acontece para as marcas de agente, que podem ser exteriorizadas tanto pelos pronomes como, em português, pela marca de pessoa presente na flexão verbal.

Na continuidade da nossa proposta, relativamente à temporalidade dos verbos, assumimos o posicionamento de Bronckart (1999) quando este afirma que a temporalidade é marcada pela relação entre o momento da produção e o momento temporal expresso pelo verbo. No sentido de aprofundar a análise da temporalidade, recorreremos à semântica enunciativa proposta por Campos (1997) e por Campos & Xavier (1991). Em resumo, podemos dizer que, para a semântica enunciativa, o enunciado é o resultado das operações de localização que incide sobre a relação predicativa. Segundo Campos (1997), estas operações de localização podem ser de natureza predicativa e enunciativa. A primeira caracteriza-se por o termo localizador ser um membro da relação predicativa e a segunda quando o termo localizador é uma coordenada ou um conjunto das coordenadas que definem a situação de enunciação (SIT₀). Ainda com relação às operações de localização, é vital salientar que algumas operações possuem como termo localizador o parâmetro T (tempo), resultando em valores referenciais de tempo e aspecto; enquanto outras apresentam o parâmetro S (sujeito-enunciador) como termo localizador. Neste último caso cabem as operações de modalização.

Nessa perspectiva, segundo Campos & Xavier (1990:301-302), o tempo T₂, que é associado ao tempo do acontecimento linguístico, possui um valor resultante da sua localização em relação a T₀, sendo este T₀, o parâmetro localizador *tempo* da situação de enunciação que indica o momento da enunciação. Esse valor de T₂ “pode ser de *anterioridade*, *simultaneidade* e *posteridade* em relação ao T₀”. Outra categoria gramatical que pode ser associada ao tempo, no estudo da temporalidade, é o aspecto. O valor aspectual refere-se ao modo como o acontecimento é construído linguisticamente, “e não à sua localização cronológica”. Esse acontecimento pode ser estruturado como *perfectivo*, quando o intervalo é fechado, isto é, a sequência de instantes é construída como um todo fechado; ou *imperfectivo*, quando o acontecimento é descrito como

estando a decorrer (T₃). O tempo e o aspecto são considerados como categorias distintas. No entanto, para um estudo da temporalidade, elas podem ser associadas.

Com relação à imagem, queremos deixar claro que a temática pode ser expressa não só pelos tipos de discurso, como também pelo próprio não verbal. Neste caso, falamos de *Organização Temático-Representacional Não Verbal*. Para esta componente de análise, é considerado a *Representação Narrativa* e a *Representação Conceitual*. Ainda nesta categoria, analisamos que representações sociais são postas no texto através do não verbal e que relação é construída com o nível linguístico. Acreditamos também que a semiotização dos mundos discursivos pode ser feito pelo visual quando este fornece algumas das informações sobre as coordenadas da situação de produção, tais como, agente-produtor, lugar de produção, momento de produção, entre outros; e ainda sua relação com o conteúdo temático. As representações narrativas *circunstanciais* podem igualmente representar algumas das coordenadas da situação de produção e, eventualmente, fornecer mais informações sobre o entorno contextual. Esse primeiro tipo de organização, no seu conjunto, está esquematizado da seguinte forma:

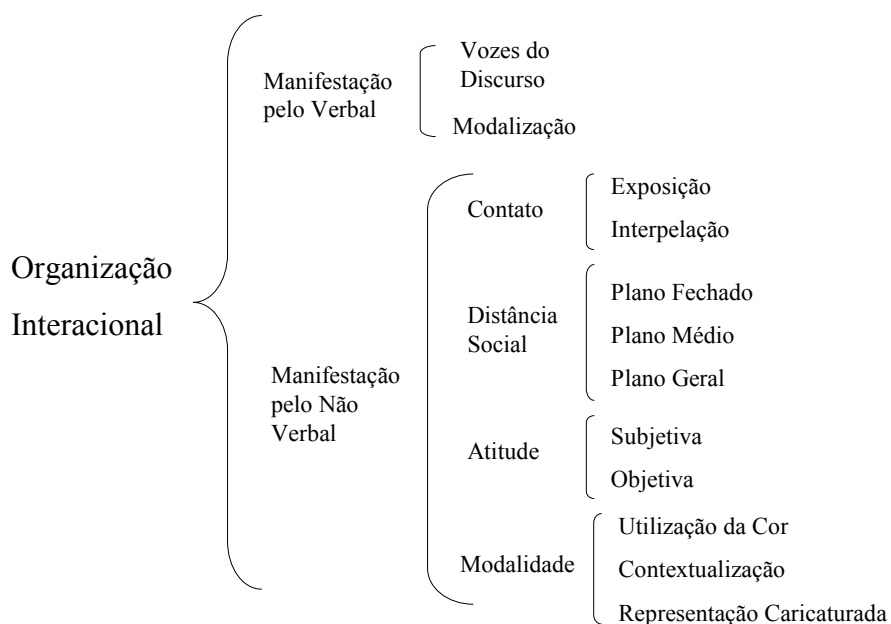


A organização da componente temático-representacional criada mostra, em nosso entender, como se organizam no discurso os conteúdos temáticos efetivamente convocados pelo texto. E, também, a forma através da qual estes temas são distribuídos

e trabalhados na sua organização geral, enquanto processos interpretativos do agir. Enfatizamos que para o nível linguístico analisamos os tipos de discurso, as suas variantes e fusões; para o não verbal, consideramos as *Representações Narrativas* (nestas se incluem tanto os processos quanto as circunstâncias) e as *Conceituais*.

3.2.2 – Organização Interacional

A nossa proposta de análise identifica uma segunda categoria que nomeamos de *Categoria Interacional*. Esta compreende os modos de manifestar a interação tanto a nível verbal quando no plano visual. À semelhança do pensamento proposto por Kress e van Leeuwen (2001) na GDV, entendemos a interação em três aspectos principais: o primeiro refere-se à interação entre autor e leitor pela via do texto, o segundo considera a relação entre os diferentes elementos que estão semiotizados no texto e o terceiro constitui a relação entre os participantes representativos (personagens) e os participantes interativos (produtor e leitor). Assim, podemos dizer que as marcas manifestadas nesses três modos de interação terão a sua realização tanto pelo verbal, quanto pelo não verbal e, ainda, na correlação entre ambos, como mostra o quadro abaixo:



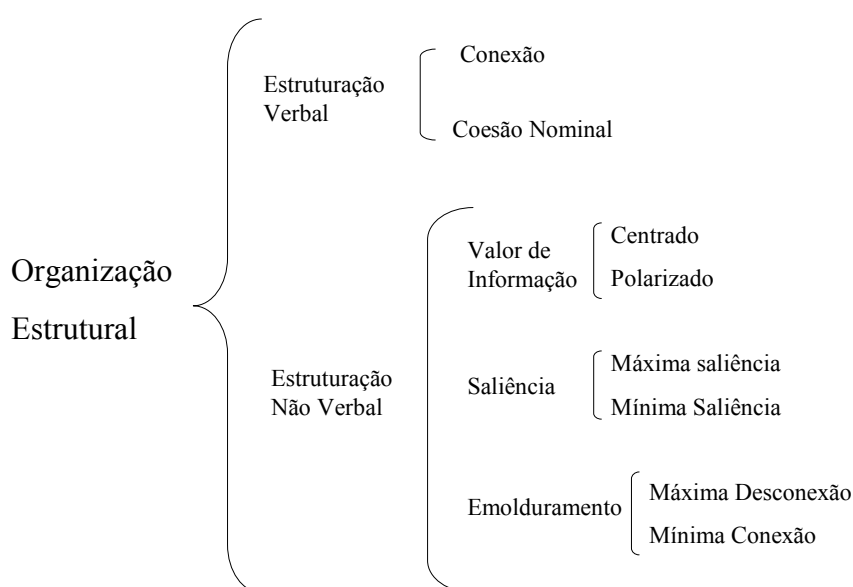
Ao nível verbal, denominamos os modos de interação de *Manifestação pelo Verbal*. Nesta categoria estão envolvidos o eixo dos mecanismos de tomada de responsabilidade enunciativa proposto pelo ISD (as *Vozes do Discurso e Modalização*), os quais expressam marcas de dialogismo. Sem dúvida, a responsabilidade enunciativa remete para a participação de mecanismos que aludem para as diferentes instâncias enunciativas que podem ser mobilizadas no texto e que apontam para os interactantes envolvidos na produção das práticas sociais. No entanto, não podemos deixar de notar que as categorias linguísticas que manifestam a agentividade (seja do produtor ou receptor) devem ser consideradas como marcas de interação entre o autor e o leitor. São também marcas de algum tipo de discurso, por exemplo, o *eu* e o *tu* presentes no discurso interativo, levando-nos a considerar o tipo de discurso como indicador de uma manifestação verbal da interação. A eventual existência de marcas que evidenciam a presença do autor ou mesmo do receptor, podem ser consideradas como uma abordagem de ligação enunciativa entre os interlocutores, evidenciando, nesse caso, uma interação.

No plano do visual, a manifestação da *Organização Interacional* pode ser realizada pelas categorias propostas pela GDV. Neste caso, utilizamos as categorias da metafunção interativa, isto é, o *Contato*, a *Distância Social* e a *Atitude*. Elas apontam para o tipo de interação realizado pela imagem, tanto a nível intratextual como, igualmente, entre o produtor e o observador da imagem. Também a própria imagem expõe posicionamentos enunciativos e pontos de vista, reveladores, enfim, da interação entre o verbal e o não verbal, ao estabelecer um processo de relação entre autor e leitor. A *Modalidade* visual, que complementa o esquema acima exposto, analisa o grau de realidade que o texto pretende transmitir. Para efeito de análise do *corpus* constituído nessa investigação, serão realçados apenas três marcadores de modalidade icônicas: a *Utilização da Cor*, a *Contextualização* e a *Representação Caricaturada*.

3.2.3 – Organização Estrutural

O terceiro tipo de organização considerado pelo modelo de análise é o da *Organização Estrutural*. Esta organização tanto relaciona-se diretamente com a forma

como o texto é apresentado (quando pensamos na composição do gênero), como também a maneira como o texto foi construído em seu contexto interno. Já assinalamos ser a estrutura um importante componente que participa nas características do gênero textual, sendo essa forma um dos indícios para o seu reconhecimento, revelando o plano de texto. Simultaneamente, queremos referir que a interpretação começa pelo primeiro olhar que, de uma forma global, capta de imediato a estrutura geral como um todo (cf. Bernhardt, 2004). Nas duas categorias anteriores, a organização ocorre tanto a nível linguístico quanto ao visual. Vejamos o esquema abaixo:



No esquema verificamos que dois componentes são considerados nesta categoria. O primeiro, que chamamos de *Estruturação Verbal*, incluiu os mecanismos de textualização do ISD que reúnem os organizadores textuais responsáveis pela conexão e coesão nominal do texto. O segundo, que designamos de *Estruturação Não Verbal*, conta com as categorias do estudo sobre a composição da GDV, *Valor de Informação*, *Saliência* e *Emolduramento*. Esta última estrutura analisa a disposição espacial dos diferentes elementos no texto, no sentido de esclarecer os significados produzidos. Portanto, a posição dos elementos (o verbal e o visual) traçam indícios da produção e das possíveis interpretações, captadas, desde logo, pelo reconhecimento do plano de texto.

3.2.4 – Visão de conjunto

Uma vez esclarecidas as categorias propostas, apresentamos um quadro que mostra uma visão de conjunto do modelo de análise *Semiótico SocioInteracional* desenvolvido nesta investigação. O quadro expõe a parte da ação de linguagem bem como a da arquitetura interna dos textos em seus modos organizativos, tal como podemos verificar a seguir:

III. 3 - Quadro global de análise

Atividade(s) relacionada(s)	Gênero e escolhido Suporte definido	Ação de Linguagem	Contexto de Produção	Contexto físico	Lugar de Produção Momento de Produção Produtor Recepto
				Contexto sociosubjetivo	Lugar social da Produção Posição social do Produtor e receptor Objetivo
			Contexto de Recepção	Contexto físico	Lugar de Recepção Momento de recepção Receptor Produtor
				Contexto sociosubjetivo	Lugar social da Recepção Posição social do Receptor e produtor Objetivo
		Arquitetura Interna dos Textos	Organização Temático-Representacional	Organização Temática-Representacional Verbal	Tipos de Discurso
				Organização Temática-Representacional Não Verbal	Tipos de Representação
			Organização Interacional	Manifestação pelo Verbal	Vozes do Discurso Modalidade
				Manifestação pelo Não Verbal	Contato Distância Social Atitude Modalização
			Organização Estrutural	Estruturação Verbal	Conexão Coesão Nominal

				Estruturação Não Verbal	Valor de Informação Saliência Emolduramento
--	--	--	--	----------------------------	--

O quadro metodológico acima referido é dividido em dois segmentos: da *Ação de Linguagem* e a da *Arquitetura Textual*. O primeiro centra-se na análise do contexto – o de *Produção* e o de *Recepção*. O segundo focaliza a análise da organização textual. Com relação ao conteúdo temático, apesar de seu reconhecimento dar-se pela inferência durante o processo interpretativo, é no nível da produção textual, que o temático assoma como componente organizado. Para estudar esse processo, inspiramo-nos no trabalho de Bronckart & Bulea (2005) e denominamos esses componentes de *Segmentos de Organização Temática* (SOT). Voltaremos a tratar esse assunto de forma mais pormenorizada no próximo capítulo, mas queremos desde já dizer que passamos a eleger o termo *Produtor* quando nos referimos à pessoa que escreve o texto e usaremos a designação *Autor* apenas quando nos interessa reforçar o seu papel social. Adotaremos também a expressão *Leitor* para aquele que recebe e interpreta o texto produzido. Para os personagens que são figurados pela imagem, escolhemos o termo *Participante Representado* oriundo da GDV.

Na próximo capítulo da tese, aplicaremos o modelo proposto para a análise da organização do gênero textual *cartoon*. Aspecto que é transversal em todo este trabalho e no qual, procuramos investigar de forma exaustiva a relação entre o verbal e o não verbal no propósito firme de esclarecer o funcionamento comunicativo do gênero escolhido e, assim, contribuir para o entendimento dos diferentes processos de linguagem no uso das atividades humanas.

IV – Análise do Gênero Textual *Cartoon*

No capítulo anterior, apresentamos uma proposta de modelo de análise com objetivo de contribuir para responder questões que o quadro teórico ISD ainda não privilegia. Para isso, buscamos, entre outras, as contribuições de autores como Kress e van Leeuwen (2006) criadores da Gramática do Design Visual. De fato, procuramos fomentar um modelo que abarcasse tanto as questões da linguagem não-verbal como os pressupostos epistemológicos defendidos pelo ISD, para alicerçar uma consistente teoria do agir pelos textos em sua vertente psicossocial. Assim, neste quarto capítulo, mostraremos a aplicação do nosso modelo metodológico na análise do *corpus* recolhido para estudo. O capítulo está dividido em seis partes. Na primeira parte, apresentamos a análise em relação ao momento de publicação no jornal e, na segunda, a dimensão praxiológica do *cartoon* refletida nas características do gênero. A terceira parte compreende o estudo do contexto e de seus parâmetros próprios. A quarta parte compreende o levantamento do conteúdo temático dos *cartoons* e a quinta centra-se na dimensão organizativa da arquitetura textual do *cartoon*, agenciando uma consolidação e estruturação da nossa própria perspectiva. Por fim, procuraremos mostrar, em resumo, algumas das características estilísticas dos autores.

1– Publicação

O *cartoon* é um gênero textual que tem como suporte o jornal ou a revista, o que faz com que seja reconhecido como um gênero que pertence à atividade jornalística. Conforme observamos, os *cartoons* inscrevem-se no plano de gêneros autorais, ou seja, “produto do próprio autor” (Maingueneau, 2005:97). Isso devido ao fato de que são da autoria de um autor conhecido que pode estar citado antes de iniciar o texto, geralmente ao lado do título; ou, então, encontra-se indicado com uma assinatura no fim do texto. Essa identificação do autor também é acompanhada por uma etiqueta que vai indicar como o texto deve ser recebido ou como espera-se que ele seja recebido.

No jornal, há, basicamente, dois tipos de *cartoons*: os que são publicados diariamente e o que são publicados semanalmente. Encontramos ainda um terceiro bloco de *cartoons* que é publicado no interior das notícias, apresentando o mesmo conteúdo temático do gênero no qual se insere. Também percebemos que o fato de terem publicação diária ou semanária pode influenciar a organização textual e a sua relação nos diferentes planos de interlocução. Isto é, por exemplo, os *cartoons* de Luís Afonso que têm tiragem diária e que apresentam características próprias, como o uso de um contexto físico constante (o bar e o funcionário), que os diferenciam daqueles publicados semanalmente pelo mesmo autor, os quais mostram contextualizações variadas com diversos tipos de participantes representados.

Também parece-nos interessante pôr em evidência que os *cartoons* são publicados em cadernos de opinião, ao lado de artigos de opinião de autoria conhecida, ou inseridos em artigos de opinião; ou ainda perto do editorial, como os *cartoons* diários do Público que estão mesmo ao lado do *editorial*, e os do Correio da Manhã publicados na mesma página do *editorial*. Isto parece reforçar o seu carácter de texto opinativo. Segundo Discini (2003), o fato de *cartoon* e *editorial* se encontrarem na mesma página despontam especificidades em comum: ambos constroem o “fazer-crer”, característica atribuída à Mídia¹. A diferença, de acordo com essa autora (2003:175), é o fato de que,

¹ Em Portugal, utiliza-se “os Média” para referir-se a entidades comunicativa-jornalística.

no editorial, cria-se um simulacro de que o comportamento interpretativo do leitor é baseado na lógica, em comparação com o leitor afeito ao *nonsense*. O leitor do *cartoon* procura “um sentido que permanece em segredo por trás da figura caricaturada”. Também podemos aplicar o mesmo pensamento à comparação entre o *cartoon* e o *artigo de opinião*. Tanto em um como no outro, temos a expressão da opinião. Nos editoriais e cadernos de opinião temos a crítica considerada “séria”, enquanto nos *cartoons* encontramos a crítica satírica. Deste modo, os *cartoons* diários do nosso corpus: a série *Bartoon* e *Quiosque* estão na mesma página do *editorial*, enquanto o *Cravo e Ferradura* está na última página do jornal, porém, ao lado de uma crónica (artigo de opinião). Já os publicados semanalmente aparecem em cadernos dedicados aos artigos de opinião. Sob este ângulo de classificação, destacamos três grupos com contexto de publicações diferenciados: um primeiro grupo de *cartoons* com publicação diária e dois grupos com publicação semanal.

No primeiro grupo, os textos caracterizam-se, principalmente, por possuírem um cenário fixo como no caso do *Bartoon* e do *Quiosque*. É possível haver uma flexibilidade no cenário, como é o caso dos *cartoons* *Cravo e Ferradura*, contudo, mesmo essa variação exhibe sempre uma representação de espaços sociais. Além disso, esses *cartoons*, no comum, apresentam uma cena de interação, com a presença de pelo menos dois participantes representados (com exceção de dois *cartoons* do autor Bandeira)². Vejamos abaixo a descrição das três séries que compreende esse grupo:

- *Bartoon*: estes textos, do autor Luís Afonso, apresentam a cena do bar/café, na qual o funcionário é sempre o personagem constante, variando apenas aqueles que frequentam o estabelecimento. O próprio bar associa-se a um costume cultural do português (a frequência de estabelecimentos bar/café). Nessa cena de bar, ocorrem diálogos sobre um tema do dia-a-dia e/ou que tenha uma permanência actual na sociedade. A encenação do *Bartoon* é sempre sequenciada em quatro cenas.
- *Cravo e Ferradura*: os textos do autor Bandeira representam pessoas em seus cotidianos a comentarem os assuntos que são atuais na sociedade. Os *cartoons*

² Um em que só há imagem, sem linguagem verbal, publicado no dia 30/01/2006 e outro do mesmo autor, publicado em 07/02/2006, que representa um processo de leitura.

Cravo e Ferradura, assim como o *Bartoon*, apresentam, preferencialmente, a cena representada de uma forma sequenciada, com quatro, três ou duas cenas. No entanto, em alguns casos pontuais, também aparecem em forma de uma única cena.

- Quiosque: os textos retirados do jornal *Correio da Manhã*, os *cartoons*, aparecem sob o título Quiosque e são do autor Carlos Laranjeira. À semelhança dos outros, a sua temática é sobre assuntos que estão mais presentes na sociedade. Assim como o *Bartoon*, o Quiosque mostra a cena representada sempre no mesmo lugar: um quiosque tipicamente português que, geralmente, é encontrado em praças públicas; e representado pela mesma pessoa, o funcionário do estabelecimento, variando também as pessoas que o visitam. Este *cartoon*, em particular, além de apresentar as pessoas em seus cotidianos a lerem e comentarem as notícias, ainda apresenta pássaros que agem como os humanos, e que lêem o jornal, comentando as notícias. A imagem é representada em uma única cena.

O segundo grupo é constituído por *cartoons* que podem aparecer pelo menos uma vez por semana, no próprio jornal, como é o caso, entre outros, do autor Luís Afonso, em *Sociedade Recreativa*, ou em suplementos do jornal, como no caso *Coisa Pública* de Miguel, que aparece na revista *Pública*. A encenação, nesse contexto de circulação, é sempre nova. Alguns apresentam pouco uso de linguagem verbal, como é o caso dos *cartoons Toon* de António Jorge Gonçalves, (dois deles são apenas com o não-verbal) e outros dois com o verbal restringido a títulos. Há também os que exibem um grande uso do verbal, como aqueles que compõem o *Coisa Pública*.

O terceiro grupo é composto por *cartoons* que estão colocados dentro de notícias jornalísticas, demonstrando poucas regularidades no contexto de circulação. Esses *cartoons* caracterizam-se, principalmente, por possuírem o mesmo conteúdo temático da notícia no qual vêm inseridos. Geralmente, a sua publicação dá-se às sextas, como é o caso dos *cartoons* de José Carlos Fernandes publicados no DN, ou os dos sábados e domingos, ou ainda, apenas nos domingos, como os *cartoons* do Carlos Laranjeira,

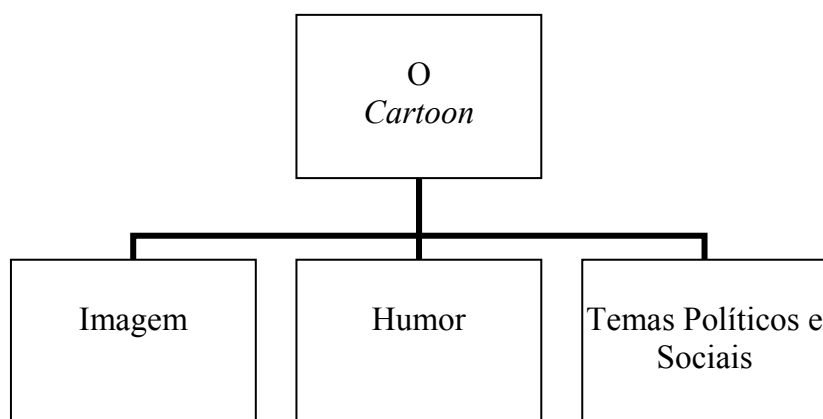
divulgados no CM. Para uma melhor visualização dessa primeira classificação, os dados aqui decorridos são resumidos na tabela abaixo:

Quadro 1

<i>Cartoons Diários</i> (CD)	São textos que possuem cenário mais ou menos fixo e que apresentam sempre uma cena de interação entre as personagens, salvo algumas exceções.	a) Bartoon b) Cravo e Ferradura c) Quiosque
<i>Cartoons Semanais</i> (CS)	Ao contrário dos primeiros, esses apresentam situações quase sempre novas, podendo ou não ocorrer cena de interlocução. São publicados em cadernos de opinião.	a) Sociedade Recreativa b) Revista CM – Carlos Laranjeiras c) Todos os <i>cartoons</i> do IP d) Coisa Pública - Miguel
<i>Cartoons Incluídos</i> (CI)	São <i>cartoons</i> que estão incluídos dentro de artigos, geralmente no sábado ou domingo, conforme as directrizes do jornal	a) Carlos Laranjeiras - CM b) José Carlos Fernandes - DN

2. Dimensão Praxiológica do *Cartoon*: gênero em tríade

Após o primeiro levantamento, a partir do *corpus* constituído, constatamos a regularidade de três características principais que podemos mesmo afirmar serem responsáveis pela funcionalidade do gênero textual *cartoon* na sociedade. São elas:



Segundo Cadet, Charles & Galus (2002:52), o *cartoon* apresenta um texto verbal e traços (que podem ser aqui expressos como imagens) desenvolvidos a partir de uma situação da atualidade. Reconhecido como um gênero jornalístico, tem a intenção de provocar o riso do leitor, sendo, por isso, conhecido como um texto que traz uma opinião em forma humorística, mesmo que o tema decorre de uma situação trágica, ou mesmo que o assunto tenha um caráter trágico. Um gênero em tríade, no qual três elementos são essenciais: a imagem, o humor e temas sociais e políticos. Deste modo, podemos afirmar que esses três parâmetros farão parte do gênero como características que marcam a sua “personalidade” e que possibilitam o seu reconhecimento pelos interlocutores.

2.1 – Imagem

Com relação à imagem, podemos dizer que esse componente é fator determinante para o reconhecimento do gênero. Com efeito, esta primeira característica, uso do não verbal, relaciona-se, de certa forma, à sua estrutura formal. Afinal, poderá haver *cartoons* que não utilizam a linguagem verbal, mas nenhum poderá funcionar sem imagem, ou seja, sem linguagem não verbal. O *cartoon* pode conter elementos caricaturais, ter uma só imagem ou conjugar-se em forma de banda desenhada com sequências de imagens, podendo ter balões ou apenas legendas, sendo por isso reconhecido como icônico ou icônico-verbal, em que a interação entre o verbal e a

imagem é responsável pelo funcionamento discursivo deste gênero, estabelecendo uma combinação de carácter indissociável. Segundo Beguin-Verbrugge (2006:123), “La première vision de l’image graphique d’un texte fonctionne comme une matrice de sens qui préoriente la lecture parce qu’elle est associée à différents genres textuels”. Isto é especialmente aplicado ao *cartoon*, uma vez que a imagem (não apenas gráfica) é o aspecto que determina o seu reconhecimento e orienta para a sua função. O funcionamento da parceria, imagem mais linguagem verbal, cria os parâmetros da situação de ação da linguagem em curso, trazendo informações sobre personagens, grupos ou instituições e a sua relação com o contexto em que estão inscritos. O certo é dizer que na feitura do *cartoon*, que prende a atenção do leitor por um curto tempo, utiliza-se a composição não-verbal, podendo ou não trazer linguagem verbal.

Segundo Nöth e Santaella (1998: 54-55), a relação verbal com o não verbal pode ser classificada de três formas: a) Redundância - “a imagem é inferior ao texto e simplesmente o complementa”; b) Complementariedade – “a imagem e o texto verbal têm a mesma importância”; e, por fim, c) Informatividade – “a imagem é superior ao texto”.

No nosso *corpus* encontramos esses três principais tipos de relação. Numa relação de *redundância*, estão os 5 cartoons da série *Coisas Públicas*, de Miguel e o *cartoon Salvo Erro* de Felipe Homem Fonseca, mostrando uma relação em que o verbal é mais importante que o não verbal. A maioria dos *cartoons*, considerados nesta análise, inscreve-se numa relação de *complementariedade*, pois estão *todos* aqueles que são de publicação *diária*. Ainda nesta segunda categoria, encontramos no *corpus* vários *cartoons* semanários, a saber: os da série *Sociedade Recreativa* e os outros de fim de semana, ambos de *Luís Afonso*; os de *Vasco*; os da série *Há vida em Markl*; o *Desbanda*, publicado no dia 10/02/2006; o de *Carlos Laranjeira*, publicado na revista *Domingo* no dia 15/01/2006; os dois cartoons *Pooing*; os *cartoons* incluídos de *José Carlos Fernandes*; e os *cartoons* incluídos de Carlos Laranjeira do dia 15/01 e 05/02. Em todos eles, o verbal é tão central quanto o não-verbal, marcando um equilíbrio entre esses dois tipos de linguagem na construção da interpretação e na análise do texto. O terceiro tipo de relação, *informatividade*, conforme foi dito, compreende uma predominância da imagem sobre o sistema verbal e neles incluímos os *cartoons TOON* de António Jorge Gonçalves; os *cartoons Desbanda*, do dia 20/01 e 27/01; o de Carlos

Laranjeira da revista Domingo, do dia 12/02 e, ainda desse autor, os *cartoons* incluídos em notícias dos dias 21/01, 22/01, 28/01 e 12/02.

2.2 – Temática

No que diz respeito à temática, o *cartoon* sempre aborda assuntos da atualidade, sejam elas políticas, religiosas, esportivas, ou outros. Em geral, a temática do gênero está relacionada com as notícias, razão porque podemos, então, dizer que o *cartoon* traz temas relacionados ao mundo político e, aqui, incluímos, o social, histórico e cultural. Sendo classificado como uma opinião sócio-política, ressaltamos o carácter ideológico do autor. Aparentemente, ele é livre para escolher não seguir a linha ideológica do jornal em que é publicado, pois é do conhecimento geral serem os temas opiniões dos autores que os expressam de forma satírica. Para exemplificar: a eleição presidencial americana, que ocorreu dia 04 de Novembro de 2008, foi tema em *cartoons* nos vários jornais de diversos países, como Portugal, Espanha, França e Brasil. Em Portugal, pelo menos, foi o tema dos dois principais jornais diários em circulação: o Diário de Notícias e o Público, que trouxeram esse mesmo assunto nos *cartoons* do dia 5,6,7 de Novembro. A partir do nosso corpus, podemos destacar, como exemplo, os *cartoons* publicados, abordando a temática das eleições presidenciais em Portugal no ano de 2006. Segundo o nosso levantamento, 32 *cartoons* trouxeram essa temática. Nos *cartoons* diários: 9 do Bartoon, 11 do Quiosque, 7 do Cravo e Ferradura; nos *cartoons* semanários: 1 de Luís Afonso, 2 de Desbanda, 1 de Carlos Laranjeira e 1 de José Carlos Fernandes.

Possenti (2005) destaca que o humor na imprensa brasileira pode ser dividido segundo critérios de ligação com as notícias identificando dois grupos principais: o humor dos cartoonistas de plantão, cujo papel é o de retomar a notícia principal que é capa (primeira página) do jornal, apresentando um compromisso em termos de conteúdo temático e não ideológico; e o segundo é formado por aqueles que tem uma maior autonomia em relação ao tema. No nosso *corpus*, não descobrimos regularidades entre o tema encontrado no *cartoon* e as notícias na primeira página do jornal. Inclusive, um mesmo assunto de uma mesma série de *cartoons* pode ser alvo de comentário durante

dias consecutivos. Voltando ao exemplo do parágrafo anterior para ilustrar essa idéia, apontamos os Bartoons publicados nos dias 18, 19, 20 de Janeiro, em que todos eles ilustravam o mesmo tema – a eleição presidencial portuguesa de 2006 - e ainda retomando-o nos dias 23, 24 e 25, quando a notícia já deixara de estar na primeira página dos jornais. Desse modo, podemos atestar que o *cartoon* corresponde a uma acção comunicativa constrangida por temas do contexto social, histórico e cultural. E é por isso que o seu conteúdo temático sempre retoma um tema da contemporaneidade, tendo como grande temática “a vida pública”, social e política.

2.3 – Humor

Acerca do humor, Charaudeau (2006:21), esclarece que esse tema está ligado à cultura, sendo uma estratégia passível de ser verificada em vários gêneros. Possenti (2005) complementa esse pensamento ao verificar que o humor é elaborado também linguisticamente. No caso do *cartoon*, podemos afirmar que o fazer humor é umas das características deste gênero textual. Este fato faz com que esteja não só ligado a uma atividade jornalística, visto ser publicado em jornais ou revistas, mas seja simultaneamente também considerado como uma atividade humorística. Podemos também dizer que o *cartoon*, enquanto gênero textual, estabelece um jogo enunciativo, no qual o cartoonista, como produtor, está autorizado a ser satírico tanto através da imagem como da linguagem verbal. O humor, neste caso, é realizado pelas referências do mundo ordinário do agente-produtor que é semelhante ao do leitor e com o qual este irá encontrar caminhos suficientes para chegar à construção das ideias satirizadas pelo cartoonista. Assim, o gênero *cartoon* está autorizado socialmente a fazer humor, inclusive com temas considerados *tabus*, tendo o seu destinatário como parceiro no processo lúdico.

Essas três características vão estar em constante interação, formando os parâmetros que influenciam a organização textual, possibilitando a ação do gênero na sociedade e também o agir do cartoonista pelo seu texto. Sem dúvida, não é possível fazer uma separação rígida desses três parâmetros apresentados, mas tão só mostrar de que forma eles interagem. Com isso, procuraremos dar conta, a partir da investigação

dessa interação, do conjunto das operações de linguagem que constituem este gênero. Esperamos, assim, responder às questões como a caracterização funcional no uso sócio-histórico da língua e de que forma essa caracterização aparece estabilizada na realização textual.

3- Apresentação do contexto no *Cartoon*: dois planos de interlocução

Para o ISD, como já afirmamos, a ação de linguagem é determinada a partir de dois sentidos: como *contexto de produção* textual, que vincula a situação de interação em que o produtor acredita se encontrar; e também como *conteúdo temático*. No segundo capítulo, esclarecemos que, embora a situação de ação de linguagem realmente exerça influência no momento da produção textual, o pesquisador não tem um verdadeiro acesso à situação real da produção, podendo apenas fazer conjecturas a partir dos indícios manifestados no texto. Além disso, o reconhecimento do gênero e a atividade de linguagem em que se insere esse texto, de certa forma, contribuem para realçar os parâmetros da ação de linguagem, visto que estes dois fatores podem exercer um “controle” refletido na organização textual. Na verdade, a nossa análise do texto é sempre feita enquanto receptores do mesmo, razão pela qual é interessante frisar a ideia de não ser possível traçar uma análise textual sem também considerar as condições em que os textos são produzidos. Deste modo, a análise do contexto será feita em dois sentidos: recuperando o contexto de produção e o contexto de recepção.

Observamos que, nos *cartoons*, o produtor cria “uma encenação” dentro do texto. Com efeito, na elaboração textual, esse tipo de estratégia de escrita cria um efeito de “teatralização” que nos permite observar o momento da ação de linguagem inventada pelo autor. Desta forma, partilhamos, enquanto receptores textuais, as diferentes instâncias de agentividade (personagens, grupos, instituições, etc.) e a sua inscrição espaço-temporal colocada dentro dessa teatralização. Por conseguinte, o cartoonista, ao produzir o seu texto, desenvolve uma representação do mundo ordinário onde se passa os acontecimentos reais. Quando lemos o *cartoon*, temos não só a representação do nosso mundo (mundo ordinário) como igualmente estabelecemos uma interação com o autor, tendo acesso às suas ideias.

Além disso, segundo Ubersfeld (1989) esclarece, ao falar sobre a semiótica teatral, que a representação é constituída por signos verbais e não verbais que figuram no interior do sistema de teatralização. O texto teatral, que lida com uma multiplicidade de linguagens, necessita, pois, para ser decodificado, de um conhecimento sobre esses diferentes tipos de linguagem e os seus modos de interação. Esta mesma observação pode ser transposta para o *cartoon*, porque, como no teatro, o leitor lida com a mesma multiplicidade de linguagens. Neste gênero, há uma relação entre o verbal e não-verbal na representação do mundo ordinário. É o funcionamento de tal parceria responsável por criar os parâmetros da situação de ação da linguagem em curso, trazendo informações sobre as personagens, grupos ou instituições e a sua relação com o contexto em que estão inscritos.

Interessa-nos referir que essa teatralização encontrada no *cartoon* estabelece duas ações de linguagem (cf. quadro global de análise, no capítulo 3). Uma será entre o produtor e o leitor e a outra é a encenada dentro do próprio texto. Esta constatação deriva da aplicação do nosso modelo proposto para análise, pois através desta aplicação é possível reconhecer, então, dois planos de interlocução dentro do *cartoon* que refletem processos de interação num espaço multidimensional e multimodal. Portanto, sobressai a evidência de que o *cartoon* apresenta num primeiro plano, uma ligação entre o produtor (autor) e leitor; e um segundo, entre os personagens representados. É neste segundo plano de interlocução que “assistimos” a uma cena de interação imediata. No ponto seguinte, faremos uma análise do contexto de produção, tanto do contexto físico quanto do contexto sociosubjetivo, a partir da apresentação dos dois planos de interlocução que participam neste gênero.

3.1 – Primeiro plano de interlocução

No primeiro plano de interlocução, como já dissemos no parágrafo anterior, temos como agente-produtor o próprio autor e como receptor, o leitor dos *cartoons*. Com efeito, o cartoonista é condicionado, simultaneamente, por restrições definidas pelo lugar e momento de produção, pelo seu papel social de emissor, pela ideia que ele

tem do seu do receptor e ainda pela própria finalidade do texto. Assim, numa primeira instância, tanto os parâmetros do contexto físico quanto os parâmetros do contexto sociosubjetivo relacionam-se ao espaço-tempo do autor e leitor, bem como ao papel social e a função comunicativa do gênero, o que inclui a atividade em que ele está inserido. Em contrapartida, como investigadores/leitores, de fato, não temos acesso a algumas das informações que compõem o contexto físico, salvo aquelas que são facultadas pelos textos, como por exemplo, o nome do autor, o qual temos acesso a partir da recepção textual. Deste modo, as informações desse primeiro plano de interlocução são recuperadas pelas informações proporcionadas pelo gênero.

a) Contexto físico do primeiro plano

Sabemos que os parâmetros que compõem o contexto físico são: o lugar da produção e recepção, o momento da produção e recepção, o produtor e o receptor. No primeiro plano de interlocução do *cartoon*, de fato, observamos que a única informação da produção textual a que realmente temos acesso é sobre quem é o produtor. Já com relação à recepção, fica patente que o lugar físico é o mesmo do suporte, ou seja, o jornal impresso; também o momento é descodificado através da data da publicação; e o receptor, é, naturalmente, o leitor de *cartoons*. No entanto, há uma particularidade referente ao momento da produção: nos jornais que têm a publicação diária, pressupõe-se que os textos que os compõem também sejam elaborados diariamente; acontecendo a mesma circunstância temporal com as publicações semanais. Portanto, o acesso ao momento de recepção apresenta indícios do momento de produção, tornando-os quase coincidentes, no caso das publicações diárias, ou, pelo menos, com intervalos de tempo reduzidos. Há que referir ainda, que os *cartoons* tornam-se mais coerentes quando os assuntos tratados são temas que estão em evidência naquele dia ou naquela semana. Nesse aspecto, há um cruzamento patente entre o contexto físico e o conteúdo temático. Esta interligação marca uma das características do gênero que, de fato, é a mesma das notícias jornalísticas, ou seja, as notícias dos jornais possuem o que podemos chamar de uma “vida curta”. Razão que explica porque o consumo das *notícias jornalísticas* e do *cartoon* duram o mesmo tempo que o do seu suporte, o jornal. Também a característica desse “tempo de vida” do *cartoon* está presente na caracterização dos tipos de discurso

deste mesmo gênero, conforme veremos adiante. Vejamos no quadro abaixo o resumo dessas características para obtermos uma visualização global:

Quadro 2

Parâmetros do contexto físico	Elementos do contexto físico do <i>cartoon</i> no primeiro plano de interlocução
Lugar de produção	-----
Lugar de recepção	Jornal impresso
Momento de produção	-----
Momento da Recepção	A data de publicação
produtor	autor
Receptor	leitor

b) O Contexto sociosubjetivo do primeiro plano

O contexto sociosubjetivo é formado pelo lugar social em que o texto circula, também pela posição social do produtor e receptor e ainda pelo objetivo da produção. Com relação a esse primeiro nível de interlocução do contexto sociosubjetivo, podemos dizer que, tratando-se de um gênero autoral, os parâmetros desse tipo de contexto são aqueles que, numa primeira instância, relacionam-se com o papel de autor e a sua visão de quem será o seu interlocutor. Esses parâmetros indicam, também, a atividade exercida pelo autor e o papel social do gênero produzido.

A respeito dos parâmetros de ordem sociosubjetiva, em primeiro lugar é preciso esclarecer que a responsabilidade pelo que é dito no texto está associada à posição social do produtor. No caso dos *cartoons*, essa posição social é preenchida pelo papel social do próprio autor: o de ser cartoonista. Já a percepção do lugar social é feita a partir do meio em que é publicado o texto que, tratando-se deste *corpus*, são os jornais já citados, Público, Diário de Notícias e Correio da Manhã, reconhecidos como entidades privadas. A posição social do receptor é restringida pela percepção que determinado jornal faz do papel social do seu público-alvo. Desse modo, mais do que as posições sociais ligadas às atividades específicas dos leitores, tais como médicos,

professores, engenheiros, estudantes, etc; assim, será sobretudo como consumidores de jornais que a posição social é prevista nesse primeiro plano de interlocução.

De fato, a partir dessas informações, observamos que há um cruzamento de, pelo menos, duas atividades: a primeira é indicada pelo papel social do autor, isto é, o ofício de *Cartoonista*, estando também associado a de humorista; a segunda é apontada a partir do lugar social do jornal, configurando o *cartoon* como uma atividade jornalística. Torna-se interessante notar que o lugar social, de certa forma, também condiciona o papel social do receptor, pois este confluirá, tal como foi visto no parágrafo anterior, em, pelo menos, duas posições sociais: o de leitor do jornal, mais especificamente do *cartoon*, e o de consumidor que paga para ler o jornal³. Também pomos em evidência que o parâmetro *objetivo* está relacionado com a função do gênero na sociedade, igualmente associado à sua atividade. No *cartoon*, além do humor, está em causa um outro objectivo: o de expressar opiniões políticas e sociais sobre algum assunto que circula nas principais notícias da mídia (dos médias). Nesta segunda função, é também reconhecido o papel social de comentador jornalístico, pois ser cartoonista traz, necessariamente, subjacente dois papéis sociais: o de ser um humorista e o de comentador jornalístico. O que também é corroborado pelo fato do *cartoon* encontrar-se ao lado do editorial, reforçando o seu carácter de comentário jornalístico. Por essa razão, este gênero caracteriza-se por ser uma ação de linguagem por meio da qual os “produtores sociais” (cartoonistas) apresentam uma visão satírica dos temas que circulam na sociedade, fazendo do lúdico a sua principal estratégia comunicativa. Veja o resumo desses parâmetros no quadro abaixo:

Quadro 3:

Parâmetros do contexto sociosubjetivo	Elementos do contexto sociosubjetivo do <i>cartoon</i> no primeiro plano de interlocução
Lugar social	A entidade privada (P, DN e CM)
Posição social do produtor	Cartoonista/Humorista
Posição social do receptor	Abrange posições sociais específicas em função do público previsto como leitor de determinado jornal
Objetivo	Expressar idéias e opiniões sejam elas políticas, religiosas, esportivas ou mesmo sociais autor.

³ No caso dos jornais aqui analisados que não possuem distribuição gratuita

3.2 – Segundo plano de interlocução

Como foi explicado, o segundo nível de interlocução refere-se ao contexto posto em cena (teatralização) no ato da elaboração do *cartoon* pelo autor. O que nos permite ter acesso tanto ao contexto (físico e sociosubjetivo) de produção quanto ao de recepção. Assim, neste nível, os parâmetros do contexto físico relacionam-se ao espaço-tempo dos próprios personagens representados, enquanto os do contexto sociosubjetivo irão fazer referência ao mundo social desses mesmos personagens. Também será em um segundo nível que observaremos a presença de diálogos patentes nas cenas com interação.

a) O contexto físico do segundo plano

O contexto físico do segundo plano de interlocução é definido pelo lugar de produção e recepção que, nesse caso, será a cena representada. Constatamos que os parâmetros do contexto físico nos dois tipos de publicações dos *cartoons*, diários e semanários, em geral, são os mesmos. A diferença reside quando observamos o tipo de *circunstância* (cf. quadro global de análise, no capítulo 3). No caso em que existe um cenário fixo, temos o *Bartoon*, a circunstância *bar* e o *Quiosque* a circunstância *praça pública*, ambos publicados diariamente. Os demais apresentam cenários múltiplos como, por exemplo, uma rua, uma praça, uma casa ou um consultório, entre outros.

Com relação ao momento de produção e recepção, estes terão o mesmo tempo-espaço da interação posta em cena. Também, o produtor e receptor deste segundo plano são identificados pelos personagens figurados pela imagem e que participam como interactantes na cena representada. Identificamo-los, pois, como os participantes representados, sendo caracterizados de diferentes modos, conforme podemos verificar no nosso *corpus* e na listagem abaixo:

- Participante representado que figura o povo português
- Participante representado que figura animais com características humanas

- Participante representado que figura personalidades políticas
- Participante representado que figura objetos, lugares ou circunstâncias.

Além disso, o tipo de *representação conceitual* (cf. quadro global de análise, no capítulo 3) associado aos personagens pode variar, uma vez que os autores podem recorrer ao uso de caricaturas, ou mesmo, de personagens com características que lembram aspectos identificadores de uma determinada cultura. Contudo, este último ponto alude ao papel social representado pelos personagens conforme veremos no próximo ponto. Passemos ao quadro:

Quadro 4

Parâmetros do contexto físico	Elementos do contexto físico do <i>cartoon</i> no segundo plano de interlocução
Lugar de produção	Cena representada (bar, praça, ambiente social, etc)
Lugar de recepção	Cena representada
Momento de produção	Momento da interação encenada
Momento da Recepção	Momento da interação encenada
produtor	Os participantes representados
Receptor	Os participantes representados

b) O Contexto sociosubjetivo do segundo plano

Já vimos, no ponto anterior, que os parâmetros do segundo plano de interlocução variam de acordo com a encenação de cada texto em particular. Embora de uma forma geral, não existam diferenças significativas quanto ao tempo de publicação. A variação ocorrerá em um nível mais específico, dependente das escolhas que o autor faz das representações, do lugar social, dos papéis sociais atribuídos aos personagens e do objetivo específico de cada *cartoon*, isto é, qual o tema escolhido, bem como as estratégias que serão utilizadas para alcançar o satírico. A partir dessa ideia, torna-se importante sublinhar que essas escolhas são representações sociais, políticas e culturais no panorama nacional ou internacional, dependendo, tal como já falamos, das opções do autor. Também é de notar que os objetivos dos *cartoons* incluídos vão um pouco mais além. Com efeito, o autor faz a sátira, não de acordo com um tema aleatório, mas

associado ao assunto da *notícia jornalística*, no qual o cartoon se insere, ou seja, a temática fica restrita ao assunto do gênero que abarca o *cartoon*. Observemos os parâmetros, em resumo, no quadro 5:

Quadro 5:

Parâmetros do contexto sociosubjetivo	Elementos do contexto sociosubjetivo do <i>cartoon</i> no segundo plano de interlocução
Lugar social	Cena representando ambientes sociais (bar, praça, casa, consultório, etc)
Posição social do produtor	Posições sociais abrangentes (clientes/empregado, políticos, figuras religiosas, amigos, família, etc.)
Posição social do receptor	Posições sociais abrangentes (clientes/empregado, políticos, figuras religiosas, amigos, família, etc.)
Objetivo	Expressar idéias e opiniões, conversar, comentar sobre os temas da sociedade, fazer humor

4 – Levantamento do Conteúdo Temático

Já referimos que quando falamos sobre o *cartoon*, vêm-nos à lembrança assuntos que estão ou estiveram presentes como “grandes temas da atualidade” e que, certamente, estiveram presentes, de outras formas, na comunicação social. Além disso, tal como a interação humana no mundo real reveste-se não só de palavras, mas de tudo o que o contexto revela no tempo e no espaço, o *cartoon*, como um modo de interação que encena o cotidiano, apresenta um conteúdo temático que é parte desse mesmo cotidiano

Numa acepção interpretativa (cf. Rastier, 2001), identificamos, no nosso *corpus*, por *inferência* (cf. capítulo três), dois tipos de temáticas: uma apresentada como um tema *global*, isto é, como categoria definida por referências aos “grandes assuntos da atualidade” e outro que está englobado no primeiro, sendo mais particular, que nomeamos de tema *específico*. Conforme o quadro 6 apresenta abaixo.

Quadro 6

Tema global	Tema específico	Cartoon/Série	Data (2006)
Política Portuguesa	Sócrates	Pooing!	12/02
	Eleições Presidenciais	Bartoon	27/01
			15/01
			18/01
			19/01
			20/01
			23/01
			24/01
			25/01
			26/01
		Cravo e Ferradura	17/01
			18/01
			21/01
			22/01
			23/01
			24/01
			26/01
		Quiosque	15/01
			16/01
			17/01
			19/01
			22/01
			23/01
			24/01
			29/01
		Luís Afonso	28/01
		Desbanda	20/01
		Desbanda	27/01
		Carlos Laranjeira - Revista Domingo (RD)	15/01
		José Carlos Fernandes	27/01
	Dia da Reflexão para as Presidenciais	Cravo e Ferradura	21/01
		Há vida em Markl	20/01
	Inovação tecnológica	Quiosque	01/02
	Desburocratização	Bartoon	17/01
	Presidentes e o Parlamento	Cravo e Ferradura	09/02
	Sócrates e a Microsoft	Luís Afonso	04/02
	Transição de presidentes	Quiosque	31/01
	Escutas telefónicas	Quiosque	03/02
Social/Cultural	Visita de Bill Gates à Portugal	Bartoon	03/02
		Cravo e Ferradura	01/02
		Cravo e Ferradura	08/02
		Quiosque	06/02
	Euromilhões e os portugueses	Salvo Erro	03/02
		Bartoon	05/02

		Cravo e Ferradura	04/02 05/02 29/01
	A depressão dos portugueses	Bartoon	22/01
	Opa da PT	Bartoon	09/02 10/02
		Carlos Laranjeira - Revista Domingo (RD)	12/02
	Problemas de Portugal ou Crítica aos Portugueses	Cravo e Ferradura	16/01 19/01 20/01 25/01 11/02
		Sociedade Recreativa	15/01 12/02
		Vasco	15/01 29/01 22/01
		Há vida em Markl	27/01
	Religião em Portugal	José Carlos Fernandes	20/01 03/02
	Educação Sexual na escolas	Pooing!	15/02
	Futebol	Cravo e Ferradura	14/02
		Quiosque	04/02
		Carlos Laranjeiras (incluídos em artigos)	15/01 21/01 22/01 28/01 05/02 12/02
	Portugal e a União Europeia	Bartoon	16/01 30/01 04/02
	Funcionalismo público	Cravo e Ferradura	15/01 02/02 12/02
	Os bancos de Portugal	Quiosque	26/01
	Jorge Sampaio na presidência	Cravo e Ferradura	09/02
		Quiosque	10/02
		Há vida em Markl	03/02
	Discriminação das mulheres	Quiosque	12/02
	As Travessias do Deserto	Coisas Públicas	15/01
	O Pavilhão de Portugal		22/01
	Os <i>Reality Shows</i>		29/01
	As Escutas Telefónicas		05/02
	Mozart		12/02
Política Internacional	Eleições legislativas na Palestina	Bartoon	28/01 29/01

		Cravo e Ferradura	27/01 03/02 10/02
		Sociedade Recreativa	05/02
		TOON	03/02
	Torturas em Guatánamo	Quiosque	07/02
	Publicações sobre <i>cartoon</i> de Maomé	Bartoon	02/02 06/02 12/02 13/02 14/02 15/02
		Cravo e Ferradura	07/02 15/02
		Quiosque	09/02 13/02 14/02
		Luís Afonso	11/02
		Há vida em Markl	10/02
		Desbanda	10/02
		José Carlos Fernandes	10/02
	Enriquecimento do Urânio Pelo Irão	TOON	20/01
Ecologia	Alterações Climáticas em Portugal	Bartoon	31/01 01/02
		Cravo e Ferradura	28/01 30/01 31/01
		Sociedade Recreativa	22/01 29/01
	Sustentabilidade do planeta		
Referência simultânea, no mínimo, a dois dos temas acima referidos			
Dupla Temática Nacional e/ou Internacional	Condecorações de Sampaio e Eleições Palestianas.	Quiosque	28/01
	Futebol e <i>cartoons</i> de Maomé	Bartoon	11/02
		Cravo e Ferradura	06/02 13/02
	Opa da PT e <i>cartoons</i> de Maomé	Bartoon	08/02
	Euromilhões e Bill Gates	Bartoon	07/02
	Eleições presidenciais e Pena de morte	Quiosque	18/01
	Sócrates e Eleições Presidenciais	Quiosque	20/01
	Dia da Reflexão e Escutas Telefónicas	Quiosque	21/07
	Guerra do Iraque e Eleições	Quiosque	25/01

	Presidenciais		
	Democracia portuguesa e Atividade da CIA	Quiosque	27/01
	Futebol e Relação do parlamento com o governo	Quiosque	30/01
	A relação Bill Gates com Sócrates e Corrupção no futebol	Quiosque	02/02
	<i>Cartoons</i> de Maomé e eleições presidenciais	Quiosque	05/02
	OPA da PT e Sustentabilidade do planeta	Quiosque	09/02
	PSD e economia de Portugal	Quiosque	11/02
	Torturas em Guatánamo e Gripe das Aves	Quiosque	15/02

O tratamento desses temas no *cartoon* está subjugado a uma organização que aqui chamamos de temático-representacional, visto que, a componente temática será manifesta tanto na sua relação com os tipos de discurso como também pela representação expressa pela imagem. Além disso, tanto o contexto quanto o conteúdo temático são transversais a toda a organização textual do gênero *cartoon*.

5 - Análise da Organização Textual

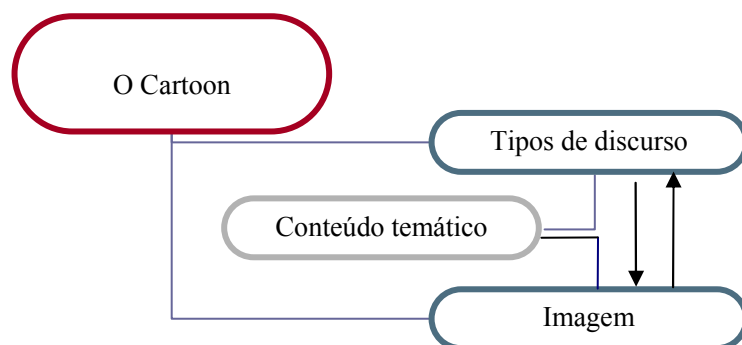
Uma vez esclarecido o contexto e o conteúdo temático, estabeleceremos, em seguida, a aplicação do quadro de análise proposto no capítulo anterior no que concerne à organização textual. Para relembrá-lo, retomaremos, abaixo, as componentes que fazem parte do quadro de análise dos parâmetros que compõem a organização textual.

Semiótica SócioInteracional
Organização temático-representacional: a) Organização Temático Verbal b) Organização Temático Não Verbal
Organização interacional: a) Manifestação pelo Verbal

b) Manifestação pelo Não Verbal
Organização estrutural:
a) Estruturação Verbal
b) Estruturação Não Verbal

5.1 – Organização Temático-Representacional

Tal como foi apresentado no capítulo anterior, os elementos que integram a organização temático-representacional são aqueles que caracterizam o modo de pôr em discurso as representações sociais, sejam elas verbais ou não verbais. Em relação à semiotização verbal, analisamos os tipos de discurso. E, para as que são desempenhadas pela imagem, consideramos a categoria representacional proposta pela GDV. É fundamental sublinhar, mais uma vez, que a temática, no *cartoon*, é expressa não só pelos tipos de discurso como também pela própria imagem. Ambas as categorias estarão em constante interação como mostra o esquema abaixo:



Com efeito, a **organização da componente temático-representacional** é realizada pela interação entre os sistemas verbal (organização temática verbal: *tipos de discurso*) e não verbal (organização temática não verbal: *tipos de representação*). Essa relação será responsável pela organização e orientação temática, assim como pela construção do humor. Desse modo, constatamos que o acesso aos mundos discursivos construídos no *cartoon* é feito não só pelos segmentos linguísticos mas também através

da articulação entre o verbal e a imagem. A primeira observação que nos mostrou essa evidência foi o fato de que, para interpretar o *cartoon*, é necessário ter conhecimento de acontecimentos do mundo real que são fortemente contextualizados. Com efeito, segundo Bronckart (1999), os mundos discursivos são figuras de representações construídas para a troca entre as representações pessoais do agente e as representações colectivas do seu ambiente. Em gêneros como o *cartoon*, essas representações são traduzidas pelas formas linguísticas observáveis, e igualmente pela relação que essas formas têm com outros elementos do texto. Se é verdade que os mundos discursivos organizam as relações entre as coordenadas do mundo vivido do agente, as de sua situação de ação e as dos mundos construídos coletivamente (Bronckart 2006:148), é possível considerar que as representações icônicas também farão parte dessas mesmas relações, principalmente quando confrontamos os dois planos de interlocução propostos no ponto três. De fato, o *cartoon* apresenta parâmetros ligados ao conteúdo temático que são interpretados à luz dos critérios de validade do mundo ordinário (o mundo comum das pessoas). Para o interpretar, é preciso ter acesso ao seu contexto de produção e recepção em seus dois planos de interlocução, que foram analisados no ponto anterior, às suas diferentes instâncias de agentividade (personagens, grupos, instituições, etc.), como ainda à sua inscrição espaço-temporal e, finalmente, aos parâmetros físicos da ação da linguagem em curso (agente-produtor, interlocutor e espaço-tempo da produção). Isso, a nosso ver, dá indicação clara que esse gênero apresenta-se num mundo do *expor implicado* numa relação de *conjunção*. Constatamos pela análise que os componentes organizativos do *cartoon* funcionam em interação, servindo, este fato, como sistema de instruções, apresentando as referências do mundo ordinário do produtor que é semelhante ao do leitor e com o qual este irá encontrar caminhos suficientes para chegar à construção das ideias satirizadas pelo cartoonista.

A segunda observação é baseada na análise do segundo plano de interlocução. Como já foi esclarecido na análise do contexto, o caso do *cartoon*, em particular, apresenta uma teatralização de formas de interação mediadas por esses dois tipos de linguagem. Nessa teatralização, encontram-se imagens dos participantes representados que consideramos como os produtores e receptores do segundo plano de interlocução. Além disso, estamos a “assistir” ao momento da ação de linguagem encenada, isto é, a encenação do 2º plano de interlocução apresenta uma cena de interação imediata. Isso

aponta para o mundo discursivo *Expor* com os parâmetros agentivos e temporais implicados e conjuntos à ação de linguagem desse segundo plano. No *cartoon*, essa implicação e/ou conjunção também é mostrado através de marcas linguísticas que denotam os *tipos de discurso*. Concluímos, pois, que neste género, a *organização temática verbal* é assegurada pelos tipos de discurso *interativo*, *teórico* e *misto* (interativo-teórico).

Também com relação à *organização temática não-verbal*, observamos que esta manifesta representações que se coadunam com a construção dos mundos discursivos. Tratam-se, assim, de processos interpretativos do agir. Se para o nível linguístico encontramos os tipos de discurso, tal como citamos no parágrafo anterior, para o não-verbal, temos as representações *narrativas* e *conceituais*. O primeiro tipo de representação (narrativas) é a mais recorrente no nosso *corpus* e a identificamos quando a imagem representa uma “ação” no *stricto sensu* do termo, ou seja, quando os personagens estão envolvidos em eventos e ações. Este tipo de representações no *cartoon* mostra uma relação entre os diferentes participantes representados, o que caracteriza e reforça a encenação de uma conversa quotidiana, tornando-a responsável pela teatralização do género. Há, de facto, nos *cartoons* com este tipo de representação uma narração de atos, de olhares, de conversas, distinguindo uma expressão visual narrativa.

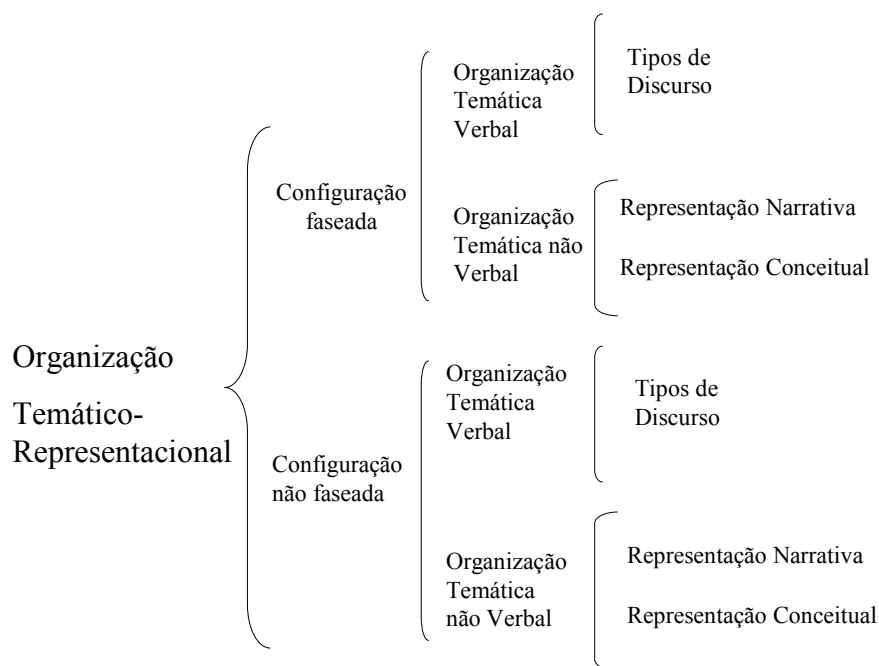
Já as *representações conceituais* aparecem no *cartoon* quando o produtor quer pôr em evidência significados, simbologias e marcas culturais. Com efeito, nos *cartoons*, este tipo de representação ocorre para mostrar certas particularidades que por si só trazem ideias e conceitos, manifestando-se em caricaturas seja de algum personagem político/social, seja na representação de ideias através de símbolos que apresentam uma cultura ou modo de pensar. Sobre a caricatura, os autores Cadet, Charles & Galus (2002:51) esclarecem que essa imagem revela um traço característico da personagem desenhado de forma exagerada. Esse exagero, que serve para provocar o riso, pode ser feroz. Os autores ainda sublinham a existência de três tipos de caricaturas: por *amplificação*, caracteriza-se por mostrar um desenho fiel em que todos os traços aparecem, mas apenas o mais revelador é salientado de forma exagerada pelo desenhador, o que resulta no rápido reconhecimento por parte do leitor. Este tipo de caricatura foi o mais detectado nos *cartoons* do nosso *corpus*. Essas características

fazem com que o leitor reconheça o personagem rapidamente. O segundo tipo é a caricatura por *simplificação*, no qual, não se desenha de modo completo a silhueta no retrato do personagem, mas apenas traços distintivos. Este tipo de caricatura é empregado quando o personagem retratado é uma figura pública que através de poucos detalhes característicos se torna possível saber de quem é o retrato. Esta maneira de desenhar, em muitos casos, é usada dentro de artigos que falam da pessoa caricaturada. Por fim, o terceiro tipo é conhecido como caricatura *zoomórfica*. Os caricaturistas utilizam os defeitos ou as qualidades atribuídas aos animais para servir de paralelo aos personagens desenhados, moldando-os com características que não são humanas para desenhá-los à semelhança de um determinado animal e, assim, mostrar traços das suas personalidades que pretendem realçar. As características zoomórficas são usadas para dar uma informação ou fazer um julgamento sobre algum personagem. Não foi encontrado esse último tipo de caricatura no nosso corpus. Assim, as representações conceituais, apesar de se encontrarem em minoria, trazem idéias e conceitos que possibilitam inclusive a apreensão do mundo discursivo em sua vertente psicológica, conforme iremos verificar no exemplo 09.

Além disso, a componente temático-representacional mostra como se organizam discursivamente os conteúdos temáticos convocados pelo texto e como estes temas são distribuídos e trabalhados na sua organização geral. Na nossa pesquisa, fizemos uma correlação entre tipos de discurso e de representação com o intuito de encontrarmos parâmetros que apontem para uma configuração recorrente. No entanto, constatamos que a combinação entre os tipos de discurso e os de representação variam consideravelmente, criando diferentes tipos de configurações de organização temático-discursiva conforme podemos verificar nas tabelas 1 à 17 que se encontram em anexo.

Com efeito, essa procura de uma co-relação de configuração entre tipo de discurso e o de representação, mostrou-nos que a organização temático-representacional aparece de modo estruturado, nos cartoons, de duas formas: uma em que é possível visualizar uma segmentação quadro-a-quadro que denominamos de *Configuração faseada*, na qual também é possível observar uma segmentação verbal e também da própria imagem. E outra em que a cena representada aparece em uma única moldura ou quadro, que chamaremos de *Configuração não faseada*. Em alguns casos, há uma segmentação do verbal, distribuídos pelos balões que aparecem em cena, mas não

verifica-se a mesma segmentação na imagem. É um fato que, sendo essa configuração da ordem da estrutura, sem dúvida, ela vai reaparecer nas análises da organização estrutural. Podemos ter uma melhor visualização das categorias de análise dessa organização no seguinte esquema:



5.1.1 – Configuração faseada

Na configuração do *cartoon* reconhecemos uma combinação de elementos que se apresentam de forma segmentada, organizando não só os tipos de discurso mas também a própria imagem. Nesse tipo de configuração, fazendo uma analogia à conversa, reconhecemos pelo menos três tipos de sequências: uma de abertura, uma outra sequência de fecho e, no intervalo entre esses dois segmentos, o desenvolvimento. Segundo Rodrigues (2001), a abertura e o fecho de uma conversação são etapas consideradas mais ritualizadas por estarem no escopo desse tipo de interação. Além disso, os interlocutores de uma conversa real preocupar-se-ão em manter a *face* uns dos outros (Goffman, 1967). Na encenação encontrada nos *cartoons* do nosso *corpus* não haverá esses ritos a que Rodrigues (2001) se refere, e que visam ultrapassar o risco

inerente à recusa em participar da atividade interativa, ou mesmo, de atentarem quanto à preservação do espaço do outro interlocutor. Portanto, a escolha das estratégias de interação, que servirá para encenar o diálogo, é decidida pelo autor bem como o papel social ocupado por cada interlocutor.

Assim, nos *cartoons* faseados, verifica-se um primeiro segmento caracterizado como sendo de abertura, com a função de *Introdutor Temático* (IT), e o fecho será, nesta lógica, a última cena que denominaremos de *Fecho Temático* (FT). Tudo o que vier entre estes dois segmentos será considerado parte do *Desenvolvimento Temático* (DT). Denominamos a junção dessas três sequências de *Segmentos de Organização Temática* (SOT). Os *cartoons* não faseados apresentam um único quadro em que estarão ao mesmo tempo o introdutor, o desenvolvimento e o fecho temáticos. Deste modo, não há uma organização temática quadro a quadro, mas um tratamento temático unificado. Como já adiantamos, nos *cartoons* faseados, é possível haver balões que representam as sequência dos turnos de fala. Neste caso, o primeiro balão que aparece à esquerda do quadro será considerado como um introdutor temático e o último balão, que deverá estar à direita, será, então, chamado de fecho temático.

Com relação aos SOT encontrados no *cartoon*, a sua realização verbal é marcada pelos tipos de discurso: *discurso interativo*, *discurso teórico* e *discurso misto (interativo-teórico)*. Estes tipos podem participar nos três segmentos nomeados acima (IT, DT e FT) ou em *cartoons* que trazem apenas dois dos segmentos e que participam apenas no introdutor e no fecho temático. Cada um desses tipos de discurso vai ter um papel diferente na construção da significação neste gênero, conforme veremos no ponto a seguir.

Já com relação à organização temática não verbal, o tipo de representação mais utilizada é a *representação narrativa* que estará presente na maioria dos *cartoons*, 128 no total, sendo que 34, além de uma *representação narrativa*, também mostram uma *representação conceitual*. Do *corpus*, 7 *cartoons* vão ter somente a representação conceitual. Os *cartoons* que mostram esta representação trazem informações sobre os participantes e a sua própria representação em termos do que significam ou do que são, estabelecendo a identidade desses participantes por meio de atributos com significações

culturais. Portanto, a grande maioria dos *cartoons* apresenta processos de ação. A representação narrativa, no geral, realiza *processos verbais* quando ocorre a “fala”, que é expressada pelo verbal. Em nosso *corpus*, apenas 2 *cartoons* realizam *processos mentais*, sendo ambos da série Cravo e Ferradura, publicados nos dias 25/01/2006 e 07/02/2006. O primeiro é um processo de pensamento e o último é indicado como um processo de leitura. Trazemos abaixo estes dois textos, respectivamente, que trazem processos mentais, apesar do segundo ser um exemplo de configuração não faseada:

Cartoon A: 25/01/2006



Cartoon B: 07/02/2006



Identificamos ainda *processos de ação*, no cartoon, quando os personagens representados realizam algum tipo de acto (ler o jornal, ouvir rádio ou ver televisão, gesticular), e também *processos de reação* quando implica um olhar. Ambos os processos (ação e reação) podem ser *transacionais unidirecionais* quando apenas um dos participantes olha; ou *bidirecional* quando ambos os participantes entreolham-se. Pode ainda, o processo ser *não transacional* quando não é possível verificar a quem a ação ou o olhar se dirige. Também é interessante destacar que o contexto físico do segundo plano de interlocução é representado no *cartoon* não pelos processos, mas sim pelas circunstâncias que envolvem os participantes representados, consideradas aqui como o *cenário* onde decorrem as interações dentro do ato semiótico. Neste caso, essas circunstâncias fornecem informações sobre os parâmetros da situação de produção física e social, como físico e o lugar social, sendo uma das características que indicam as relações de conjunção e implicação.

Introdutor Temático

Conforme já explicamos, nos *cartoons* segmentados, o introdutor temático é considerado a primeira cena. Para o verbal, ele será a primeira enunciação que ocorre, geralmente, dentro dos balões que podemos ler nesse primeiro quadro. Caso haja frases que precedem esse introdutor, consideraremos, neste circunstância, esses segmentos como sendo um título (ou sub-título). Estes também podem indiciar uma inferência do conteúdo temático do texto, como é o caso dos *cartoons* da série *Coisa Pública* do Miguel, nos quais o primeiro segmento apresenta um *título* que identificamos como sendo o conteúdo temático a ser tratado no texto. No *corpus*, os tipos de discurso semiotizados encontrados nesse introdutor foram o discurso interativo, o teórico e o tipo misto (interativo-teórico). Esses tipos de discurso que têm a função de introdutor temático, geralmente, estabelecem uma entrada imediata no assunto, típica de textos orais, como se assistíssemos a um “recorte” da cena representada. Isso leva a concluir que não há qualquer origem espaço-temporal nesse introdutor.

O Fecho Temático

Já com relação ao fecho temático, é interessante salientar que o humor presente no *cartoon* terá a sua realização efetivada na conclusão do texto. Claro está que a compreensão vai sendo construída quadro a quadro, começando de uma forma global pelo reconhecimento do gênero. Contudo, será no fecho temático que o leitor completará o seu ciclo de construção de coerência. Podemos pois dizer que o “gatilho” do humor (Possenti, 2005) estar dentro do própria. Será, nesse ponto, o lugar onde tudo o que foi dito e visto até então fará pleno sentido.

O Desenvolvimento Temático

Todos os segmentos que aparecem entre o introdutor e o fecho são considerados de desenvolvimento temático. Para a análise conversacional, é no decorrer da conversa que ocorre o desenvolvimento tópico, sendo inclusive, como mostra Rodrigues (2001:207), um dos critérios (o critério temático) utilizado para distinguir as sequências que formam o corpo da conversa. Para Dionísio (2001:80-81), o corpo da estrutura conversacional apresenta turnos que, quanto ao desenvolvimento do tópico discursivo, podem ser nucleares ou inseridos. A autora afirma que aqueles contribuem substancialmente para o desenvolvimento do tópico, pois exigem que as intervenções subsequentes estejam relacionadas com o turno anterior. Já os turnos inseridos são “produções marginais em relação ao desenvolvimento tópico da conversa, apesar de colaborarem para esse desenvolvimento, exercendo sempre uma função meramente interacional”. No caso do *cartoon*, a delimitação tópica será efetuada pelo cartoonista no momento da produção textual. As sequências que fazem parte do corpo da “conversa”, segundo essa lógica, são nucleares e possuem uma função claramente de desenvolvimento temático. Desse modo, o desenvolvimento é, linguisticamente, realizado pelos tipos de discurso. Pode estar em um único balão (discurso interativo, discurso teórico ou misto) ou em vários, neste caso, indicando mudança de “turnos” de fala, em que cada turno apresenta um tipo de discurso diferente (ora DI ora DT, ora

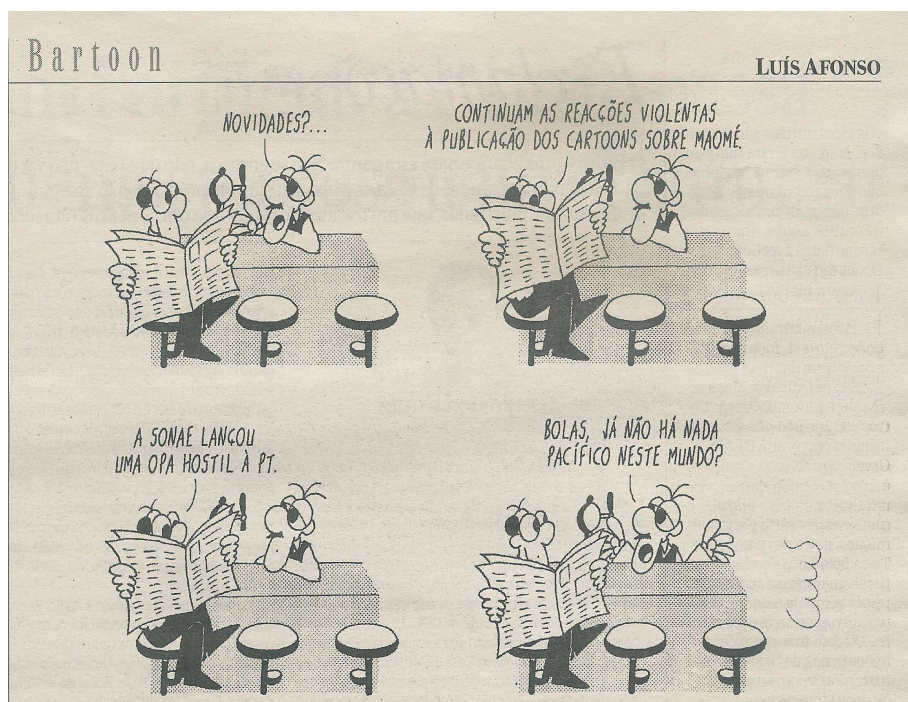
ainda M), configurando-se essa troca como parte da planificação textual, conforme podemos ver nos exemplos.

a) A presença do discurso interativo nos cartoons faseados

Já assinalamos que o autor do *cartoon* traz o conteúdo temático do mundo real e o encena no texto. Isso faz com que a compreensão do *cartoon* só seja possível se os leitores tiverem conhecimento dos parâmetros ligados a esse mesmo conteúdo temático encenado, sendo este interpretado segundo os preceitos válidos no mundo real do agente. Também já observamos que, muitas vezes, essa encenação é feita por meio de uma réplica de uma conversa entre dois interactantes. É desta forma que se conjugam os parâmetros de implicação e conjunção, uma vez que, por meio dos diálogos, temos acesso às marcas linguísticas do tipo de discurso e à encenação dos *turnos de fala*, característicos de produção textual em contexto imediato. Ainda, através da imagem, conhecemos não só os produtores desses diálogos representados na cena como também temos acesso à sua situação de produção física e social. Assim, a cena representada é uma reprodução do mundo ordinário, no qual se passam os acontecimentos tratados pelo conteúdo temático. Isso leva-nos a afirmar que o discurso interativo estará em cena na grande maioria dos casos, mesmo naqueles em que a sua presença manifesta-se em um segmento linguístico mínimo, ou ainda naqueles casos em que aparece unicamente apenas a imagem que nos dará informações sobre o momento da produção encenada e os actantes representados.

De fato, o discurso interativo aparece nos três segmentos SOT, em estado puro ou numa combinação mista interativo-teórico. O discurso interativo como introdutor temático está presente em 26 *cartoons* dos 63 que apresentam uma configuração segmentada em quadrinhos. É utilizado como uma sequência de abertura da interação, pois, de fato, parece-nos que estamos a assistir a uma “conversação” habitual entre dois interactantes. Já no desenvolvimento temático, o DI aparece em 37 dos 63 e, como fecho temático em 35. Vejamos alguns exemplos abaixo:

Exemplo 1:



Público, 08/02/2006

Este exemplo é segmentado em quatro quadros. O primeiro é o lugar onde está o introdutor temático. O desenvolvimento será o segundo e o terceiro quadros e o fecho temático está no último. Com relação à organização temático verbal, o introdutor traz o discurso interativo cuja marca linguística que podemos observar, neste texto, é a presença da oração interrogativa, *novidades?...*, em que há uma interpelação de um dos participantes representado ao seu interlocutor. Na pergunta, podemos também supor a existência do verbo “há”, com sentido de existir, aparecendo de forma elíptica. A interpelação do participante representado fixo ao que está a ler o jornal caracteriza-se como introdutor temático, pois o tema será tratado a partir das novidades que o jornal trará no âmbito dos temas globais, sendo este o objeto de comentário por parte do autor. Não podemos deixar de fazer notar que esse “verbo elíptico”, ao estar inserido em uma pergunta, na qual se espera resposta imediata do outro participante representado, aparece em simultâneo ao momento da interação que marcaria um tempo presente, ou pelo menos com o valor muito próximo do presente. Essa temporalidade, sem dúvida, reforça o carácter de implicação da cena. Afinal, a pergunta é se há novidades no jornal.

Consideramos, nesse cartoon, que os dois segmentos que compreendem o desenvolvimento temático são formados pelo discurso teórico porque não há a presença de unidades linguísticas que se refiram ao produtor. Contudo, tanto no segundo segmento, *continuam as reacções violentas à publicação dos cartoons sobre Maomé*, quanto o terceiro, *a Sonae lançou uma OPA hostil à PT*, trazem os nomes próprios, *Maomé*, *Sonae* e *PT*, como uma marca de implicação de nomes interpretáveis a partir do mundo ordinário do cartoonista. Portanto, esse tipo de discurso não é considerado como um DT de ocorrência “pura” ou genuína. Todavia, também não consideramos como um discurso misto (DT-DI) pela falta de marcas linguísticas de agentividade.

É o discurso interativo que aparece como fecho temático. Este, além de apresentar uma oração interrogativa, traz também o uso do termo *bolas* que é um marcador conversacional. Ambos, são marcas do DI. Estas marcas aliam-se ao uso do verbo *haver* no presente do indicativo, *não há...*; Também o marcador “*já*”, nesse exemplo em que é utilizado juntamente com o verbo no presente, tem um valor que podemos considerar como tendo um intervalo semi-aberto, fechado à direita, em que coincide com o momento da enunciação (T₀), reforçando o valor de simultaneidade do verbo. Esta característica une-se a expressão *neste mundo* com um valor deíctico, pois o *neste* aponta para o mundo real do agente. Outras marcas que salientam as operações presentes neste texto e que também apontam para a criação de um mundo do expor implicado são a ausência de qualquer origem espaço-temporal e a própria estrutura do texto que é estabelecida por meio de um diálogo entre os dois interactantes. Essas características fazem prever a presença do discurso interativo. Contudo, não podemos deixar de fazer notar que o desenvolvimento temático, neste caso, é realizado pela leitura da notícia do jornal, apresentando marcas do discurso teórico. O papel desse tipo de discurso será discutido mais adiante.

Com relação à organização temático-representacional não verbal, temos as imagens do primeiro e do último quadro que mostram um dos interlocutores com dedo em riste, enquanto o outro que segura o jornal está a olhá-lo. Como já o afirmamos, este quadro apresenta um processo bidirecional fixado pela imagem ao mostrar o olhar concomitante entre os participantes representados. Assim, os personagens são ao mesmo tempo reator e fenómeno, reforçando a encenação de uma conversa. Já as imagens do segundo e terceiro quadros mostram um dos participantes a ler uma notícia

do jornal enquanto o outro o observa. Estes quadros apresentam um processo transacional unidirecional, pois conseguimos visualizar não só a ação, “ler o jornal” e “conversar” como também o fenómeno. É igualmente através da imagem que temos acesso ao contexto físico da interação (o bar), ao lugar da produção e ao momento da produção. Podemos, então, reafirmar que a própria parte icônica apresenta traços que influem na construção do mundo discursivo implicado e, consequentemente, na composição deste gênero. Este contexto físico compreende a categoria representacional narrativa circunstancial. A imagem do bar, mostrando bancos altos junto ao balcão, dá-nos a percepção do cenário.

Exemplo 2:



Diário de Notícias, 15/02/2006

Neste exemplo, também será a parceria do verbal e da imagem que criará os parâmetros da ação de linguagem e que semiotiza o mundo discursivo. Assim como no exemplo anterior, o texto 2 apresenta a cena de um diálogo entre dois interactantes. A temática trata da publicação, na Dinamarca, de *cartoons* sobre Maomé, que foram alvo de críticas por parte dos religiosos islamitas⁴, gerando grande polémica. Apesar de abordarem assuntos diferentes, os exemplos 1 e 2 explicitam a relação entre o conteúdo temático e o contexto de produção de forma semelhante, seja pela presença dos interactantes através dos diálogos (nos quais prevê-se a presença do discurso interativo),

⁴ A publicação de imagens de Maomé, profeta e líder espiritual do Islão, é considerada pecado e blasfémia pela religião Muçulmana.

seja o acesso ao momento da produção, entre outras. Ou seja, os parâmetros ligados ao conteúdo temático são interpretados à luz dos critérios de validade do mundo ordinário, sendo esta uma das características do “expor”.

No introdutor temático do tipo verbal, destacamos, como marcas da presença do DI, a onomatopéia “*ha! ha! ha!*”, que representa uma risada; a marca conversacional *então?*, com valor de interpelação. Também, encontramos a presença da oração interrogativa, *Vais fazer um cartoon para o concurso do holocausto, não vais?*, que é considerada como uma interrogativa do tipo *tag*. A este tipo de interrogativa, conforme observa Matos, Duarte & Brito (Mira Mateus et al; 2003:477), podem ser atribuídos diferentes aspectos. A *tag* pode ter um aspecto pragmático de levar alguém a fazer algo e ocorrer com a intenção de obter um simples pedido de confirmação. Ainda pode ser usada como um mecanismo de conversação com o fim de passar a palavra ao interlocutor ou como uma estratégia manipulatória em que se tenta levar o co-enunciador a responder ou confirmar aquilo que era pretendido pelo enunciador. Embora a *tag* seja feita com esta última intenção, a resposta do parceiro, que faz parte do desenvolvimento temático, não é a esperada. Pelo contrário, o participante representado com o caderno na mão lança outra pergunta, *Holocausto? Que Holocausto?*, o que gera estranheza por parte de quem faz a pergunta. Isto pode ser confirmado pela falta do verbal, manifestando *silêncio*. O último quadro que é fecho temático verbal, caracterizado por *Bolas, tu és esperto*, como já dissemos anteriormente, assinala o “gatilho” do humor. Neste fecho, o personagem justifica o seu espanto inicial ao detectar na resposta do outro uma estratégia para desqualificar os efeitos do Holocausto. Com efeito, no mundo fundamentalista Islâmico, essa estratégia é utilizada por diferentes facções islamitas. Na época da publicação de cartoons sobre Maomé na Dinamarca, os líderes islâmicos também fizeram um concurso de *cartoons* com o tema do Holocausto (tema considerado *tabu* tanto para os judeus, como para o ocidente, no geral), como retaliação aos *cartoons* de Maomé. No mundo atual, ambos os temas (Holocausto e Maomé) são “sagrados” (nesse sentido usado como um assunto sério em que não se aceita socialmente o “fazer humor”). Nesse fecho, o autor coloca em evidência a própria discrepância entre negar o Holocausto e fazer dele assunto para os cartoonistas.

No entanto, além da dimensão praxiológica referida no parágrafo anterior (opinar com humor), o que queremos aqui sublinhar é a evidência das marcas de implicação dos participantes representados do segundo plano de interlocução que está subentendido quando usa-se a interrogativa, principalmente a do tipo *tag*. Isto é, esperar uma resposta imediata por parte do parceiro da interação, caracteriza-se como uma das marcas de implicação e conjunção do discurso interativo. Outra marca linguística que reforça a identificação do DI, é o uso da forma verbal *vais fazer*, com valor de futuro próximo. Esta é uma forma perifrástica do futuro (ir+infinito) que assinala um movimento para realizar a ação em um tempo posterior (aqui próximo da simultaneidade). Nesse caso, o intervalo do verbo é aberto à direita e fechado à esquerda, com movimento para a posterioridade. Mais duas formas de se notar a semiotização do DI são: a flexão verbal aponta para a presença da segunda pessoa do singular (**tu**), marcando a implicação de agentividade; e também a marca conversacional *bolas*.

As marcas manifestadas pelo não verbal são iguais para os três segmentos temáticos (IT, DT, FT). Ou seja, além de mostrarem processo de ação (um dos interlocutores rindo e o outro a segurar papel e lápis) também apresentam processo reacional bi-direcional, já que um olha para o outro. O desenho apresenta igualmente dois personagens, que reconhecemos pelas suas vestimenta e pelos seus traços físicos tratar-se de religiosos islamitas a conversarem. A partir disso, ocorre o reconhecimento do papel social dos interlocutores, o que irá influenciar no discernimento sobre o tema, dito de outro modo, reconhecemos pela imagem (a combinação entre a vestimenta e a barba/bigode) que o diálogo é efetivado entre dois agentes de uma mesma religião – islâmica - e também a representação do lápis e papel que nos leva a supor tratar-se de um cartoonista. Dessa forma, podemos afirmar que além de haver representação do tipo narrativo, em que ocorre processo verbal e de reação, também há uma representação conceitual realizada pela identificação da vestimenta dos personagens e do material que transportam que trazem informações sobre os participantes e a sua representação em termos do que significam ou do que são. Estabelecendo, assim, a identidade desse participante, e fornecendo inferências para a constituição do conteúdo temático.

b) O papel do Discurso Teórico nos SOT

Ao longo desse capítulo, temos vindo constantemente a afirmar que as relações de implicação e conjunção são transversais a todo o gênero *cartoon*. No entanto, verificamos que o discurso teórico é muitas vezes parte da produção desse mesmo gênero, revelando, com isso, segmentos linguísticos que apontam para uma relação não só de implicação, mas também de uma certa autonomia. Certamente, ao analisar o *cartoon*, podemos dizer que este se apresenta num mundo do Expor. Por isso, podemos nos perguntar que papel o discurso teórico exerce aqui. Claro está que o DT participa efetivamente na organização temática do texto. Além disso, as estratégias que são usadas para realizar o humor, no caso do *corpus* aqui constituído, passam não só pela escolha de um tipo de discurso, mas também pela relação deste com outros tipos de discurso. Vejamos, então, à análise de exemplos de *cartoons* que trazem, além do discurso interativo, o discurso teórico.

Exemplo 3:



Público, 31/01/2006

Esse exemplo é configurado à semelhança do exemplo 1. O introdutor temático verbal presentifica-se com o uso do discurso teórico na notícia. Esse trecho compreende um caso clássico de polifonia: *a argumentação por autoridade* que é marcada no segmento do discurso teórico (DT) pela expressão ***segundo alguns cientistas***. O que os cientistas afirmam é expresso pela frase declarativa ***o clima tem tendência a ficar mais extremado***. As marcas que atestam o DT nesse introdutor temático são a ausência de pronomes de primeira e segunda pessoa, indicador de autonomia, pois, nesse caso, o texto não aclara a relação entre as instâncias de agentividade e os parâmetros de ação de linguagem. Além disso, a locução verbal com a conjugação do verbo *ter*, no presente, (*tem*) (tendência a) + a forma nominal do infinitivo composto (*ficar extremado*) - ***tem tendência a ficar mais extremado*** - aponta uma direção para a realização da ação no futuro. Junta-se ao trecho, ***tendência a ficar mais extremado***, um valor modal epistêmico, indicando uma orientação de acontecimento futuro. Também o advérbio de intensidade ***mais*** aponta para que a ação seja gradual, com interpretação para uma ação com valor de simultaneidade (o clima está extremo) para um acontecimento futuro (tem tendência a ficar ***mais*** extremado).

O desenvolvimento temático verifica-se pela continuação da leitura ainda com marcas do discurso teórico (DT), como a locução verbal com o auxiliar modal (poder) + infinitivo ***poderá haver*** que indica uma probabilidade de acontecimento futuro. A temporalidade tem, nesse caso, um valor de posteridade. O valor do primeiro e segundo quadros é reforçado pela própria expressão ***num futuro não muito distante*** que localiza o evento em um futuro próximo. Porém, esse DT que aparece no segundo quadro não é um tipo puro, pois o uso do nome próprio ***Portugal*** indica um elemento (o país onde mora o autor do *cartoon*) que tem implicação no mundo ordinário do produtor. Isto aponta para a presença do discurso interativo numa combinação com o DT. Neste caso, não identificamos como sendo um tipo *misto* (interativo-teórico) uma vez que há uma predominância de marcas que apontam para o DT. O terceiro quadro também manifesta o DT com o enunciado, ***ou seja, dá para ir à praia, dá para ir à neve***. A temporalidade com o verbo *dar* no presente + *ir* (no infinitivo) aponta para um valor temporal de simultaneidade. Esse valor reforça a ideia que a temporalidade expressa no texto é de um acontecimento associado a um valor posterior próximo do tempo presente. Esta construção de valor de posteridade próxima dá-nos a ideia de um acontecimento que inicia-se no presente, mas intensifica-se no futuro próximo desse presente. Esta análise

reforça uma relação de parâmetros de *conjunção* com a ação de linguagem, dando a percepção de um conteúdo temático que é parte do mundo real do produtor e leitor. Afinal, o texto fala do mesmo país em que é realizada a ação de linguagem: **Portugal**.

O fecho temático caracterizado pelo discurso interativo confirma essa *conjunção* expressa pelo mundo discursivo do *Expor*. Na frase, ***Isso não é um país, é um projecto de vida!***, as marcas que demonstram o DI são o uso da exclamativa e a presença do deíctico *Isso* que aponta para o país dos agentes da interação, **Portugal**, tanto do primeiro plano, produtor e leitor, quanto do segundo plano, participantes representados. Já com relação ao uso do verbo de ligação *ser* no presente, existe uma questão interessante, que é a percepção de construção do presente genérico, quando, a partir da leitura do enunciado ***Isso não é um país***, inferimos: Portugal é um país, em que Portugal é considerado *espécie* [*é* + (uma espécie) de país]. O cartoonista parte, então, de uma ideia genérica para desconstruí-la com o uso da negativa, aliando um novo valor de presente “genérico” em ***[Isso] é um projecto de vida***. Esta associação que o autor imprime à última frase vai se configurar como uma estratégia de humor. De fato, o gatilho do humor encontra-se no fecho temático realizado pela manifestação evidente do contentamento do personagem com um assunto desagradável relativo às alterações climáticas. Quem conhece Portugal tem conhecimento dos problemas sociais e políticos que o atravessam e, culturalmente, sabe-se que os portugueses não escondem o seu descontentamento. É pois possível inferir uma ironia por parte do autor ao salientar no fim do texto a alegria por Portugal enfim vir a ser um bom projeto de vida.

Com relação à organização temático-representacional não verbal, a imagem do primeiro e do segundo quadros são semelhantes. O participante representado, que é fixo, realiza uma representação narrativa com o processo de ação ***ler a notícia de um jornal***, enquanto o outro participante representado realiza um processo de reação transacional. A autoridade aqui é estabelecida também pela imagem do jornal, ao mostrar que a voz responsável pela notícia é a do jornal. Assim, temos nesta representação narrativa um processo transacional unidirecional que irá compor o introdutor temático e a primeira parte do desenvolvimento. Na segunda parte do desenvolvimento e no fecho temático, ocorre uma mudança, pois o processo de reação bidirecional sucede ao processo anterior de ação e reação unidirecional, uma vez que, no momento em que o participante que ouviu a notícia faz o comentário, eles passam a olhar-se mutuamente. É neste último

segmento que iremos encontrar o eclodir do humor, essencialmente dentro de uma estrutura de conversação. Assim, no primeiro e segundo quadros, a imagem presente neste *cartoon* é a mesma (mostra os interlocutores, um a ler o jornal, e o outro a observar), ao mesmo tempo que o terceiro e quarto quadro apresentam uma encenação de conversas entre os personagens representados. É a partir desse terceiro quadro que o autor inicia a sua opinião sobre o tema **alterações climáticas** apresentado no primeiro e segundo quadro. Neste texto, a demarcação de funções é assinalada pela mudança de processos representacionais da imagem como também pela mudança temporal assinalada no parágrafo anterior. Ainda pela representação circunstancial temos também acesso à encenação do contexto físico da interacção, o lugar da produção (o bar), e o momento da produção. Estas características apontam para a semiotização do tipo de discurso interactivo. Podemos, então, concluir que a própria parte icónica apresenta traços que influem na construção do mundo discursivo e, consequentemente, na composição deste género. No próximo exemplo, analisaremos um cartoon da série *Coisas Públicas*, sendo essa análise representativa do funcionamento dos textos que compõem essa série em particular.

Exemplo 4:



Revista “Pública”, 22/01/2006

Os *cartoons* que compõem a série “Coisas Públicas” foram retirados da revista “Pública” vinculada semanalmente ao jornal “Público” cujo autor é o Miguel. Estes *cartoons* formam um conjunto à parte dos outros *cartoons* aqui analisados. Destacamos três motivos principais: o primeiro refere-se à questão contextual uma vez que não há dois planos de interlocução distintos. Esses *cartoons* não apresentam encenações de diálogos, não mostrando, conseqüentemente, uma teatralização com diálogos entre os participantes representados. A interação é feita dentro de um plano de interlocução único, diretamente entre o autor e o leitor. Além disso, e como segundo motivo, a organização temático verbal é marcada pelo discurso teórico de um modo enunciativo que se assemelha aos textos expositivos argumentativos, embora esse DT esteja intercalado pelo DI, marcando o tipo misto DT-DI. Finalmente, o terceiro motivo refere-se à organização temático-representacional não verbal e ao fato de que esses *cartoons* são formados essencialmente por representações conceituais. A temática desta série incide sobre questões culturais de Portugal, nas quais o autor procura provocar o leitor quando escrutina sobre “símbolos”, “modos de comportamento”, “temas excessivamente comentados pela mídia”, “acontecimentos do mundo político”. A composição segue sempre um estilo característico das histórias em quadrinhos, apresentada quadro a quadro, sendo lido da esquerda à direita obedecendo ao processo de leitura ocidental.

Conforme podemos observar, elegemos o texto que tem como título ***O Pavilhão de Portugal*** no primeiro quadro para exemplificar esta série. O discurso teórico (DT) aparece, nesse *cartoon*, sendo intercalado pelo discurso interativo. No total de 10 segmentos distribuídos em 5 quadros (não contamos com o que traz o título), o DT vai aparecer em todos, incluindo na sequência do tipo misto (interativo-teórico). Para cada ocorrência do DT aparece, em seguida, uma do discurso interativo. A presença do DT transmite ao leitor a ideia de estar a ler um texto de caráter científico ou acadêmico. Contudo, o fato do discurso interativo intercalar o DT e ainda a existência de imagens sequenciadas constroem um plano de texto no qual são quebradas as expectativas do leitor, tanto em relação ao próprio modelo conhecido como *cartoon* quanto à questão de não se tratar de um texto científico ou acadêmico. Esse será um dos elementos que contribui para o humor.

Como introdutor temático verbal, nesse caso, consideramos o segundo quadro que apresenta dois segmentos; o primeiro com marcas que indiciam o DT e o segundo com o discurso interativo. Em relação às marcas linguísticas desse primeiro segmento, apontamos no discurso teórico (DT) o uso da declarativa, ***um pavilhão é como um país, dá para tudo***, na qual encontramos uma temporalidade marcada pelos verbos *é* e *dá* no presente do indicativo, com valor de simultaneidade. Esse tempo também ocorre no discurso interativo. No entanto, é importante salientar que o seu valor irá variar de acordo com o tipo de discurso em que essa temporalidade existe. Ou seja, no discurso interativo, o presente do indicativo tem um valor de simultaneidade, mas no discurso teórico pode vir a ter um valor mais atemporal, conhecido como presente genérico. Segundo Lopes (1993:127), o carácter atemporal do presente genérico é estabelecido pela ausência de referência temporal deíctica ou anafórica; e ainda pelo valor de verdade, qualquer que seja o intervalo de tempo. Deste modo, podemos dizer que a enunciação, ***um pavilhão é como um país***, possui um valor de presente genérico. A construção genérica aqui é marcada pelo Sintagma Nominal (SN), ***um pavilhão***, representando *espécies*. A partir da introdução do artigo indefinido *um*, “pavilhão” passa a ser considerado em termos gerais (espécie), não sendo, de fato, um objeto específico, temporalmente situado. Além disso, para Lopes (1993), esse tipo de expressões é sempre compatível com o adjunto nominal *geralmente*. Mais uma vez esse parece ser o caso, pois podemos adicionar esse adjunto na enunciação: ***geralmente, um pavilhão é como um país***. Posto isto, podemos dizer que o mecanismo linguístico explorado pelo autor para fazer humor é o fato de elaborar, a partir da afirmação genérica colocada no introdutor que denota a ocorrência de DT, uma especificidade do que fazer ao *pavilhão* de Portugal. Assim, arquiteta-se um jogo entre a ideia inicial, baseada na edificação de um pensamento *lógico*, e a construção de uma opinião do mundo *nonsense*. É esperado do leitor que interprete a lógica numa perspectiva do absurdo. O segmento seguinte tem ocorrência do discurso interativo, trazendo como marca principal a interrogativa, ***Porque será então tão difícil encontrar um destino para o de Portugal tão bem situado no Parque da Nações?***; além disso, há o uso de nomes próprios, *Portugal e Parque das Nações*; e ainda a construção verbal ***será tão difícil encontrar*** com valor de simultaneidade, como um intervalo de tempo fechado à esquerda e aberto à direita.

O desenvolvimento temático inicia-se no terceiro quadro pelo DT “não puro”, uma vez que encontramos o nome próprio **Expo 98**⁵, indicando uma marca de discurso interativo. Como marca do DT, é possível observar a presença do operador lógico **mas**, e a inexistência de marcas dos agentes da interação. Com relação aos marcadores de temporalidade, destacamos o **desde aí**, que se caracteriza como um organizador temporal com efeito progressivo, neste caso, a partir de um acontecimento (que foi o **Pavilhão de Portugal na Expo 98** ter sido relegado ao abandono logo após a sua construção) com origem na anterioridade e que se prolonga até o momento atual. Une-se a este efeito mencionado a conjunção temporal **enquanto**, com um valor de ação concomitante com outra, e o uso dos verbos no presente, **se degrada** e **se perde**, para reforçar esse valor progressivo. Isto é, o **enquanto se degrada, não se perde tempo**, junta-se à construção ir + gerúndio, **vai-se pensando**, que tem um valor de construção durativa dependente da situação temporal de **enquanto se degrada**, que marca T₃. Nesse caso, constrói-se a ação, “o pensar”, como um evento prolongado dentro da situação marcada pela conjunção temporal **enquanto**, produzindo o acontecimento linguístico como estando em curso, com um valor aspectual imperfectivo em relação ao T₃.

Os dois próximos segmentos, **Um pavilhão Gimnodesportivo?** e **Um romântico cinema ao ar livre, horizontal?**, são ocorrências do discurso interativo que se configuram como sugestões da ação que continua a decorrer (**vai-se pensando o que fazer dele**). A ocorrência seguinte do DT é marcada pelo enunciado, **ou, numa perspectiva utilitária de futuro**, que é seguida pela ocorrência do discurso interativo em **uma grande pavilhão central para as Escutas Telefónica?**. É interessante observar que a colocação inicial desse DT cria uma expectativa no leitor que será respondida pela interrogação irônica do autor, trazendo à memória o escândalo que foi o caso das escutas telefônicas. Este caso revelou que algumas personalidades conhecidas do país tinham os seus telefones sob escuta sem o seu consentimento (procedimento conhecido, no Brasil, como grampear o telefone).

⁵ Expo 98 – Exposição Internacional de Lisboa. Evento realizado em Lisboa, Portugal, 22 de Maio à 30 de Setembro de 1998 com o tema “Os oceanos: um património para o futuro”. Destaca-se, nesse evento, a construção de um projecto arquitectónico que contou com a participação de arquitectos nacionais conhecidos no âmbito internacional. Essa exposição foi considerada pelo BIE como a melhor exposição mundial até então.

O tipo misto aparece no trecho, *Não. Dizem os portugueses na rua: Deve ser um museu que mostre o que temos de melhor no país. Mas, ora aí está!*. Este é um caso em que há a presença do discurso relatado (DR) associado ao discurso interativo. Este DR, na circunstância, aparece como um discurso direto demarcado pelos dois pontos. Destacamos, assim, o verbo no presente, *dizem*, característico do DR, o qual tem como sujeito *os portugueses*, na terceira pessoa do plural que é considerado uma marca de DT. O que dizem os portugueses é o enunciado, *Não ... deve ser um museu que mostra o que temos de melhor no país*, que incluímos a negativa. O discurso direto (segundo Bronckart, 1999) normalmente é associado ao discurso interativo. Neste caso, marcamos o verbo *temos* como indicador do uso da primeira pessoa no plural e, também, a utilização de *no país*, em que o *no* faz referência ao país dos portugueses, sendo o produtor do discurso relatado. A ocorrência do valor modal na expressão, *deve ser*, interpretada como deôntico, juntamente com o trecho *um museu que mostre*, aponta para uma obrigatoriedade de realizar a ação de acordo com o que se acredita ser o certo. Em conjunto com esta ideia, deve ser referido que o enunciado *Mas, ora aí está!* tem um valor deíctico, construído pelo uso do *mas* como conector argumentativo por excelência (segundo Ducrot, 1984) dentro de uma exclamativa indicadora de discurso interativo, associado à presença do deíctico *aí* com o verbo *está*, na terceira pessoa do singular do tempo presente. Portanto, o tipo misto, neste caso, congrega a variante DR com a presença do discurso interativo e ainda marcas que podem apontar para o DT.

O último quadro, aqui caracterizado como fecho temático, também apresenta, no primeiro segmento, *A única e derradeira matéria em que Portugal pede meças a qualquer país do mundo? A gastronomia*, o discurso interativo marcado pelo uso da interrogativa, o nome próprio *Portugal* e a forma verbal *pede* no presente. O último trecho, *abra-se o Pavilhão das Tasquinhas*, no imperativo tem o valor que aponta para a posteridade, porém, não possui marcas de agentividade, apesar de trazer o nome próprio *Pavilhão das Tasquinhas*. Consideramos assim como uma ocorrência do DT, do tipo *não puro*. Com efeito, o DT aparece, nesse *cartoon*, como constituinte importante para a funcionalidade do texto, visto que, não só introduz o tema como é, ao longo do texto, ferramenta de desenvolvimento temático, dando a entender uma explicação ao leitor sobre o que é o “Pavilhão de Portugal”. A sua presença faz-se sentir ao longo de todo o texto, mas em interação constante com o discurso interativo e com a

imagem. Podemos, pois, concluir que essa interação é uma das estratégias humorísticas do texto, no qual se faz sentir o uso da ironia e da crítica, ao se constatar, no fecho temático, que o país só é bom em uma única coisa: a gastronomia. Revela-se a ideia de um povo que já tem na sua cultura o estereótipo de pensar que Portugal não é um bom país, um lugar onde não há virtudes. É interessante também notar que essa ideia é reforçada pelo valor temporal de simultaneidade construído ao longo do texto.

Relativamente à imagem, é importante observar que os *cartoons* que fazem parte do conjunto de textos denominados “Coisas Públicas” apresentam uma Representação Conceitual de objetos ou “ações” característicos da cultura portuguesa. Como esse exemplo mostra, o pavilhão é uma obra de arquitetura, tendo sido construída para a Expo 1998 pelo renomado arquiteto português “Siza Vieira”, pavilhão este que hoje está relegado ao abandono por falta de uso. O tema é manifestado também pela imagem numa construção sucessiva de conceitos relacionados com o que se poderia fazer com o pavilhão, reforçando o facto de uma obra reconhecida e que custou muito dinheiro ao Estado ser deixada ao abandono. No terceiro e no último quadro, é possível ver, sucessivamente, representações de ações como é o caso dos meninos a andarem de skate e as pessoas a comerem e a conversarem na tasca (restaurante). Contudo essas representações de ações que denominamos narrativas não representam parte significativa da totalidade da imagem. Assim, as imagens, nesses *cartoons* são utilizadas para criar conceitos e reforçar a crítica do autor, não havendo a preocupação de representar uma cena interativa como vimos nos outros exemplos. O texto continua a questionar, pois, o significado dessa obra e essa ideia será expressa pela própria relação entre os tipos de discurso e a representação conceitual.

Como resultado da nossa análise, verificamos que o uso do discurso teórico atende a um papel específico diferente do que é normalmente utilizado em gêneros sem cariz humorístico. Sem dúvida, o discurso teórico, como foi mostrado nos exemplos, é utilizado para introduzir o tema, ou como parte do desenvolvimento temático ou ainda como fecho do texto e também como planificador textual. Em todos os casos, revela-se interagindo com o discurso interativo, o que consideramos ser uma estratégia para fazer humor nas “mãos” dos cartoonistas. Portanto, a relação entre o gênero de texto e os tipos de discurso, bem como a relação entre estes e os processos ou conceitos representacionais, aparecem de forma evidente na nossa análise.

5.1.2 - Configuração não faseada

Como já referimos, a configuração não faseada caracteriza-se por apresentar um único quadro, onde estarão simultaneamente o introdutor, o desenvolvimento e o fecho temático, no qual estão organizados os tipos de discurso e a imagem. Deste modo, não há uma orientação temática quadro a quadro, mas um tratamento temático unificado, o que não invalida o fato de ser possível haver, num único quadro, turnos de fala representados por balões. Tal evidência leva-nos a concluir que o primeiro balão será marcado como introdutor enquanto o último será considerado fecho temático. No caso, a linguagem não verbal englobará estes elementos, geralmente, num único tipo de representação. Vejamos, a seguir, dois exemplos:

Exemplo 5:



Diário de Notícias, 21/01/2006

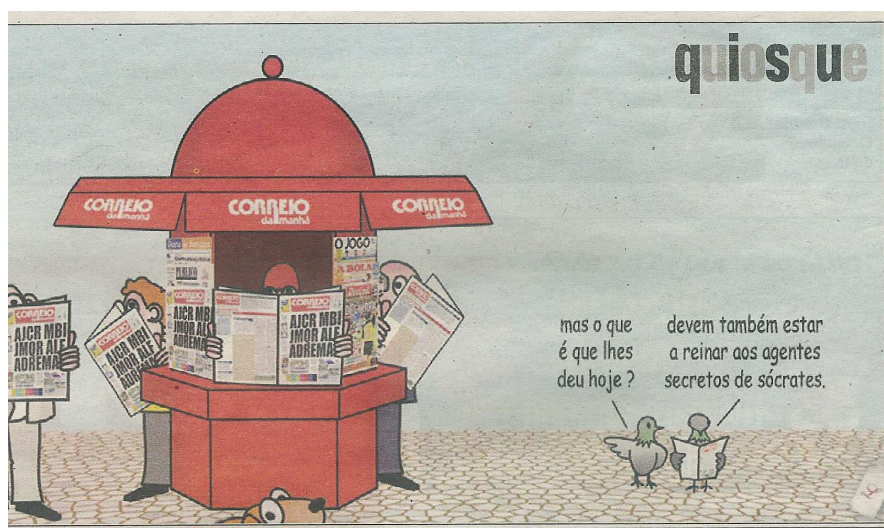
A organização temática verbal aparece aqui como um processo verbal caracterizado pela fala do participante representado e pelo pequeno balão amarelo colocado à direita, na parte inferior do cartoon. No balão que representa a fala, as marcas linguísticas que apontam para a presença do discurso interativo são as de agentividade implícitas: a presença da terceira pessoa do singular com valor de segunda pessoa (*você*) do singular

e a presença da primeira pessoa do singular (*eu*). Ambas são perceptíveis a partir da flexão verbal. Com relação à temporalidade, a primeira ocorrência é a forma verbal, *quer saber*, numa construção que indica o futuro próximo através do verbo no presente do indicativo mais infinitivo, marcando um valor de posteridade perto da simultaneidade. O objeto direto, *em quem vou votar*, também apresenta um valor temporal de posteridade próxima da simultaneidade com a construção verbal no futuro perifrástico (ir+infinitivo), o qual, já falamos na análise do texto 1, é uma das marcas do discurso interativo. Ainda podemos acrescentar a presença das interjeições “*psst! Hé!*” com a função de chamar a atenção do outro participante representado que, na imagem está caminhando; e também da interrogativa *quer saber em que vou votar...?*. Já o outro segmento linguístico, *o dia de reflexão*, não se caracteriza como um processo verbal, pois não representa a fala do participante representado. Consideramo-lo, então, como um fecho temático que orienta o leitor para a compreensão do tema. O dia de reflexão refere-se ao dia anterior às eleições, no qual não é permitido fazer campanha política, tendo o objetivo de ser um momento para o eleitor decidir a quem vai dar o seu voto. Ao ler o enunciado, sem termos conhecimento sobre esse dia em particular, poderíamos supor tratar-se do discurso teórico, uma vez que não há marcas de agentividade explícitas nesse trecho. No entanto, ao conhecermos o que é o *dia de reflexão*, por sabermos previamente ser um dia específico dedicado para ponderar a opção de voto, podemos considerar que este nome próprio indica a implicação do mundo ordinário do produtor, apontando para a presença do discurso interativo.

A imagem que está estruturada em uma única cena ressalta o processo de ação transacional expresso pelo caminhar de um dos participantes representados. O processo de ação e reação unidirecional, é observado quando o participante representado faz a ação de esconder-se no momento da interpelação (processo verbal que indica fala), enquanto olha para o outro que caminha. Este mostra um olhar de surpresa em direção ao leitor, o que resulta na realização de um processo de reação não transacional, pois, na verdade, não é possível ver para quem ele olha. A construção do humor está, assim, associada a um cariz de transgressão, porque o autor procura satirizar o dia em que não se pode fazer campanha ao mostrar um personagem escondido (só é possível ver uma parte do rosto além do encobrimento pelo uso do chapéu) a perguntar ao outro se quer saber para quem é o voto. Em caso extremo, a transgressão poderia ser considerada como “fazer campanha” o que explicaria todo o cenário construído à volta do tema

“revelar algo proibido”. Não podemos deixar de ressaltar que a compreensão só é possível juntando todos os elementos do texto: imagem e processo verbal, com a indicação dada no fecho temático de ser o *dia de reflexão*.

Exemplo 6:



Correio da Manhã, 03/02/2006

Com relação à organização verbal, o discurso interativo aparece como introdutor temático, marcado pela oração interrogativa, *mas o que é que lhes deu hoje?*. A temporalidade é expressa pela presença da forma verbal no pretérito perfeito simples *deu* mais o deíctico *hoje*. A combinação *deu hoje* revela um valor temporal de anterioridade, mas é incluída entre os dois limites de duração, apontando para uma localização de simultaneidade, em uma construção de presente. Esta questão é reforçada quando analisamos o deíctico *hoje*, pois, este possui no texto um papel central. Semanticamente, o *hoje* expressa um corte que divide o tempo em dois momentos que se opõem: um *ontem*, passado, e um outro, *amanhã*, futuro. Tendo, assim, um valor de simultaneidade, porque a indicação do *hoje* refere-se ao momento em que é feita a pergunta. Assim, há uma relação temporal conjunta à da ação de linguagem e, também, pode ser relacionada à data da publicação do *cartoon*. A resposta do outro participante representado, *devem também estar a reinar de agente secreto do Sócrates*, configura-se como fecho temático. A construção verbal, *devem estar*, mostra um valor modal epistémico associado à possibilidade, ocorrendo um valor temporal

relacionado ao *devem estar*, configurando-se, desta forma, numa sugestão de ação que está em curso no *hoje*. Queremos destacar o papel do advérbio *também* nesta oração, uma vez que se relaciona com o fazer de duas ações; a primeira é indicada pela imagem, *leitura do jornal*; a segunda é expressa pelo verbal, *ser espião do Sócrates*. É frequente haver leituras de jornal (inclusive pelos pássaros) na série *Quiosque* e no *Bartoon*, mas é inusitada a falta de comentários sobre a notícia lida por parte dos participantes representados, levando-nos a concluir que o fato de todos estarem a ler o jornal é um disfarce para melhor recolherem informações secretas para serem transmitidas ao primeiro ministro, Sócrates. O uso do *também* estabelece uma relação direta entre o verbal e o não verbal, que só é possível entender através do funcionamento anafórico desse advérbio quando observamos a imagem. Ainda com relação ao fecho temático, acreditamos tratar-se do DT, uma vez que a agentividade é expressa pelo uso implícito da terceira pessoa do plural, [*eles*] *devem*. Contudo, mais uma vez, encontramos um exemplo do DT que é do tipo não puro, já que o nome próprio *Sócrates* refere-se ao primeiro ministro de Portugal, configurando-se como uma marca de implicação do mundo ordinário na ação de linguagem.

Como relação aos processos realizados pela imagem, do lado esquerdo, vemos os personagens a lerem as notícias, enquanto do lado direito os pássaros fazem o comentário, ao mesmo tempo que lêem o jornal. Como já temos vindo a afirmar, este quadro apresenta dois processos: um de ação transacional (leitura do jornal, apontar e conversar), razão pela qual conseguimos visualizar não só a ação, como também o fenómeno; e outro, de reação unidirecional, que é fixado pela imagem ao mostrar um dos participantes (pássaro) a ler o jornal, enquanto o outro o olha e interpela. Nesse caso, apesar de a imagem mostrar o pássaro com o jornal aberto, o processo verbal não se caracteriza como a leitura de uma notícia, como foi mostrado nos exemplos 1 e 3, mas como a resposta à pergunta. O tema desse *cartoon* tem relação com as *escutas telefónicas*, mencionadas no exemplo 4. Quando este caso foi levado a público, houve acusações de que teria sido o primeiro ministro a dar a ordem de “grampear os telefones”, embora tal possibilidade seja inverosímil, pois o telefone do próprio Sócrates também havia sido grampeado.

5.1.2.1 - O caso da dupla temática

Como parte dos *cartoons* não segmentados, temos toda a série *Quiosque*. Contudo, encontramos em alguns dos textos que compõem esta série uma característica peculiar no tratamento temático. Estes *cartoons* em particular, embora a sua concepção seja de uma cena única, muitas vezes apresentam dois temas diferentes, alvos de comentários no mesmo texto. Podemos, então, dizer que há uma divisão temática, na qual é possível reconhecer dois temas diferenciados a serem trabalhados num espaço único. Os participantes representados inseridos no Quiosque são tanto os personagens humanos como são os pombos ao realizarem processos verbais. Ambos são representativos do povo português e marcam a divisão temática e, tal como acontece no exemplo anterior, a dimensão representacional da imagem apresenta processos tanto de ação (leitura do jornal) como de reação, transacionais ou não. Para ilustrar, apresentamos mais um exemplo em que mostra essa particularidade da dualidade temática.

Exemplo 7:



Correio da Manhã, 28/01/2006

Este exemplo mostra um caso em que existe essa dualidade, tanto ao nível do tema global como do específico. Os participantes representados à esquerda comentam sobre o fato do clube de futebol português *Sporting* ter condecorado o então presidente da república portuguesa *Jorge Sampaio*. Neste caso, o primeiro balão traz o discurso interativo que introduz o assunto, seguido do comentário expresso pelo tipo misto (interativo-teórico) que, neste caso, faz o fecho do primeiro tema. A presença do discurso interativo, no primeiro balão, caracteriza-se principalmente pela forma verbal, *vai oferecer*, no futuro perifrástico, marcando um valor temporal de posteridade próxima da simultaneidade. Apesar da falta de marcas de primeira e segunda pessoa que apontem para a agentividade, consideramos que o uso dos nomes próprios *Sporting* e *Sampaio* indicam o discurso interativo como uma sinal de implicação do mundo ordinário do produtor. Este tipo de discurso aliado à imagem dá-nos a ideia que o participante representado está a reproduzir uma notícia que acabou de ler no jornal aberto. O discurso misto (interativo-teórico) apresenta como marca de discurso interativo o nome próprio, *GNR*; a agentividade de primeira pessoa, *me*, ligado à forma verbal, *parece*, com temporalidade no presente; e ainda o marcador temporal *numa semana* com valor exofórico, uma vez que só sabemos qual foi a semana exata ao lermos as notícias sobre as condecorações dada por Sampaio. Esta informação não está explícita no texto. Como marcas de DT temos: a presença dos pronomes, *ele e lhe*, com valor anafórico, pois retoma *Jorge Sampaio*, já citado anteriormente; e ainda o verbo, *condecorou*, no pretérito perfeito simples, marcando um valor de anterioridade. Como já constatamos nos exemplos anteriores, o eclodir do humor está no fecho temático, pois o comentário do participante representado incide sobre as condecorações do presidente Jorge Sampaio, tornando implícito o fato de não existir critérios nessas condecorações. Por isso, o autor satiriza a própria condecoração que Sampaio recebeu do clube de futebol *Sporting* ao insinuar que não passa de um prémio de consolação.

Do lado direito, observamos os pombos a comentarem a política internacional e, especificamente, o âmbito das eleições palestinianas, sendo, no geral, o assunto tratado pelo discurso interativo, em ambos os balões. No primeiro, faz-se constar a presença do discurso relatado, *George Bush perguntou:*, que se encontra na estrutura de discurso direto, considerado uma variante do discurso interativo. Em um nível micro, podemos dizer que há uma fusão de tipos de discurso ao verificarmos o trecho *face ao resultado das eleições palestinianas* como sendo DT e *George Bush perguntou:* como DI.

Contudo, o termo *eleições palestinianas* tem referência ao mundo ordinário do produtor e, assim, preferimos considerá-lo como DI. Como foi assinalado, o trecho, *o que fazer quando ganham os maus?*, apresenta um valor temporal de posteridade próximo da simultaneidade, ao perguntar em que momento a ação deveria ser feita, *o que fazer*, a partir de uma outra ação, *quando ganham os maus*, localizada no presente, tanto pela conjunção *quando* como também pela forma verbal *ganham*, no presente do indicativo. O último balão é aqui considerado como o fecho da segunda temática. No caso, trata-se da ocorrência do tipo misto. Certamente, a expressão *vês?...*, é encarado como discurso interativo tanto por se tratar de uma interrogação quanto pela presença da segunda pessoa do singular na flexão verbal. O DI, nesta circunstância, é também reforçado pelo uso do verbo no presente o que indica o valor de simultaneidade. Já o segundo trecho, *...o bush também é capaz de ter dúvidas filosóficas...* apesar da presença do nome próprio, *Bush*, fazer referência ao presidente do Estado Unidas na altura da publicação desse cartoon, parece-nos apontar para o DT do tipo não puro, pelo fato de haver o uso da declarativa com falta de pronomes indicadores para os agentes da produção e a presença do verbo *ser* no presente do indicativo, indicando um presente genérico.

A dualidade temática é, pois, marcada não só pelo verbal como também pelo não verbal. Os participantes representados humanos comentam um assunto, enquanto os pássaros abordam outro, apesar de ambos partilharem as mesmas circunstâncias de cenário. Em ambos os grupos, os personagens realizam tantos processos verbais como processos de reação transacionais unidirecionais. Dos 32 *cartoons* que compõem o “Quiosque”, a dualidade temática vai aparecer em 14 textos.

Para concluirmos, com relação ao discurso interativo, as marcas que podemos apontar nos *cartoons*, em geral, são: a) a entrada imediata no assunto - típica de textos orais; b) a presença de unidades que remetem aos agentes da interação como os pronomes de 1ª (*eu, me*) e 2ª (*tu e te*) pessoa, em alguns casos, os de 3ª pessoa (*lhe*) quando este possui um valor deíctico; c) o uso de nomes próprios; d) a ocorrência de interpelações; e) presença de marcas conversacionais; f) presença de frases não declarativas, nomeadamente, as interrogativas contidas nos diálogos e as exclamações; g) o uso de deícticos; e h) a ocorrência dos tempos verbais formados essencialmente pelo presente e pelas formas de futuro perifrástico, o que aponta para a construção de valor temporal de simultaneidade ou com localizações próximas da simultaneidade.

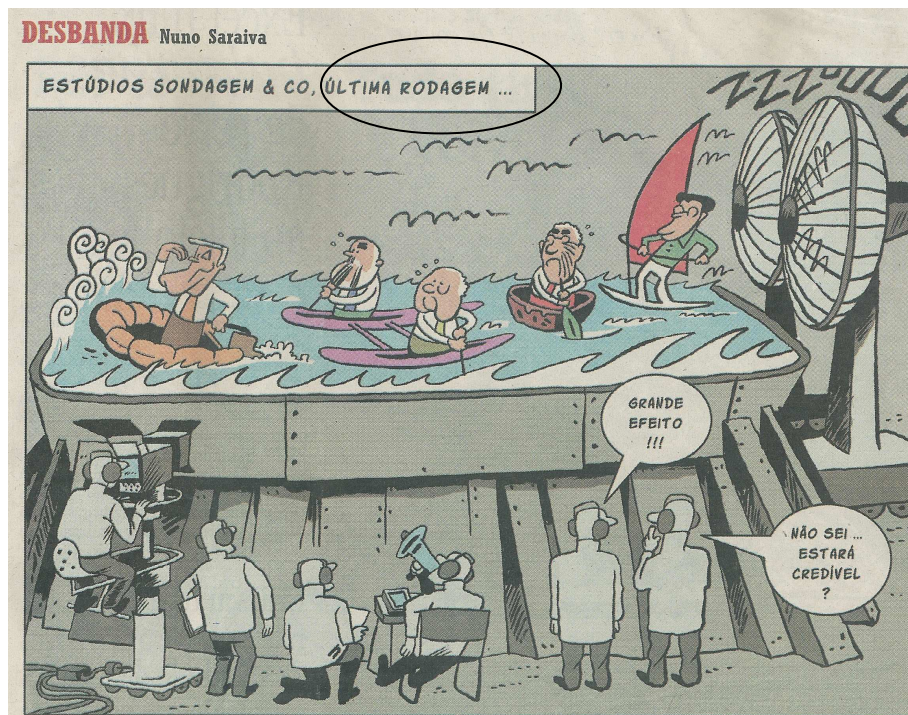
Outras marcas que salientam as operações presentes nos textos e que também apontam para a criação de um mundo do expor implicado são a ausência de qualquer origem espaço-temporal e a própria presença de diálogos entre, pelo menos, dois participantes representados. Além disso, a representação narrativa circunstancial dá-nos acesso ao contexto físico da interação encenada, o lugar da produção encenada e o momento da produção encenada.

Já para o discurso teórico, as marcas identificadas que o caracterizam foram a presença de frases declarativas, normalmente inseridas dentro das notícias perceptíveis pela representação da leitura do jornal. A ausência de unidades deícticas temporais ou marcantes agentividade; ainda destacamos a ocorrência de unidades conhecidas como organizadores com valor lógico-argumentativo (cf. Bronckart, 1999). Acrescenta-se a presença dos tempos verbais característicos desse tipo de discurso.

Presença do tipo de discurso Narração

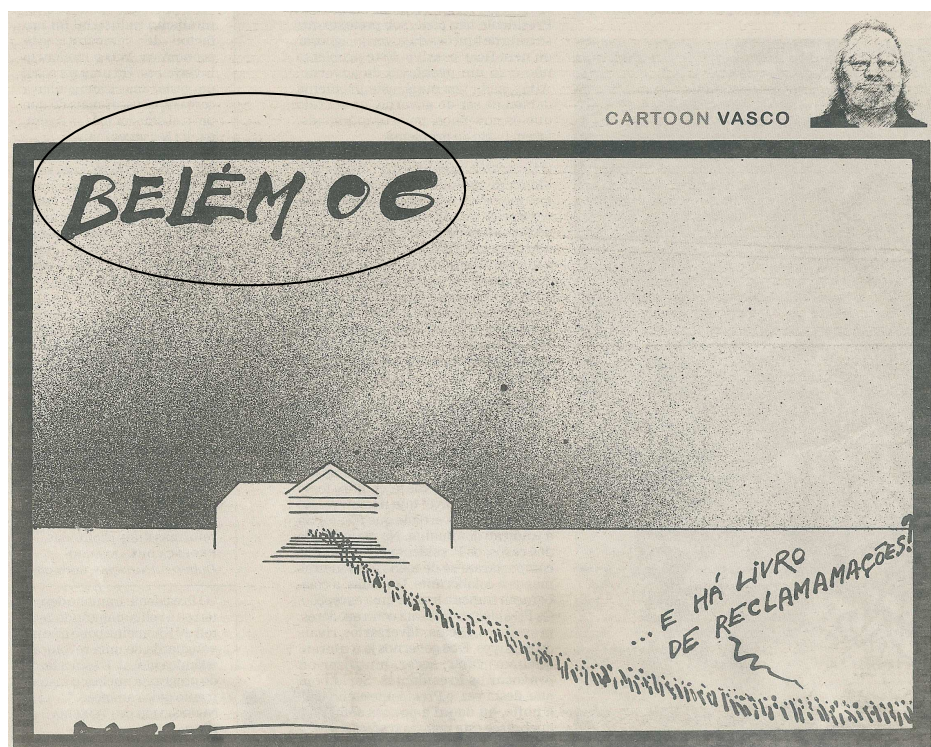
Como temos vindo a afirmar, o mundo discursivo encontrado nos cartoons mostra uma relação de conjunção, quando examinados os dois planos de interlocução, e, sobretudo, uma relação de implicação ao considerarmos que, no segundo plano de interlocução, há a encenação de uma interação imediata. No entanto, em nosso *corpus*, encontramos marcas de ocorrência do *Narrar* em dois cartoons do tipo não faseado. Essas marcas apontam para uma *origem espaço-temporal explícita* dentro dos textos. Vejamos os dois cartoons abaixo:

Cartoon C:



Público, 20/01/2006

Cartoon D:



Público, 22/01/2006

Para o cartoon *Desbanda*, publicado no dia 20/01/2006, a marca de temporalidade, *última*, pode indicar um mundo discursivo *disjunto*, uma vez que aponta para a última rodagem com referência ao filme que está a ser encenado no cartoon. Não obstante, o adjetivo, *última*, também pode referir-se aos derradeiros dias de campanha eleitoral, sendo a cena uma representação da “corrida” até à presidência. Considerando este último caso e também o fato de assistirmos a uma cena de interação imediata, é possível afirmar que o mundo discursivo é conjunto, marcando uma espécie de “co-ocorrência” do *Expor* e do *Narrar*. O mesmo acontece com o cartoon publicado no dia 22/01/2006, do autor Vasco. Este exemplo também traz uma ocorrência de origem espaço-temporal explícita, *Belém 06*. A diferença consiste no fato de que, neste caso, o mundo discursivo é situável no mundo ordinário, pois refere-se ao Palácio de Belém, lugar onde moram os presidentes de Portugal durante o seu mandato. Essa marca espaço-temporal explícita, juntamente com a longa fila mostrada pelo desenho, dá uma indicação ao leitor de que há muitos candidatos para a presidência de Portugal. Pelo menos, para o autor, mais do que deveria haver. Assim, podemos considerar que a encenação constrói uma relação de implicação, o que nos faz concluir que esse cartoon está no *Expor*, apesar do espaço-temporal explícito apontar para uma disjunção.

5.1.2.2 – Grau zero dos tipos de discurso

Ao longo dos exemplos apresentamos a construção dos mundos discursivos nos *cartoons*, mostrando os seguimentos linguísticos reveladores dos tipos de discurso do “Expor”. Nessas análises, foi apresentado que a imagem também participa na construção deste mundo discursivo, aliando-se às marcas de temporalidade e agentividade próprias dos TDs. Foi mostrado igualmente que os tipos de discurso semiotizados nos *cartoons* atendem a um papel específico na organização temática dos textos. Em todos os exemplos, foram identificadas as características linguísticas que atestam o discurso interativo e o teórico. Bronckart (1999:155) deixa claro que “os mundos discursivos, assim como as operações em que se baseiam, não são identificáveis senão a partir das formas linguísticas que os semiotizam, sendo eles, portanto dependentes dessas formas linguísticas”. Contudo, ainda nesses exemplos, temos vindo a mostrar que a imagem participa também na identificação dos mundos

discursivos, apresentando inferências sobre o conteúdo temático e o contexto, e participa nas situações da ação de linguagem, com informações sobre os parâmetros que constroem estes mesmos mundos discursivos. Nesses exemplos, há sempre a presença de alguma das marcas linguísticas já aqui apontadas que trazem informações sobre a agentividade e a temporalidade.

No entanto, dentro do corpus, há *cartoons* em que a linguagem não verbal tem um papel primordial, havendo pouquíssima ou quase nenhuma linguagem verbal. Como não podemos negar que eles também transmitem ideias ou opiniões, consideramos também esses textos ações de linguagem. Se assim é, como podemos reconhecer os tipos de discurso que são mobilizados nestes casos? Adotando uma posição mais radical, seria impossível pensar na questão, contudo, não podemos deixar de admitir tratar-se de textos multimodais, o que implica um processo de leitura tanto do verbal quanto do não verbal, numa interação de linguagens que advém do seu processo de produção. É nesses processos que temos vindo a afirmar que os mundos discursivos são mobilizados pelos agentes.

Para responder à questão anterior, em primeiro lugar, é importante lembrar-nos que o gênero, tal como proposto no primeiro capítulo, implica um funcionamento social que começa no reconhecimento do seu papel dentro das sociedades. Em segundo lugar, é preciso ter em mente que, numa determinada ação de linguagem, o primeiro passo é a escolha do gênero e depois o da arquitetura interna da produção textual. Também foi argumentado que o processo de compreensão segue esse mesmo caminho, uma vez que o leitor irá reconhecer o gênero e só então perceber os elementos da arquitetura textual que vão estar presentes em interação, como discutido no capítulo anterior. Este processo traz à memória do leitor as propriedades linguísticas, temáticas (cf. Beguin-Verbruge, 2006) e funcionais do gênero reconhecido. Assim, na recepção textual, o leitor constrói novas proposições, levando em conta outras que foram fornecidas anteriormente. De acordo com Marcuschi (1985), o processo inferencial torna o leitor um co-autor do texto e o responsabiliza pela compreensão textual. Quando um texto tem elementos não verbais, a atividade inferencial parte da imagem que, segundo Beguin-Verbruge (2006), será feita tanto numa perspectiva global (a partir da marca gráfica do texto) quanto numa perspectiva analítica (a partir das relações entre os elementos que pertencem ao texto). Essa atividade também será feita a partir do texto e do seu

contexto, como já especificamos aqui. Portanto, o leitor, dentro da atividade de recepção, reconhece um modelo e esse reconhecimento determinará, ainda segundo Beguin-Verbruge, de maneira quase instantânea a direção de construção do sentido.

Feitas estas considerações, podemos, então, concluir, que a percepção dos mundos discursivos também faz parte do processo inferencial. Isso explica o porquê de sabermos intuitivamente, somente lendo a imagem, quais os arquétipos psicológicos envolvidos no processo de produção do texto, apesar de não haver marcas linguísticas que apontam para a temporalidade. Vejamos o exemplo abaixo:

Exemplo 8:



Revista “correio da manhã” 15/01/2006

As informações relativas a este *cartoon* são transmitidas essencialmente pela imagem. Como foi falado, a caricatura de uma personalidade reconhecida socialmente realiza uma representação conceitual o que explica as informações que são obtidas unicamente a partir do traço do desenho sobre o personagem que está retratado no *cartoon*. Neste caso, vemos a caricatura por amplificação de Mário Soares, político português reconhecido internacionalmente que, à altura da data da publicação do

cartoon, era candidato à Presidência da República de Portugal. A imagem mostra o participante representado atirando os dados aos alvos cujos nomes são **Cavaco** e **jornalistas**. É evidente que neste texto não encontramos marcas linguísticas de temporalidade e agentividade. Contudo, sabemos que há uma representação narrativa que explicita um processo de ação transacional unidirecional – o lançamento de dardos – e uma representação conceitual – Mário Soares a fazer pontaria aos alvos (Cavaco e jornalistas). Os dois tipos de representações unidos constroem visualmente o texto dando o devido significado ideológico: Mário Soares, político de esquerda e opositor ao candidato da direita “Cavaco Silva”. Nesse momento, os vocábulos **Cavaco** (nome próprio que implica o candidato à Presidência da República de Portugal e rival de Mário Soares), e **jornalistas** (apesar da falta do artigo definido podemos inferir que esse substantivo se atribui especificamente aos jornalistas portugueses) vão ser as únicas marcas linguísticas a direcionarem a nossa compreensão para os parâmetros de conjunção do mundo discursivo representado. Será a relação visual e lexical que construirá os significados do texto. A primeira das inferências parte do conhecimento de que o gênero é o *cartoon*, a segunda é o conhecimento dos parâmetros de ação de linguagem e da relação entre esses parâmetros e o conteúdo temático. Desta forma, o arquétipo psicológico perceptível aqui se constitui a partir da compreensão de que as coordenadas que organizam o conteúdo temático e as do mundo ordinário funcionam em conjunto com as da interação entre o autor e o leitor. Isto é, as marcas linguísticas (Cavaco e jornalistas) e as representações narrativa e conceitual (através da representação da caricatura de Mário Soares) ativam conhecimentos que são inferenciais a partir também do mundo ordinário. Neste exemplo, a única marca explícita do agente-produtor é a assinatura, mas não parece ser estabelecido como uma referências deítica típica (como é o caso dos pronomes de primeira e segunda pessoas). Mesmo assim, podemos inferir que este texto traz o mundo discursivo **Expor**. Por conseguinte, é principalmente pela imagem que o agente-produtor manifesta, claramente, o seu posicionamento ideológico com humor, transmitindo através da sátira.

5.2- Organização Interacional

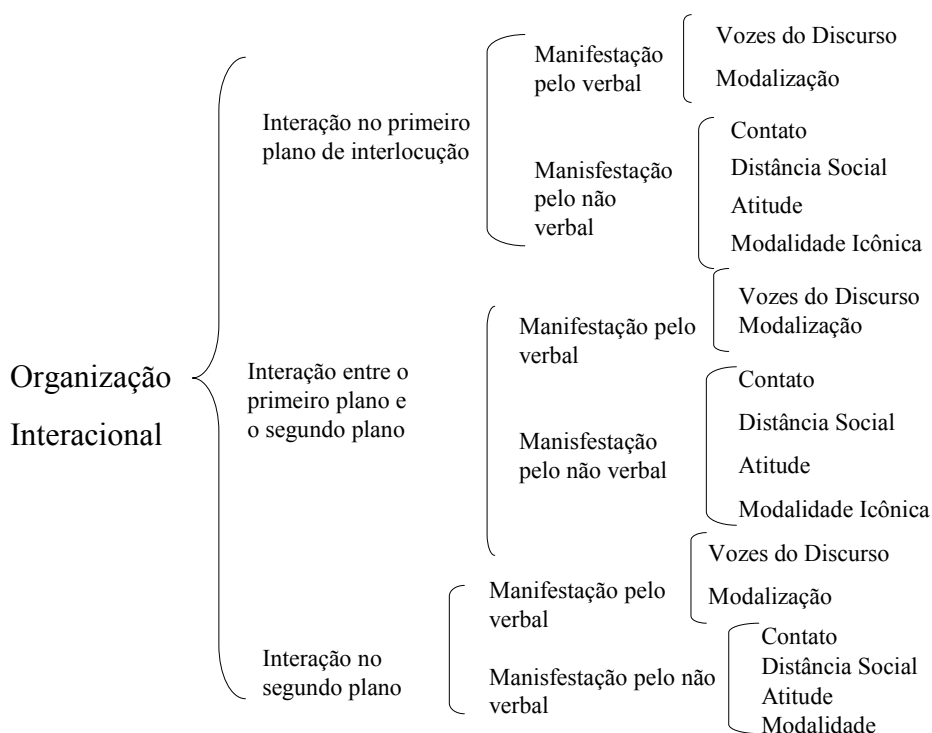
A nossa proposta de análise identifica uma segunda categoria, a organização interacional, que compreende modos de manifestar a interação. Para o efeito, entendemos necessário pôr em evidência o agenciamento das instâncias enunciativas, em que incluiremos o papel do leitor. A manifestação da interação na organização interacional do *cartoon* compreende tanto os elementos verbais quanto os não verbais. Conforme foi explicado no capítulo anterior, na mesma linha de pensamento de Kress e van Leeuwen (2001), também nós consideramos a interação em três aspectos principais. O primeiro alude à relação entre os participantes interativos, o autor e o seu leitor. Este caso verifica-se quando o produtor interage diretamente com o leitor, havendo a presença de marcas que evidenciam essa interação. Assim, nesse primeiro tipo, assinalamos que não há dois planos de interlocução. A interação é estabelecida em um único plano, geralmente, ocorrendo quando o texto não apresenta uma encenação. A este caso, chamaremos de *interação no primeiro plano de interlocução*. Encontramos, no corpus, 8 *cartoons* que se enquadram nessa categorização.

O segundo aspecto refere-se à relação entre os participantes representados (personagens) e o produtor (cartoonista) ou leitor. Os *cartoons* que se inserem neste grupo mostram uma aproximação entre os planos de interlocução. Essa ligação entre personagens e o leitor ou produtor é marcada por unidades linguísticas que remetem para os participantes da interação dos dois planos, e, também por unidade não verbais que evidenciam um contato do personagem com o seu leitor ou produtor. Neste caso, apesar de ser possível haver os dois planos de interlocução, eles se anexam, formando um plano único. Nomearemos esse segundo caso de *interação entre o primeiro plano e o segundo plano de interlocução*. Na categoria, contamos 4 *cartoons*.

Por último, o terceiro aspecto expõe a relação entre os participantes representados dentro do co-texto. Para esse terceiro modo de manifestar interação, os dois planos são distintos, havendo interação autor e leitor, mas sem existirem marcas explícitas desses interlocutores no segundo plano de interlocução. As marcas de interação encontradas são referentes unicamente à relação entre os personagens. Neste caso, há uma sobreposição dos dois planos de interlocução. Denominaremos esse

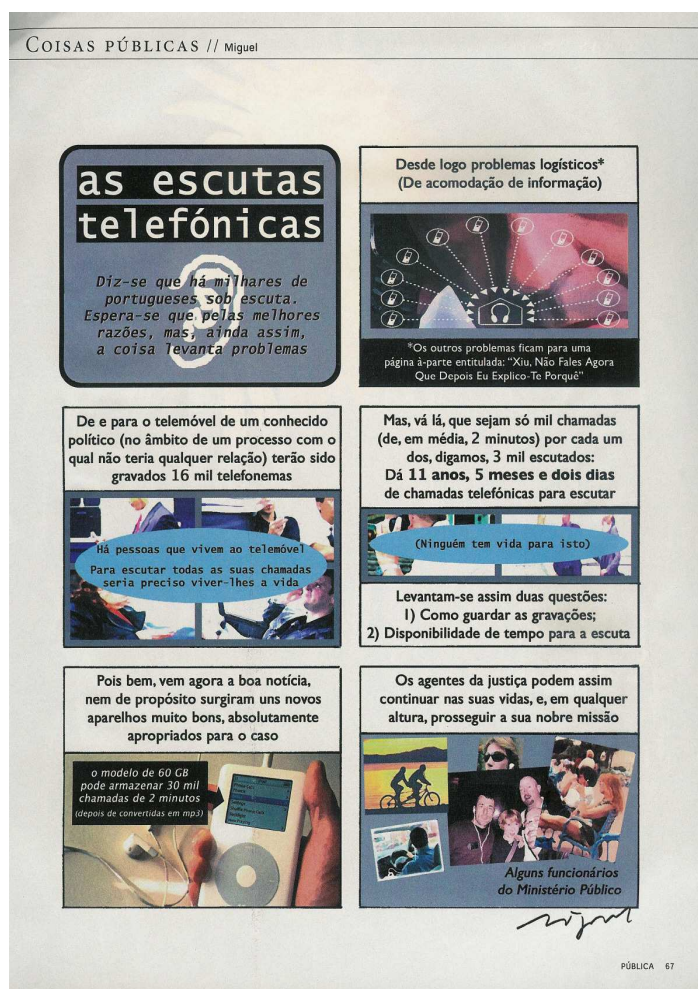
terceiro grupo de *interação no segundo plano de interlocução*. A maioria dos cartoons encontra-se nessa categoria, contabilizando 123.

Nestes três grupos, procuraremos destacar, na *manifestação interacional pelo verbal*, os mecanismos de tomada de responsabilidade enunciativa propostos pelo ISD, isto é, as vozes no discurso e a modalização, que expressam marcas de dialogismo. Com relação à *manifestação interacional pelo não verbal*, a categoria interativa da GDV responde aos nossos questionamentos, mostrando que as imagens também estabelecem uma interação nos três aspectos referidos acima, revelando posicionamentos enunciativos e pontos de vista. De fato, o que queremos evidenciar é que as categorias verbais e não verbais estarão em constante interação. Afinal, são esses os mecanismos responsáveis pelos processos de interação no e pelo texto. Vejamos agora alguns exemplos representativos que mostram a manifestação da interação pelo verbal e não verbal, e conseqüentemente, a manifestação das vozes no discurso, em sua exteriorização e organização, como também a modalização. Vejamos essas categorias no esquema abaixo:



5.2.1 - A interação no primeiro plano de interlocução

Exemplo 9:



Revista Pública, 05/02/2006

As marcas de agentividade nos mundos discursivos, que encontramos na organização temático-representacional, também podem revelar a presença, ou não, do autor e /ou leitor na organização interacional. Os *cartoons* que fazem parte da série *Coisas Públicas* são um caso paradigmático dentro do nosso corpus, razão pela qual entendemos necessário elencar as principais conclusões da análise da organização temático-representacional nesta série. Em suma, podemos constatar que estes *cartoons* não apresentam uma teatralização de diálogo entre dois participantes representados; que o papel do discurso teórico tem como estratégia de humor a construção da ideia de

semelhança com textos científicos; a inexistência de marcas de agentividade apontando para o participante representado; e ainda a ocorrência de discurso interativo que traz marcas que aludem para o produtor. A partir destas premissas, verificamos que este texto, na organização interacional, apresenta um único plano de interlocução, uma vez que o autor dirige-se diretamente para o leitor do seu *cartoon*.

Com relação à manifestação da interação pelo verbal, reconhecemos a voz do autor do texto, através de marcas como o seu nome colocado no início do texto e a sua assinatura no canto inferior direito. Também, nos segmentos que possuem ocorrência de discurso interativo encontramos marcas de primeira pessoa que, nesse caso, referem-se diretamente ao autor do texto. O trecho, *xiu, não fales agora que depois eu explico-te porque*, localizado no segundo quadro, traz como marca explícita da voz do produtor o pronome *eu* e a flexão da forma verbal *explico* (que indica o uso dessa primeira pessoa do singular). A presença do leitor faz-se sentir pela marca de segunda pessoa do singular na flexão da forma verbal, *fales*, e o uso do pronome de segunda pessoa *-te* junto ao verbo *explico*. Essas marcas verbais evidenciam a interação da voz do autor com o leitor, a qual é reforçada também pelo uso da interpelação para pedir silêncio, *xiu*, e pela ordem dada ao leitor, *não fales agora*.

Relativamente à modalização verbal, já referimos, no capítulo 2, que as operações de modalização constroem relações entre o enunciador e a relação predicativa. São essas relações que vão indicar os conhecimentos ou as possíveis interpretações do enunciador sobre o acontecimento. Assim, o estudo dessa categoria na organização interacional irá revelar uma atitude do produtor (de certeza, impossibilidade, solicitação, etc.) no que diz respeito ao que enuncia, refletindo, deste modo, a maneira como o sujeito-enunciador vê o processo ou a ação. No caso, o valor modal pode ser definido como uma categoria expressa pela atitude e opinião do *autor* sobre um acontecimento ou aspectos determinados no texto e, assim, pode estar presente em toda a enunciação e se realizar através de diversas unidades.

Este exemplo constroí-se com frases declarativas. Palmer (1986) chama a nossa atenção para um dos aspectos que caracteriza a declarativa, quando mostra que a maioria das línguas, se não todas, têm um meio claro de indicar que o orador faz uma afirmação que ele acredita ser verdade. Isto é o que podemos chamar enunciados

“declarativos”. Apesar desse autor considerar a posição de Lions (1977) sobre *factivity* (*factuality*), na qual defende que as declarativas podem ser inseridas num universo não-epistêmico, Palmer (1986) afirma que tal não impede que um estudo sobre as declarativas indique para a existência de um sistema modal epistêmico “não-marcado” ou com um marcador zero (cf. Campos, 1997). Para esclarecer essa afirmação, Palmer (1986) apresenta dois principais argumentos. No primeiro, declara ser razoável supor que, ao proferir uma sentença declarativa, o orador pode expressar sua opinião a partir do que acredita ser verdadeiro ou mostrar o seu conhecimento sobre o que declara. No segundo, apresenta a declarativa como uma sentença complexa ao contrário de algumas correntes dentro da linguística e filosofia. Sendo assim, o autor aconselha um atento estudo sobre esse tipo de enunciado. Portanto, diante do que foi exposto, concluímos que as operações de modalização inerentes aos enunciados construídos nesse texto podem ser consideradas, inicialmente, do tipo epistêmico. Este dado, de certa forma, reforça o carácter de uma opinião sobre as *escutas telefônicas* que o autor procura mostrar como verídica ou, pelo menos, baseada em fatos verídicos, passando ao leitor a sensação de estar diante de um texto com características do tipo científico ou acadêmico. Também, dentro dessas declarativas, o autor mescla essa modalização epistêmica com modalizações do tipo *apreciativa* em frases como ***Espera-se que pelas melhores razões***, e, ***Para escutar todas as sua chamadas seria preciso viver-lhes a vida***, ou ainda, ***Ninguém tem vida para isto***. Nestes enunciados, constam avaliações de alguns aspectos do conteúdo temático que procedem da voz do autor, a qual é a fonte desse julgamento. Esta opinião é marcada principalmente pelo próprio significado do verbo *espera-se*, pelo futuro do pretérito, marcando a condicional em *seria preciso* e pela *ninguém tem vida para isto*, que dentro do texto adquire um valor apreciativo sobre o escutar todas as chamadas telefônicas de uma vida, revelando uma crítica ao número de horas de gravações de telefones grampeados. O texto mostra, pois, que, mesmo na modalização epistêmica, está inerente uma avaliação subjetiva sobre o conteúdo temático, criando o efeito de sátira no argumento do cartoonista. A posição ideológica congrega marcas de discurso interativo e discurso teórico, juntamente com as de interação entre o autor e leitor, presentificando-se como uma estratégia para a construção do humor. Ainda sobre a modalização, neste exemplo, temos uma especial atenção para o uso do verbo *poder*, tipicamente modal, em ***Os agentes da justiça podem assim continuar nas suas vidas, e, em qualquer altura, prosseguir a sua nobre missão***. Segundo Palmer (1986), não há dúvidas de que os verbos modais podem ser inseridos

tanto num universo de valor modal deôntico quanto epistêmico. O verbo *poder*, quando usado para dar permissão ou ordem, pode ser interpretado como uma marca linguística da modalização deôntica. Desta forma, vemos que o verbo *poder* é um clássico operador modal que tanto pode indicar um valor de conhecimento localizado no domínio do incerto (modalização epistêmica) como também pode indicar permissão ou obrigação (modalização deôntica). No caso em análise, é isto precisamente o que acontece com o verbo *poder*. No entanto, parece-nos importante referir ainda a construção da ironia que incide, essencialmente, sobre a *nobre missão*, mostrando um valor apreciativo ressaltado pelo adjetivo *nobre*, que no texto tem um valor negativo ao ser associado à ação de passar a vida a escutar os telefonemas grampeados.

Na *manifestação da interação pelo não verbal*, como foi explicado, as quatro categorias consideradas são o *contato*, a *distância social*, a *atitude* e a *modalidade visual*. No exemplo, não se estabelece contato pela imagem entre o produtor e o leitor. Aqui o autor realiza uma *exposição* que, enquanto leitores, resta-nos apenas apreciar, pois, sem uma convocação direta para participar, a interação entre autor e leitor mantém-se distante. Este efeito é reforçado pela distância social estabelecida ao trabalhar com o *plano médio*, na cena recortada, o que até resulta na dificuldade de perceber o que pretende ser mostrado pela imagem. Não sentimos proximidade, porque o não verbal não se configura em desenhos ou caricaturas de personagens, como é habitual encontrar em *cartoons*, mas em imagens que parecem fotos e esquemas. O tipo de “*atitude*” que encontramos neste exemplo é variável, dependendo da fotografia, como por exemplo é expresso na foto do último quadro, em que observamos tanto um *ângulo oblíquo* (um homem a dirigir) como também um *ângulo frontal* (três pessoas). Já a modalidade não-verbal apresenta-se próxima do real, uma vez que o autor utiliza-se de cor e de imagens, que parecem “reais”. Inclusive, o autor explica que a solução criada para os problemas das escutas telefônicas é um aparelho que permite aos agentes da justiça continuarem com as suas vidas. A presença da representação desse aparelho por uma foto que ocupa quase todo o quadro (cf. Quadro 5 do exemplo) procura dar a ideia da existência real do aparelho. As imagens parecem compor uma estratégia utilizada pelo autor do texto, para reforçar o carácter de texto científico. Com efeito, o uso do verbal para manifestar uma interação explícita entre o autor e o leitor, em contraponto com o fato de não haver essa mesma manifestação de envolvimento por

parte do não verbal, contribui para jogar com a expectativa do leitor, tornando-se, assim, uma forma particular do autor de dar a sua opinião e de fazer humor.

Exemplo 10:



Revista Pública, 22/01/2006

Este exemplo também é um caso de interação direta entre autor e leitor no primeiro plano de interlocução. No caso, não há teatralização com personagens. Os participantes representados realizam a categoria representacional do tipo *conceitual*. O autor vai apresentando os exemplos que confirmam o impacto de várias espécies na superfície terrestre. O sintagma nominal com valor genérico *o impacto da pegada de várias espécies na superfície terrestre* e a lista de pegadas apontadas no texto como também sua realização não verbal criam um efeito de humor. Este *cartoon* estabelece relação entre o significado de *pegada* como “vestígio que o pé deixa no solo”⁶ e *pegada* (ecológica) que se refere ao termo dado pelo professor Willian Rees, em 1992, para mostrar a quantidade de recursos naturais gastos por determinadas populações. Este

⁶ Esse significado foi retirado do verbete relacionado com a palavra *pegada*, do Minidicionário António Olinto da Língua Portuguesa, 2003. São Paulo. Editora Moderna, 2ª edição.

termo tornou-se um indicador de sustentabilidade da vida humana, cuja função é medir o impacto ambiental da ação humana. Dessa relação, faz-se notar um valor genérico associado à interpretação do *impacto das pegadas* que se propaga por todo o SN, uma vez que as espécies deixam pegadas. Enquanto os animais deixam pegadas com o primeiro valor associado, isto é, significando “marca do pé na terra”, o homem deixa não só a sua pegada como ela vai ter um impacto ambiental. O cartoonista brinca com o leitor ao relacionar a marca deixada na terra como um indicar de impacto ambiental. É na relação entre a pegada do homem e o seu efeito no solo, mostrando o resultado da sua pegada ecológica, que o leitor associa a destruição do solo pelo homem, sendo a imagem de um solo desertificado que corresponderá ao efeito da pegada. Este sintagma nominal, que configura-se como uma ocorrência de discurso teórico, apresenta uma verdade com valor genérico, pois encerra uma declaração com modalização epistêmica, que na relação do verbal e da sua representação não verbal, adquire também uma modalização apreciativa, reforçada no fecho temático.

Com relação ao não verbal, o contato é do tipo *exposição*. A distância social é dado pelo *plano fechado* em cada uma das pegadas, sendo salientado pelo fundo branco em detrimento ao uso da cor nos segmentos que estão desenhados as pegadas, o que apresenta uma modalização visual próxima do real, pois, apesar de ser uma caricatura, podemos reconhecer as pegadas, principalmente, a do homem que não mostra um pé, mas um calçado, evidenciando o fato de ser o único animal que usa sapato. O uso do *ângulo frontal*, reforça junto com o plano fechado, o valor de proximidade do autor com o leitor.

5.2.2 – Interação entre o primeiro e o segundo plano de interlocução

Exemplo 11:



Inimigo Público, 10/02/2006

No exemplo anterior, procuramos mostrar que marcas verbais como as que expressam agentividade podem ser consideradas como marcas de posicionamento enunciativo. Essas marcas, que também são indicadoras de ocorrência de tipos de discurso, podem manifestar a interação. Haver ou não marcas que evidenciam a presença do autor ou mesmo do receptor pode ser considerada como uma abordagem de ligação enunciativa entre os interlocutores, evidenciando, no caso, uma interação explícita entre o autor e leitor. O exemplo que iremos analisar agora é o caso de quando a presença da voz do autor no texto é expressa pela sua representação visual.

O cartoon *Há vida em Markl* do autor *Nuno Markl*, publicado no dia 10/02/2006 e intitulado *conversas com Deus*, exibe o autor como um participante representado pela imagem. O texto mostra o diálogo entre a imagem do cartoonista e a que representa Deus. Existem dois planos de interlocução em que o autor se auto representa, dentro do segundo plano, como um participante do ato semiótico. Na manifestação pelo verbal da voz do autor, além do nome, temos o uso do pronome pessoal e do determinante

possessivo, como também da flexão verbal, que indicam a presença da primeira pessoa do singular, ***eu te ponho nos meus cartoons***. Esta ocorrência na fala do cartoonista representado implica a agentividade do produtor do *cartoon*, referindo-se diretamente ao autor, Nuno Markl. No entanto, o leitor não é convidado a participar da cena de interação nem pela manifestação do verbal, nem pela interpelação da imagem. A representação do autor constrói uma interação com o participante que representa Deus. Portanto, as marcas de segunda pessoa da fala do cartoonista referem-se à voz do personagem que está representado na imagem. Essa interpretação é reforçada pelo fato do contato ser do tipo *exposição*, o que revela não existir interação direta entre o participante representado e o leitor. Contudo, este cartoon estabelece proximidade, uma vez que a distância social é expressa pelo *plano fechado*, no qual vemos o cartoonista e Deus como próximo do leitor, indicando haver um maior envolvimento entre autor e leitor do que foi detectado no exemplo anterior.

Com relação à modalização verbal, destacamos, em primeiro lugar, o uso de interrogativas, pois consideramos que a interrogação possui também valor modal. Segundo Campos (1997) a interrogação é conhecida como uma sequência de operações na qual o sujeito enunciador constrói uma relação prediativa em que o co-enunciador será o responsável pela sua validação. Sendo assim, o enunciador antecipa o espaço enunciativo em que o co-enunciador irá validar a enunciação. Existe no primeiro e terceiro quadros, uma interrogativa do tipo total, ***estás por aí, tu te chateias-te muito quando eu te ponho nos meus cartoons?***, também conhecida como a interrogativa *sim/não*, segundo Campos (1997). Esta não possui qualquer pré-construído e o espaço enunciativo deixado pelo enunciador será preenchido apenas pela escolha de uma das duas categorias o *sim* ou o *não*, dessa forma validando, positiva ou negativamente, a enunciação. As outras perguntas que aparecem na sequência, ***o que é agora?, mas porquê exactamente?***, são consideradas como interrogativas parciais. De acordo com Campos (1997), uma característica da interrogativa parcial, que a diferencia da interrogativa total, é que ela conta com um pré-construído. Ou seja, a interrogativa parcial caracteriza-se, essencialmente, pelo fato do enunciador apresentar um conjunto de possibilidades para que possa ser preenchido o espaço enunciativo em que o co-enunciador irá validar a relação prediativa. Cabe, assim, ao co-enunciador, transformado em segundo enunciador, a escolha de um objeto que preencha este espaço. Outro tipo de interrogativa, conhecida como interrogativa *tag* aparece aqui na frase,

quer dizer, não é muito agradável, não é? na resposta de Deus, no terceiro segmento. Conforme explicado anteriormente, a interrogativa *Tag* é constituída por dois momentos: um momento composto por uma frase de natureza declarativa e outro composto por uma frase de natureza interrogativa. Este segundo membro caracteriza-se como um pedido de confirmação da asserção construída no primeiro momento, seja uma declarativa positiva ou negativa. Neste caso, em particular, o autor utiliza da representação conceitual (Deus) que usa a interrogativa no intuito de confirmar o seu ponto de vista. A pergunta seguinte feita pelo cartoonista, *mas porquê, exactamente?*, mostra que ao não validar a interrogativa, não confirma o ponto de vista do seu interlocutor. Já a modalização visual mostra pela *contextualização* e *uso da cor* característica (o azul celeste com as nuvens brancas), que o autor dirige-se a Deus. Pela representação do espaço físico, observamos que o céu é uma representação social conhecida como o lugar onde Deus se encontra. Os segmentos colocados com fita cola⁷, representando as histórias em quadrinhos (ou quadrinhos), num plano por cima do céu, dão a ideia que o autor também faz parte do *cartoon*, sendo esta impressão confirmada pela desenho que Deus está a fazer na sua mesa de trabalho, local de onde sai a última expressão do autor, *ok!*.

É justamente a representação do autor, não só pelo verbal como também pelo não verbal, que constrói a interação com o seu próprio desenho, tornando-se estratégica para a elaboração do humor e da crítica. O cartoonista, ao se colocar dentro do texto para interrogar Deus, expõe o seu pensamento que, na verdade, consiste em nós (leitores) também sermos participantes representados em *cartoons* criados por Deus. No próximo exemplo, analisaremos um texto cuja interação é entre o participante representado e o leitor.

⁷ No Brasil, “fita cola” chama-se “durex”

Exemplo 12:



Público, 12/02/2006

Este exemplo 12 mostra uma interação entre o participante representado e o leitor. A voz do autor assume a responsabilidade pelo que é dito no texto, uma vez que põe em cena a voz do participante representado a dialogar com o leitor do cartoon e a assumir a responsabilidade pelo diálogo. Verifica-se que, não só pelo diálogo, mas também pelo não verbal, se estabelece a relação entre o participante representado (o personagem) e o participante interativo (o leitor). Porque é notório ser realizado um *contato* por meio de uma *interpelação*, na qual o personagem olha diretamente para o leitor e, dessa forma, convoca-o para uma interação. Este tipo de recurso junta-se a outro conhecido como *atitude* que, neste caso, será mostrado por meio de um *ângulo frontal*, revelando um grande envolvimento do participante representado com o leitor. Os dois tipos de recursos constroem uma relação de grande intimidade, de tal modo que, apesar da *distância social* apresentar um plano geral, ela é consolidada pela interpelação direta que ocorre em todo o texto. De fato, o participante interativo (leitor) é “chamado” à cena da enunciação tanto pelo olhar que lhe é direcionado como pelo *peço desculpa* e pela repetição da pergunta *porquê?*, dando a entender que foi o leitor quem o interrogou. Certamente, todos os recursos referidos salientam a atitude subjetiva por parte do autor, embora essa atitude seja ainda devidamente reforçada pela

modalização apreciativa, *não vai ser possível comentar nada* marcada nos primeiro e último quadrinhos, pelo advérbio de localização temporal *nesse momento*, que apresenta um valor dêictico relacionado com o conteúdo temático (ou seja, relacionado ao momento em que houve contestação à publicação dos *cartoons* de Maomé). E ainda pelo verbo *preferir*, indicador de uma avaliação. A ação de linguagem é construída a partir de estratégias humorísticas que têm por base a brincadeira com o funcionamento da interação do texto e a explicação do motivo pelo qual supostamente não há comentários a fazer. Afinal, o personagem pede desculpa diretamente ao leitor pela suposta falta de comentário, embora, na sua justificativa, faça alusão ao estigma que os *cartoons* sobre Maomé sofreram na época da sua divulgação, na Dinamarca, revelando ser um comentário político. Podemos então concluir que é pela relação da parte icônica com o linguístico que se estabelece os parâmetros da responsabilização enunciativa, fixando uma interação entre autor e leitor pela via do texto. O humor aqui é construído a partir de estratégias que têm por base a brincadeira com o funcionamento da interação do texto. Neste ponto, os dois planos de interlocução se associam, formando o contexto em um plano único.

5.2.3 - Interação no segundo plano de interlocução

Conforme explicamos, o terceiro aspecto expõe a interação entre os participantes representados dentro do texto e também esclarecemos, na circunstância, que os dois planos são distintos. Não há marcas de interação entre autor e leitor, mas existem marcas explícitas referentes aos interlocutores no segundo plano de interlocução. Neste terceiro aspecto, observa-se marcas que apontam para as vozes dos participantes representados como também para as vozes sociais.

a) a voz dos participantes representados

Exemplo 13:



Diário de Notícias, 09/02/2006

Os exemplos 11 e 12 já apresentaram as vozes dos participantes representados, sendo uma delas a representação do próprio autor, o que caracteriza esses textos como sendo uma interação com marcas explícitas entre o primeiro e o segundo planos de interlocução. Este *cartoon* evidencia as vozes de participantes representados no segundo plano de interlocução, sem, no entanto, haver marcas diretas dentro da teatralização que apontem para o produtor e o leitor. Desta forma, os planos de interlocução se mantêm separados. O texto apresenta a caricatura do então presidente da república de Portugal, *Jorge Sampaio*, localizado junto com o seu interlocutor, satirizando sobre a maneira particularmente abstrata como o presidente responde, ao ser indagado, sobre questões políticas, sociais e económicas do seu país. Como já foi referido, a responsabilidade pelo que é dito no *cartoon* é, normalmente, assumida pelo autor do texto que pode pôr em cena uma ou várias outras vozes conhecidas como infraordenadas. Nos exemplos anteriores já assinalamos que a presença da voz do autor é marcada pelo seu nome e,

neste exemplo, *Bandeira*, é corroborada pela sua assinatura presente no canto direito do texto. Além da voz do autor, pela imagem temos acesso às outras vozes presentes que são infraordenadas em relação à voz do autor, sendo a presença do presidente *Jorge Sampaio* e do seu interpelador, responsáveis pelo diálogo dentro deste *cartoon*. Com exceção do nome e da assinatura, não há, dentro do diálogo, a presença de outras marcas que apontem para o autor do texto. As marcas de agentividade de primeira pessoa, *[eu] serei e minha*, reportam-se ao interactante do segundo plano de interlocução, *Jorge Sampaio*. A principal estratégia para a construção do humor é o fato do verbal reportar a fala do presidente, destacando o seu estilo peculiar para responder às questões que lhe são colocadas. Além disso, a palavra *finalmente* presente na pergunta, *Vai finalmente pronunciar-se sobre o assunto senhor Presidente?*, traz em si uma marca de modalização *apreciativa* que denota um julgamento que procede do mundo subjetivo do produtor. Ao colocar o *finalmente* na voz do personagem, o autor salienta o protelamento do presidente, mais uma vez, em pronunciar-se sobre determinado assunto. A resposta *Com efeito. E serei muito directo, incisivo e brutal até na minha crítica ao governo, mas a situação assim o exige, cá vai:* cria no leitor a expectativa de que o comentário de Jorge Sampaio seja, desta vez, uma crítica audaz, feito em tom forte. Porém, ela é quebrada com o enunciado, *Não tem sido dada atenção suficiente ao Interior*, que não mostra uma crítica feroz, mas apenas uma observação em que o verbo, *tem sido*, no pretérito perfeito composto, mostra que a ação começou no tempo anterior a T₀ e que se prolonga até o momento presente, sem haver intervalo fechado. Esta característica configura-se como uma marca que aponta para a conjunção do tempo da produção com o tempo expresso no texto. No exemplo, pela voz do personagem, o autor faz a caricatura não apenas visual como também a caricatura do estilo verbal do presidente, apresentando, assim, uma modalização *apreciativa* que vai estar em todos os segmentos enunciados.

A ideia que a interação é manifestada apenas entre os participantes representados é reforçada pelo fato do contato ser do tipo *exposição*, em que o leitor não é convidado a participar. No entanto, a distância social com um *plano fechado*, que acentua apenas os rostos, indica envolvimento e mostra que há proximidade entre o leitor e os personagens. A atitude do tipo *subjetiva*, apresentando um *ângulo frontal*, mostra envolvimento entre os participantes representados e o leitor, reforçando o sentimento de proximidade que foi realçado pelo plano fechado. O uso da cor salienta

os participantes representados, sobrepondo-se à uma contextualização do espaço físico. Por seu lado, o uso da caricatura coloca a imagem entre o *não real*, pois trata-se de um desenho, e o real, uma vez que podemos reconhecer os personagens.

b) As vozes sociais

Os próximos exemplos reportam os casos da participação das vozes sociais. No exemplo 14, essa voz é colocada no texto pelo discurso relatado. O exemplo 15 traz um caso de discurso relatado marcado pelo uso de *aspas*. No exemplo 16, analisaremos um caso de discurso indireto livre.

Exemplo 14:



Correio da Manhã, 15/02/2006

Este *cartoon* que aqui analisamos apresenta um exemplo de uso do discurso relatado no cartoon. No caso, o tema versa sobre a política internacional. O participante representado lê para o empregado do bar uma notícia de jornal que traz a voz indireta da administração americana ao dizer que *o relatório da ONU que denunciam a prática de*

tortura em Guantánamo se baseia apenas em rumores. É fácil constatar o discurso indireto presente no primeiro segmento, uma vez que este tipo de discurso é marcado pelo uso dos verbos *dicendi* inseridos na oração principal, *A administração americana diz*. O interessante é que além de ser um exemplo do uso do discurso indireto nos *cartoons*, mostra uma sobreposição de vozes que são geridas pelo cartoonista. As vozes presentes são as do autor e as infraordenadas dos participantes representados. Neste caso, o autor põe em cena uma outra voz que consideramos como uma voz social representada pela entidade jornalística que é expressa através da imagem de um jornal e pela ação da sua leitura. Podemos, pois, entender que o autor, ao colocar como representação narrativa o processo de ação de *ler a notícia*, estabelece uma voz enunciativa que parece proceder da mídia escrita, passando a responsabilidade enunciativa para o jornal, que por sua vez, ao ser lido pelo participante representado, apresenta um caso de discurso relatado (discurso indireto) expresso na citação do governo americano. Assim, ao ler a notícia do jornal, o autor estabelece que a responsabilidade pelo que está sendo dito é da mídia escrita. Essa enunciação da voz jornalística juntamente com o comentário da voz do participante representado pelo funcionário do quiosque estabelece os parâmetros que guiam o leitor para compreender o humor deste gênero. O caso é semelhante ao da representação dos pássaros. Essa forma de representar a voz social pela leitura da notícia que vai ser objeto de comentário é recorrente nos *cartoons* diários, perfazendo um total de 53 ocorrências, dos 96 que têm publicação diária.

Neste texto, a primeira marca de modalização é posta já no primeiro balão, quando o visitante lê a notícia para o personagem que está no quiosque. A própria notícia retirada dos mídia já é por si só considerada uma modalização epistêmica por se tratar de uma asserção que possui valor de verdade, pois, como já referi, segundo Palmer (1986), a declarativa expressa um valor próximo da verdade, ou do que se acredita como verdade. Afinal, partindo de fontes seguras como é vulgarmente considerada a administração americana, está ser imputado um valor de verdade considerado quase irrefutável. O comentário da notícia trará no seu cerne um valor modal *apreciativo* uma vez que se trata de uma avaliação do conteúdo temático reforçado pelo uso no enunciado das expressões sublinhadas, *realmente*, deviam *pelo menos ter assistido pessoalmente a elas...*. Em contrapartida, o uso do verbo *devia*, neste caso, traz um valor deôntico que expressa um julgamento sobre o que deveria ter

sido feito pelos inspetores da **ONU**. Podemos, então, dizer que o enunciado acumula os dois valores, tanto apreciativo quanto deôntico, o que reforça o tom de ironia do comentário. Para concluir, diremos existir um acúmulo de valores modais que caracterizam a operação de modalização, como sendo esta uma sobremodalização, segundo Campos (1997). O humor é criado quando o comentário tenta reforçar o valor epistêmico da notícia anterior, ao referir-se à modalidade deôntica sobre o que a **ONU** deveria ter feito. Esse valor de verdade traz uma avaliação por parte do autor do texto: o que será considerado como irrefutável, o relatório da **ONU** ou a administração americana? Essa brincadeira do autor entre a notícia (modalização epistêmica) e o comentário da notícia (modalização apreciativa) também acontece com os pássaros. No primeiro segmento, o passáro lê a notícia, *a entrada da gripe das aves em Portugal através das espécies selvagens é tida como pouco provável*, que apresenta uma modalização epistêmica com marcas linguísticas, *é tida e em pouco provável*. **O comentário, nós somos terrivelmente selvagens!**, apresenta uma modalização apreciativa, reforçado pelo *terrivelmente*, em que o autor mostra uma ironia ao considerar os pombos que vivem nas praças como animais não domésticos.

Com relação ao não verbal, esse exemplo mostra o enquadramento quase completo da imagem. É possível ver o quiosque, o chão, os pássaros e os personagens representados, o que fornece ao leitor informação sobre a cena representada e sobre a situação de ação de linguagem do 2º plano de interlocução. Sabemos tratar-se de uma praça pública portuguesa, pois o desenho do chão é o da conhecida “calçada portuguesa”; com um quiosque e o seu funcionário, que é o participante representado que está em todos os *cartoons* do “Quiosque”, com a presença dos pombos, que também participam e que são os pássaros típicos de uma praça. Esta contextualização, juntamente com o uso da cor, aproxima-se de uma representação real. Portanto, a modalização visual mostra um enquadramento completo com ênfase nos participantes representados humanos. É interessante notar que o *contato* do participante representado que lê a notícia é do tipo *interpelação*, pois parece que ele olha para o leitor, porém, não há marcas linguísticas que confirmem essa interação direta feita pelo olhar. Essa é uma das razões pelas quais consideramos o exemplo como demonstrativo da interação no segundo plano de interlocução. Também pomos em evidência, no que se refere à distância social, o uso do *plano médio*, visto que os personagens são cortados pelo joelho, o que mostraria aproximação social, mas sem grande envolvimento. Este tipo de

estratégia não verbal constitui um paradoxo que resulta entre o uso do plano médio e o destaque dado através da plena ocupação espacial no texto dos participantes representados. A junção desses elementos com a utilização do *ângulo frontal* acaba por criar um envolvimento entre os participantes representados e os leitores. O próximo exemplo também mostra a presença da voz social pela leitura das notícias, sendo, nesse caso, marcado pelo uso de aspas.

Exemplo 15:



Correio da Manhã, 02/02/2006

Assim como no texto anterior, o exemplo 14 é um *cartoon* de publicação diária, intitulada *Quiosque*. Com relação às vozes manifestadas nesse cartoon, encontramos mais uma vez a voz do autor e a dos personagens. Simultaneamente, à semelhança do exemplo anterior, este texto traz o terceiro tipo de voz considerado pelo ISD: a *voz social*, ao mostrar os personagens, tanto os humanos quanto os animais, a lerem notícias do *Correio da Manhã*, identificado pelo logotipo mostrado no desenho do jornal. A primeira voz social que identificamos é a que procede desse jornal. Conforme referido, podemos entender que o autor, quando coloca a imagem de um jornal, estabelece que quem anuncia é a voz da entidade jornalística, a qual se responsabiliza pela citação do primeiro-ministro de Portugal, *Sócrates*. Desta forma, o autor passa a responsabilidade enunciativa para o jornal que, por sua vez, traz uma afirmação de Sócrates, *Sócrates diz que*, com a citação, *entre o governo português e a Microsoft há um projeto comum:*

ambos partilham a mesma visão de futuro, entre *aspas* dentro de uma estrutura de discurso relatado, marcado tanto pela presença do verbo do tipo *dicendi*, como pelo uso das aspas. Esse tipo de marcação apresenta-nos uma outra voz social: a de Sócrates, porque a citação aqui representada parece indicar uma exata reprodução das palavras proferidas pelo primeiro-ministro. Contudo, como afirma Maingueneau (2002:140), mesmo nos relatos considerados mais fiéis trata-se apenas de uma representação que busca criar um efeito de autenticidade. Assim, apesar das palavras do primeiro ministro serem marcadas pelo uso da citação e pelas aspas, podemos apenas afirmar que ele pode ter dito tais palavras. Esse é outro ponto interessante ao mostrar uma sobreposição de vozes que são geridas pelo cartoonista. Com efeito, este gerenciamento, o qual faz parte da organização interacional do *cartoon*, é utilizado com o propósito de criar o humor e a sátira.

Já o caso do uso das aspas na outra dupla de interlocutores (os pássaros) tem um objetivo diferente do caso analisado anteriormente. Para Maingueneau (2002), a colocação das aspas pode também ser considerada como uma marca da modalização autonímica. Segundo este autor, as aspas, ao incidirem sobre um elemento do texto, o deixa vazio de significado, tornando-o, assim, um espaço a ser validado ou preenchido pela interpretação do co-enunciador. Ou seja, o autor remete ao seu co-enunciador a tarefa de preencher significativamente a lacuna deixada pelo produtor. Encaminha sutilmente o leitor para um nível de humor ao fazer um trocadilho entre “*verde lago*” e “*lago vermelho*”⁸. Ou seja, o leitor sabe que Luís Felipe Vieira é o presidente de um time de futebol – Benfica – que tem como cor símbolo o vermelho. Sendo assim, era natural que o empreendimento se chamasse lago vermelho. O humor é estabelecido quando o co-enunciador preenche o espaço deixado pelas aspas em “verde lago”. Essa interpretação, ao ser preenchida significativamente pelo leitor, garante a construção do humor e da sátira.

O exemplo 15 mostra, de fato, o enquadramento completo da imagem. É possível ver o quiosque, o chão, os pássaros e o personagem visitante quase integralmente. Assim, diferente do exemplo 14, o contato é do tipo *exposição* e a distância social é mostrada pelo *plano geral*, o que significa menor envolvimento do

⁸ Para saber mais sobre a posição do adjetivo no Sintagma Nominal numa perspectiva Semântica, conferir Correia (2002: 103-108).

que o exemplo anterior. Contudo, o texto utiliza o plano *vue de pied*, pois o quiosque ocupa todo o enquadramento do texto, além de ser usado o *ângulo frontal*. Estas características constroem uma aproximação entre autor e leitor, que não é tão evidente quanto o texto anteriormente analisado. O que causa um efeito diferente, pois temos a impressão que somos meros espectadores de uma cena corriqueira na praça. Passemos para a análise do texto seguinte que mostra o discurso relatado pelo discurso indireto livre.

Exemplo16:



Público, 01/02/2006

Este *cartoon* também traz a imagem do participante representado a ler o jornal. Assim como o exemplo 12a, o autor, ao colocar a imagem de um jornal no texto, estabelece como ponto de partida uma voz enunciativa que procede da mídia escrita. Não há uma referência direta por meio de verbos *dicendi* a quem afirmou que, ***com a queda da neve, as operadoras de telemóveis registaram uma enorme quantidade de chamadas e mensagens escritas***. Não podemos deixar de associar uma voz

infraordenada ao autor que anuncia essa afirmação, portanto, podemos constatar o uso do discurso indireto livre. Para Koch (1997:56), o uso desse tipo de discurso constitui um caso de interesse no estudo da polifonia pois mesclam-se duas vozes diferentes: a do autor e a da personagem. No entanto, este caso apresenta um diferencial pois quem enuncia é o jornal estabelecido como voz enunciativa pelo autor do texto através da imagem. Aqui, é a relação entre o verbal e o não-verbal que resolve o problema de ambiguidade normalmente associada a esse tipo de discurso relatado, já que, no exemplo, é fácil ver de onde procede a voz da enunciação do primeiro e do segundo quadros. Assim, ao estabelecer uma representação narrativa com processo de ação, *ler a notícia*, o autor estabelece que a responsabilidade pelo que está sendo dito é da mídia escrita. Essa estratégia, como podemos verificar, é muito recorrente nos *cartoons* portugueses que têm tiragem diária e que têm o lugar da enunciação do 2º plano interlocutivo constante. O próximo cartoon a ser analisado traz um caso do uso de ângulo vertical juntamente com a representação conceitual.

Exemplo 15:



Diário de Notícias, 03/02/2006

Este exemplo é um caso em que há três participantes representados, mas apenas dois estabelecem uma encenação de diálogo. Com relação à manifestação pelo não verbal, um dos participantes representados pergunta, em um tom de desespero, que é

mostrado a partir das letras grandes e do ponto de exclamação, ***A piada bombástica? Já temos a piada bombástica? O público não aguenta isto por muito tempo!*** O uso do negrito na expressão, ***piada bombástica***, constrói uma relação de significados entre os atentados bombistas como arma do terrorismo do islamismo radical e a piada que seria usada no discurso do terceiro personagem desse *cartoon*, o que confere uma posição de força ideológica. O exemplo mostra a imagem do então presidente do Irã *Almadinejah*, também conhecido, internacionalmente, como um ditador por procurar permanecer indefinidamente no poder, alegando que é eleito “democraticamente”. Além disso, podemos constatar o seu olhar em direção ao leitor, estabelecendo um contato que não é compartilhado pelos outros participantes representados, que estão a conversar entre si. O tipo de ângulo que mostra esse personagem é um *ângulo baixo*, mais conhecido como *contre-plongée*. Para os autores Kress e van Leeuwen (2006) esse tipo de ângulo é próprio das fotos dos ditadores, quando querem mostrar que detêm o poder. De fato, a visão em *contre-plongée* resulta do fato de que a posição de quem olha é menor que a personagem para a qual olhamos. Segundo, os autores Cadet, Charles & Galus (2002) o efeito desse tipo de posição nem sempre é negativo. De fato, a imagem em ângulo baixo evidencia uma relação de poder, mas esta será de teor negativo apenas se esse efeito do ângulo for acentuado. Ciente disso, o cartoonista elabora uma caricatura do presidente do Irã em *contre-plongée*, transmitindo a ideia de que realmente o considera um ditador, e a utilização da cor dá-lhe ainda maior evidência, conferindo um efeito negativo, reforçado pela associação do seu discurso (através da imagem de um microfone) com os atentados bombistas.

Para concluir, reafirmarmos que os exemplos aqui analisados são representativos de todo o *corpus*. Com relação à manifestação da interação pelo verbal, constatamos que os *cartoons*, com cenas expressivas de diálogos entre os participantes representados, já apontam para a existência de diferentes vozes, expressas no segundo plano de interlocução. Também sabemos que os fatores icônicos são parte constitutiva desse gênero. Podemos, então, dizer que as análises dos textos aqui escolhidos apresentaram as vozes enunciativas marcadas não só linguisticamente, mas também pela imagem. Além disso, o fato do *cartoon* ser um gênero autoral, estabelece, de partida, uma das vozes marcadas, a do autor, que segundo Bronckart (1999: 327) “procede diretamente da pessoa que está na origem da produção textual”, sendo, assim, a voz *supraordenada* do texto responsável pela gestão das diferentes vozes. Além da voz do

autor, encontramos outras: a dos personagens e a social. A primeira exprime-se pela imagem caricaturada, seja ou não uma figura conhecida no meio político e social. Já a segunda é representada por vozes que provêm do meio social, podendo ser conhecidas como a voz do povo português. Nesse caso, no geral, não existe uma caricatura de personalidades reconhecidas, mas somente a identificação de características que, no seu conjunto, representam os diversos grupos sociais que compõem a sociedade portuguesa. Outro ponto digno de realce é o fato de que o processo verbal quando ocorre pela leitura de um jornal, na maioria dos casos, faz uma representação que provém da entidade jornalística como uma voz social, responsável pela notícia trazida no *cartoon*. De fato, reconhecemos que esses dois tipos de vozes são infraordenadas em relação ao autor do texto.

A partir das análises, aferimos também que a interação pela manifestação não verbal, de fato, é realizada por dois tipos de *contato*: exposição e interpelação. Para haver interpelação, é necessário que haja um processo de reação não transacional, isto é, não é possível identificar na cena para onde ou para quem o personagem dirige o olhar, porém, é possível inferir que o participante representado na imagem está a olhar para o leitor. O contato realizado pela grande maioria dos *cartoons* deste corpus é feito através de uma exposição, como podemos ver no quadro abaixo.

Quadro 7

<i>Cartoons</i>	Contato	
	exposição	interpelação
Diários		
Bartoon	30	2
Cravo e Ferradura	31	1
Quiosque	28	4
Semanais		
Coisa Pública	5	0
Sociedade Recreativa	5	0
Vasco	3	0
Luís Afonso	3	1
Pooing! José Santos	1	0
Hormonas femininas	3	0
TOON	4	0
Salvo Erro	0	1
Há vida em Markl	2	2
Desbanda	3	0

Carlos Laranjeira	4	0
Incluídos em artigos		
José Carlos Fernandes	4	0
Carlos Laranjeira	5	1

No caso de haver uma exposição, os planos de interlocução mantêm-se distantes, ao contrário de quando existe uma interpelação. Os planos passam a estar num mesmo espaço físico, porque somos chamados à cena enunciativa interna do texto para participar como um dos agentes diretos. Assim, a imagem conversa, olha e reconhece a presença do leitor. Apesar de contabilizarmos apenas 11 textos que utilizam este tipo de estratégia, ela parece ser pertinente a nível organizacional e, principalmente, interacional, pois, embora a distância social ou atitude revelem impessoalidade, o fato do contato ser estabelecido por meio de uma interpelação contrapõe essa eventual falta de envolvimento. A nível interacional, o contato direto com o leitor estabelece uma grande aproximação, ainda maior, se o participante representado for interpelado pela linguagem verbal.

Como já dissemos, a *distância social* revela os graus de intimidade estabelecidos pelo autor com o seu leitor. O nosso *corpus* em geral apresenta planos médios e planos gerais. Isto indica a técnica com que o cartoonista trabalha para representar os personagens e a sua relação com os outros elementos do entorno co-textual. O plano geral, segundo Cadet, Charles & Galus (2002), tem a função de descrever, na banda desenhada, o início daquilo que irá enquadrar a história. Nos *cartoons* analisados, esse plano irá corresponder à percepção dos personagens e do seu contexto físico, contribuindo com informações temáticas. Com relação aos planos médios, a preocupação será basicamente atrair a atenção, procurando intensificar a ação ou buscando uma aproximação do leitor à cena. Como foi dito, para os autores Kress e van Leeuwen (2006), os planos gerais indicam falta de intimidade, todavia, é interessante observar que nos *cartoons* isso não parece acontecer. Porque, elementos como a cor, a caricatura, e até os próprios personagens retratados contribuem para a aproximação do leitor e a adesão deste à proposta do cartoonista. Claro está que a escolha dos planos baseia-se na função que o autor quer impor à imagem. Concluimos, então, que a opção dos planos é feita quando o objetivo é distinguir um personagem ou mostrar o contexto

em que ele se insere, pois quanto mais próximo for o plano da visão do leitor, maior intimidade o autor terá com o seu leitor.

O sistema de perspectivas revelador da *atitude* nos *cartoons* é sempre subjetiva, exibindo um ponto de vista a partir do ângulo escolhido. Na maioria dos exemplos do nosso corpus, encontramos ângulos frontais que os autores usam para se aproximarem dos seus leitores. Em *cartoons* das séries Bartoon e Quiosque, quando a cena representada apresenta o mesmo enquadramento é utilizado sempre o ângulo frontal, ao nível do olhar. Nesse caso, apesar de termos um domínio da cena representada, ela funciona como enquadramento textual e oferece informações sobre essa mesma cena. Assim, o personagem faz um convite ao olhar sem a intenção de mostrar qualquer tipo de “força” ideológica. Já nos *cartoons* em que o cenário e os personagens não são imutáveis, a atitude poderá apresentar ângulos diferentes do frontal, de acordo com o ponto de vista que o autor quer fazer prevalecer.

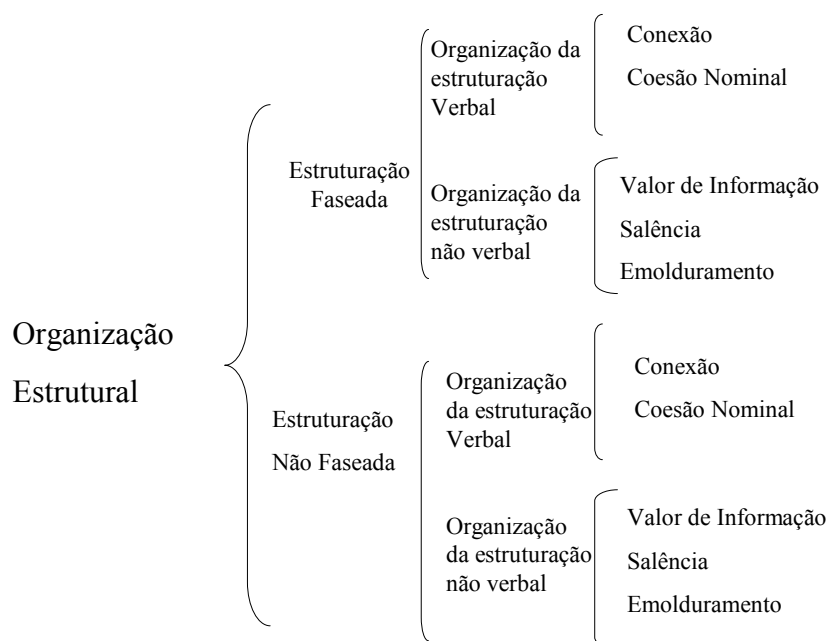
Podemos concluir que é pela relação da parte icónica com os mecanismos enunciativos que se estabelecem os parâmetros fundamentais da responsabilização enunciativa e assim estabelece-se uma interação entre autor-leitor via texto. É por essa interação entre o verbal e o não-verbal que o autor constrói o humor e a crítica.

5.3 – Organização estrutural

O terceiro e último aspecto a ser considerado na análise da organização textual do *cartoon* é a sua estrutura. Como já assinalado no capítulo anterior, a organização estrutural faz parte das características que possibilitam o reconhecimento de um género e para o *cartoon* esta é uma premissa considerável. Acreditamos que este género textual se situe entre o tipo de géneros que possuem estruturas totalmente padronizadas, pois nos *cartoons* prevê-se o uso de imagens, e outros cujos componentes não são assim tão previsíveis. Não podemos negar que o *cartoon* é reconhecido mais pela sua estrutura formal do que propriamente por sua função, pois, de fato, o género textual *cartoon*

apresenta sempre em sua composição dois elementos que serão fundamentais para a sua identificação: a presença da imagem; e o humor aliado a um comentário sobre assuntos da atualidade, sejam eles políticos ou sociais. A primeira característica relaciona-se com a sua estrutura formal, uma vez que, afinal, poderá haver *cartoons* que não utilizam a linguagem verbal, mas, não poderá haver *cartoons* sem imagem. A segunda diz respeito diretamente à sua função, ou melhor dizendo, à construção do seu universo de significados. Sem dúvida, a inter-relação entre o verbal e o não-verbal é responsável pela natureza comunicativa do gênero e, conseqüentemente, pela formação da sua estrutura.

Ao analisar a categoria temático-representacional já fizemos alusão à estrutura composicional quando reconhecemos que o tratamento temático pode obedecer a uma sequência como a das histórias em quadrinhos, com estrutura quadro-a-quadro; ou a cena a ser representada em um único quadro, não apresentando qualquer segmentação. Com efeito, a organização revela-nos o plano geral do texto. Ainda com relação ao plano do texto, é possível verificar no *corpus* deste trabalho unidades textuais que surgem delimitadas nas zonas mais periféricas, como são: o título da rubrica, a identificação do autor do texto e a sua assinatura. Relativamente à organização da mancha gráfica que ocupa um papel central, verificamos uma distribuição de elementos verbais e icônicos segmentados ou não, que apresentam uma cena de interação entre dois personagens ou não. Assim, podemos ressaltar, ainda neste ponto, que a organização do plano de texto acompanha a organização do conteúdo temático, delimitando as diferentes fases da interação verbal e da situação que essa mesma interação descreve e dá a conhecer. Além disso, a partir da observação do *corpus*, no caso do gênero *cartoon*, a imagem serve de âncora para a organização do plano de texto. O desenho dos personagens representados feito pelo cartoonista ocupa visualmente um lugar de destaque, organizando, inclusive, os outros elementos não verbais e a linguagem verbal. Na continuidade deste trabalho, procuraremos analisar a estrutura composicional, retomando a categorização – *estruturação faseada* e *estruturação não faseada* - para uma visualização mais ampla de como se estabelece a organização estrutural do gênero analisado. O esquema abaixo exhibe, no geral, como pensamos essas categorias na organização estrutural:



5.3.1 – Estruturação faseada

No *corpus*, dos 67 *cartoons* que apresentam uma estrutura faseada, quadro a quadro, 52 têm publicação diária: 32 *cartoons* conhecidos como *Bartoons* e 20 da série *Cravo e Ferradura*. Os restantes 15 são publicações semanais. Aqueles que apresentam uma maior segmentação são os *Coisas Públicas* do autor Miguel, perfazendo 6 quadros na totalidade. Relativamente à estrutura dos *Bartoons*, ela é fixa, sempre apresentando 4 segmentos ou quadros. Já em relação aos *Cravo e Ferradura*, a sua composição é mais livre: 1 apresenta 4 quadros, 17 com 3 quadros, 2 são elaborados em 2 quadros e 9 têm uma estrutura não faseada. Em seguida, temos, com publicação semanal, 4 *cartoons* de Luís Afonso, o mesmo autor dos *Bartoons*, sendo 3 com a vinheta *Sociedade Recreativa*. Nestes, 2 são elaborados em 6 quadros, enquanto 1 apresenta 4 quadros. O outro *cartoon* de Luís Afonso (que não tem título) apresenta-se em 4 quadros. Dos *cartoons* publicados no encarte *Inimigo Público* do jornal *Público*, o *cartoon* do autor Felipe Homem Fonseca, intitulado como *Salvo Erro*, está estruturado em 4 quadros. Os *cartoons* denominados *Há vida em Mark*, do Nuno Markl, estão entre os que

apresentam uma maior segmentação: dos 4 *cartoons* que compõem a série, apenas 1 traz 3 segmentos que não têm subtítulo introdutório. Os 3 restantes, além de apresentarem o título característico “Há vida em MarkI”, têm ainda subtítulo que faz parte do introdutor temático. Destes, 2 apresentam 8 quadros e 1 *cartoon* 6 quadros.

A estruturação discursiva também está sujeita à construção faseada, aportando, com isso, outros elementos utilizados na conexão e interação dos diferentes componentes em cena. Bronckart (1999:122) considera que a conexão é realizada por organizadores textuais que podem ser aplicados às transições entre os tipos de discurso. Coutinho (2009), por sua vez, estabelece uma relação entre tipos de discurso (TDs) e marcadores discursivos (aqui inclui-se os conectores), atestando que um mesmo marcador argumentativo funciona semanticamente de maneira diferente quando relacionado a um tipo de discurso distinto. No nosso corpus, é possível verificar uma maior concentração de conectores em DT, como é o caso dos que têm função de operadores lógicos. Assim, é possível verificar a presença de organizadores com valor lógico que são frequentes no mundo do “Expor”⁹. Ao mesmo tempo, Coutinho (2007) complementa a questão, lembrando que a própria pontuação pode ser tomada como um tipo de organizador textual. Os títulos e intertítulos, numerações, espaços em branco e outros componentes também podem corresponder a delimitações de unidades, ainda segundo a autora. Na nossa tese é visível o uso do espaço em branco como um tipo de organizador da própria segmentação temática e espacial do *cartoon*, conforme iremos verificar nos próximos exemplos.

Para a estruturação da imagem, os *cartoons* segmentados apresentam, no geral, um valor de informação do tipo *polarizado*. A leitura que é feita da esquerda para a direita segue a orientação de leitura dada pelo autor do texto. A polarização do tipo horizontal, conforme explicitamos no capítulo anterior, são as informações que estão na posição do *dado*, ou seja, à esquerda; e na do *novo*, à direita. As informações que se encontram no *dado* são aquelas que têm um valor de verdade. Na realidade, constatamos que os elementos que aparecem à esquerda ocupam a posição de introdutor temático. Observamos em exemplos anteriores que este, quando se apresenta na forma de uma

⁹ Para saber mais sobre esse assunto, confira Coutinho 2003.

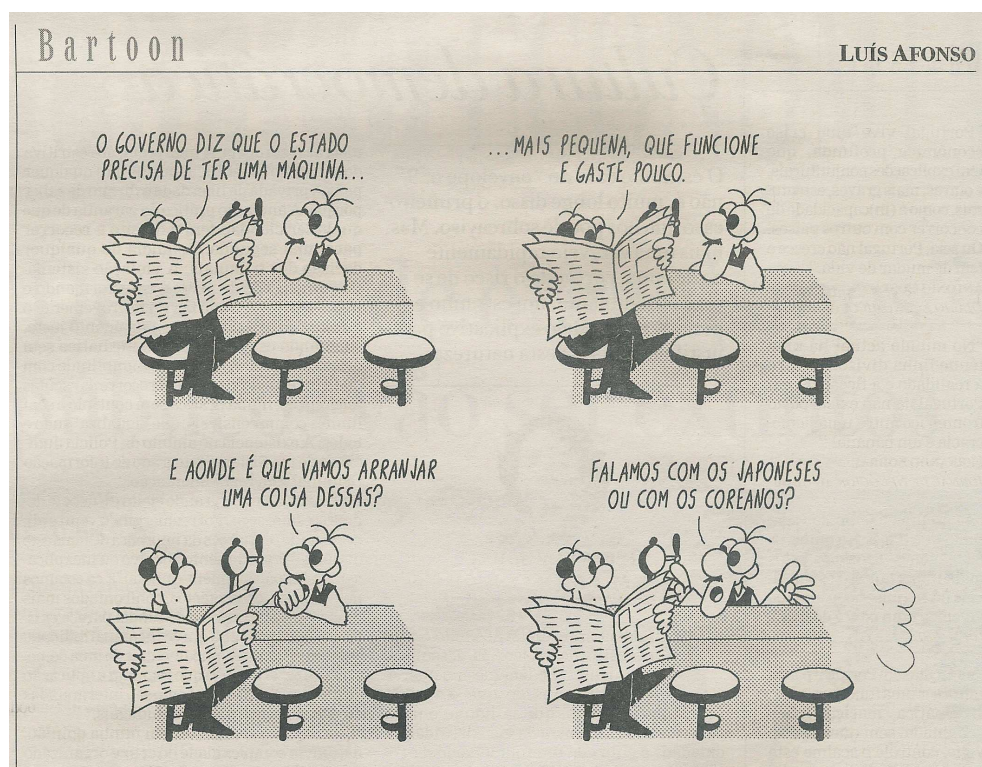
notícia, na generalidade, indicia o discurso teórico, muitas vezes sob a forma de discurso relatado. Isso mostra que, de fato, o produtor apresenta, no introdutor, a informação que vai ser alvo do seu comentário. A que aparece à direita, na posição do *novo*, é aquela considerada como novidade. Esta posição é ocupada pelo fecho temático o qual, independente do tipo de discurso que está aí semiotizado, será sempre o lugar da conclusão, do humor, ou segundo Possenti (2001), do *gatilho* do humor, como já referimos antes. A polarização não horizontal é aquela que ocupa a posição superior do texto, conhecida como *Ideal*, e é onde aparecem os elementos através dos quais o autor se permite expressar uma maior “fantasia”. No caso dos *cartoons*, isto não parece ser inteiramente verdade, conforme iremos mostrar nas análises dos próximos exemplo, pois os elementos que se encontram no topo da página não apenas os títulos das séries como também o nome do autor. Na parte de baixo do texto, está a posição ocupada pelo *real*, onde encontramos as informações consideradas mais técnicas. Nos *cartoons*, esta posição é sempre ocupada pela assinatura do autor, exceto quando este lugar não fornece uma boa visualização.

A Saliência nos *cartoons* segmentados geralmente é distribuída igualmente pelos quadros, a menos que o autor pretenda chamar a atenção sobre algum personagem, como vimos no exemplo 15, em que aparece o presidente do Irão em contre-plongée. Relativamente ao uso da cor, esse é um elemento opcional, tornando-se marca do autor ou mesmo da série produzida. Temos, como exemplo de *cartoons* coloridos, os da série *Sociedade Recreativa*; a série *Cravo e Ferradura* do Bandeira, em que a cor é utilizada para dar maior saliência aos personagens; os do *Quiosque* de Carlos Laranjeira; ainda os que aparecem na revista semanal do Correio da Manhã; os da série *Coisas Públicas* do Miguel; e também os *cartoons* que estão incluídos em artigos como os de José Carlos Fernandes e os do cartoonista António Jorge Gonçalves. São igualmente coloridos, os publicados no Inimigo Público: o *Salvo Erro* de Felipe Homem da Fonseca e os de Nuno Saraiva, a série *Desbanda*. Por seu turno, com variações de preto e branco, temos os *Bartoons* de Luís Afonso e também os *cartoons* que aparecem nos cadernos de política; os do Carlos Laranjeira incluídos em artigos jornalísticos. Existem, finalmente, os que apresentam uma mescla entre o colorido e o preto em branco, como é possível constatar na série *Há Vida em Markl* do Nuno Markl. De fato, o autor em um dos seus

quatro *cartoons* utiliza somente alguns pontos de cor sobre um fundo com ausência de cor.

O Emolduramento, para os *cartoons* faseados, é responsável pela delimitação dos segmentos ou quadros. Estes podem ser de dois tipos: os de desconexão máxima, com um espaço em branco a delimitar; e os de conexão média, em que um dos segmentos pode invadir o espaço do outro. O autor, ao organizar o cartoon por desconexão máxima, tem uma intenção de marcar as sequências da imagem, quadro a quadro, quase como se estivéssemos a ver um filme. Este tipo de desconexão aparece em metade do *corpus*, contabilizando 69 *cartoons*. Já o segundo tipo, em que um quadro pode invadir o espaço do outro, contabiliza 3 *cartoons*. Ambos os tipos de emolduramento estabelecem o percurso de leitura. Vejamos os exemplos a seguir:

Exemplo 18:



Público, 17/01/2006

O texto 18 é um exemplo em que a organização da informação aparece de forma polarizada. Já atestamos que este tipo de organização é semelhante àquela que é apresentada pela estrutura das histórias em “quadrinhos” ou vinhetas. A saliência é disposta igualmente entre os segmentos, não havendo uso de cor, nem outro elemento que demonstre um grau maior de destaque. A estruturação ou emolduramento apresenta uma desconexão máxima, uma vez que, em termo de imagem um quadro está separado do outro por um espaço vazio, sendo este espaço em branco um dos organizadores textuais utilizado para delimitar os segmentos. O que aparece representado no texto é uma acção comunicativa em que a própria estrutura e a ordem dos balões marcam a mudança do turno de fala. A conexão é então estabelecida no percurso de leitura quadro a quadro. Na horizontal, na posição do *dado*, temos um primeiro segmento que consideramos como um introdutor temático, formado pelo discurso relatado (DR), observável no primeiro balão, *o governo diz que o estado precisa de ter uma máquina...*, mas a continuação deste DR, *...mais pequena, que funcione e gaste pouco*, será colocada no segundo segmento. A ligação entre esses dois segmentos é feita mediante as reticências que organizam o valor da informação que, se inicia à esquerda e continua pela direita, mas com o mesmo valor que a posição do dado fornece. Ou seja, a informação que se encontra no segundo quadro não é nova, sendo considerada como a continuação do *dado* iniciado à esquerda. Esta primeira conclusão é reforçada por em termos visuais as imagens serem exatamente a mesma nos dois segmentos, em que ambas mostram o participante representado a realizar uma representação narrativa com o processo de ação de ler o jornal. Também no introdutor, aparece a primeira unidade fonte. Conforme já foi dito, a coesão nominal é marcada por dois grupos de unidades que se relacionam ou, melhor dizendo, que “tecem” o texto: são os componentes com a função de introdução dos elementos novos, nomeados por Bronckart (1999) *unidades-fonte*; e os elementos com função de retomada dessas unidades-fonte. O primeiro elemento novo que é introduzido, é *o governo*, seguido de *o Estado* e de *uma máquina*, embora este último termo seja o único elemento novo que será retomado ao longo do texto. A retomada desta unidade-fonte é estabelecida pelo termo *uma coisa dessas* que se encontra no terceiro segmento. Este segmento encontra-se na posição de baixo, mas ainda ao lado do *dado*. A combinação entre o *dado* e o *real* leva-nos a crer na possibilidade de que *máquina* retoma a expressão *uma coisa dessas* como um objeto concreto e não como um abstrato, como é normalmente conhecido o modo de funcionamento do *Estado*. No fecho temático, continuamos com o mesmo tipo de

discurso: o DI marcado pela interrogação e ainda com o processo verbal pelo mesmo participante representado. Não há mudança de turnos. Isso parece indicar que o quarto segmento é um prolongamento do terceiro, implicando uma “contaminação” de funções. Assim, o fecho temático que se encontra na posição do *novo* e do *real* passa o seu valor de novidade e informação também para o terceiro segmento.

Nos *cartoons* segmentados polarizados que acabamos de analisar, há os *cartoons* que apresentam não só uma polarização como também uma centralização. Vejamos esse caso no exemplo abaixo.

Exemplo 19:



Diário de notícias, 08/02/2006

O texto 19, semelhante ao exemplo anterior, mostra uma organização com histórias em quadrinhos e coloca o espaço em branco como organizador textual ao delimitar os segmentos, apresentando um *emolduramento* de *desconexão máxima*. A *saliência* neste exemplo é distribuída igualmente nos segmentos. No entanto, o cartoonista faz uso da cor para conferir um maior grau de destaque aos participantes representados. Já o *valor de informação* aparece tanto de um modo polarizado, como também apresenta um segmento central, o do desenvolvimento temático, em que há também a presença de processo verbal dos dois participantes representados no diálogo.

Deste modo, o cartoonista trabalha o valor de informação através dos dois modos concomitantes: o da *polarização* e o da *centralização*. Quanto à coesão nominal, a primeira unidade-fonte observada no texto é a expressão *professor Freitas do Amaral*, sendo que esse elemento não voltará a ser retomado ao longo do texto. Um segundo elemento que podemos identificar é a unidade-fonte *os caricaturistas*. Esta unidade será retomada no texto, mais adiante, pelo pronome *eles*, na frase *Que foi que eles fizeram agora?*, e ainda retomada, de forma elíptica, em *Ø mexeram* e *Ø parece que caricaturaram...*, dando a ideia de que o elemento “os caricaturistas” será a principal unidade-fonte do texto. Este é um caso da chamada anáfora pronominal. O terceiro elemento, introduzido como unidade-fonte, é *Bill Gates*. O autor do cartoon estabelece a co-relação entre os segmentos *... o que há de mais sagrado* e *... o senhor Bill Gates*, como uma pista para a construção do humor e da crítica presente no texto. A relação entre estes dois elementos não é considerado como um caso de anáfora (em que uma unidade é simplesmente retomada pela outra), mas como um mecanismo de co-referência. Segundo Campos e Xavier (1991), a anáfora só existe quando pelo menos um dos termos tem autonomia referencial. Tal não ocorre na relação de *Bill Gates* com o *sagrado*, pois não está previamente determinada a co-referência entre estes dois termos, uma vez que a co-referência é estabelecida no próprio texto, e é a partir dela que se entende a relação entre o sagrado e Bill Gates.

5.3.2 – Estruturação não faseada

Dos 136 *cartoons* do nosso *corpus* considerados para análise, 66 apresentam uma estrutura não-faseada. Dos que têm publicação diária, contamos 9 da série *Cravo e Ferradura* e os 32 textos que compõem a série *Quiosque*. Dos que têm publicação semanal, 25 mostram uma organização não segmentada. Destes, 2 são da série *Sociedade Recreativa* do autor Luís Afonso, e ainda do autor acrescentamos outros 2 *cartoons* publicados semanalmente, mas que não aparecem dentro de uma série; 3 são do autor Vasco; 4 da série *Toon* do autor António Jorge Gonçalves; 3 *cartoons* da série

Desbanda do Nuno Saraiva; ainda todos os do autor Carlos Laranjeira; e, por fim, os 11 *cartoons* que têm a sua publicação inserida em um artigo.

A estruturação verbal apresenta-se conjugada em uma única moldura, mas também pode apresentar algum tipo de segmentação. O valor de informação nestes *cartoons* geralmente apresenta-se centralizado, dando maior destaque visual aos elementos centrais. No entanto, é possível encontrar *cartoons* que apresentem uma polarização em uma única moldura, como exemplo, os *cartoons* da série *Quiosque*. Neles, além da centralidade, é possível verificar uma polarização quando apresentam a particularidade da dupla temática. No que concerne à saliência, é possível verificar elementos com maior grau de destaque que outros, direcionando, assim, o nosso olhar e influenciando a nossa compreensão. Usualmente, a saliência está nos elementos centrais, reforçando o carácter de centralidade. Como consequência, o emolduramento apresentar-se-á em uma conexão máxima na qual há integração num mesmo espaço entre os elementos verbais e não-verbais. Vejamos os exemplos a seguir:

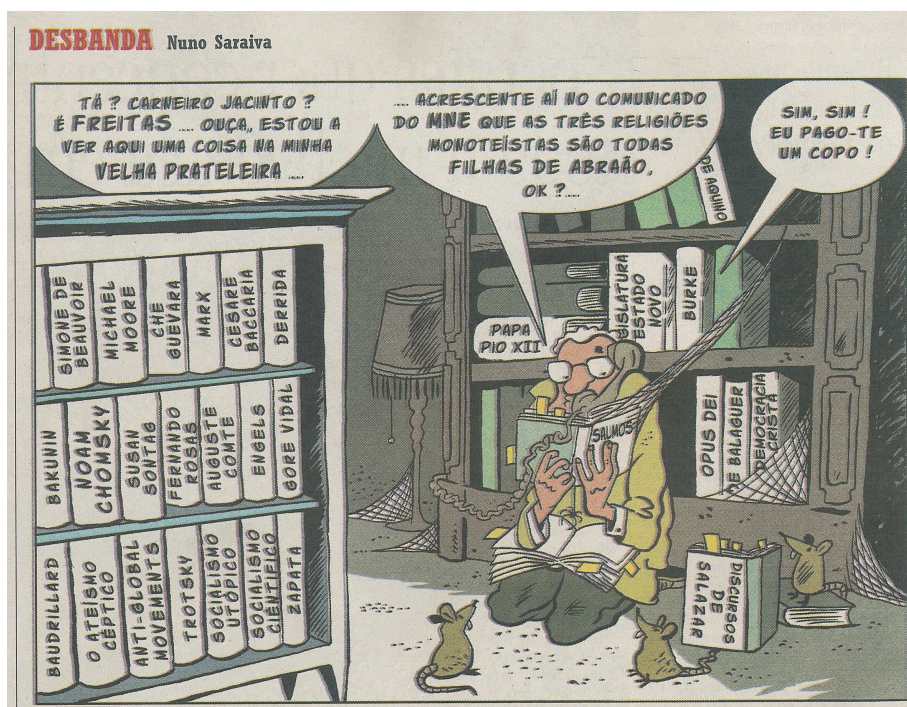
Exemplo 20:



Público, 04/02/2006

O texto 20 é um exemplo em que a organização da informação aparece de forma totalmente centralizada. Não há presença de títulos nem qualquer elemento introdutório, nem existe uma contextualização do espaço físico em que se encontram os dois participantes representados. Nada foge à centralidade da cena. A exceção é a assinatura do autor que está na posição *real*, lugar onde normalmente se publica as informações mais específicas. Assim, estamos a assistir em um único quadro representações narrativas (a representação da ação de caminhar e a presença de processo verbal) e representações conceituais (a caricatura do atual primeiro-ministro **José Sócrates** e do conhecido empresário **Bill Gates**). José Sócrates pergunta a Bill Gates ***Bill, aqui entre nós, não se arranja o software anti-Alegre?***. Este segmento de discurso interativo compreende a parte temática em sua organização verbal, que é complementada pela imagem. A leitura centralizada apenas nos participantes representativos permite orientar o leitor para a cena em que Sócrates pede a Bill Gates, como se este fosse o seu amigo íntimo, se não é possível travar a candidatura de Manuel Alegre às presidenciais de Portugal, que concorre à revelia do seu próprio partido que optara por apoiar o outro candidato, Mário Soares. A centralidade também é destacada pela presença única do preto e do branco nos participantes da cena. O emolduramento apresenta-se com conexão máxima, numa integração total entre o visual e a linguagem verbal. O próximo exemplo mostra um texto em que há uma Conexão máxima com ênfase nos elementos centrais.

Exemplo 21:



Inimigo Público, 10/02/2006

O texto 21 é um exemplo em que a estruturação da informação aparece ocupando todo o quadro, mostrando um emolduramento com conexão máxima na integração total dos elementos. A contextualização mostra que o espaço físico representa uma biblioteca onde encontramos ratos e teias de aranhas que denunciam a falta de uso. Na biblioteca, encontram-se livros de filosofia, religiosos, de legislação do Estado Novo e de discursos de Salazar. É possível observar, na disposição dos elementos, que o nome da série encontra-se na parte de cima do texto, no lugar do *dado*. Este é um exemplo em que a saliência será dada pelo uso da cor, com destaque no nome da série, que está em vermelho numa posição polarizada, e no participante representado, que exibe cores mais fortes do que o contexto envolvente. A estruturação verbal afigura-se, neste texto, como uma encenação de *conversa telefónica*. Na realidade, este exemplo traz uma acção comunicativa na qual a ordem dos balões não marca uma mudança do turno de fala, mas aponta antes para o próprio percurso de leitura. O conteúdo dos balões representa a conversa telefónica com pausas marcadas pelas reticências que, ao contrário do exemplo 16, dão a impressão de existir alguém do outro lado da linha. Ou seja, as pausas representam a voz de personagem ausente. O primeiro

balão com discurso interativo, considerado como introdutor temático, inicia-se pelo uso da expressão *tá*, típica de uma abertura de conversa telefónica em Portugal e marca aquele que faz a ligação. Faz parte desta sequência de abertura, o uso de oração interrogativa para indicar que a personagem ausente é *Carneiro Jacinto*, e, através da afirmativa, reconhecer a própria identificação do personagem representado, é *Freitas*. A segunda sequência começa com o verbo *ouça* e na continuidade com o uso de marcas de 1ª (*eu*, a partir da flexão verbal; *minha*) e da forma verbal, *estou*, no presente do indicativo, terminando com as reticências no final desse primeiro balão. A terceira sequência pode ser considerada como desenvolvimento temático ainda com o discurso interativo, marcado pela 2ª pessoa do singular a partir da flexão verbal (*acrescente*), pelo deíctico (*aí*) e pela interrogativa *tag* (*ok?*). Este discurso interativo encontra-se intercalado pelo discurso teórico *As três religiões são todas filhas de Abraão*. No terceiro balão, encontramos o discurso interativo (marcado pela exclamação e pela presença de 1ª e 2ª pessoa), *sim, sim! Eu pago-te um copo!*, que não faz parte do ritual de sequência de fecho de conversa telefónica, mas que assinala no cartoon o fecho temático. Assim, apesar deste *cartoon* exibir uma moldura única com uma forte conexão entre os elementos, a estruturação verbal expõe uma organização segmentada, ao mostrar que o conteúdo temático está não só dependente de uma organização discursiva como também estabelece coerência a partir da estruturação do plano de texto. O próximo exemplo mostra um *cartoon* que possui uma mesma moldura com desconexão temática.

Exemplo 22:



Correio da Manhã, 20/01/2006

O texto 22 é um caso de dupla temática dentro dos *cartoons*, cuja estrutura da imagem ocupa todo o quadro, mostrando a ***praça pública*** como contexto físico. Na disposição dos elementos, é possível observar uma linha invisível que separa os da esquerda dos da direita. Os pássaros fazem comentários sobre o primeiro-ministro ***José Sócrates***, enquanto os humanos falam sobre o fim das eleições presidenciais. Essa separação de elementos é estabelecida não só visualmente como também através da organização da componente temática. Por seu turnos, a saliência incide à direita do texto, com uso de cor mais forte e com o posicionamento da imagem do próprio quiosque, abrangendo todo o lado direito em detrimento dos pássaros que ocupam apenas uma pequena porção do quadro. Contudo, apesar deste alto grau de destaque, conferido ao quiosque e aos personagens que ali estão, a primeira leitura é feita a partir da esquerda, na posição do *Dado*, conferindo, desse modo, alguma visibilidade aos pássaros. Há dentro da mesma moldura, um emolduramento que coloca os elementos de forma polarizada, pois tanto os pássaros como as pessoas que estão no quiosque fazem parte da mesma cena representada, embora tenham uma desconexão marcada tanto pela imagem, como pelo espaço vazio, e ainda pela estruturação verbal, que representa uma mudança temática.

5.4 – Visão de conjunto

Uma vez feita a análise da organização textual do *cartoons* em suas três categorias, parece-me importante mostrar uma visão de conjunto dos textos que compõem o *corpus* analisado. Devido ao tempo e a extensão das análises, não foi possível apresentar a análise minuciosa de todos os textos. Assim, aqui na tese, procurou-se mostrar os *cartoons* que foram considerados como os mais representativos para cada tópico em análise. A tabela abaixo apresenta, para cada *cartoon*, os tipos de organização das três categorias consideradas no modelo de análise:

Quadro 8

Cartoon	Data de publicação	Organização Temático-Representacional	Organização Interacional	Organização Estrutural
Bartoon	15/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	16/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	17/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	18/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	19/01/2006	Expor/R. Narrativa	Entre o 1º e o 2º plano	Faseada
	20/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	21/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	22/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	23/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	24/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	25/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	26/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	27/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	28/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	29/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	30/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	31/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	01/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	02/02/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	no 2º plano	Faseada
	03/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	04/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	05/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	06/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	07/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	08/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	09/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	10/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	11/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	12/02/2006	Expor/R. Narrativa	Entre o 1º e o 2º plano	Faseada
	13/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	14/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada

	15/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
Cravo e Ferradura	15/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	16/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	17/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	18/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	19/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	20/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	21/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não faseada
	22/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não faseada
	23/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	24/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	25/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	26/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	27/01/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	no 2º plano	Não Faseada
	28/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	29/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	31/01/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	no 2º plano	Faseada
	01/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	02/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	03/02/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	Entre o 1º e o 2º plano	Não Faseada
	04/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	05/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	06/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	07/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	08/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	09/02/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	no 2º plano	Faseada
	10/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	11/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	12/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	13/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	14/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	15/02/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	no 2º plano	Faseada
Quiosque	15/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	16/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada

	17/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	18/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	19/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	20/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	21/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	22/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	23/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	24/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	25/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	26/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	27/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	28/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	29/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	30/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	31/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	01/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	02/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	03/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	04/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	05/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	06/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	07/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	08/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	09/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	10/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	11/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	12/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	13/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	14/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	15/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
Coisas Públicas	15/01/2006	Expor/ R. Conceitual	no 1º plano	Faseada
	22/01/2006	Expor/ R. Conceitual	no 1º plano	Faseada
	29/01/2006	Expor/ R. Conceitual	no 1º plano	Faseada
	05/02/2006	Expor/ R. Conceitual	no 1º plano	Faseada
	12/02/2006	Expor/ R. Conceitual	no 1º plano	Faseada
Sociedade	15/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada

Recreativa	22/01/2006	Expor/ R. Conceitual	no 1º plano	Faseada
	29/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	05/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	12/02/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
Vasco	15/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	29/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
	22/01/2006	Expor com Narrar/R. Narrativa	no 2º plano	Não Faseada
Luís Afonso (outros)	11/02/2006	Expor/ R. Conceitual	no 1º plano	Não Faseada
	04/02/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	no 2º plano	Não Faseada
	28/01/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	no 2º plano	Faseada
Pooing!	12/02/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	no 2º plano	Não Faseada
	15/02/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	no 2º plano	Não Faseada
TOON	20/01/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	no 2º plano	Não Faseada
	03/02/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	no 2º plano	Não Faseada
Salvo erro	03/02/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	Entre o 1º e o 2º plano	Faseada
Há vida em Markl	20/01/2006	Expor/R. Narrativa	no 2º plano	Faseada
	27/01/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	no 2º plano	Faseada
	03/01/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	no 2º plano	Faseada
	10/02/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	Entre o 1º e o 2º plano	Faseada
Desbanda	20/01/2006	Expor com Narrar/R. Narrativa e Conceitual	no 2º plano	Não Faseada
	27/01/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	Entre o 1º e o 2º plano	Faseada
	10/02/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	no 2º plano	Faseada
Carlos Laranjeira: revista Domingo	15/01/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	no 2º plano	Não Faseada
	12/02/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	no 2º plano	Não Faseada
José C. Fernandes	20/01/2006	Expor/R. Narrativa	Entre o 1º e o 2º plano	Não Faseada
	27/01/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	Entre o 1º e o 2º plano	Não Faseada
	03/02/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	Entre o 1º e o 2º plano	Não Faseada
	10/02/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	Entre o 1º e o 2º plano	Não Faseada

Carlos Larnajeira: cartoons incluídos	15/01/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	no 2º plano	Não Faseada
	21/01/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	no 2º plano	Não Faseada
	22/01/2006	Expor/R. Conceitual	no 2º plano	Não Faseada
	28/01/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	no 2º plano	Não Faseada
	05/02/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	no 2º plano	Não Faseada
	12/02/2006	Expor/R. Narrativa e Conceitual	no 2º plano	Não Faseada

Na organização temático-representacional, o mundo discursivo encontrado é o do *Expor* com representações narrativas, em um total de 98 textos; com representações narrativas e conceituais, contabiliza-se 29 *cartoons*; e apenas com representação conceitual, encontra-se 8 *cartoons*. A organização interacional é, em sua maioria, realizada no segundo plano de interlocução, contando 118 *cartoons*; a interação entre o primeiro e o segundo plano foi encontrado em 10 textos; enquanto a interação no primeiro plano está presente em 7 *cartoons*. Já a organização estrutural está dividida em dois tipos: a organização faseada (73 *cartoons*); e a organização não faseada (62 *cartoons*).

6 – Para resumir: O estilo do autor no gênero cartoon

O *estilo* não é um tema recente, pois já na antiguidade era uma das preocupações no estudo da retórica clássica. A relação entre o estilo e o gênero é discutida na *Estética da Criação Verbal* ao identificar dois tipos de estilo: o *funcional* e o *individual*, tal como foi explicado no primeiro capítulo. Essa relação também é verificada por Bronckart (1999) quando esclarece que o produtor realiza um duplo processo de adoção e adaptação do gênero. Certamente, é nessa adaptação que é possível encontrar o estilo individual. Para compreender o estilo funcional, procuramos fazer uma análise da funcionalidade do gênero *cartoon*, desde a sua dimensão praxiológica até à

realização linguística, verificando como isso se reflete na organização textual. Não obstante ser este o nosso principal objetivo, não podemos negar que o modo como essa organização é concebida passa, indubitavelmente, pelo estilo individual de cada autor. É por esse motivo que concebemos esta última parte da análise. Sem pretendermos ser exaustivos na matéria e longe de esgotar as marcas pessoais de cada autor aqui contemplado, procuramos fazer um apanhado geral sobre as características que possam, no seu conjunto, vir a ser uma amostra de como os cartoonistas adotam e adaptam o gênero na sua atividade de linguagem e de trabalho.

Jornal Público

6.1 – O Estilo de Luís Afonso

O autor *Luís Afonso* publica os seus *cartoons* políticos no jornal *Público* e no suplemento, revista *Pública*, que acompanha a publicação do jornal no domingo. São de sua autoria, neste jornal, a série *Bartoon*, com 32 *cartoons* de impressão diária; *outros 4 cartoons avulsos* que não compõem séries, com edição semanal no caderno de opinião; e outros 5 da série *Sociedade Recreativa*, na revista *Pública*.

a) Bartoon

Temática: Política e social.

Contexto: Uso de dois planos de interlocução.

Representações: Encenações de diálogos. O cenário (bar) e o personagem representado (empregado do bar) são constantes em todas as edições, enquanto o participante representado que frequenta o estabelecimento varia entre diferentes personagens: em alguns é possível o reconhecimento de categorias sociais como o homem de negócios, de fato e gravata; o hippie de cabelo grande e brinco; uma criança; um repórter, com roupa característica da profissão; e um personagem que encarna a religião islâmica

observável através de traje típico. Há encenações de leitura de notícias seguidas de comentários em 19 *cartoons*.

Contato: 2 *cartoons* estabelecem contato pela *interpelação* e 30 pela *exposição*.

Distância Social: Plano médio.

Atitude: Uso de ângulo Frontal.

Modalização: Uso da mesma contextualização.

Valor de informação: Apresentam-se sempre polarizados.

Saliência: Não há uso da cor. Os elementos possuem o mesmo grau de saliência.

Emolduramento: Os elementos dispostos no *Bartoon* apresentam-se sempre dentro de 4 quadros desconectados, havendo conexão apenas na imagem dentro dos quadros.

Exemplo 23:



b) Sociedade Recreativa

Temática: Política e social.

Contexto: Uso de dois planos de interlocução em 4 *cartoons* e apenas o primeiro plano de interlocução em 1.

Representações: Encenações de diálogos em apenas 2, sendo 1 com representação conceitual. 2 têm representações de ações sem mostrar processo de fala. Pouco uso do verbal em 3. Os personagens variam. Não há representação de leitura de notícias.

Contato: Os *cartoons* estabelecem contato pela *exposição*.

Distância Social: Plano geral.

Atitude: Uso de ângulo frontal.

Modalização: O uso de contextualização variada.

Valor de informação: 1 apresenta-se polarizado; 2 são polarizados e centralizados e 2 apenas centralizados.

Saliência: Uso da cor. Predominância de saliência nos participantes representados.

Emolduramento: 3 *cartoons* apresentam desconexão entre os quadros e 2 apresentam-se conectados.

Exemplo 24:



c) Outros *cartoons*

Temática: Política e social.

Contexto: Uso de dois planos de interlocução.

Representações: Encenações de diálogos em apenas 1; uso de caricaturas de personalidade políticas em 3. Um dos *cartoons* não utiliza o verbal. Não há representação de leitura de notícias.

Contato: Os *cartoons* estabelecem contato pela *exposição*, sendo 1 com fecho temático de contato interpelação visual, mas não verbal.

Distância Social: Plano geral e médio.

Atitude: Uso de ângulo vertical e frontal.

Modalização: Uso de contextualização variada.

Valor de informação: 3 apresentam-se centralizados e 1 polarizado.

Saliência: Não utiliza cor. Predominância de saliência nos participantes representados.

Emolduramento: 1 *cartoon* apresenta desconexão e 3 conexão.

Exemplo 25:



6.2 - O Estilo de Miguel em Coisas Públicas

Temática: Política e social.

Contexto: Apenas um plano de interlocução.

Representações: Não há encenações de diálogos; uso de fotografias e desenhos. Não há representação de leitura de notícias.

Contato: Os *cartoons* estabelecem contato pela *exposição*.

Distância Social: Plano geral e médio.

Atitude: Uso de diversos ângulos.

Modalização: Uso de contextualização variada.

Valor de informação: Polarizado.

Saliência: Utiliza cor. Os elementos possuem o mesmo grau de saliência.

Emolduramento: Desconexão entre os segmentos. Os elementos dentro dessa série apresentam-se em seis quadros.

Exemplo 26



6.3 – O Estilo de Vasco

Temática: Política e social.

Contexto: Uso de dois planos de interlocução.

Representações: Não há encenações de diálogos. Pouco uso do verbal. Não há representação de leitura de notícias.

Contato: Os *cartoons* estabelecem contato pela *exposição*.

Distância Social: Plano geral.

Atitude: Uso de ângulo frontal.

Modalização: Uso de contextualização variada.

Valor de informação: Apresentam-se centralizados.

Saliência: Não utiliza cor. Predominância de saliência nos participantes representados.

Emolduramento: Apresentam-se conectados.

Exemplo 27



6.4 – O estilo de José Santos

Temática: Social e Política.

Contexto: Uso de dois planos de interlocução.

Representações: Há encenações de diálogo no publicado no dia 15/02/2006. Não há no do dia 12/02/2006. Pouco uso do verbal em ambos. Não existe representação de leitura de notícias.

Contato: Os *cartoons* estabelecem contato pela *exposição*.

Distância Social: Plano geral.

Atitude: Uso de ângulo frontal.

Modalização: O uso de contextualização variada. Uso de caricatura.

Valor de informação: Apresentam-se centralizados.

Saliência: Utiliza cor. Predominância de saliência pelo tamanho no participante representado central.

Emolduramento: apresentam-se conectados.

Exemplo 28:



6.5 – O estilo dos *cartoons* no Inimigo Público

O suplemento conhecido como Inimigo Público configura-se como um encarte humorístico que imita o jornal, através de notícias inventadas. O suplemento apresenta assim os mesmos gêneros de um jornal, mas com uma utilização, de acordo com as suas necessidades comunicativas, de traços específicos que orienta para uma “desvirtualização” dos parâmetros genéricos. Chamamos a isso de ficcionalização, de acordo com Miranda (2008). O processo de ficcionalização, inserido dentro de uma determinada atividade de linguagem, aponta para uma adoção não linear do gênero pelo produtor. Como explicado em Leal & Gonçalves (2007), entendemos que os gêneros ficcionalizados guardam alguns parâmetros do gênero inicial – isso permite a permanência da identidade, assim como a possibilidade de este objeto ser reconhecível e interpretado, apesar de alguns dos parâmetros serem desvirtuados. Neste caso, convém salientar a importância da relação entre gênero atualizado e o gênero ficcionalizado para se poder distinguir quais parâmetros são mantidos e quais são desvirtuados. De fato, as notícias do *Inimigo Público* apresentam o humor e a ficção como critérios adotados que adultera o gênero imitado. Embora este mesmo processo de adulteração fosse esperado nos *cartoons* publicados no Inimigo Público, na nossa análise textual, não foi encontrado elementos que os diferenciem a ponto de serem considerados como uma ficcionalização. O conteúdo temático destes *cartoons* continua a ser sobre temas da atualidade não ficcionais, além do uso do humor que já é considerado como parâmetro desse gênero. O que nos leva a concluir que os gêneros do *Inimigo Público* que sofrem ficcionalização são aqueles em que não é previsto a atividade humorística como uma das suas atividades de linguagem. No nosso *corpus* foram encontrados quatro autores que passamos a descrever abaixo:

a) Nuno Saraiva: Desbanda

Temática: Política e social.

Contexto: Uso de dois planos de interlocução.

Representações: Há encenações de diálogos, um por meio de conversa telefônica.

Pouco uso do verbal em dois *cartoons*. Não há representação de leitura de notícias.

Contato: Os *cartoons* estabelecem contato pela *exposição*.

Distância Social: Plano geral.

Atitude: Uso de ângulo frontal.

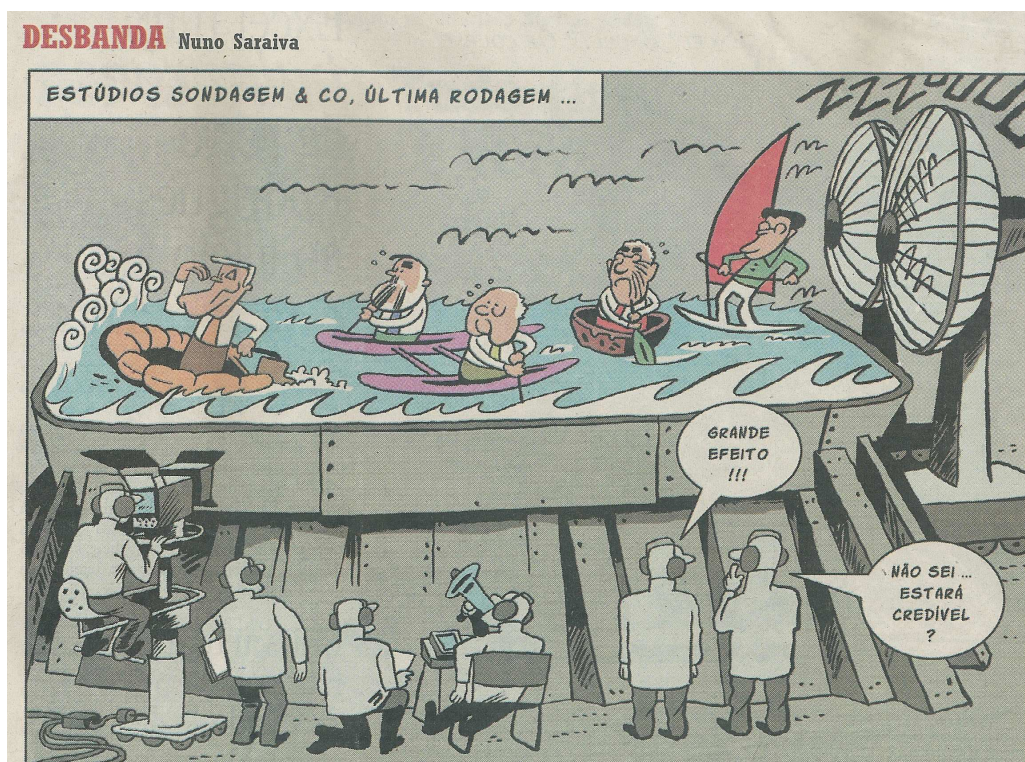
Modalização: O uso de contextualização variada. Uso de caricaturas.

Valor de informação: Apresentam-se centralizados.

Saliência: Utiliza cor. Predominância de saliência nos participantes representados.

Emolduramento: Apresentam-se conectados.

Exemplo 29:



b) Nuno Markl: Há vida em Markl

4 Cartoons

Temática: Política e social

Contexto: Uso de dois planos de interlocução em três. Um cartoon usa um plano de interlocução.

Representações: Há encenações de diálogos. Uso do verbal. Não há representação de leitura de notícias.

Contato: Os *cartoons* estabelecem contato pela *exposição e interpelação*.

Distância Social: Plano médio e plano fechado.

Atitude: Uso de ângulo frontal.

Modalização: O uso de contextualização variada.

Valor de informação: Apresentam-se polarizados.

Saliência: Pouco uso da cor. Predominância de saliência nos participantes representados.

Emolduramento: Apresentam-se conectados com grau máximo para 2 *cartoons*. E com grau mínimo para outros 2.

Exemplo 30:



c) António Jorge Gonçalves: TONN

2 cartoons

Temática: Política.

Contexto: Uso de dois planos de interlocução em três. E um cartoon usa um plano de interlocução.

Representações: Não há encenações de diálogos. Pouquíssimo uso do verbal.

Contato: Os *cartoons* estabelecem contato pela *exposição*.

Distância Social: Plano geral.

Atitude: Uso de ângulo frontal.

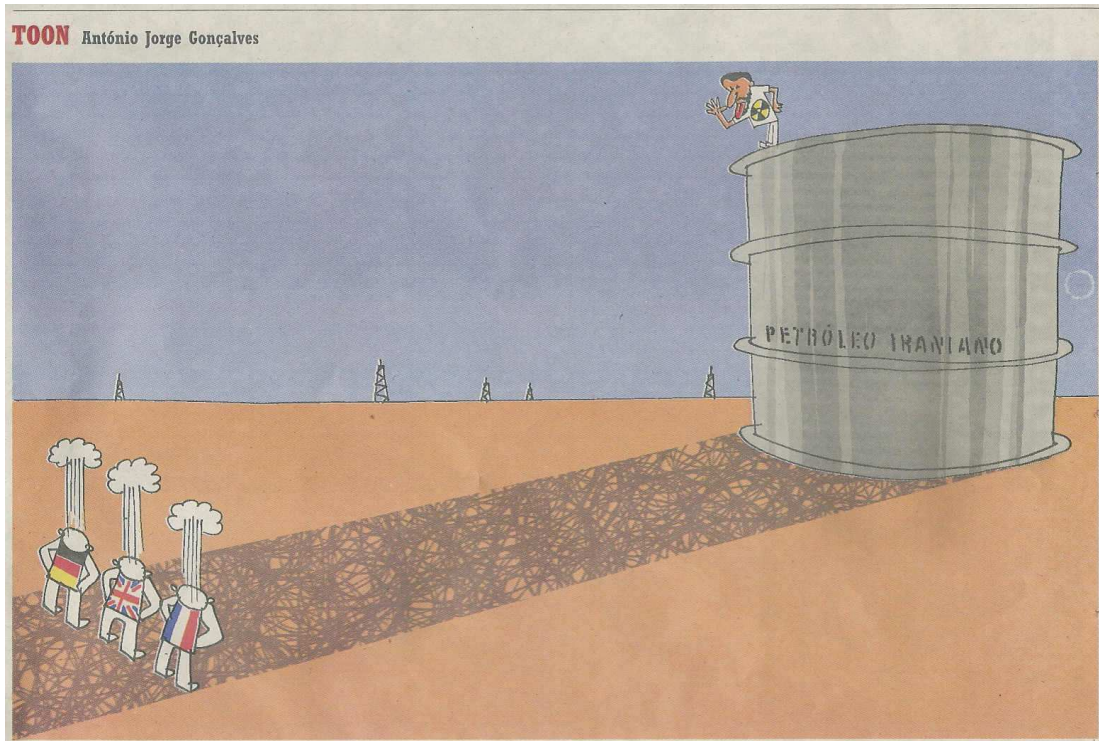
Modalização: O uso de contextualização variada.

Valor de informação: 1 apresenta-se polarizado e os outros centralizados.

Saliência: Utiliza cor. Predominância de saliência nos participantes representados.

Emolduramento: Apresentam-se conectados.

Exemplo 31:



d) Felipe Homem Fonseca: Salvo Erro

1 cartoon

Temática: Política e social.

Contexto: Uso de dois planos de interlocução.

Representações: Há encenações de diálogo com o leitor. Uso do discurso interativo e do relato interativo. Não há representação de leitura de notícias.

Contato: Os *cartoons* estabelecem contato pela *interpelação*.

Distância Social: Plano geral.

Atitude: Uso de ângulo frontal.

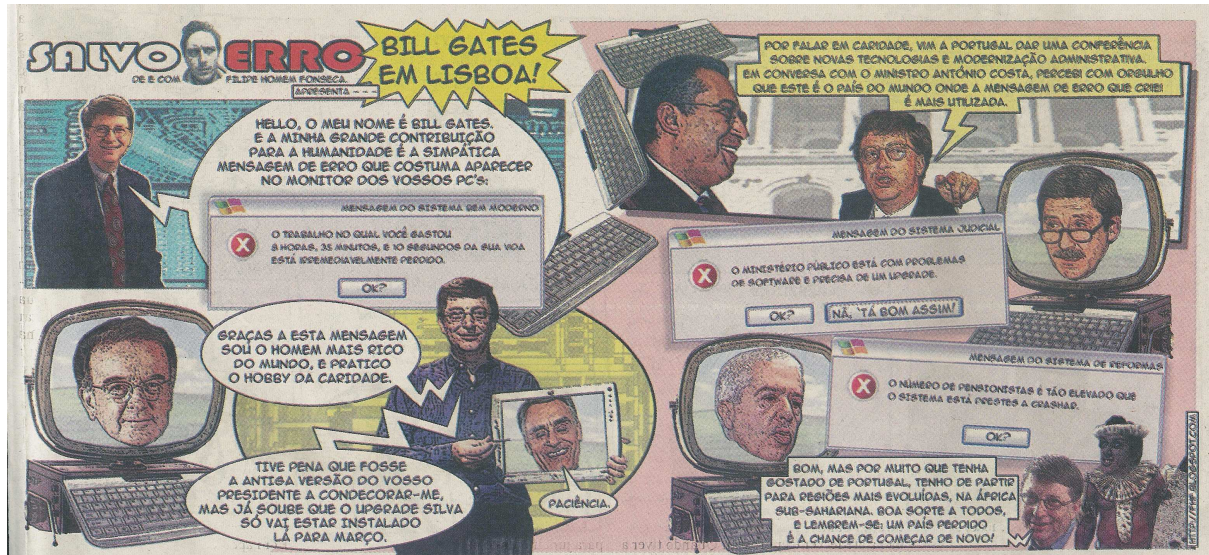
Modalização: O uso de contextualização variada.

Valor de informação: Apresentam-se centralizados.

Saliência: Não utiliza cor. Predominância de saliência nos participantes representados.

Emolduramento: Apresentam-se conectados.

Exemplo 32



6.6 – O estilo de Bandeira: Cravo e Ferradura

Temática: Política e social.

Contexto: Uso de dois planos de interlocução.

Representações: Encenações de diálogos em 30 textos. 2 com representação conceitual, 2 com uso de caricatura de uma personalidade conhecida. 2 com representações de ações sem mostrar processo de fala, e 1 *cartoon* com processo de pensamento. Os personagens variam. Há representação de leitura de notícias. 1 *cartoon* não utiliza o verbal.

Contato: Os *cartoons* estabelecem contato pela *exposição*, sendo 1 *cartoon* com fecho e contato interpelação visual, mas não verbal.

Distância Social: Plano geral e médio.

Atitude: Uso de ângulo vertical (1 caso), frontal e oblíquo.

Modalização: O uso de contextualização variada.

1ª estrutura:

Valor de informação: Apresentam-se polarizados e com uma imagem centralizada.

Saliência: Nesse caso é apresentado pelas cores mais salientes nos personagens.

Estruturação (emolduramento): Apresenta 3 molduras diferentes. Há desconexão máxima com um espaço branco a delimitar.

Exemplo 33:



2ª estrutura:

Valor de informação: Apresentam-se polarizados.

Saliência: Cores mais salientes nos personagens.

Estruturação (emolduramento): 2 com molduras diferentes. Máxima desconexão.
Semelhante ao exemplo anterior.

Exemplo 34



3ª estrutura:

Valor de informação: Apresentam-se centralizados.

Saliência: Máxima saliência nos elementos centrais.

Estruturação (emolduramento): Na imagem não há desconexão, sendo considerado conexão máxima. Há desconexão apenas na parte do título.

Exemplo 35:



6.7 – O estilo de José Carlos Fernandes

Temática: Política e social (de acordo com a notícia em que vem inserido).

Contexto: Uso de dois planos de interlocução.

Representações: Não há encenações de diálogos. Uso de caricaturas em três dos quatro *cartoons*.

Contato: Estabelecem contato pela *exposição*.

Distância Social: Plano médio.

Atitude: Uso de ângulo Frontal.

Modalização: O uso da mesma contextualização.

Valor de informação: Apresentam-se centralizados.

Saliência: Há uso da cor. Os elementos possuem o mesmo grau de saliência

Emolduramento: Haverá conexão na imagem.

Exemplo 36



6.8 – O estilo de Carlos Laranjeiras

O autor *Carlos Laranjeira* publica os seus *cartoons* no jornal *Correio da Manhã*, sendo de sua autoria, a série *Quiosque*, com 32 publicações diárias; e no suplemento revista *Domingo* que acompanha a edição deste jornal no fim de semana. Publica também *cartoons* inseridos em notícias, no geral, com a temática do futebol (7).

a) Quiosque

Temática: Política e social.

Contexto: Uso de dois planos de interlocução. Contexto do segundo plano sempre o mesmo.

Representações: Encenações de diálogos. Há ainda representação de leitura de notícias seguidas de comentários. Além de apresentar pessoas ainda apresenta pássaros com característica humana (lêem, falam)

Contato: 4 *cartoons* estabelecem contato pela *interpelação* e 28 pela *exposição*.

Distância Social: Plano médio e plano geral.

Atitude: Uso de ângulo Frontal.

Modalização: O uso da mesma contextualização.

Valor de informação: Apresentam-se centralizados.

Saliência: Uso de cor. Saliência máxima nos elementos centrais.

Estruturação (emolduramento): Conexão “média”. Apesar de os elementos estarem dentro de uma mesma moldura, eles aparecem relativamente afastados.

Exemplo 37:



b) Outros

7 cartoons

Temática: Política e social (Futebol).

Contexto: Uso de dois planos de interlocução.

Representações: Não há encenações de diálogos. Pouco uso do verbal. Não há representação de leitura de notícias.

Contato: Os *cartoons* estabelecem contato pela *exposição*.

Distância Social: Uso de Plano geral com exceção de um (plano fechado).

Atitude: Uso de ângulo frontal.

Modalização: O uso de contextualização variada.

Valor de informação: Apresentam-se centralizados.

Saliência: Não utiliza cor. Predominância de saliência nos participantes representados.

Emolduramento: Apresentam-se conectados.

Exemplo 38



b) Cartoons publicados na revista *Domingo*

4 cartoons, 2 com verbal

Temática: Política.

Contexto: Uso de dois planos de interlocução.

Representações: Não há encenações de diálogos. Pouquíssimo uso do verbal. Não há representação de leitura de notícias. Representações conceituais. Uso de caricaturas.

Contato: Os *cartoons* estabelecem contato pela *exposição*.

Distância Social: Plano geral.

Atitude: Uso de ângulo frontal.

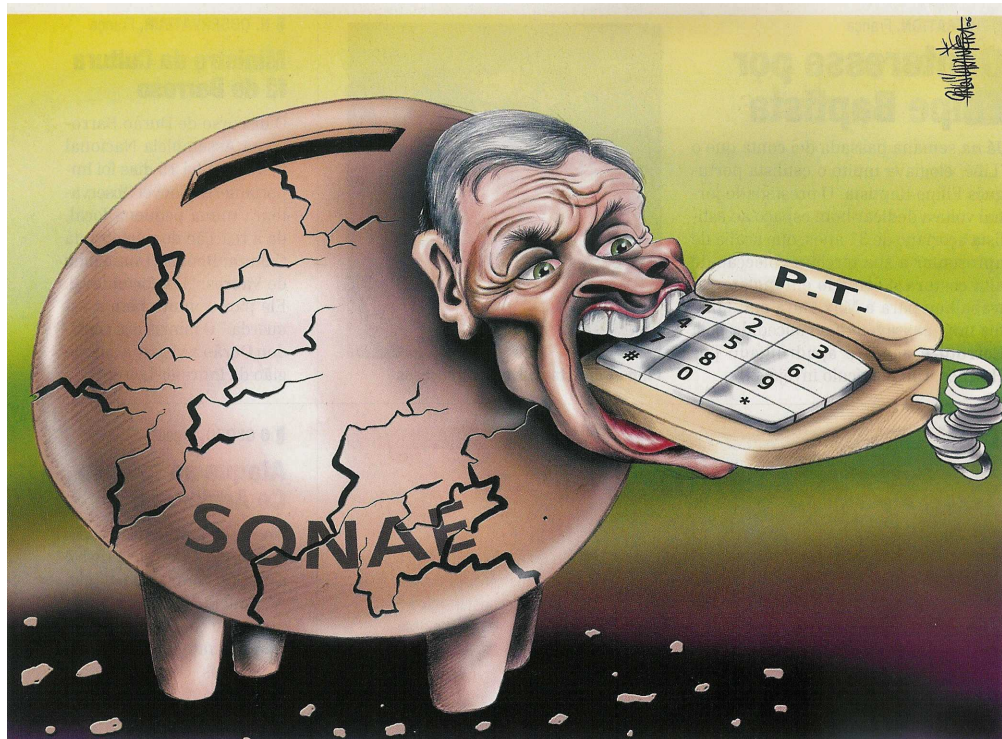
Modalização: O uso de contextualização variada.

Valor de informação: Apresentam-se centralizados.

Saliência: Utiliza cor em todo o enquadramento. Predominância de saliência pela caricatura nos participantes representados.

Emolduramento: Apresentam-se conectados em apenas 1 quadro.

Exemplo 39



Conclusão

“O trabalho com gêneros textuais é uma extraordinária oportunidade de se lidar com a língua em seus mais diversos usos autênticos no dia-a-dia. Pois nada do que fizermos linguisticamente estará fora de ser feito em algum gêneros”

Luís António Marcuschi, 2002:35

A citação acima referida resume, em poucas palavras, o cerne que norteou a investigação realizada. De fato, o estudo dos gêneros permite compreender o funcionamento dos textos na sua dimensão praxiológica, tal como circulam na sociedade. Essa compreensão é essencial para obtermos os necessários esclarecimentos sobre como o homem se comunica e os instrumentos utilizados para atingir esse objetivo. A percepção da importância de estudar o gênero levou a um aumento significativo das diversas linhas de pesquisa com abordagens diferenciadas sobre o mesmo objeto de estudo. Não se pode deixar de notar que tal popularidade conduz a uma maior variação na interpretação e orientação dos estudos genéricos, mas isso não invalida, nem inviabiliza as pesquisas. Pelo contrário, é fundamental evidenciar que os estudos dos gêneros podem e devem enfatizar as suas confluências e não as divergências, de modo a tornar o campo de pesquisa mais claro e enriquecedor.

Na sequência dessa premissa, a elaboração do primeiro capítulo decorre da necessidade de realçar as convergências entre as diversas linhas de pesquisas. E, como tal, saliento três aspectos que, em meu entender, tendem a aparecer como consensuais: o primeiro é a definição do gênero como prática social; o segundo é que a sua realização se dá nos textos, sendo o texto o objeto empírico pelo qual se estuda o gênero; e, finalmente, o terceiro é que o gênero alia a forma organizativa à sua função social. Em

síntese, parece-me uma consequência natural dizer que o estudo dos textos, partindo do seu uso na sociedade, passa forçosamente pela análise dos gêneros a que pertencem.

Além disso, assumo a posição de Bronckart (1999) quando salienta que a produção textual se baseia em dois movimentos: o primeiro é a escolha do gênero textual; e o segundo refere-se à sua dimensão organizativa interna, a arquitetura textual. De fato, a adesão aos pressupostos epistemológicos do ISD, que explico no segundo capítulo, fundamenta o trabalho desta tese. Mais do que adotar apenas o quadro teórico-metodológico, partilho dos princípios centrais do ISD, que procura fundamentar uma ciência do humano, colocando a linguística como ciência geral da linguagem. Neste campo, o estudo dos gêneros de textos e dos tipos de discurso ganham importância para compreender e desenvolver o conhecimento do homem.

Assim, a análise deve ser alargada a todos os aspectos do gênero, desde a organização dos componentes até à função comunicativa. Acredito que para entender o funcionamento dos gêneros na sociedade, é indispensável assimilar como se processa a relação entre os seus componentes internos, e examinar a dimensão social que eles refletem. O advento de novas tecnologias coloca a sociedade contemporânea perante desafios recentes e complexos, sendo um deles a circunstância do gênero cada vez mais congregar componentes verbais e não verbais, em que os elementos linguísticos interagem com os não linguísticos. Esta incontornável realidade, da imagem visual estar a ganhar uma maior predominância na atualidade, faz com que os textos cada vez mais comportem componentes não verbais, suscitando-me sérias interrogações sobre qual o papel que o não verbal assume e de que forma interage com o sistema da língua. Acredito que entender o processo dessa interação acrescenta esclarecimentos significativos sobre o funcionamento da linguagem em sociedade. A minha opção de analisar, no presente estudo, o gênero textual *cartoon*, decorre precisamente do fato deste gênero congregar o verbal e o não verbal, numa relação de estrita complementaridade. Aliás, é importante referir que existem *cartoons* apenas com o não verbal, mas não é possível existir *cartoons* sem imagem. Ou seja, é um gênero reconhecido, essencialmente, pelo visual. A evidência de reconhecermos o *cartoon* ao primeiro olhar motivou a elaboração do capítulo terceiro, em que sistematizo uma reflexão sobre questões de recepção textual e o estudo da semiótica social proposta por

Kress & van Leeuwen, na GDV. No seguimento desse trabalho, senti a necessidade de incorporá-los no quadro teórico-metodológico do ISD. Designei a união efetuada de semiótica sócio-interacional.

O quadro metodológico, que chamei de semiótica sócio-interacional, reúne as categorias de análise do ISD e da GDV e está dividido em duas partes principais. A primeira, que nomeio de *ação de linguagem*, refere-se aos parâmetros que compõem o contexto de produção e ao qual acrescento o de recepção. A segunda focaliza mais especificamente a *arquitetura textual*. Nela, mostro que na construção textual do *cartoon*, o produtor determina o modo organizativo das componentes internas do seu texto. Essa organização compreende três decisões distintas por parte do autor. A primeira é o modo como se organiza as componentes temático-representacionais, ou seja, a forma como assomam, na planificação temática do texto, os tipos de discurso (semiotização linguística) e os tipos de representação (semiotização não-verbal). A segunda refere-se à organização interacional, isto é, no modo como se processa a interação em dois níveis: contextual (produtor e leitor) e co-textual (entre os elementos internos do texto). A terceira revela o modo como se dá a organização estrutural do texto.

Uma vez idealizado o quadro teórico-metodológico desta pesquisa, passo para a sua aplicabilidade. Sabemos que o humor, o desenho gráfico e a opinião sobre temas da realidade são três características em constante evidência na definição dos *cartoons*. Porém, só através de uma análise sistemática foi possível constatar o fato de que essas três componentes interagem e a forma como o fazem. Torna-se, portanto, relevante considerar que a interação detectada é responsável pela função social do *cartoon* de efetuar comentários através do uso da sátira. Observei que o seu carácter de texto opinativo é reforçado também, porque a sua publicação ocorre na comunicação social, dentro de cadernos de opinião ou ao lado dos editoriais. A dupla constatação conduziu-me à identificação clara de duas atividades associadas ao *cartoon*: a primeira é humorística enquanto a segunda está ligada ao exercício jornalístico. Estas duas atividades, que co-participam nos *cartoons*, corroboram a teoria expressa por Bazerman (2005) de que os gêneros participam em sistemas de atividades, com funções definidas perceptíveis na organização interna dos textos. No *cartoon*, verifica-se que o humor e a

crítica são características diretamente associadas ao seu funcionamento, definindo a relação entre o verbal e o não verbal.

Outra observação que destaco no estudo da arquitetura interna do *cartoon* é que o não verbal participa na construção do mundo discursivo. Pela imagem temos acesso às informações sobre a situacionalidade da ação de linguagem. Por outro lado, para produzir e também para interpretar o cartoon, é fundamental ter um conhecimento prévio que deriva da apreensão das informações do mundo comum. Como essas informações são alvo dos comentários satíricos dos cartoonistas, é imprescindível ter o conhecimento dos temas, ideias e comportamentos sociais que possibilita a criação de inferências. Deste modo, o mundo discursivo que é construído neste gênero é o mesmo do seu produtor e leitor, mostrando claramente uma relação de implicação. Podemos dizer que o *cartoon* encontra-se no mundo discursivo *Expor*.

Devo ainda destacar que a própria imagem representa algum dos elementos que pertencem aos parâmetros físicos da ação de linguagem. De fato, os *cartoons*, no geral, vinculam a opinião crítica em forma de encenação que é responsável pela existência de dois planos de interlocução. O primeiro plano mostra que o produtor é o cartoonista e o receptor é o leitor do *cartoon*. No segundo, os produtores e receptores são os personagens em interação que estão dentro do texto. Neste segundo plano, a encenação é, usualmente, exposta através de representações narrativas com processos de ação, reação, verbal, e, no nosso corpus com alguma raridade, processos mentais. Quando, nos cartoons, há um processo de reação do tipo bi-direcional, em que ambos os personagens se olham mutuamente, constatamos que a encenação representa um diálogo entre pelo menos dois personagens que chamo aqui de participantes representados. Eles representam o povo português, ou são caricaturas de personalidades conhecidas como, por exemplo, determinados políticos, ou ainda outros personagens cuja sua descrição física nos permite verificar pertencerem a um grupo social específico. Nestes dois últimos casos, verifico que a imagem realiza também uma representação conceitual.

Os diálogos que se configuram como processos verbais são efetuados por balões que marcam mudança de turno de fala dentro da interação representada. A esta

característica específica alia-se o fato de o conteúdo temático ser parte do mundo ordinário dos agentes. Pelas análises feitas, detectei que as relações de implicação e conjunção são transversais a todo o *cartoon*. Aliás, é o funcionamento do texto e da imagem que, neste gênero, cria os parâmetros da situação de ação da linguagem em curso, trazendo informações sobre os personagens (o grupo social a que pertencem e a sua relação com o contexto em que estão inscritos) e participa na construção do conteúdo temático. É assim que temos acesso ao discurso interativo, quando observamos a grande ocorrência de marcas como os deícticos, por exemplo, e ainda pelo valor temporal dos verbos que marcam simultaneidade ou valor próximo dessa simultaneidade. É pertinente reafirmar que a imagem marca ocorrência de agentividade, pois, a partir dos personagens representados, conhecemos os produtores dos diálogos do segundo plano de interlocução. É por este plano que o autor, através das vozes dos personagens, dá a sua opinião sobre um assunto da atualidade ao seu leitor. Algumas vezes, essa opinião não aparece pela voz dos participantes representados. Nesse caso, uma vez que não há encenação, não existem representações narrativas e apenas encontramos representações conceituais.

Sem dúvida, não podemos esquecer que o autor e o leitor também dialogam. Isto levou-me a considerar três formas de relações entre o cartoonista e o leitor via texto através da presença de marcas verbais e não verbais. Na primeira, verifica-se que o produtor interage diretamente com o leitor, existindo um único plano de interlocução. A segunda refere-se à relação entre os participantes representados (personagens) e o produtor ou leitor, mostrando uma aproximação entre os planos. Por último, a terceira expõe a relação entre os participantes representados no interior do próprio texto. Nesta, os dois planos são distintos, isto é, há interação entre o autor e o leitor, mas ela não é explícita no segundo plano de interlocução, sendo as marcas referentes unicamente à relação entre os personagens. Na realidade, quando observamos um *cartoon*, mais do que partilharmos o ponto de vista do autor ou decodificar a mensagem subjacente, existe igualmente a procura do divertimento “puro”. Mas, é exatamente nessa procura que se estabelece uma cumplicidade maior entre o autor e o leitor. Afinal, o traço do autor leva-nos até ao seu mundo, que também é o nosso.

A encenação que encontrei no *cartoon* tem dois tipos de estruturação. Uma é quadro-a-quadro, que denomino de *faseada* e a outra é realizada em um único quadro, ou cena, que chamo de não faseada. Na primeira, destaco o uso da polarização das imagens, no entanto, foi possível encontrar, nesta categoria, *cartoons* que possuíam elementos centrais. Já no segundo tipo, observei a existência de uma estruturação centralizada, com ênfase nos elementos principais, e uma outra, de cartoons com um único quadro, onde é patente uma polarização de elementos visuais, como ocorre na série do Quiosque. Neles, existe uma dupla temática, no qual os elementos da esquerda são mostrados separados dos da direita, no sentido de intensificar a diferenciação temática.

Para concluir, quero afirmar a minha profunda convicção de que a comunicação humana é um dos processos mais fascinantes de observar na história da evolução do próprio homem e o modo como, através dela, constrói as sociedades nas quais se insere. Uma das razões que substancia esta minha crença, é precisamente o fato da língua não ser apenas instrumento usado para interagir com o seu semelhante, mas também essencial ao seu próprio desenvolvimento cognitivo. Como tal, a minha grande preocupação foi centrar a investigação na relação entre o verbal e o não verbal, pois não é possível ignorar a presença cada vez maior da imagem na organização textual. Esta minha escolha não foi norteadada por questões de moda, mas pela necessidade sentida de encontrar elementos de estudo capazes de formularem um quadro metodológico para melhor aprofundar esse fenómeno que percorre a sociedade global a grande velocidade.

Nesse âmbito, a minha opção por analisar o gênero *cartoon* teve por princípio a procura sistemática de dar um contributo para os estudos do funcionamento da língua, percorrendo um longo caminho desde uma visão mais global do gênero até um plano mais micro de análise. Neste processo complexo, recorri a distintos contributos de diferentes investigadores porém, em última análise, quero uma vez mais sublinhar que reitero de forma inequívoca os pressupostos epistemológicos do ISD que sempre orientaram o presente trabalho. Longe de esgotar os questionamentos levantados, procurei abrir portas para que novos caminhos se possam trilhar na compreensão e explicação dos fatos linguísticos numa realidade em permanente evolução. Por conseguinte, este estudo não tem a pretensão de ser um produto acabado e, sim, um

ponto de partida para outras reflexões sobre o papel que os gêneros representam nos mecanismos de funcionamento das línguas e na própria organização do conhecimento.

Bibliografia

ADAM, Jean-Michel. (2008). *A linguística textual : introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez.

_____ (1999). *Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan pp. 81-100.

_____ (1997). Genres, textes, discours: pour une reconception linguistique du concept de genre. In : *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, nº 75, pp. 665-681

_____ (1990). *Eléments de linguistique textuelle. Thhéorie et Pratique de l'Analyse Textuelle*. Paris: Madarga, pp. 84-119.

AFONSO, A. B. (1995). *Operações e valores subjacentes a alguns enunciados interrogativos*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, dissertação de mestrado.

ASKEHAVE, I & SWALES, J. M. (2001). Genre Identification and Communicative Purpose: a Problem and a Possible Solution. *Applied Linguistics*, vol. 2, nº 2, pp:195-212.

BAKTHIN, Michail. (2000). *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 3ª ed.

BALOCCO, Anna Elisabeth. (2005). A perspectiva discursivo-semiótica de Gunther Kress : o gênero como recurso representacional. In : Meurer, J.L; Bonini, Adair & Motta-Roth (orgs.). *Gêneros: Teorias Métodos, Debates*. São Paulo: Parábola, pp. 65-80.

BARROS, Diana Luz Pessoa de (2003). Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In: Diana Luz Pessoa de Barros & José Luiz Fiorin (orgs.). *Dialogiasmo, Polifonia, Intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 2ª ed; pp: 01-09.

BARTHES, R. (1977). *Image, music, text*. London: Fontana.

BAZERMAN, Charles (2007). *Escita, Gênero e Interação Social*. Angela P. Dionisio & Judith C. Hoffnagel (orgs.). São Paulo: Cortex.

BAZERMAN, Charles (2006). *Gêneros, Agência e Escrita*. Angela P. Dionisio & Judith C. Hoffnagel (orgs.). São Paulo: Cortex.

BAZERMAN, Charles (2005). *Gêneros Textuais, Tipificação e Interação*. Angela P. Dionisio & Judith C. Hoffnagel (orgs.). São Paulo: Cortex.

BAZERMAN, Charles (1994). Systems of Genres and the Enactment of Social Intentions. In: A. Freeman & P. Medway. (eds). *Genre and a New Rhetoric*. London/Bristol, Taylor & Francis, pp. 79-101.

BEGUIN-VERBRUGGE, Anette (2006). *Images en texte, images du texte: dispositifs graphiques et communication écrite*. France: Presses Universitaires du Septentrion.

BENTES, Anna Christina (2001). Linguística Textual. In : Mussalim, F. & Bentes, A. C. (orgs.). *Introdução à Linguística : Domínios e Fronteiras*. São Paulo : Cortez, vol 1.

BERNHARDT, Stephen A. (1986) Seeing the Text. In : *College Composition and Communication* 37 :1, Fevereiro, pp. 66-78.

BEZERRA, Maria Auxiliadora.(1999). Ensino de vocabulário versus compreensão de textos. In: Vilson J. Leffa e Aracy E. Pereira, (org). *O ensino da leitura e produção textual*. Pelotas: Educat, pp 99-107.

_____; DIONISIO, Angela Paiva & MACHADO, Anna Rachel. Orgs. (2002). *Gêneros Textuais e Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna.

BHATIA, Vijay. (1997). Genre Analysis Today. In : *Revue Belge de Philologie et d' Histoire*. 75(3) : 629-652.

BIBER, D.(1988). *Variation Across Speech and Writing*. Cambridge : C. U. P.

BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês & MATOS, Gabriela (2003). Estrutura da frase simples e tipos de frases. In Mateus, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 433-506

BRONCKART, Jean-Paul (2008a): Genre de textes, types de discours et “degrés” de langue. In: *Texto!* Janvier, vol. XIII, <http://www.revue-texto.net/index.php?id=86>

_____. (2008b). *O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções do trabalhadores*. Campinas: Mercado de Letras

_____ (2008c). O atividade de linguagem frente à LÍNGUA: homenagem a Ferdinand de Saussure. In: Guimarães, Machado & Coutinho (orgs). *O interacionismo sociodiscursivo*. Campinas: Mercado de Letras.

_____ (2007). *Desarrollo del Lenguaje y Didáctica de las Lenguas*. Buenos Aires: Miño y Dávila.

_____ (2006). *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Anna Rachel Machado & Maria de Lourdes Meirelles (orgs). Campinas: Mercado de Letras.

_____ (2002). La conscience comme “analyseur” des épistémologies de Vygotski et Piaget. In: Yves Clot (direction). *Avec Vygotski: suivi d'une note de Léontiev sur un séminaire de Vygotski*. 2^a édition augmentée: La Dispute.

_____ (1999). *Atividades de Linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: Editora da PUC-SP, EDUC.

_____ (1996). Genres de textes, types de discours et opérations psycholinguistiques. In: *Enjeux. Revue de Didactique du Français*, n° 37/38: 31-47.

_____ & Machado, A.R. (2004). Procedimentos de análise de textos sobre o trabalho educacional. In Machado, Anna Raquel. (org.). *O Ensino como trabalho. Uma abordagem discursiva*. Londrina: Eduel, pp.131-163.

_____ & BULEA, Ecaterina (2005). *La dynamique de l'agir dans la dynamique langagière*. In Barbier, J-M. / Durand, M. (edd.) *Sujet, activité, environnement; approches, problèmes, outils*. PUF.

BULEA, Ecaterina (2009a): *Types de discours et interprétation de l'agir: le potentiel développemental des figures d'action*. In: *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, n° 3, julho, 135-152.

_____ (2009b). *Quel statut sémiotique pour les entités linguistiques de taille supérieure au mot? Problèmes théoriques et méthodologiques*. Reunião de trabalho entre Grupo LAF- Langage, Formation, Action da Universidade de Genebra e Grupo Pretexto do CLUNL/Outubro, Lisboa.

_____ (2010). *Linguagem e efeitos desenvolvimentais da interpretação da atividade*. Campinas: Mercado de Letras.

CADET, C; CHARLES, R & GALUS, J,-L (2002). *La communication par l'image*. France: Nathan, 2ª ed.

CAMPOS, Mª Henriqueta Costa (1997). *Tempo, aspecto e modalidade*. Porto: Porto Editora.

_____ & XAVIER, Mª Francisca (1991). *Sintaxe e Semântica do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.

CARVALHO, Gisele de (2007). Gênero como ação social em Miller e Bazerman: o conceito, uma sugestão metodológica e um exemplo de aplicação. In: Meurer, J.L; Bonini, Adair & Motta-Roth (orgs.). *Gêneros: Teorias Métodos, Debates*. São Paulo: Parábola, pp: 130-149.

CARTER, Ronald. (1998). *Vocabulary: Applied Linguistic Perspectives*. 2 ed. London and New York: Routledge.

CHARAUDEAU, Patrick (2006). Des catégories pour l'humour? In: *Revue questions de communication*. France: Presses Universitaires de Nancy. Ed: 10.2006; pp: 19-41.

CORREIA, Clara Nunes (2002). *Estudos de determinação : a operação de quantificação-qualificação em Sintagmas Nominais*. Lisboa : FCG-FCT.

COSTA, S. F. (2004). *A Regra de São Bento em Português: estudo e edição de dois manuscritos*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, dissertação de mestrado.

COUTINHO, Maria Antónia (2009). Marcadores discursivos e tipos de discurso. In: Valentim, H.T. & Moreira, B. (orgs). *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies* nº 2, pp. 193-210.

_____ (2006a). Le rôle des discours rapportés dans l'organisation textuelle: le cas des comptes rendus de lecture. In Lopez-Muñoz, J-M, Marnette, S. & L. Rosier (éds). *Dans la jungle du discours rapporté: genres de discours et discours rapporté*. Cádiz: Publicaciones de la Universidad de Cádiz, pp. 227-236.

_____ (2006b). O texto como objecto empírico: consequências e desafios para a linguística. *Veredas* 10 (1-2). Também disponível em:

http://www.revistaveredas.ufjf.br/volumes/veredas_portugal/artigo07.pdf

_____ (2005) Para uma linguística dos géneros de texto, *Diacrítica* 19/1, Braga: Universidade do Minho, pp. 73-88.

- _____ (2004). Organizadores textuais – entre língua, discurso e género. In Oliveira, Fátima & Isabel Margarida Duarte (orgs). *Da língua e do discurso*. Porto: Campo das Letras, pp. 283-298
- _____ (2003). *Texto(s) e competência textual*. Lisboa: FCG-FCT
- _____ (2002). Perspectivas linguísticas sobre a noção de estilo. In. Duarte, I. M. E tal (orgs). *Encontro comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*. Porto: CLPU, pp. 41-54.
- CULIOLI, A. (1990). *Pour une linguistique de l' énonciation: opérations et représentations*. Paris: Ophrys
- CUNHA, Luís Felipe. (1994). Valores Temporais das Orações com *Quando*. In: *Cadernos de linguística*, nº 8, Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- DELL' ISOLA, Regina (2001). *Leitura: inferências e contexto sociocultural*. Belo Horizonte: Formato Editorial.
- DIONÍSIO, Angela.P. (2001). Análise da Conversação. In: Mussalim & Bentes. *Introdução à Linguística*. São Paulo: Cortez.
- DISCINI, Norma. (2003). *O Estilo nos Textos*. São Paulo: Contexto.
- DUCROT, O. (1984). *Esquisse d'une théorie polyphonique*. Paris: Editions de Minuit.
- ECO, Humberto (2004). *Os Limites da Interpretação*. Lisboa: Difel, 2ª ed. Tradução de José Colaço Barreiros.
- EGGINS, Suzanne & MARTIN, J. R. (1998). Genre and Registers of Discourse. In: Teun A. van Dijk (ed.). *Discourse as Structure and Process. Discourse Studies: A Multidisciplinary Introduction. Volume I*. London: Sage, 2ª ed; pp: 230-255.
- FAIRCLOUGH, Norman (2001). *Discurso e Mudança Social*. Brasília: UNB.
- FAIRCLOUGH, Norman (1997). Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, Emília R. (org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho
- FALCONE, Karina (2008). *(Des)legitimação: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social*. Recife: UFPE, tese de doutorado.

FERNADES, J. & ALMEIDA, D. (2008). Revisitando a Gramática visual nos cartazes de guerra. In: Almeida, D. (org). *Perspectivas em Análise Visual : do fotojornalismo ao blog*. João Pessoa: UFPB

FURLANETO, M^a Marta (2005). Gênero do discurso como componente do arquivo em Dominique Maingueneau. In Meurer, J.L; Bonini, Adair & Motta-Roth (orgs.). *Gêneros: Teorias Métodos, Debates*. São Paulo: Parábola, pp: 260-281.

GOFFMAN, E. (1967). *Ritual de La interacción*. Buenos Aires. Editorial Tiempo Contemporâneo.

GOUVEIA, Carlos A. M. (1997). Regulamento, disciplina e hierarquia de relações na instituição militar. In: PEDRO, Emília R. (org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho

HALLIDAY, M. A. K. (2004). *An Introduction to Systemic Functional Linguistics*. London: Arnold.

HALLIDAY, M. A. K. (1978). *Language as Social Semiotic. The social interpretation of language and meaning*. London: Edward Arnold.

HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, R.(1989). *Language, Context and Text: Aspectos in a Social-Semiotic Perspective*. Oxford: Oxford University Press, pp: 52-69.

_____ (1976). *Cohesion in English*. New York: Logman.

HEMAIS, Barbara & BIASI-RODRIGUES (2005). A proposta sócio-retórica de John Swales : para o estudo de gêneros textuais. In Meurer, J.L; Bonini, Adair & Motta-Roth (orgs.). *Gêneros: Teorias Métodos, Debates*. São Paulo: Parábola, pp: 108-129.

HODGE, R & KRESS, G. (1988). *Social Semiotics*. Cambridge : Polity.

HOFFINAGEL, Judith C. (2002). Entrevista : uma conversa controlada. In: A. P. Dionísio, A.R. Machado & M^a A. Bezerra. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, pp. 180-193.

KOCH, Ingedore (2002). *Desvendando os Segredos do Texto*. São Paulo: Cortez.

_____ (1997a). *Linguística Textual: Retrospectos e Perspectivas*. In: *Alfa*. São Paulo: Unicamp. 41^a ed, pp: 67-78.

_____ (1997b). *O Texto e a Construção dos Sentidos*. São Paulo: Contexto.

_____. & ELIAS, Vanda M. (2007). *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto.

KRESS, Gunther. (2003). Multimodality, Multimedia and Genre. In: *Literacy in the New Media Age*. London: Routledge, pp: 106-121.

_____. (2001). *Multimodal Discours: The modes and Media of Contemporary Communication*. London: Arnold.

_____. (1997). Considerações de carácter cultural na descrição linguística: para uma teoria social da linguagem. In: PEDRO, Emília R. (org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho.

_____.; LEITE-GARCIA, Regina & VAN LEEUWEN, Theo. (1997). Discourse Semiotics. In: Van Dijk (ed.). *Discourse as Structure and Process: Studies a Multidisciplinary Introduction*. Série Discours: Sage Publication, vol 1, pp: 257-291.

_____ & VAN LEEUWEN, Theo. (2006). *Reading Images: The Grammar of Visual Design*. London: Routledge. 2ª ed.

LAGE, Nilson. (2002). *Linguagem Jornalística*. São Paulo: Ática. 7ª ed.

LEAL, Audria (2010). O papel do discurso teórico nos *cartoons*. In: *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, Lisboa: edições Colibri, nº 5, Julho, pp: 223-245.

_____ (2008). A presença do discurso interativo no género textual cartoon. In: *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, Lisboa: edições Colibri, nº 1, Julho, pp: 71-80.

_____ & PINTO, Rosalice (2009). *A presença do discurso interativo no género textual cartoon*. In: *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, Lisboa: edições Colibri, nº 3, Julho, pp: 319-332.

_____ & CALDES, Ana (2007). Mecanismos de textualização e construção textual: para uma abordagem sócio-discursiva do *cartoon*. In: *XXIII Encontro Nacional da APL*, Universidade de Évora. 01 a 03 de Outubro de 2007.

_____ & GONÇALVES, Matilde (2007). Gêneros ficcionalizados e identidade de género. In: 4º Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais – SIGET (Internacional Symposium on Genre Studies), Tubarão – Santa Catarina – BR, Abril 2007. Publicação em CR-ROM

LEVINSON, S. (1983). *Pragmatics*. New York: Cambridge University Press.

- LINS, M. da Penha P. (2008). *O Tópico Discursivo em Textos de Quadrinhos*. Vitória: Edufes.
- LOPES, Ana Cristina M. (1993). Sobre a Referência Nominal Genérica. In: *Discursos: estudos de língua portuguesa*, Lisboa: Univeridade Aberta, nº 4, Maio, pp: 115-134.
- LYONS, J. (1977). *Semantics – II*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MACHADO, Ann Rachel. (2005). A perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart. In: Meurer, J.L; Bonini, A; Motta-Roth, D. (orgs). *Gêneros: teoria, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, pp: 237-259.
- MAINGUENEAU, Dominique (2005). As Categorias de Análise do Discurso. In: *Actas do Seminário Internacional de Análise do discurso*. Lisboa: Hugin Editores, pp: 81-105.
- _____ (2004). Retour sur une catégorie : le genre , dans J.-M. ADAM, J.-B. GRIZE et Magid Ali BOUACHA. *Texte et discours : catégories pour l'analyse*, Editions Universitaires de Dijon, p.107-118.
- _____ (2002). *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2ª ed.
- _____ (1997). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 3ª ed.
- _____ & CHARAUDEAU, Patrick. (2006). *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo : Contexto.
- MARCUSCHI, Luís A. (2008). *Produção textual, Análise de Gêneros e Compreensão*. São Paulo: Parábola editorial.
- _____ (2007a). *Fenômenos de Linguagem*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- _____ (2007b). *Cognição, Linguagem e Práticas Interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- _____ (2002a). Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: A. P. Dionísio, A.R. Machado & Mª A. Bezerra. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, pp. 19-36. 2003.
- _____ (2002b). *Gêneros textuais emergentes e atividades lingüísticas no contexto da tecnologia digital*. Mimeo. Apresentado na 50ª Reunião Anual do Gel. São Paulo: USP.

_____ (2001). Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez editora maio de 2002.

Marcuschi (2003).

_____ (2000). *Gêneros Textuais: O Que são e como se Constituem*. (inédito)

_____ (1986). *A análise da conversação*. São Paulo: Ática.

_____ (1983). *Linguística de Texto: O que é e como se faz*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Série Debates 1.

MARTIN, J.R. & ROSE, David (2008). Working With Discourse: Meaning Beyond the Clause. London: Continuum, 2ª ed.

MATEUS, M.H. et alii. (1989). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

MATTOS-PARREIRA, Merja. (1997). Uma análise crítica do discurso de um conto policial pós-modernista à luz da linguística sistêmico-funcional. In: Pedro, Emília R. (org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho

MENDONÇA, Márcia Rodrigues de S. (2002). Um Gênero quadro a quadro: a História em Quadrinhos. In: In: A. P. Dionísio, A.R. Machado & Mª A. Bezerra. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, pp: 194-207.

MEURER, J.L; BONINI, Adair & MOTTA-ROTH (orgs.). (2005). *Gêneros: Teorias Métodos, Debates*. São Paulo: Parábola.

MEURER, J. L. (2005). Gêneros Textuais na Análise Crítica de Fairclough. In Meurer, J.L; Bonini, Adair & Motta-Roth (orgs.). *Gêneros: Teorias Métodos, Debates*. São Paulo: Parábola, pp: 81-126.

MIGUEL, Emílio Sanchez. (2002). *Compreensão e Redação de textos: dificuldades e ajudas*. São Paulo: Artmed.

MILLER, Carolyn R. (1984/1994). Genre As Action. In: Aviva Freedman & Peter Medway (eds.) 1994. *Genre and The new Rhetoric*. London/ Bristol, Taylor & Francis. pp. 23-42.

- MILLER, Carolyn. (1994). Rhetorical Community: The Cultural Basis of Genre. In: Aviva FREEDMAN & Peter MEDWAY (eds.). *Genre and New Rhetoric*. London/Bristol, Taylor & Francis. pp: 67-78.
- NEVES, M^a Helena de Moura (2001). *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes.
- PALMER, F. R. (1986). *Mood and Modality*. New York: Cambridge University Press.
- PEDRO, Emília R. (1997a). Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, Emília R. (org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho.
- PEDRO, Emília R. (1997b). O discurso dos e nos *media*. In: PEDRO, Emília R. (org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho
- PEIRCE, Charles. S. (1977). *Semiótica*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- PEREIRA, Susana (2008). *A Semântica do Objecto-Aspecto e Determinação Nominal*. Lisboa: FCG-FCT, pp: 99-151.
- PIMENTA, Sônia M. O. & SANTANA, Carolina D. A. (2007). Multimodalidade e semiótica social: o estado da arte. In: MATTE, Ana Cristina Fricke (org.). *Lingua(gem), texto, discurso: entre a reflexão e a prática*. Lucerna: Rio de Janeiro, 2^a vol, pp: 152-174.
- POSSENTI, Sírio (2005). *Os Humores da Língua*. Campinas: Mercado das Letras, 4^a ed.
- RABAÇA, Carlos Alberto & BARBOSA, Gustavo Guimarães (2002). *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Campus, 2^o ed.
- _____ (1978). *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Codreci Ltda. Com a colaboração de Muniz Sodré.
- RASTIER, François (1989). *Sens et Textualité*. Paris : Hachette Supérieur.
- _____ (2001). *Arts et Sciences des textes*. Paris : P.U.F.
- RESENDE, Viviane de Melo & RAMALHO, Viviane (2006). *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto.
- RIANI, Camilo. (2002). *Linguagem & Cartum... Tá rindo do quê? Um Mergulho nos Salões de Humor de Piracicaba*. Piracicaba: Unimep.

- RODRIGUES, Adriano. D.(2001). *A Partitura Invisível: para a abordagem interactiva da linguagem*. Lisboa: Colibri. Cadernos Universitários.
- SCHENEUWLY, Bernard (2004). Gêneros e Tipos de Discurso: Considerações Psicológicas e Ontogenéticas. In: Rojo & Cordeiro (orgs.). *Gêneros Orais e Escritos na Escola*. Campinas: Mercado das Letras, pp: 21-39.
- SEARLE, John. (1979). *Expression and meaning: Studies in the theory of speech acts*. Cambridge, England: Cambridge University.
- SAUSSURE, Ferdinand (2000). *Curso de Lingüística Geral*. 22ª ed. São Paulo: Cultrix.
- SAUSSURE, Ferdinand (2002). *Écrits de linguistique générale*. Paris: Gallimard
- SWALES, John M. (2009). Repensando gêneros: uma nova abordagem ao conceito de comunidade discursiva. In: Bezerra, B. G; Biasi-Rodrigues, B. & Cavalcante, M. M. (orgs.). *Gêneros e Sequências Textuais*. Recife: Edupe.
- SWALES, John M. (1990). *Genre Analysis. English in Academic and Research Settings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TODOROV, Tzvetan (1978). *Gêneros do discurso*. Lisboa: Edições 70.
- THOMPSON, Geoff (2004). *Introducing Functional Grammar*. London: Hodder Arnold, 2ª ed.
- URBANO, H. et al. (1993). Perguntas e respostas na conversação. In: CASTILHO, A. T. (org.) *Gramática do Português Falado. As abordagens*. Campinas, Unicamp/Fapesp, v. III, pp. 75-97.
- VAN DIJK, Teun. (1997). Semântica do discurso e ideologia. In: PEDRO, Emília R. (org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho
- VAN LEEUWEN, Theo. (2004). Ten Reasons Why Linguists Should Pay Attention to Visual Communication. In Philip Le Vine & Ron Scollon (eds). *Discourse and Technology: Multimodal Discourse Analysis*. Georgetown University Press, 2004, pp. 7-19.
- _____. (1997). A representação dos actores sociais. In: PEDRO, Emília R. (org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho
- VOLOSHINOV (Bakhtin, M.). (2002). *Marxismos e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 9ª ed.

ANEXOS

Tipos de Configurações de Organização Temático-Representacional (TCTR)

TD = Tipo de discurso **DI = Discurso interativo** **DT*= Discurso teórico não puro.** **R = representação**
TR = Tipo de representação **DT = Discurso Teórico** **RI = Relato interativo** **P = Processo**

I) Configurações Segmentadas

a) nos *cartoons* diários

Tabela 1: Bartoon – Luís Afonso

SOT TC	Introdutor Temático		Desenvolvimento Temático				Fecho Temático		Data da publicação
Quadro	1º quadro		2º quadro		3º quadro		4º quadro		
Tipos de TCTR	Tipo de discurso	Tipo de Representação	Tipo de discurso	Tipo de Representação	Tipo de discurso	Tipo de Representação	Tipo de discurso	Tipo de Representação	
1ª	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Unidirecional	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Unidirecional	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Unidirecional	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	21/01/06
2ª		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação		R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação	28/01/2006

		Transacional Bidirecional		Transacional Bidirecional		Reação Transacional Unidirecional		Transacional Bidirecional	
3ª		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional R. Conceitual		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional R. Conceitual		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional R. Conceitual		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional R. Conceitual	02/02/2006
4ª		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Unidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Unidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Unidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Unidirecional	05/02/2006
5ª		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	06/02/2006
		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Não Transacional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Não Transacional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Não Transacional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Não Transacional	12/02/2006
6ª	Não há marca linguística de Tipo de Discurso	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação Transacional Unidirecional	Não há marcas linguísticas de Tipo de Discurso	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação Transacional Unidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	22/01/2006

8ª	Discurso Teórico*	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	Misto: DI-DT	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	15/01/2006 15/02/2006
10ª		R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	23/01/2006
11ª		R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	24/01/2006
12ª	Discurso Teórico*	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	16/01/2006
13ª		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	30/01/2006
14ª	Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de	Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de	17/01/2006

	Discurso Teórico*	Ação e Reação Transacional Unidirecional	Discurso Teórico	Ação e Reação Transacional Unidirecional	Discurso Interativo	de Reação Transacional Bidirecional	Discurso Interativo	Reação Transacional Bidirecional	03/02/2006
15º	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	Discurso Teórico*	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	D Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	18/01/2006
16ª	Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	Não há marca linguística de Tipo de Discurso	R.Narrativa; P de Reação Transacional Unidirecional	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Não Transacional	19/01/2006
17ª	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	20/01/06;
18ª		R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Bidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Bidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Bidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Bidirecional	13/02/2006
19ª	Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	Misto: DI-DT	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	25/01/2006

20 ^a	Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	Misto: DI-DT	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	Misto: DI- DT	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	26/01/2006
21 ^a	Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	27/01/2006
22 ^a		R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	07/02/2006
23 ^a	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Bidirecional	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Bidirecional	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Bidirecional	Misto: DI-DT	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Bidirecional	14/02/2006
24 ^a	Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	Discurso Teórico*	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	29/01/2006
25 ^a	Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação	Discurso Teórico*	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação	Misto: DI-DT	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação	01/02/2006
									04/02/2006

		Transacional Unidirecional		Transacional Bidirecional		Transacional Bidirecional		Transacional Bidirecional	
26 ^a	Discurso Teórico*	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	31/01/2006
27 ^a		R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional		R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	09/02/2006
28 ^a	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	Discurso Teórico*	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	08/02/2006
29 ^a	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Bidirecional	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	Discurso Teórico*	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	10/02/2006
30 ^a	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	Discurso Teórico*	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	11/02/2006

Tabela 2: Cravo e Ferradura

SOT TC	Introdutor Temática		Desenvolvimento Temático				Fecho Temático		Data da publicação
	Tipo de Discurso	Tipo de Representação	Tipo de Discurso		Tipo de Representação		Tipo de Discurso	Tipo de Representação	
Disposição A	1ºquadro		2º quadro	3º quadro	2º quadro	3º quadro	4ºquadro		
1ª configuração	Discurso Interativo	R. Narrativa e Conceitual PV de Reação Transacional Bidirecional	Discurso Interativo	R. Narrativa; Conceitual P. de Reação Transicional Bidirecional	-----	R. Narrativa Conceitual P. de Reação Transicional Bidirecional	Discurso Interativo	R. Narrativa e Conceitual P. de Reação Transicional Bidirecional	15/02/2006
Disposição B	1ºquadro		2º quadro			3º quadro			
2ª configuração	Discurso Teórico*	R. Narrativa e PV e P. Ação e Reação Transacional Unidirecional	Discurso Teórico		R. Narrativa e PV e P. Ação Transacional Unidirecional e P. Reação Não Transac.		Discurso Interativo	R. Narrativa e PV e P. Reação Transacional Unidirecional e Não Transac.	26/01/2006
		R. Narrativa e PV e P. Ação e Reação não transacional P. conceitual			R. Narrativa e PV e P. Reação transacional unidirecional P. conceitual	31/01/2006			
3ª configuração	Discurso Interativo	R. Narrativa e PV e P. Reação Transacional	Discurso Interativo		R. Narrativa e PV e P. Reação Transacional		Dicurso. Interativo	R. Narrativa e PV e P. Reação Transacional	17/01/2006

		Bidirecional		Bidirecional		Bidirecional	
4ª configuração	D Teórico	R. Narrativa e PV e P. Reação	Misto: Inteativo-Teórico	R. Narrativa e PV e P. Reação	D Teórico*	R. Narrativa e PV e P. Reação	18/01/2006
	D Teórico*	Transacional Bidirecional	Misto: Inteativo-Teórico	Transacional Bidirecional	D Teórico	Transacional Bidirecional	29/01/2006
5ª configuração	D Teórico	R. Narrativa e PV e P. Ação Transacional Unidirecional	-----	R. Narrativa e PV e P. Ação Transacional Unidirecional	DI Interativo	R. Narrativa e PV e P. Reação Transacional Unidirecional	19/01/2006
6ª configuração	D.Teóric* e D. Interativo	R. Narrativa e PV e P. Ação Transacional Unidirecional	Discurso Interativo	R. Narrativa e PV e P. Ação Não -Transacional	D Interativo	R. Narrativa e PV e PA e Reação Transacional Unidirecional	20/01/2006
7ª configuração	D Teórico*	R. Narrativa e PV e P Ação e Reação Transacional Bidirecional	Discurso Interativo	R. Narrativa e PV e P. Reação Transacional Bidirecional	D Interativo	R. Narrativa e PV e P. Reação Transacional Bidirecional	23/01/2006
8ª configuração	DT Teórico*	R. Narrativa e PV e P. Reação Transacional Unidirecional	-----	R. Narrativa e PV e P. Reação Não -Transacional	DTeórico	R. Narrativa e P Mental e P. Reação NãoTransacional	25/01/2006
9ª configuração	DT Teórico*	R. Narrativa e PV e P de Reação Transacional Bidirecional	Discurso Teórico* e Discurso Interativo	R. Narrativa e PV e P de Reação Transacional Bidirecional	Dicurso Interativo	R. Narrativa e PV e P de Reação Transacional Bidirecional	28/01/2006
10ª	Misto:	R. Narrativa e		R. Narrativa e	Discurso	R. Narrativa e	04/02/2006

configuração	DI- DT e D.Teórico	PV e P. Ação Transacional Unidirecional	Misto: D. Interativo e D. teórico	PV e P. Ação Transacional Unidirecional	interativo	PV e P. Ação Transacional Unidirecional	10/02/2006
11ª configuração	Discurso Teórico*	R. Narrativa e PV e P. Ação e Reação Transacional Unidirecional	Discurso Teórico	R. Narrativa e PV e P. Ação e Reação Transacional Unidirecional	Discurso Teórico	R. Narrativa e PV e P. Ação Transacional Unidirecional	05/02/2006
	Discurso Teórico*	R. Narrativa e PV e P. Ação e Reação Transacional Unidirecional	Discurso Teórico	R. Narrativa e PV e P. Ação e Reação Transacional Unidirecional	Discurso Teórico*	R. Narrativa e PV e P. Reação não Transacional	06/02/2006
		R. Narrativa e P. Verbal e P. Reação Não Transacional		R. Narrativa e PV e P. Reação Transacional Bidirecional		R. Narrativa e PV e P. Reação não Transacional	14/02/2006
12ª configuração	D Teórico*	R. Narrativa e PV e P. Ação e Reação Transacional Bidirecional	D Interativo e D Teórico	R. Narrativa e PV e P. Reação Transacional Bidirecional	DTeórico*	R. Narrativa e PV e P. Reação Transacional Bidirecional	08/02/2006
13ª configuração	D Interativo	R. Narrativa e PV e P. Reação Transacional Bidirecional	Discurso Interativo	R. Narrativa e PV e P. Reação Transacional Bidirecional	DTeórico	R. Narrativa e PV e P. Reação Transacional Bidirecional	09/02/2006
14ª configuração	Discurso teórico*	R. Narrativa e PV e P. Ação e Reação Transacional	Misto: DI-DT	R. Narrativa e PV e P. Reação Transacional Bidirecional	Misto: DI-DT	R. Narrativa e PV e P. Reação não Transacional	01/02/2006

		Unidirecional e não Transacional					
15ª configuração	Discurso interativo e D. Interativo	R. Narrativa e PV e P. Reação Transacional Bidirecional	Discurso interativo	R. Narrativa e PV e P. Reação Transacional Unidirecional e não Transacional	Misto: DI-DT	R. Narrativa e PV e P. Reação Transacional Bidirecional	11/02/2006
Disposição C	Introdutor Temático			Fecho temático			
	1º quadro			2º quadro			
	Tipo de discurso	Tipo de Representação		Tipo de discurso	Tipo de Representação		
16ª configuração	Discurso Teórico*	R. Narrativa ; Processo Verbal e P. de Ação e Reação Transacional Unidirecional		Discurso Teórico* e Discurso Interativo	R. Narrativa ; Processo Verbal e P. de Ação e Reação Transacional Unidirecional		24/01/2006
17ª configuração	Discurso Teórico	R. Narrativa ; Processo Verbal e P. de Ação e Reação Transacional Unidirecional		Misto: DI-DT	R. Narrativa ; Processo Verbal e P. de Ação e Reação Transacional Bidirecional		02/02/2006

b) Nos *cartoons* semanais

Tabela 3: Coisas Públicas – Miguel

Título	Introdutor Temático	Desenvolvimento Temático	Fecho Temático	Data
---------------	----------------------------	---------------------------------	-----------------------	-------------

TD	Tipo de Repres		TD	Tipo de Repres		TD	Tipo de Repres		TD	Tipo de Repres		TD	Tipo de Repres					
1º quadro			2º quadro			3º quadro			4º quadro			5º quadro			6º quadro			
D. T ¹	R. Conceitual Simbólica		D. T	R. Conceitual Simbólica		D. T	R. Conceitual Simbólico sugestivo		D.T	R. Conceptual Simbólica e R. Narrativa P. de Ação não Trans.		DT e DI	R. Conceitual Simbólica		D.I e D. T	R. Conceitual Simbólica e Narrativa		15/01/06
D. T	R. Conceitual Simbólica		D. T e D. I	R. Conceitual Simbólica		M: DT-N e D. I			D I e D. T	R. Conceitual Simbólica			R. Conceitual Simbólica		D. T	R. Conceitual Simbólica e R. Narrativa		22/01/06
DT	R. Conceitual e R. Narrativa		DT	R. Conceitual Simbólica e R. Narrativa		DT	R. Conceitual Simbólica e R. Narrativa		DT*	R. Conceitual Simbólica e R. Narrativa		M: DI-DT	R. Conceitual Simbólica e R. Narrativa		DT	R. Conceitual Simbólica e R. Narrativa		29/01/06
DT	R. Conceitual Simbólica		DT	R. Conceitual Simbólica		DT e DI	Não há Processos Representacionais		DT	R. Conceitual Simbólica		M	R. Conceitual Simbólica		DT*	R. Conceitual Simbólica		12/02/06
Introdutor temático				Desenvolvimento Temático										Fecho temático				
título	1º quadro		2º quadro			3º quadro		4º quadro			5º quadro		6º quadro			Data		
T Dis	T D	T Repres.	TD	T Repres.		TD	T Repres		T Disc	T Rep.		TD	T Repres.		TD	T Repres.		
DT	DT	R.	DT	R.		DT	R.		M:	R.		DT	R.		DT*	R.		05/02/06

¹ DT = Discurso Teórico; DI = Discurso Interativo e M = Misto

		Conceitual Simbólica	e DI	Conceitual e Simbólica		Conceitual e simbó.	DT-DI	Conceitual e simb		Conceitual Simbólica		Conceitual Simbólica	
--	--	-------------------------	---------	---------------------------	--	------------------------	-------	----------------------	--	-------------------------	--	-------------------------	--

Tabela 4: Sociedade Recreativa – Luís Afonso

Introdutor Temático		Desenvolvimento Temático				Fecho Temático		Data
1º quadro		2º, 3º, 4º e 5º quadros				6º quadro		
T Discurso	T Representação	T Discurso		T Representação		T Discurso	T Repres.	15/01/2006
Discurso Teórico	R. Narrativas de Ação Transacional Unidirecional	Não há marcas linguísticas de tipo de discurso		R. Narrativas de Ação Não-Transacional Unidirecional		D. teórico	R. Narrativas de Ação Transacional Unidirecional	
Introdutor temático		Desenvolvimento temático				Fecho Temático		Data
Título		1º, 2º, 3º, 4º e 5º quadros				6º quadro		
T. Discurso	T Representação	T Discurso		T Representação		T Discurso	T Repres.	22/01/2006
Discurso Teórico	Não há imagem	Discurso teórico		R. Conceitual Simbólica		D. Teórico	R. Conceitual Simbólica	
1º quadro		2º quadro		3º quadro		4º quadro		Data
T. Discurso	T Representação	TD	T. R	TD	T. R	T Discurso	T Repres.	
Discurso Interativo	R. Narrativa de Ação Transacional Unidirecional Processo Verbal	D. teórico*	R. Narrativa de Ação Transacional Unidirecional Processo Verbal	D. interativo	R. Narrativa de Ação Transacional Unidirecional Processo Verbal	D. teórico*	R. Narrativa de Reação Não Transacional Processo Verbal	05/02/2006

Tabela 5: Luís Afonso

Introdutor temático		Desenvolvimento temático				Fecho temático		Data
1º quadro		2º quadro		3º quadro		4º quadro		
TD	TR	T Discurso	TR	TD	TR	TD	TR	
Misto: DT-DI	R. Narrativa de Ação Não Transacional Processo Verbal Processo Conceitual	Misto: DT-DI	R. Narrativa de Ação Não Transacional Processo Verbal Processo Conceitual	Misto: DT-DI	R. Narrativa de Ação Não Transacional Processo Verbal Processo Conceitual	Misto: DT-DI	R. Narrativa de Ação Não Transacional Processo Verba Processo Conceitual	28/01/2006

Tabela 6: Salvo Erro – Felipe Homem Fonseca (Inimigo Público)

Introdutor temático		Desenvolvimento temático				Fecho temático		Data
1º quadro		2º quadro		3º quadro		4º quadro		
TD	TR	T Discurso	TR	TD	TR	TD	TR	
D. interativo	R. Narrativa de Reação Não Transacional Processo Verbal Processo Conceitual	Misto: DT-DI; D teórico e D interativo	R. Narrativa de Ação e Reação Não Transacional Processo Verbal Representação Conceitual	Misto: DI e RI	R. Narrativa de Ação Não Transacional Processo Verbal Processo Conceitual	Misto: DT-DI	R. Narrativa de Ação Não Transacional Processo Verba Processo Conceitual	28/01/2006

Tabela 7: Há Vida em Markl – Nuno Markl (Inimigo Público)

Introdutor Temático		Desenvolvimento temático		Fecho temático		Data
		1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º quadros		8º quadro		
T de discurso	T de Representação	T de discurso	T de Representação	T de discurso	T de Repres.	

D. interativo	R. Narrativa de Ação e não Transacional Processo Verbal e Mental	D. interativo	R. Narrativa de Ação e não Transacional e Transacional Processo Verbal e Mental	D. interativo	R. Narrativa de Ação e Transacional Processo Verbal e Mental	20/01/2006
1º quadro		2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º quadros			8º quadro	
T de discurso	T de Representação	T de discurso	T de Representação	T de discurso	T de Repres.	
D. teórico*	R. Conceitual Simbólica	D. teórico e D. interativo	R. Conceitual Simbólica, processos mental e verbal	D. teórico	R. Conceitual Simbólica	03/02/2006
1º quadro		2º quadro			3º quadro	
T de discurso	T de Representação	T de discurso	T de Representação	T de discurso	T de Repres.	
D. interativo	R. Narrativa de ação não Transacional, processo verbal	D. interativo	R. Narrativa de ação Transacional Unidirecional, processo verbal	D. teórico	R. Conceitual Simbólica e R. Narrativa de ação não Transacional, processo verbal	27/01/2006
Título	1º quadro		2º quadro	3º e 4º quadro	5º quadro	6º quadro
TD	T Disc.	T de Representação	TD TR	TD TR	TD TR	T. discurso T de Repres.
D T	D. Int.	R. Narrativa de ação não Transacional, processo verbal	DI R. N. de Reação não Transacional, P.V	DI R. N. de Reação Trans. Bidire; PV	DI R. N. de Reação não Transacional, processo verbal	Discurso Interativo R. N. de Ação Transacional, processo verbal; 10/02/2006

II) Configurações Não Segmentadas

a) nos *cartoons* diários

tabela 8: Cravo e Ferradura

TT TC	Tratamento Temático não segmentado		Data da Publicação
	Tipos de Discurso	Tipo de Representação	
1 ^a	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	15/01/2006
2 ^a		R. Narrativa e Conceitual; P. de Ação e Reação Transacional Bidirecional e Processo de Reação Não Transacional	03/02/2006 12/02/2006
3 ^a		R. Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação transacional Bidirecional	13/02/2006
4 ^a	Discurso Interativo Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional e Reação Não-Transacional	21/01/2006
5 ^a		R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Bidirecional	22/01/2006
6 ^a		R. Narrativa e Conceitual; P de Ação e Reação Bidirecional	27/01/2006
7 ^a	Discurso Teórico	R.Narrativa; P de Ação Transacional Unidirecional	07/02/2006

Tabela 9: Quiosque

TT TC	Tratamento Temático não segmentado		Data da Publicação
	Tipos de Discurso	Tipo de Representação	
1 ^a	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	15/01/2006
2 ^a	Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Bidirecional	16/01/2006
3 ^a	Discurso Interativo Misto: Interativo- Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional e Reação Não-Transacional	12/02/2006
4 ^a	Discurso Teórico* Discurso Teórico Discurso Teórico* Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	17/01/2006 02/02/2006
5 ^a	Discurso Teórico* Discurso Teórico* Discurso Teórico* Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional e Não Transacional	15/02/2006
6 ^a	Discurso Teórico Discurso Teórico Discurso Teórico* Misto: DI - DT	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	18/01/2006
	Discurso Teórico* Discurso Teórico Discurso Teórico* Misto: DI - DT		25/01/2006
	Discurso Teórico* Discurso Teórico*		09/02/2006

	Discurso Teórico Misto: DI - DT		
7 ^a	Discurso Teórico*	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Bidirecional	19/01/2006
8 ^a	Discurso Interativo Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional e Reação não transacional	21/01/2006
9 ^a	Discurso Teórico* Discurso Interativo Discurso Teórico*	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Não transacional e Transacional Bidirecional	06/02/2006 29/01/2006
10 ^a	Discurso Teórico Discurso Teórico* Discurso Interativo Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Unidirecional	20/01/2006
11 ^a	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P. de Reação Transacional Unidirecional	22/01/2006
12 ^a	Discurso Teórico*	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional e Reação Não Transacional	23/01/2006
13 ^a	Discurso Teórico*	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	10/02/2006
14 ^a	Discurso Teórico* Misto: DI - DT Discurso Teórico* Discurso Teórico*	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	24/01/2006
15 ^a	Discurso Teórico* Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	26/01/2006 04/02/2006
16 ^a	Discurso Teórico* Discurso Interativo Discurso Teórico* Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	27/01/2006
17 ^a	Discurso Interativo Misto: DI - DT Misto: DI – DR	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	28/01/2006

	Misto: DI - DT		
18 ^a	Discurso Interativo Discurso Teórico* Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	30/01/2006
19 ^a	Discurso Teórico* Misto: DI - DT Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Unidirecional e Reação Não Transacional	31/01/2006
20 ^a	Misto: DI - DT Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	01/02/2006
21 ^a	Discurso Interativo Discurso Teórico*	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	03/02/2006
22 ^a	Discurso Interativo Discurso Teórico	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Bidirecional	13/02/2006
23 ^a	Discurso Interativo Discurso Teórico* Discurso Teórico* Discurso Teórico*	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	05/02/2006
24 ^a	Discurso Teórico* Misto: DI - DT	R.Narrativa; P. Verbal; P de Reação Transacional Unidirecional e Reação Não Transacional	07/02/2006
25 ^a	Discurso Teórico* Discurso Interativo Discurso Interativo Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Bidirecional e Reação Não Transacional	08/02/2006
26 ^a	Misto: DI - DT Discurso Teórico* Discurso Teórico*	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional e Reação Bidirecional (Pássaros)	11/02/2006
27 ^a	Discurso Interativo Misto: DI - DT	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional	14/02/2006

b) cartoons semanais

Tabela 10: Sociedade Recreativa – Luís Afonso

TT TC	Tratamento Temático Não-Segmentado		Data da publicação
	Tipo de Discurso	Tipo de Representação	
1 ^a	Discurso Interativo Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação Transacional Unidirecional e Reação Transacional Bidirecional	29/01/2006
2 ^a	Discurso Teórico	R.Narrativa; P de Ação Transacional Unidirecional	12/02/2006

Tabela 11: Vasco (Jornal “Público”)

TT TC	Tratamento Temático Não-Segmentado		Data da publicação
	Tipo de Discurso	Tipo de Representação	
1 ^a	Discurso Interativo Discurso Interativo Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação Transacional Unidirecional e Reação Transacional Unidirecional	15/01/2006
2 ^a	Discurso Teórico	R.Conceitual Simbólica	29/01/2006
3 ^o	Discurso interativo Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação Transacional Unidirecional	22/01/2006

Tabela 12: Luís Afonso (Jornal “Público”)

TC \ TT	Tratamento Temático Não-Segmentado		Data da publicação
	Tipo de Discurso	Tipo de Representação	
1ª	Discurso Teórico	R.Conceitual Simbólica	11/02/2006
2ª	Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação e Reação Transacional Biidirecional; R.Conceitual Simbólica	04/02/2006

Tabela 13: POOING! – José Santos

TC \ TT	Tratamento Temático Não-Segmentado		Data da publicação
	Tipo de Discurso	Tipo de Representação	
1ª	Discurso Teórico Discurso Teórico	R.Narrativa; P de Ação e Reação Transacional Unidirecional R.Conceitual Simbólica e R. Narrativa de Reação Não- Transacional	12/02/2006
2ª	Discurso Teórico Discurso Interativo	R. Narrativa; P. de Ação e Reação Transacional Unidirecional e não transacional. R. Conceitual	15/02/2006

Tabela 14: TOON – António Jorge Gonçalves

TC \ TT	Tratamento Temático Não-Segmentado		Data da publicação
	Tipo de Discurso	Tipo de Representação	
1ª	Discurso Teórico	R.Narrativa; P de Ação e Reação Transacional Bidirecional; R.Conceitual Simbólica	20/01/2006
2ª	Discurso Interativo	R.Conceitual Simbólica	03/02/2006

Tabela 15: Desbanda – Nuno Saraiva

TC \ TT	Tratamento Temático Não-Segmentado		Data da publicação
	Tipo de Discurso	Tipo de Representação	

1ª	Misto: N- DT Discurso Interativo Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação Transacional Unidirecional; R.Conceitual Simbólica	20/01/2006
2ª	Discurso Teórico	R.Narrativa; P de Ação Transacional Unidirecional; R.Conceitual Simbólica	27/01/2006
3º	Discurso Teórico Discurso Interativo Discurso Misto Discurso Interativo	R.Narrativa; P. Verbal; P de Ação Transacional Unidirecional	10/02/2006

Tabela 16: Carlos Laranjeira

TT TC	Tratamento Temático Não-Segmentado		Data da publicação
	Tipo de Discurso	Tipo de Representação	
1ª	Discurso Teórico*	R.Narrativa; P de Ação Transacional Unidirecional; R.Conceitual Simbólica	15/01/2006
2ª	Discurso Teórico*	R.Narrativa; P de Ação Transacional Unidirecional; R.Conceitual Simbólica	12/02/2006

c) *cartoons* incluídos em artigos jornalísticos

Tabela 17: José Carlos Fernandes - Diário de Notícias

TT TC	Tratamento Temático Não-Segmentado		Data da publicação
	Tipo de Discurso	Tipo de Representação	
1ª	Discurso Teórico*	R.Narrativa; P de Ação Transacional Unidirecional	20/01/2006
2ª	Discurso Teórico*	R.Conceitual Simbólica	27/01/2006
3ª	Discurso Teórico*	R.Conceitual Simbólica , R.Narrativa; P de Ação Transacional Unidirecional e de Reação Não- Transacional	03/02/2006
44ª	Discurso Interativo Misto	R.Conceitual Simbólica , R.Narrativa; P de Ação Transacional Unidirecional	10/02/2006

Tabela 18: Carlos Laranjeira

TT TC	Tratamento Temático Não-Segmentado		Data da publicação
	Tipo de Discurso	Tipo de Representação	
1ª	Discurso Teórico	R.Narrativa; P de Ação Transacional Unidirecional e Reação Transacional Unidirecional; R. Conceitual	15/01/2006
2ª	Discurso Teórico	R.Conceitual Simbólica	21/01/2006
3ª	Discurso Interativo	R.Conceitual Simbólica , R.Narrativa; P de Ação Transacional Unidirecional	22/01/2006
4ª	Discurso Teórico	R.Conceitual Simbólica , R.Narrativa; P de Ação Transacional Unidirecional	28/01/2006
5ª	Discurso Teórico	R.Conceitual Simbólica , R.Narrativa; P de Ação Transacional Unidirecional	05/02/2006
6ª	Discurso Teórico	R.Conceitual Simbólica , R.Narrativa; P de Ação Transacional Unidirecional	12/02/2006

Audria Albuquerque Leal

A organização textual do gênero *cartoon*: aspectos linguísticos e condicionamentos não linguísticos.

Corpus da Tese:

Cartoons

Público
Diário de Notícias
Correio da Manhã

15/01/2006 à 15/02/2006

Cartoons de publicação diária

Jornal Público – Bartoon : Luís Afonso 15/01/2006

BARTOON Luís Afonso

PARECE QUE OS CUSTOS SUPORTADOS PELO ESTADO
COM AS ELEIÇÕES DO PRÓXIMO DOMINGO...



... PODEM ASCENDER
A 12 MILHÕES DE EUROS.



HUM...



JÁ ESTOU A VER CAVACO A DIZER QUE
SE DEVE EVITAR UMA SEGUNDA VOLTA
PARA AJUDAR A ECONOMIA...



16/01/2006

Bartoon

LUÍS AFONSO

PORTUGAL ESTÁ 20 ANOS
ATRASADO EM INOVAÇÃO.



E AGORA, QUE FAZEMOS?



BEM...



TALVEZ PASSAR OS OLHOS
PELA IMPRENSA ESTRANGEIRA
DOS ANOS 80 PARA COMEÇAR
A TIRAR UMAS IDEIAS...



17/01/2006

Bartoon

LUÍS AFONSO

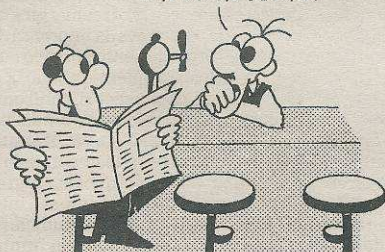
O GOVERNO DIZ QUE O ESTADO
PRECISA DE TER UMA MÁQUINA...



... MAIS PEQUENA, QUE FUNCIONE
E GASTE POUCO.



E AONDE É QUE VAMOS ARRANJAR
UMA COISA DESSAS?



FALAMOS COM OS JAPONESES
OU COM OS COREANOS?



18/01/1006

Bartoon

LUÍS AFONSO

QUE NOVIDADES HÁ
DA CAMPANHA?



OS CANDIDATOS DE ESQUERDA
ENVOLVERAM-SE NUMA DISCUSSÃO
SOBRE ESTALEIROS NAVAIS.



ESTALEIROS NAVAIS?



ESTARÁ IMINENTE UM NAUFRÁGIO?

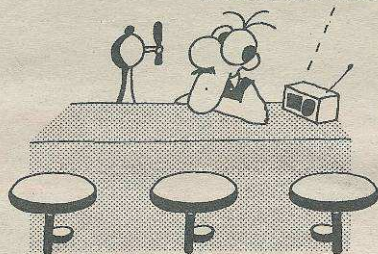


19/01/2006

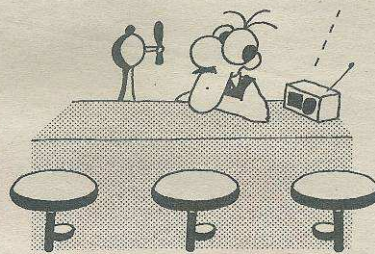
Bartoon

LUÍS AFONSO

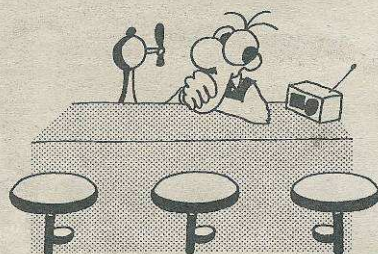
SERÁ MAIS UMA VEZ
O VOTO DOS INDECISOS...



... QUE DEVERÁ DETERMINAR
O RESULTADO DAS ELEIÇÕES.



COMO É QUE SE PODE NÃO SIMPATIZAR
COM UM PAÍS ONDE AS COISAS COSTUMAM
SER DECIDIDAS PELOS INDECISOS?



20/01/2006

Bartoon

LUÍS AFONSO

E ENTÃO, VAI HAVER
OU NÃO SEGUNDA VOLTA?



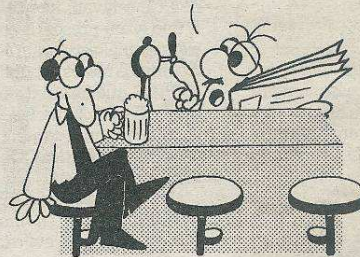
BEM, PERANTE A EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS
DAS SONDAGENS, SÓ ME OCORRE UTILIZAR
AS SÁBIAS PALAVRAS DAQUELE FILÓSOFO.



QUE PALAVRAS?



PROGNÓSTICOS SÓ NO FIM DO JOGO.



21/01/2006



22/01/2006



23/01/2006

Bartoon

LUÍS AFONSO

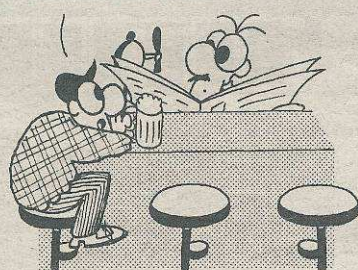
CAVACO SILVA GANHOU.



O CONHECIDO "HOMEM DO LEME"
CHEGA ASSIM À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.



ENTÃO O HOMEM DO LEME
NÃO É O PRIMEIRO-MINISTRO?



BEM, ESSAS QUESTÕES NÁUTICAS
VÃO DAR MUITO QUE FALAR
NOS PRÓXIMOS TEMPOS...

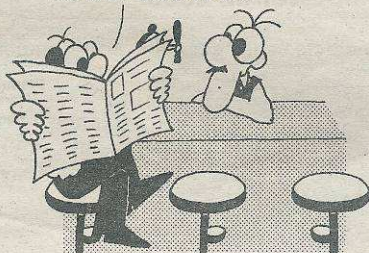


24/01/2006

Bartoon

LUÍS AFONSO

O CDS-PP CONSIDERA
TER SIDO ESSENCIAL...



...NA ELEIÇÃO DE CAVACO SILVA.



O CDS-PPP!...



AH, SIM... AQUELE "OUTRO PARTIDO",
COMO CAVACO LHE CHAMA!...



25/01/2006

Bartoon

LUÍS AFONSO

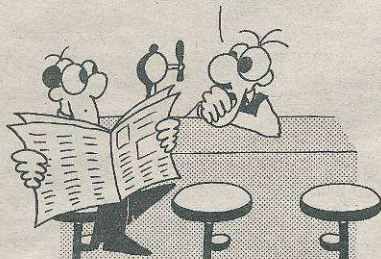
PARECE QUE SÓCRATES INICIOU
O SEU DISCURSO QUANDO ALEGRE
JÁ ESTAVA A FALAR...



... PORQUE TEVE DE PERCORRER DOIS OU TRÊS
CORREDORES ATÉ À SALA DA CONFERÊNCIA SEM
PODER VER AS IMAGENS DAS TELEVISÕES.



ESTOU A VER. NÃO SE TRATA
DE UM INCIDENTE POLÍTICO.



É MAIS UMA QUESTÃO
DE ARQUITECTURA...



26/01/2006

Bartoon

LUÍS AFONSO

VENDO BEM AS COISAS...



... ACHO QUE O RESULTADO DAS PRESIDENCIAIS
ATÉ NÃO FOI MAU DE TODO PARA O PS.



NÃO?



IMAGINE QUE HAVIA SEGUNDA VOLTA E SÓCRATES
TINHA DE APELAR AO VOTO EM MANUEL ALEGRE...



27/01/2006

Bartoon

LUÍS AFONSO

NO PS, PIOR DO QUE OS APOIANTES
DE SOARES RESOLVEREM RETALIAR
OS APOIANTES DE ALEGRE...



... SERIA OS APOIANTES DE ALEGRE
RETALIAREM OS APOIANTES DE SOARES.



PORQUÊ?



SÃO MAIS...

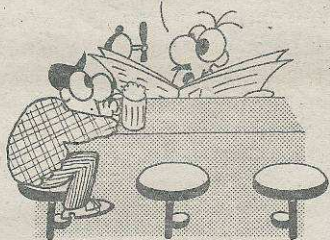


28/01/2006

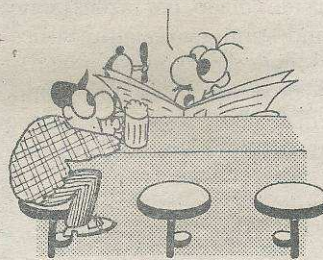
Bartoon

LUÍS AFONSO

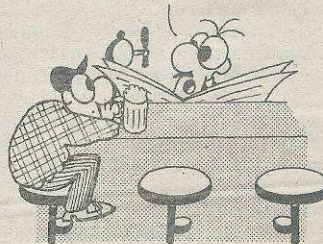
ESTOU CHEIO DE CURIOSIDADE EM RELAÇÃO
AO PROCESSO PÓS-ELEITORAL NA PALESTINA.



COMO SERÁ UM GOVERNO DO HAMAS?



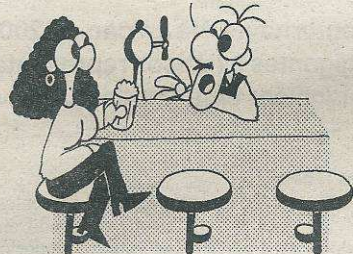
HAVERÁ UM MINISTÉRIO
DOS ATENTADOS SUICIDAS?



29/01/2006

BARTOON Luís Afonso

ACHO QUE A VITÓRIA NAS LEGISLATIVAS
DA PALESTINA VAI PROVOCAR MUDANÇAS
NA FORMA DE ACTUAR DO HAMAS.



OS ATENTADOS SUICIDAS, POR EXEMPLO,
ACHO QUE VÃO ACABAR.



ACHA MESMO?



CLARO. SE QUISEREM GANHAR NOVAMENTE
AS ELEIÇÕES, NÃO FAZ SENTIDO ANDAREM
A FAZER EXPLODIR ELEITORES...



30/01/2006

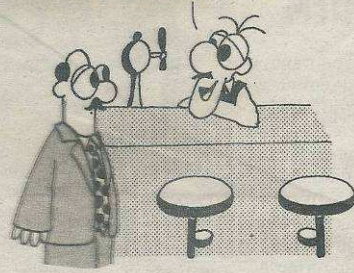
Bartoon

LUÍS AFONSO

COM NEVE, LISBOA PARECE
UMA DAQUELAS CAPITAIS
EUROPEIAS DO NORTE.



SIM, JÁ VAMOS APANHANDO
O COMBOIO DA EUROPA.



COMEÇAMOS COM A NEVE...



QUEM SABE A SEGUIR
VENHA O PODER DE COMPRA,
O DESENVOLVIMENTO, ETC...



31/01/2006

Bartoon

LUÍS AFONSO

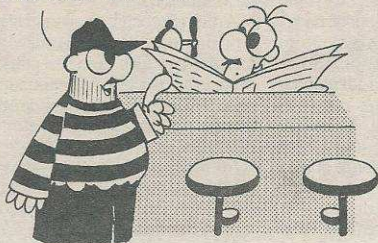
SEGUNDO ALGUNS CIENTISTAS, O CLIMA
TEM TENDÊNCIA A FICAR MAIS EXTREMADO.



NUM FUTURO NÃO MUITO DISTANTE, PODERÁ
HAVER APENAS DUAS ESTAÇÕES EM PORTUGAL:
UMA MUITO QUENTE, OUTRA MUITO FRIA.



OU SEJA, DÁ PARA IR À PRAIA
E DÁ PARA IR À NEVE.



ISSO NÃO É UM PAÍS,
É UM PROJECTO DE VIDA!



01/02/1006

Bartoon

LUÍS AFONSO

COM A QUEDA DE NEVE...



...AS OPERADORAS DE TELEMÓVEIS
REGISTARAM UMA ENORME QUANTIDADE
DE CHAMADAS E MENSAGENS ESCRITAS.



QUANDO ACONTECE ALGUMA COISA
DE EXTRAORDINÁRIO, OS PORTUGUESES
AGARRAM-SE AO TELEMÓVEL.



QUANDO NÃO ACONTECE, TAMBÉM.



02/02/2006

Bartoon

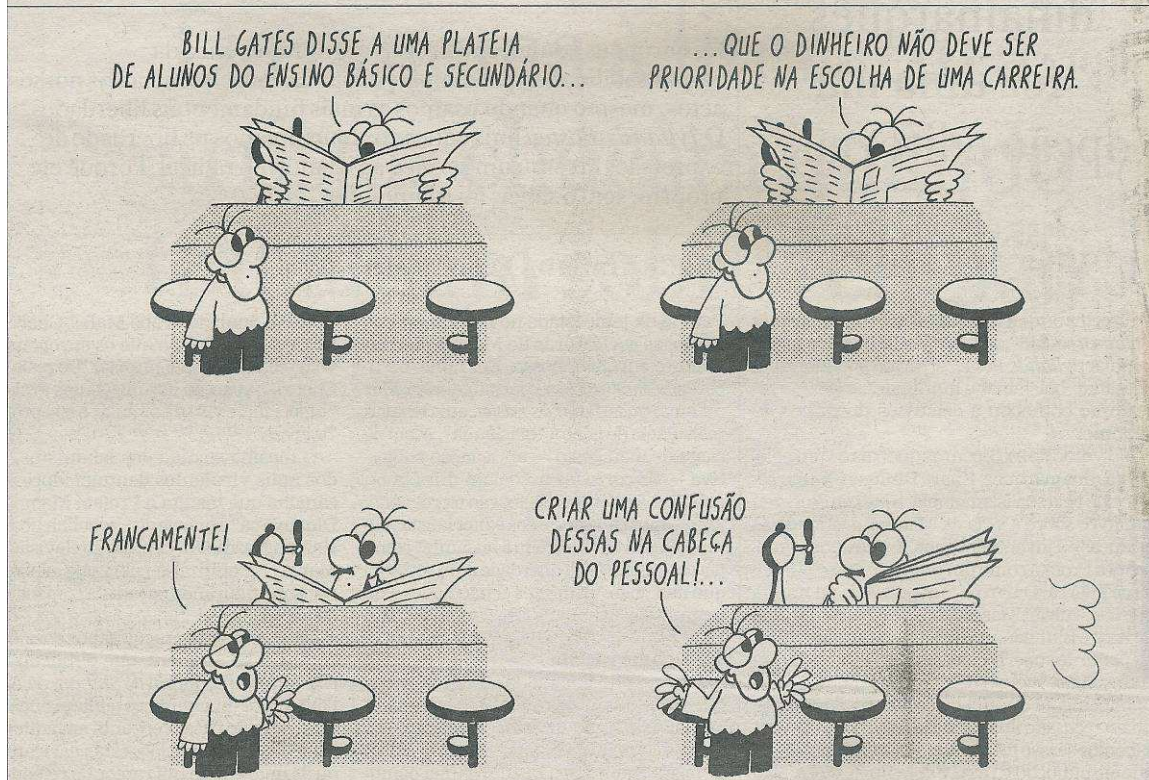
LUÍS AFONSO



03/02/2006

Bartoon

LUÍS AFONSO



04/02/2006

Bartoon

LUÍS AFONSO

FOI LANÇADO UM DICIONÁRIO
DE TERMOS EUROPEUS.



DICIONÁRIO DE TERMOS EUROPEUS?!



O OBJECTIVO É OS PORTUGUESES
FAMILIARIZEM-SE COM AS PALAVRAS
MAIS UTILIZADAS PELA UNIÃO EUROPEIA.



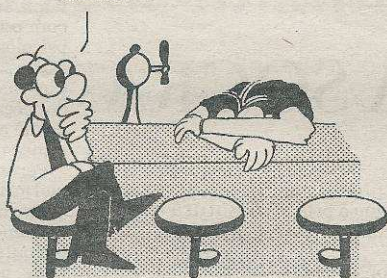
ESTOU A VER. "CRISE", "DÉFICE",
"DEPRESSÃO", "IMPASSE"...



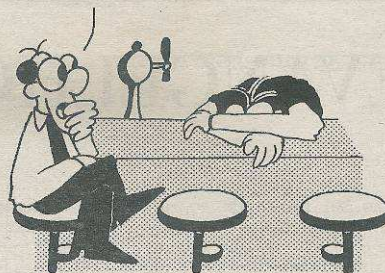
05/02/2006

BARTOON Luís Afonso

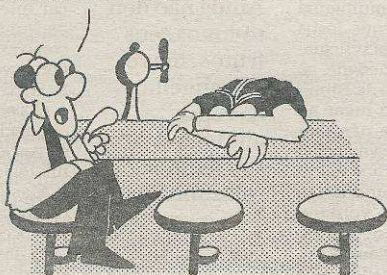
HUM...



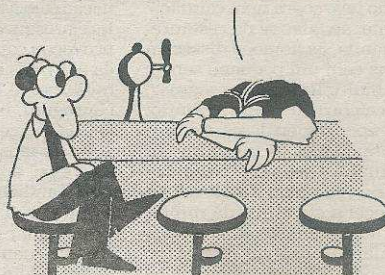
DEIXE-ME ADIVINHAR...



NÃO LHE SAIU O EUROMILHÕES?!



NOTA-SE MUITO?

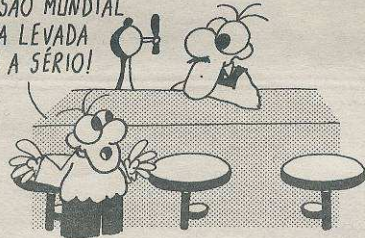


06/02/2008

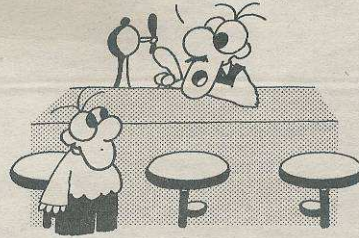
Bartoon

LUÍS AFONSO

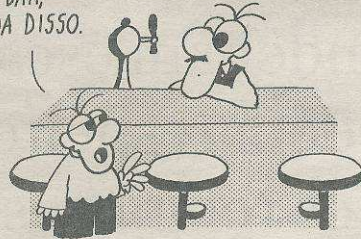
QUANDO FOR GRANDE
QUERO TER UMA ACTIVIDADE
IMPORTANTE, QUE TENHA
REPERCUSSÃO MUNDIAL
E SEJA LEVADA
MUITO A SÉRIO!



QUERES SER PRESIDENTE DA REPÚBLICA?
ALTO DIRIGENTE DAS NAÇÕES UNIDAS?
MILIONÁRIO COMO O BILL GATES?



BAH,
NADA DISSO.



CARTOONISTA!



07/02/2008

Bartoon

LUÍS AFONSO

OS PORTUGUESES PASSARAM
A SEMANA EXCITADOS COM
A POSSIBILIDADE DE GANHAR
O EUROMILHÕES.



OS NOSSOS GOVERNANTES PASSARAM
A SEMANA EXCITADOS COM O BILL GATES
E OS MILHÕES DO BILL GATES.



QUE ACHA DISTO?



TUDO ISTO EXISTE,
TUDO ISTO É TRISTE,
TUDO ISTO É FADO...



08/02/2006

Bartoon

LUÍS AFONSO



09/02/2006

Bartoon

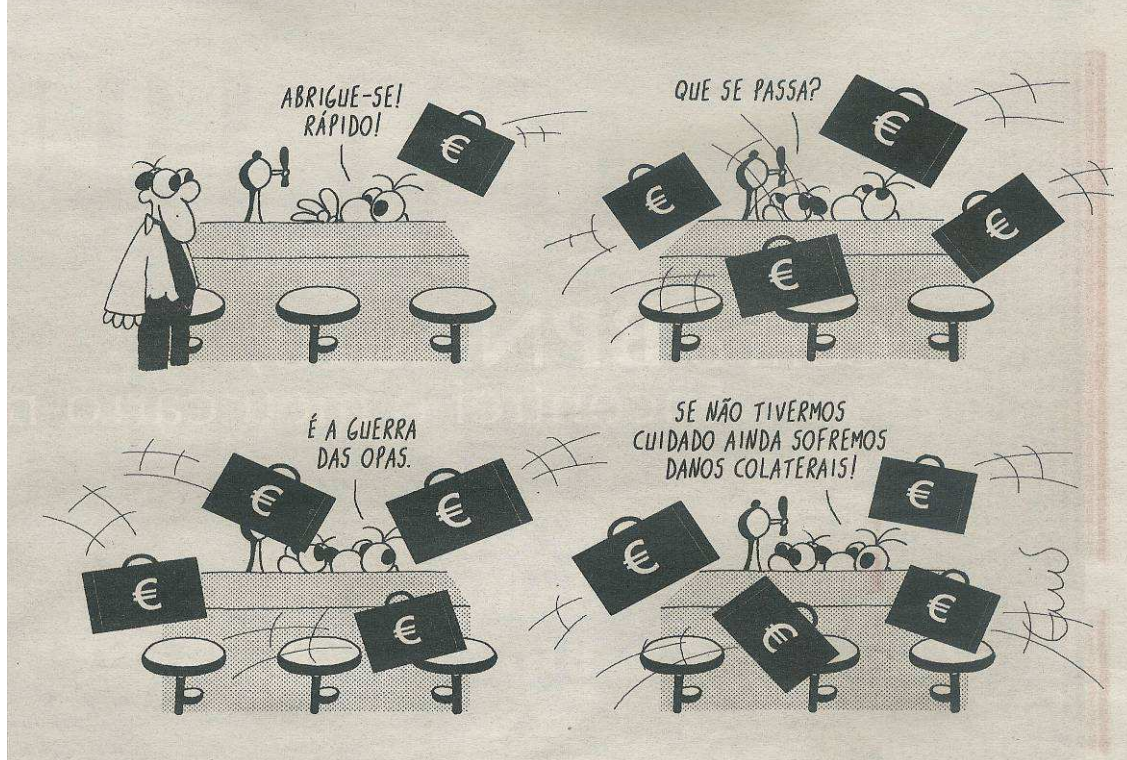
LUÍS AFONSO



10/02/2006

Bartoon

LUÍS AFONSO



11/02/2008

Bartoon

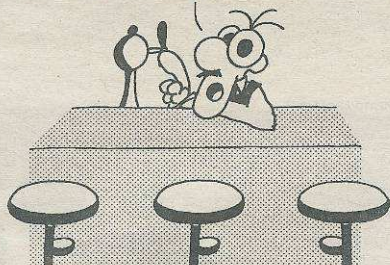
LUÍS AFONSO



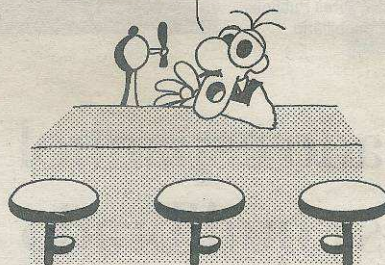
12/02/2006

BARTOON Luís Afonso

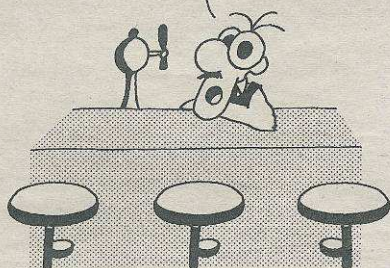
PEÇO DESCULPA, MAS HOJE NÃO
VAI SER POSSÍVEL COMENTAR NADA.



ESTOU SOZINHO. NÃO APARECEU
NINGUÉM AQUI NO BAR...



PORQUÊ?



COM O ESTIGMA QUE OS CARTOONS
TÊM NESTE MOMENTO, OS CLIENTES
PREFEREM NÃO DAR A CARA...



13/02/2006

Bartoon

LUÍS AFONSO

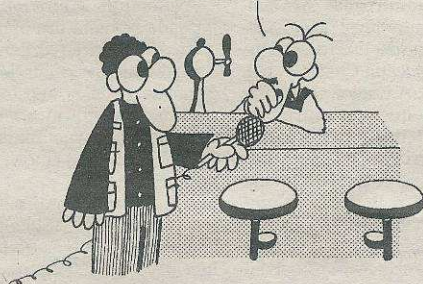
NA SUA OPINIÃO, QUE
SE DEVIA FAZER...



... PARA EVITAR CHOQUES
DE CIVILIZAÇÕES?



BEM, SABE, PARA EVITAR CHOQUES
E REDUZIR A SINISTRALIDADE...



... ERA ACONSELHÁVEL QUE AS CIVILIZAÇÕES
FIZESSEM REGULARMENTE INSPECÇÕES PERIÓDICAS.



14/02/2006

Bartoon

LUÍS AFONSO

COMO FORMA DE RETALIACÃO
PELOS CARTOONS DE MAOMÉ...



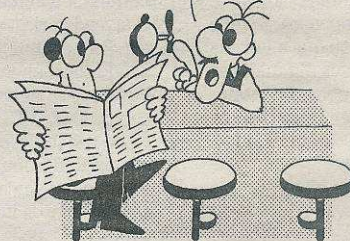
...FOI LANÇADO UM CONCURSO INTERNACIONAL
DE CARTOONS SOBRE O HOLOCAUSTO.



BEM...



POR ESTE ANDAR AINDA VAI TER DE SE
FAZER UM TRATADO DE NÃO PROLIFERAÇÃO
DE CARTOONS DE MAU GOSTO NO MUNDO.



15/02/2006

Bartoon

LUÍS AFONSO

NA POLÊMICA DOS CARTOONS...



...NÃO SE PERCEBE BEM QUAL É A POSIÇÃO
DO GOVERNO PORTUGUÊS.



POIS É.



EU DIRIA MESMO QUE O GOVERNO TEM
A ESPERANÇA QUE NÃO SE CHEGUE A PERCEBER...



Jornal Diário de Notícias – Cravo e Ferradura de Bandeira.

15/01/2006



16/01/2006



17/01/2006



18/01/2006



19/01/2006

CRAVO & FERRADURA | BANDEIRA



20/01/2006

CRAVO & FERRADURA | BANDEIRA



21/01/2006



22/01/2006



23/01/2006

CRAVO & FERRADURA | BANDEIRA



24/01/2006

CRAVO & FERRADURA | BANDEIRA



25/01/2006

CRAVO & FERRADURA | BANDEIRA



26/01/2006

CRAVO & FERRADURA | BANDEIRA



27/01/2006



28/01/2006



29/01/2006

CRAVO & FERRADURA | **BANDEIRA**



30/01/2006

CRAVO & FERRADURA | **BANDEIRA**



31/01/2006



01/02/2006



02/02/2006

CRAVO & FERRADURA | BANDEIRA

AS DUAS MULHERES QUE
PRETENDEM CASAR-SE
ENTRE SI NÃO ACREDITAM
QUE SEJAM AUTORIZADAS
A CONTRAIR MATRIMÔNIO



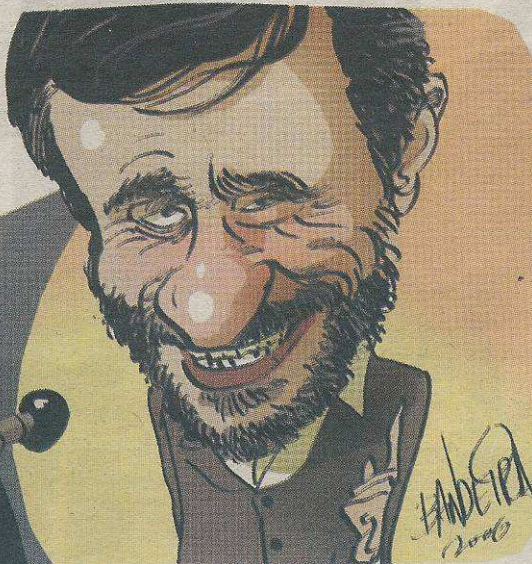
NÃO SEI O QUE ESPERA-
VAM, COLOCANDO A
DECISÃO NAS MÃOS DE
UM CONSERVADOR.



03/02/2006

CRAVO & FERRADURA | BANDEIRA

A PIADA BOMBÁSTICA?
JÁ TEMOS A PIADA BOM-
BÁSTICA? O PÚBLICO NÃO
AGUENTA ISTO POR MUITO
MAIS TEMPO!



04/02/2006

CRAVO & FERRADURA | BANDEIRA



05/02/2006

CRAVO & FERRADURA | BANDEIRA



06/02/2006

CRAVO & FERRADURA | BANDEIRA



07/02/2006

CRAVO & FERRADURA | BANDEIRA



08/02/2006

CRAVO & FERRADURA | BANDEIRA



09/02/2006

CRAVO & FERRADURA | BANDEIRA



10/02/2008

CRAVO & FERRADURA | BANDEIRA



11/02/2006

CRAVO & FERRADURA | BANDEIRA



12/02/2006

CRAVO & FERRADURA | BANDEIRA



13/02/2006

CRAVO & FERRADURA | BANDEIRA



14/02/2006

CRAVO & FERRADURA | BANDEIRA

A COR VERDE
PRATICAMENTE
DESAPARECEU DO
EQUIPAMENTO DA
SELECÇÃO



NO FUNDO,
FAZ TODO
O SENTIDO



OS PORTU-
GUESES
TAMBÉM JÁ
PERDERAM A
ESPERANÇA



15/02/2006

CRAVO & FERRADURA | BANDEIRA

HA! HA! HA!
ENTÃO? VAIS
FAZER UM
CARTOON PARA
O CONCURSO
DO HOLO-
CAUSTO, NÃO
VAIS?



"HOLOCAUSTO"?
QUE "HOLO-
CAUSTO"?



BOLAS,
TU ÉS
ESPERTO.



Jornal Correio da Manhã – *Quiosque* de Carlos Laranjeira.

15/01/2006



16/01/2006



19/01/2006



20/01/2006



21/01/2006



22/01/2006



23/01/2006



24/01/2006



25/01/2006



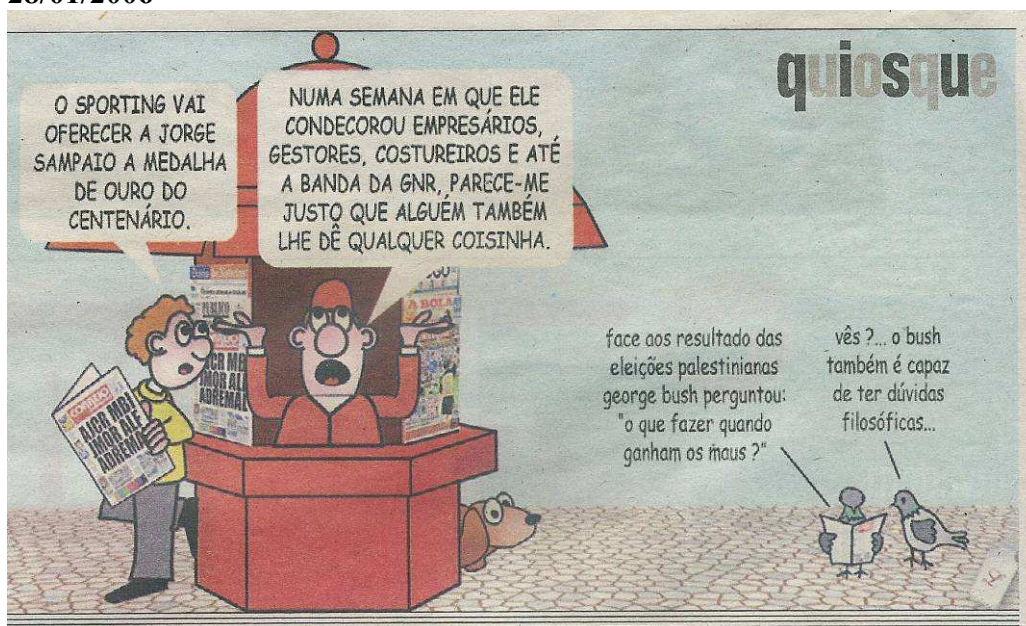
26/01/2006



27/01/2006



28/01/2006



29/01/2006



30/01/2006



31/01/2006



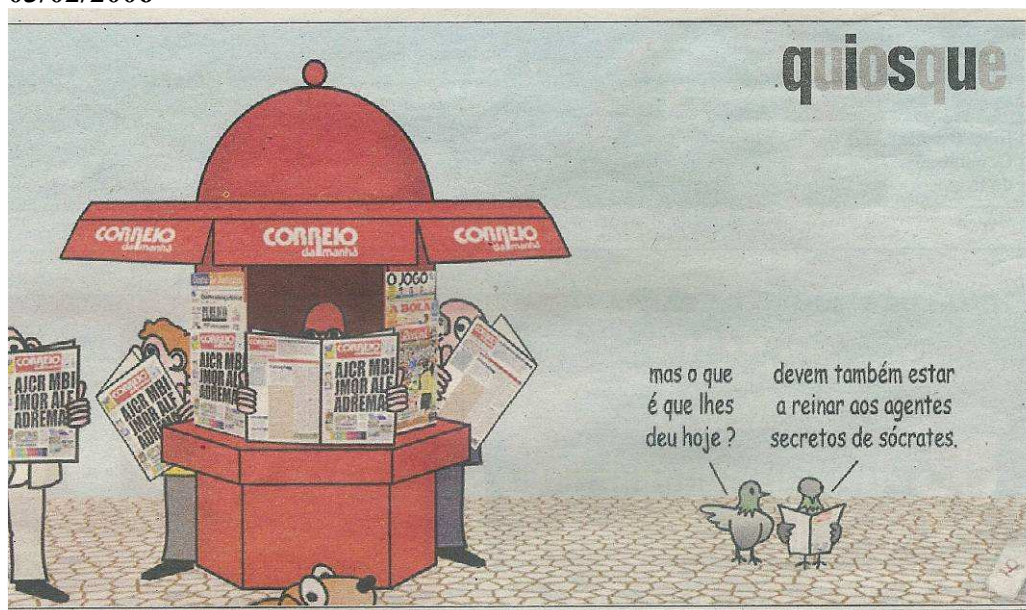
01/02/2006



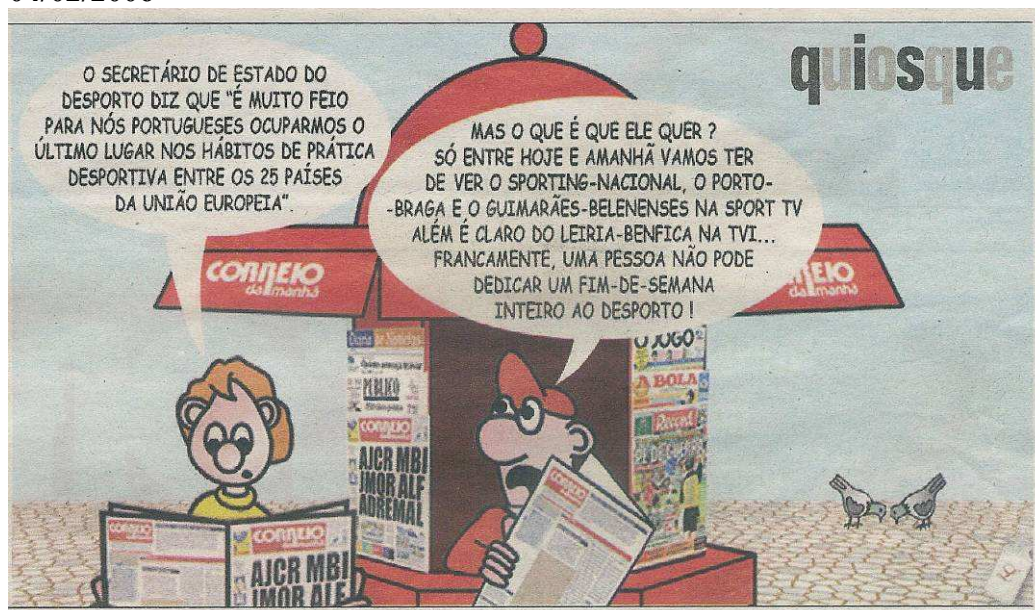
02/02/2006



03/02/2006



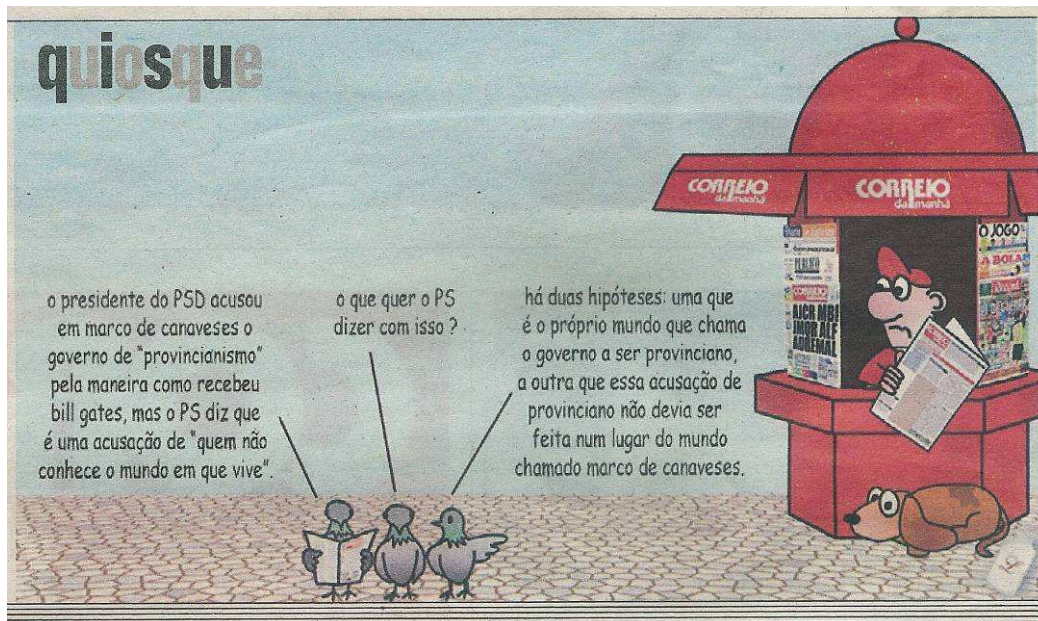
04/02/2006



05/02/2006



06/02/2006



07/02/2006



08/02/2006



09/02/2006



10/02/2006



11/02/2006



12/02/2006



13/02/2006



14/02/2006



15/02/2006



Cartoons de publicação semanal

15/01/2006

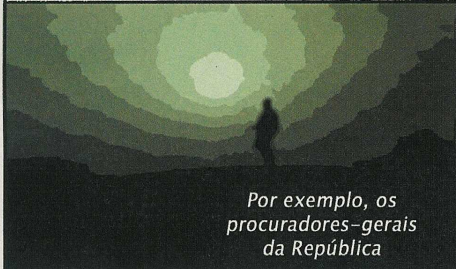
COISAS PÚBLICAS // Miguel



O deserto é um lugar limpo, em que não se pode fugir à verdade, ideal para renascimentos e purgações do corpo e da alma

No deserto não há o perigo de se confundir a árvore com a floresta

Das qualidades terapêuticas das chamadas *travessias do deserto*, geralmente aconselhadas aos políticos, podiam aproveitar também muitos outros profissionais



Por exemplo, os procuradores-gerais da República

É também este confronto, em que cada um fica consigo mesmo e compreende quanto vale, que faz o êxito do Rally Paris (ou Barcelona, ou Lisboa) / Dakar

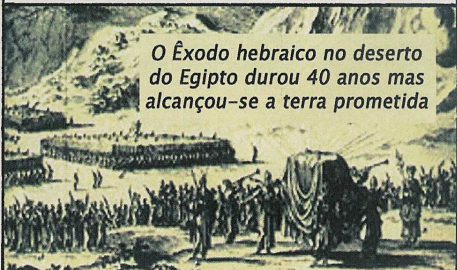


Os pilotos correm pelo nada

E, enquanto o deserto não chega até nós (A desertificação de Portugal ainda vai demorar algum tempo*)

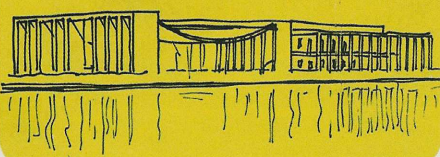


a questão é saber: Como pegar num país inteiro e empreender a travessia do deserto de que parece tão necessitado?



O Êxodo hebraico no deserto do Egipto durou 40 anos mas alcançou-se a terra prometida

O PAVILHÃO DE PORTUGAL



Um pavilhão é como um país;
Dá para tudo



Porque será então tão difícil encontrar
um destino para o de Portugal, tão bem
situado no Parque das Nações?

De longe (e de perto) o edifício mais belo
da Expo 98, desde aí ao abandono, mas,
enquanto se degrada, não se perde tempo;
Vai-se *pensando* o que fazer dele



Um Pavilhão Gimnodesportivo?

Um romântico cinema
ao ar livre, *horizontal* ?



Ou, numa perspectiva utilitária, de futuro

um grande Pavilhão Central
para as Escutas Telefónicas?



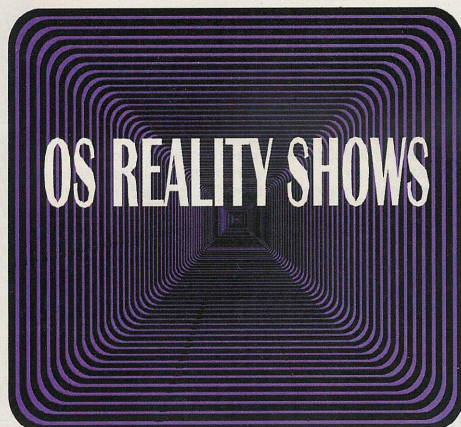
Não. Dizem os portugueses na rua: Deve
ser um museu que mostre o que temos
de melhor no país. Mas, ora aí está!

A única e derradeira matéria em
que Portugal pede meças a qualquer
país do mundo? A gastronomia.



Abra-se o Pavilhão das Tasquinhas

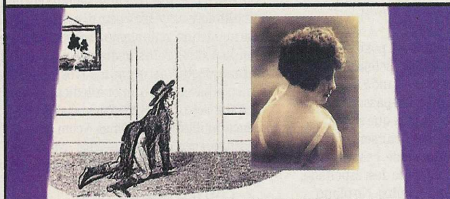
Miguel



Os antigos, coitados,
ainda não tinham descoberto
como a realidade é divertida



Quer dizer, as pessoas sabiam
que espreitar às portas era bom



mas faziam-no sem método e sem
regras (e sem acuidade sociológica)

Não estavam em condições de
perceber que, feito de uma certa
maneira, não só é bom como é
permitido e não embaraça ninguém



Foi uma pena para eles.
Dá para imaginar agora o enorme
desperdício que tem sido a História



Realidade é coisa que
nunca faltou

Foi sempre tanta que teria
chegado e sobrado para abastecer
de bem-estar (e material sociológico)
gerações e gerações

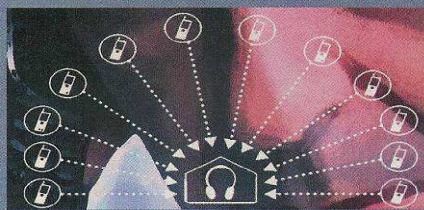


[Handwritten signature]

as escutas telefónicas

Diz-se que há milhares de portugueses sob escuta. Espera-se que pelas melhores razões, mas, ainda assim, a coisa levanta problemas

Desde logo problemas logísticos*
(De acomodação de informação)



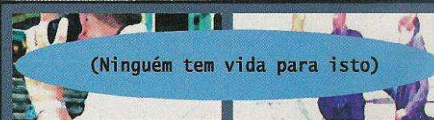
*Os outros problemas ficam para uma página à parte intitulada: "Xiu, Não Fales Agora Que Depois Eu Explico-Te Porquê"

De e para o telemóvel de um conhecido político (no âmbito de um processo com o qual não teria qualquer relação) terão sido gravados 16 mil telefonemas



Há pessoas que vivem ao telemóvel
Para escutar todas as suas chamadas seria preciso viver-lhes a vida

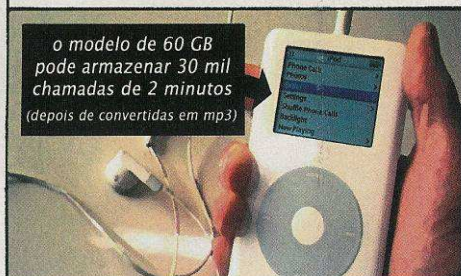
Mas, vá lá, que sejam só mil chamadas (de, em média, 2 minutos) por cada um dos, digamos, 3 mil escutados:
Dá 11 anos, 5 meses e dois dias de chamadas telefónicas para escutar



(Ninguém tem vida para isto)

Levantam-se assim duas questões:
1) Como guardar as gravações;
2) Disponibilidade de tempo para a escuta

Pois bem, vem agora a boa notícia, nem de propósito surgiram uns novos aparelhos muito bons, absolutamente apropriados para o caso



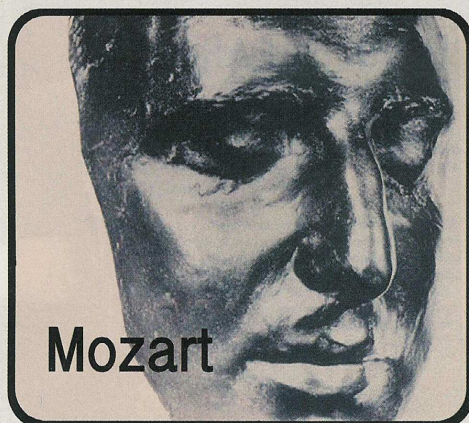
o modelo de 60 GB pode armazenar 30 mil chamadas de 2 minutos (depois de convertidas em mp3)

Os agentes da justiça podem assim continuar nas suas vidas, e, em qualquer altura, prosseguir a sua nobre missão



Alguns funcionários do Ministério Público

Miguel



O que distingue uma grande melodia
é a convicção que faz nascer no
ouvinte de que foi não “inventada”
mas sim “descoberta”



Mozart, antes de mais um (o) grande
melodista, inventou/descobriu (e deu-nos
acesso a) um mundo acabado que parece
estar, desde sempre, “inscrito na Natureza”

“O que sugere esta música?”
(a pergunta clássica, um pouco tonta)

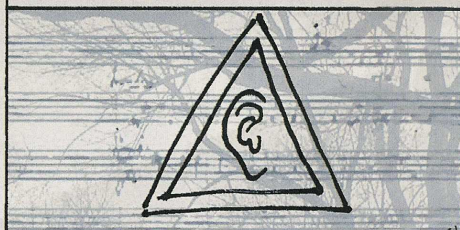
Há, neste caso, uma resposta
(pelo menos para os concertos) :
“Um jardim.”



Neste mês e meio, na imprensa mundial,
escreveu-se “Mozart” milhões de vezes.
Há-de reparar-se que, umas linhas mais
acima ou umas linhas mais abaixo,
encontra-se sempre uma outra palavra



Numa altura em que as religiões
(como quase sempre) pronunciam
o nome de Deus em vão,
sabe bem vê-lo assim, por uma vez,
aplicado com propriedade



Sociedade Recreativa, Luís Afonso: Revista Pública (Público)

15/01/2006



22/01/2006



29/01/2006

SOCIEDADE RECREATIVA

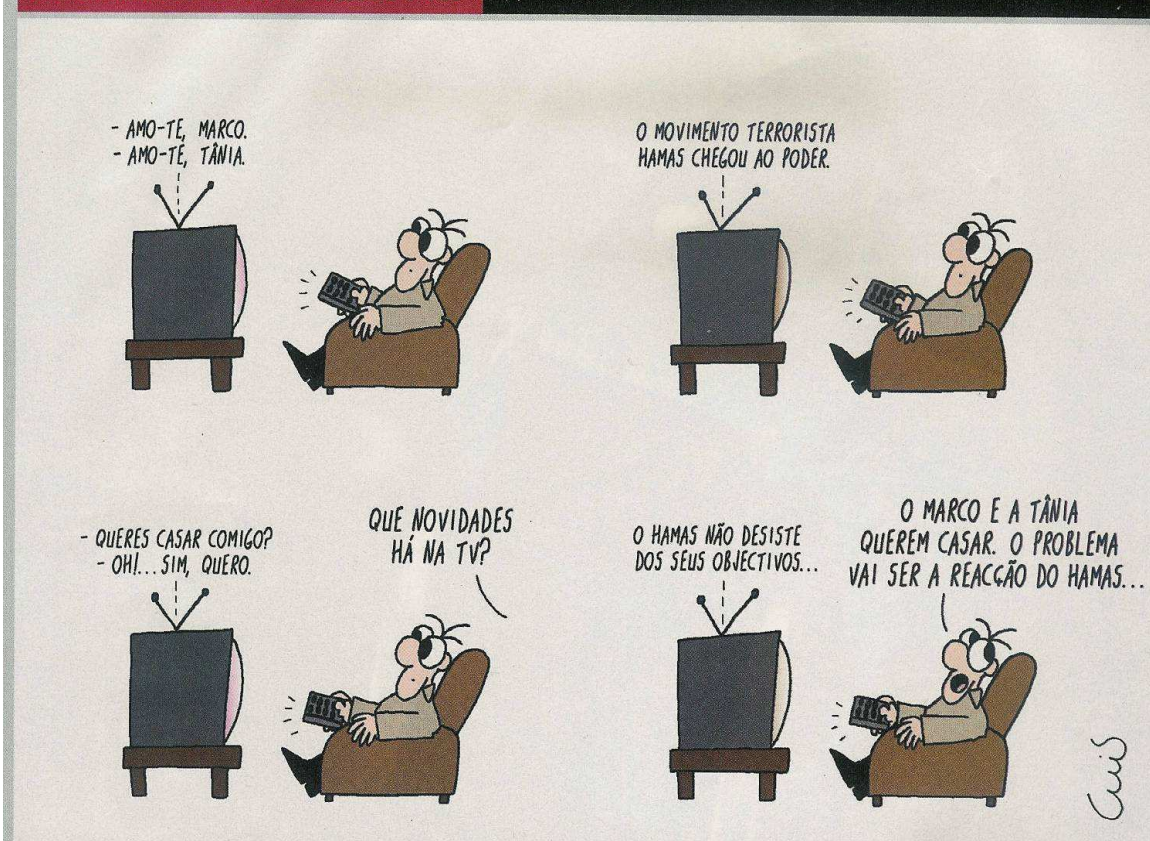
// Luís Afonso



05/02/2006

SOCIEDADE RECREATIVA

// Luís Afonso

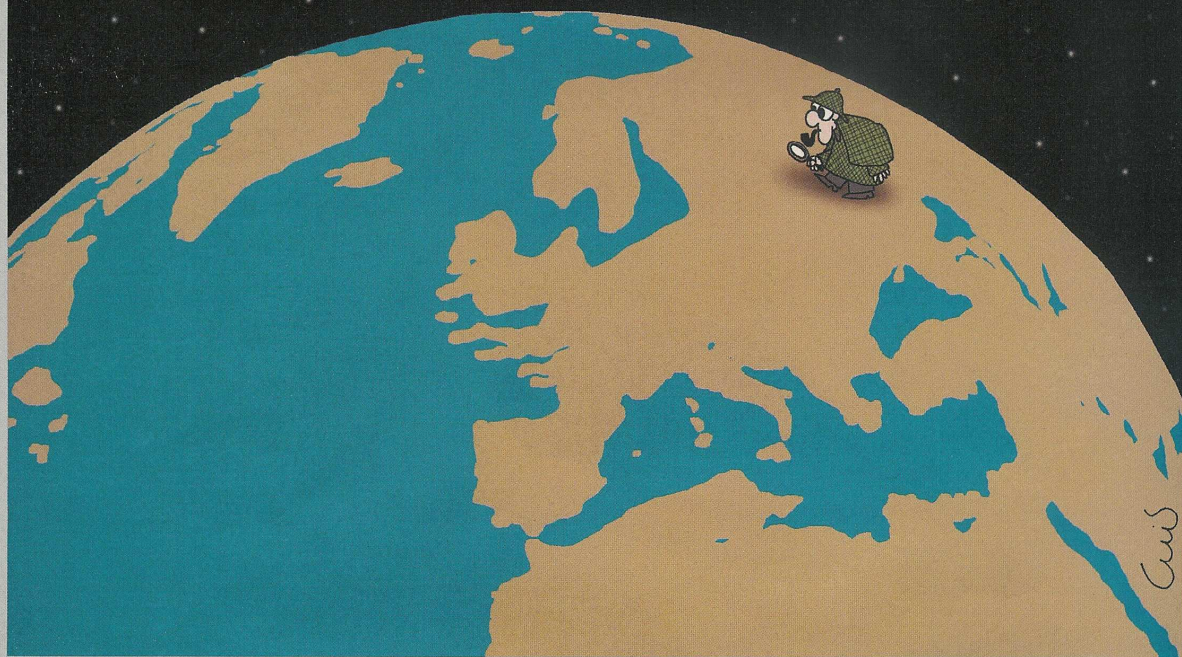


12/02/2006

SOCIEDADE RECREATIVA

// Luís Afonso

À PROCURA DE BOM SENSO...

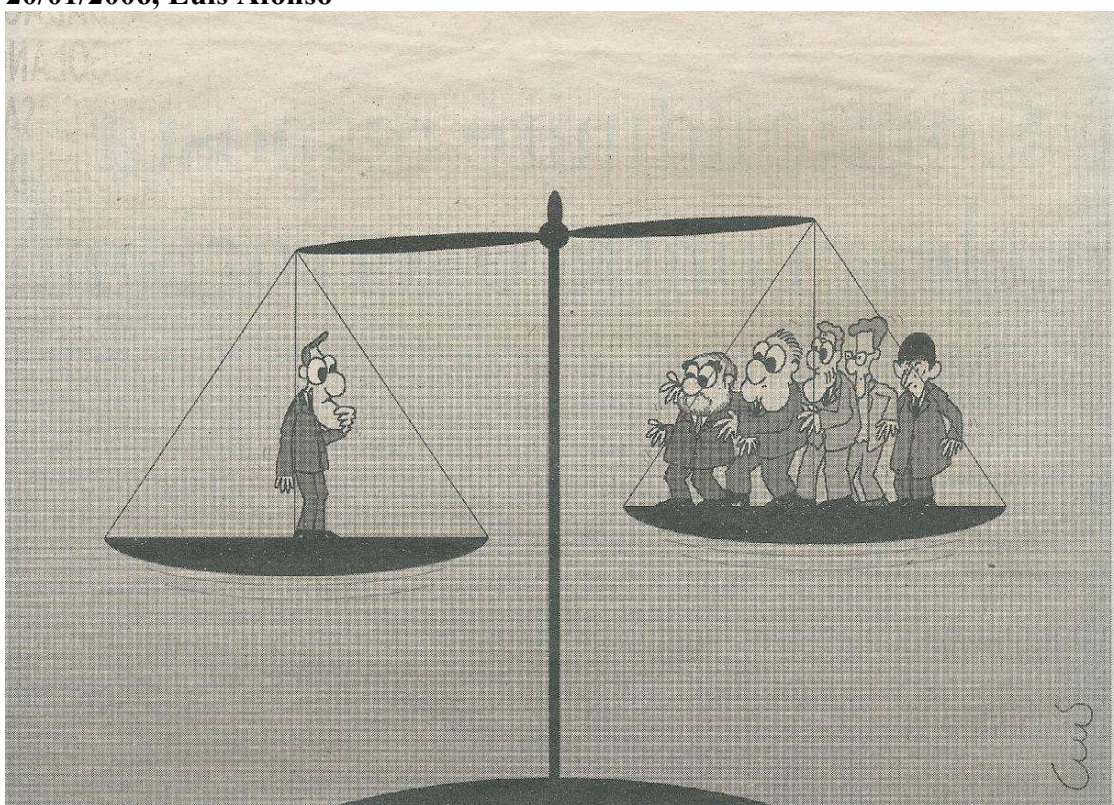


Cartoons: fins de semana do Jornal "Público"

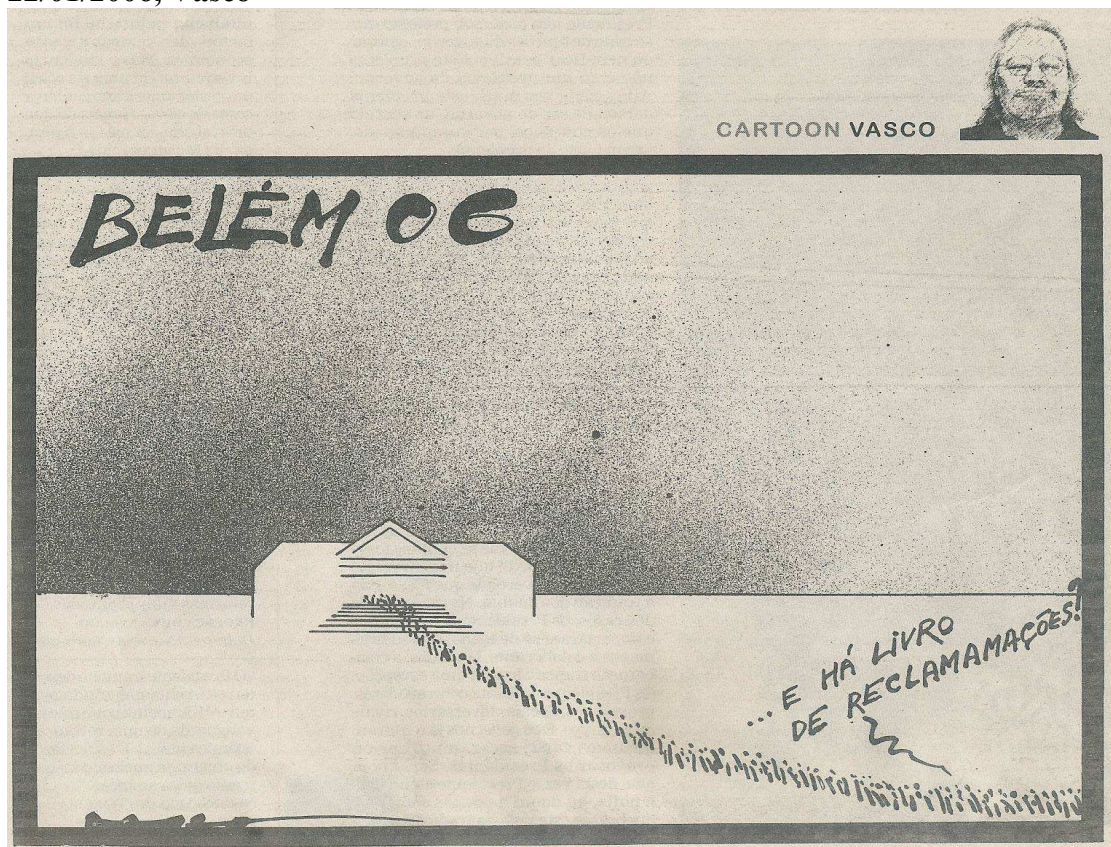
15/01/2006, Vasco



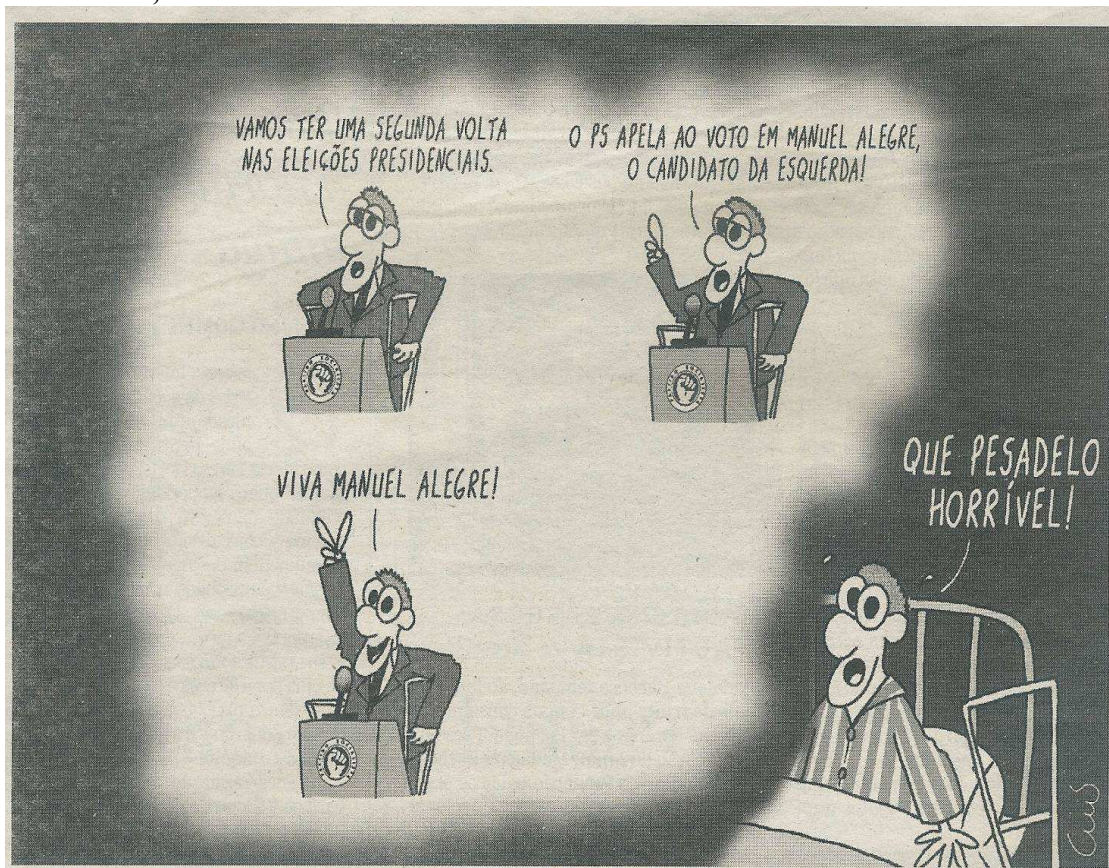
20/01/2006, Luís Afonso



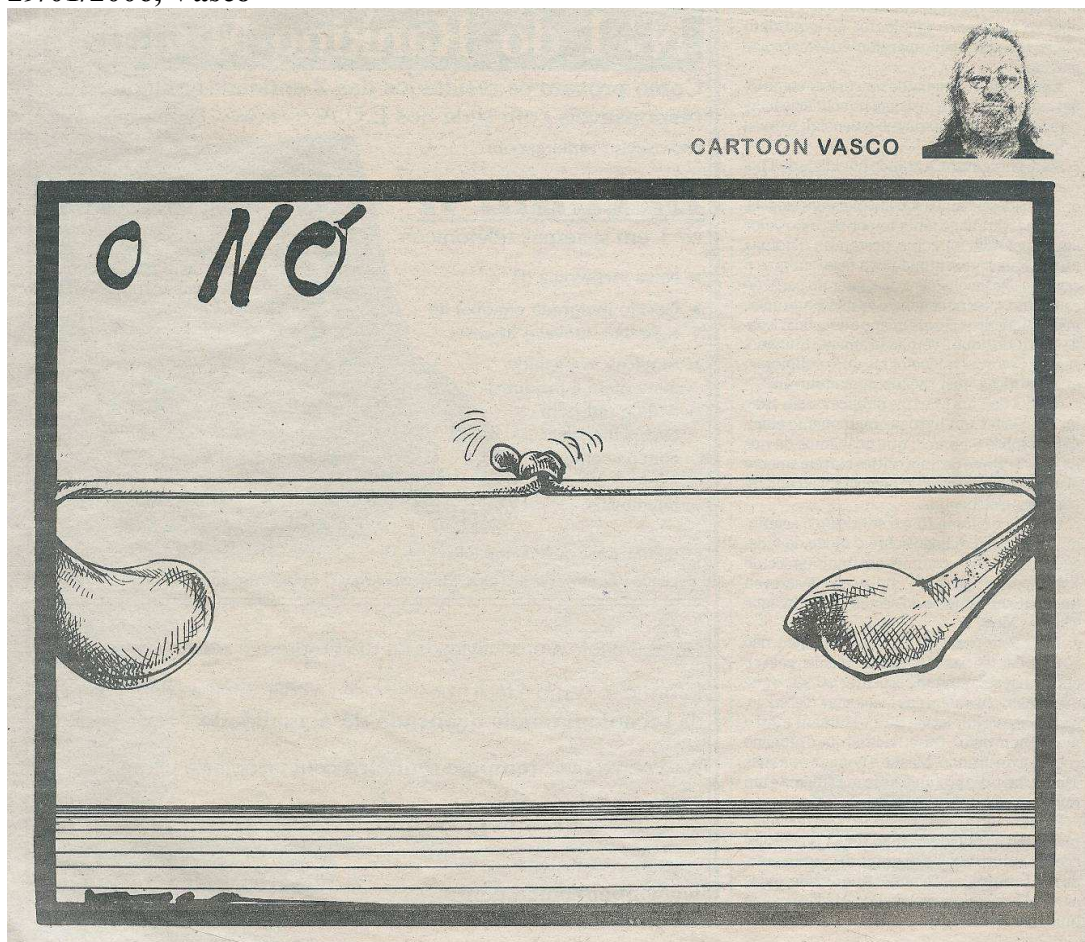
22/01/2006, Vasco



28/01/2006, Luís Afonso



29/01/2006, Vasco



04/02/2006, Luís Afonso



11/02/2006, Luís Afonso

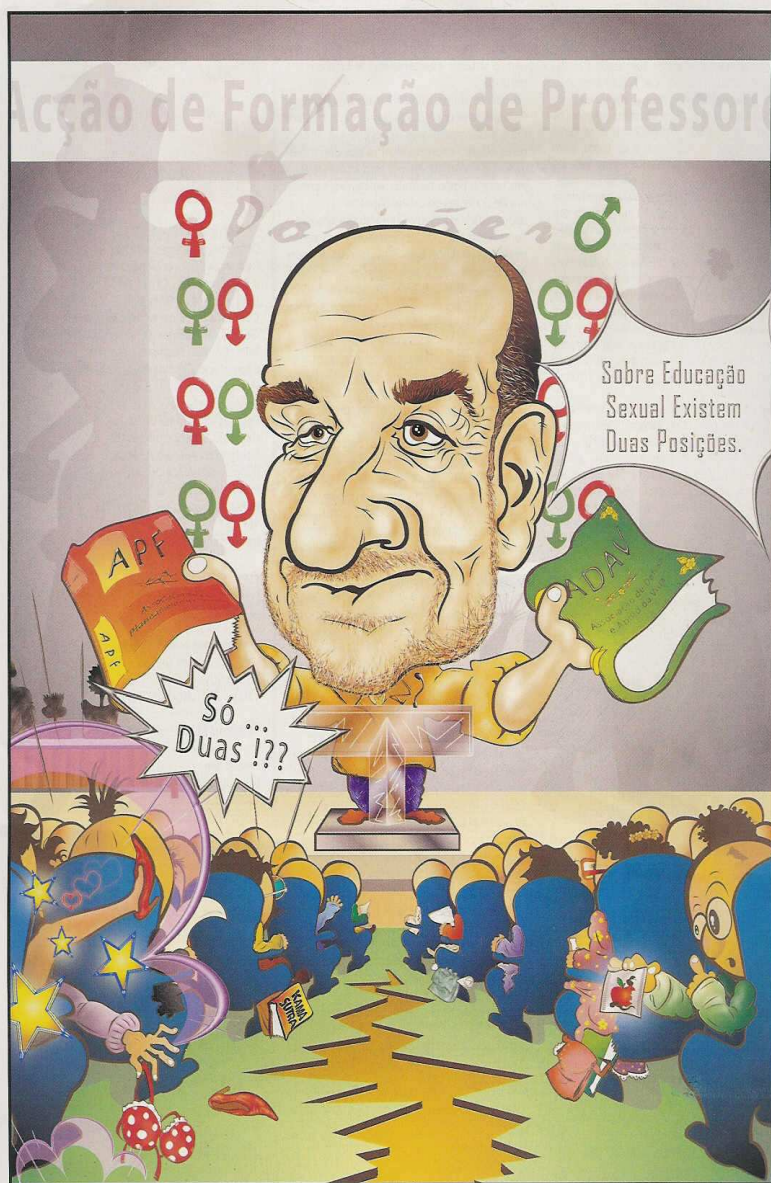


12/02/2006, José Santos



15/02/2006, José Santos

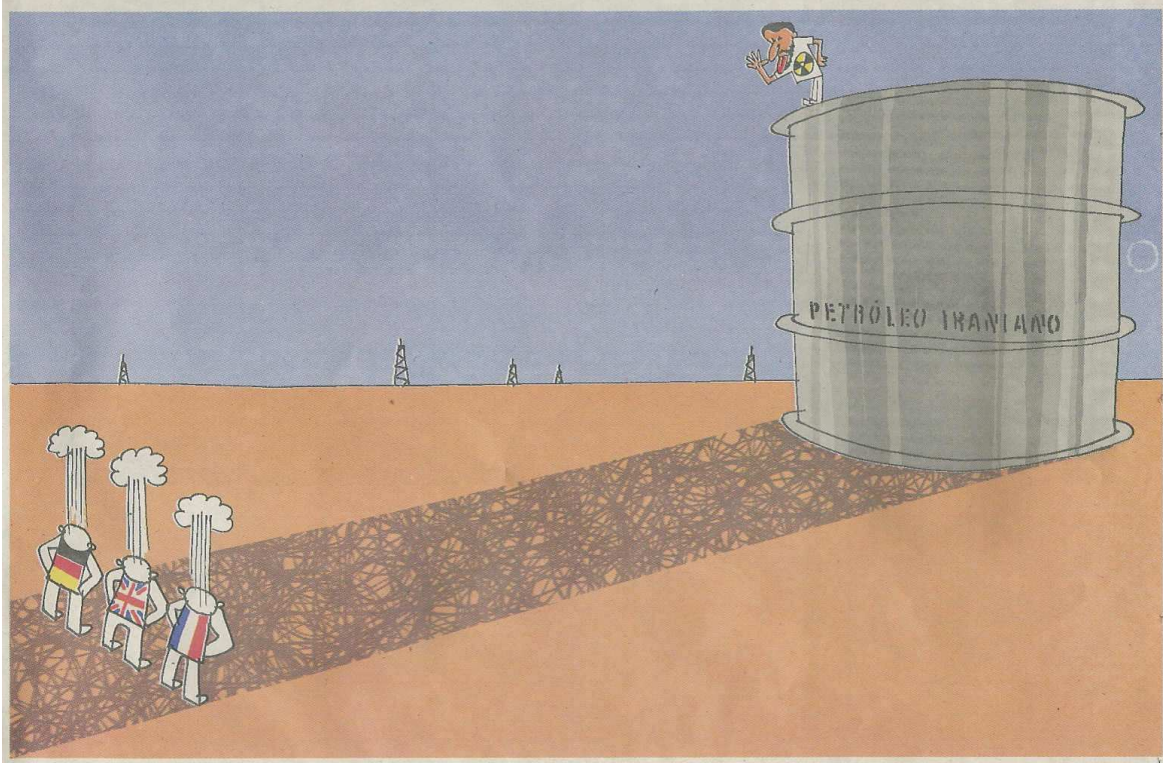
POOOING!



Inimigo Público. *Toon* do António Jorge Gonçalves

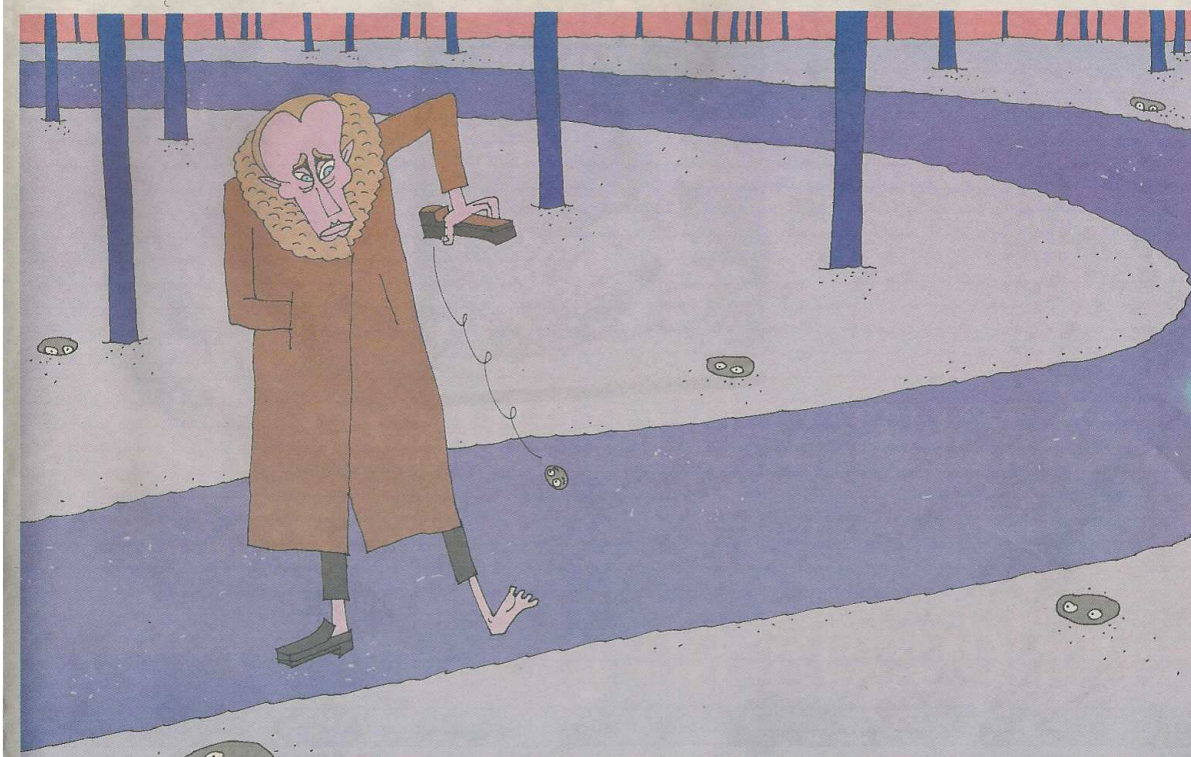
20/01/2006

TOON António Jorge Gonçalves



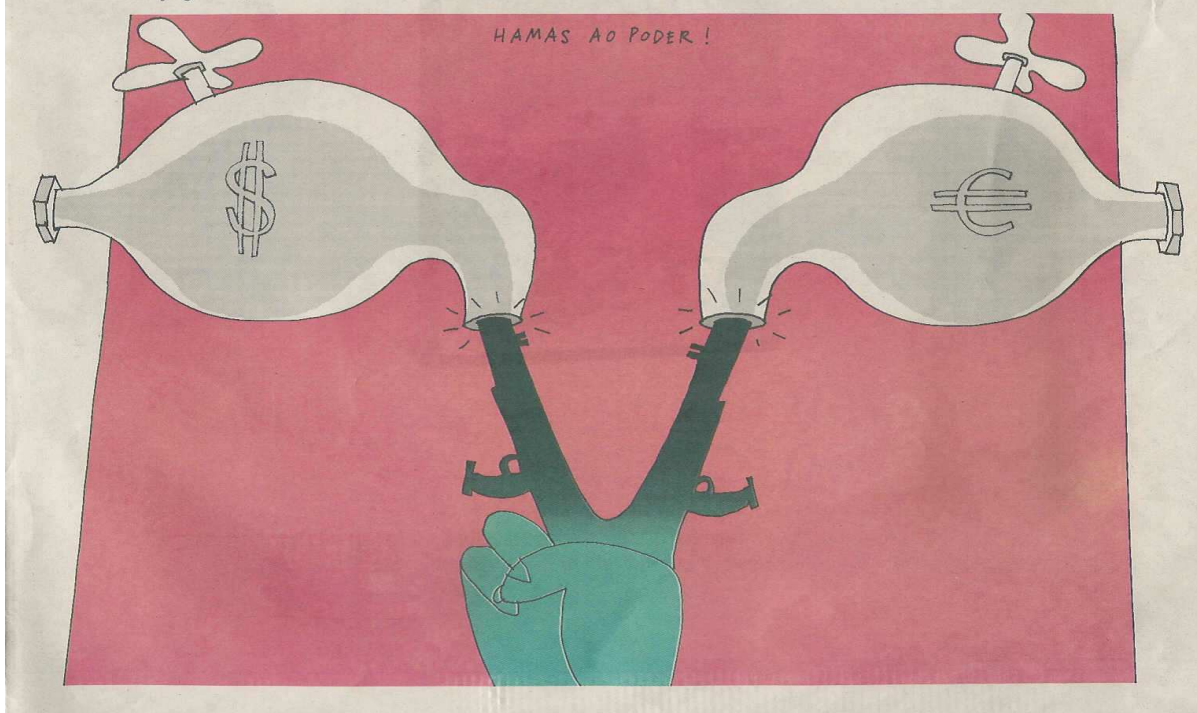
27/01/2006

TOON António Jorge Gonçalves



03/02/2006

TOON António Jorge Gonçalves

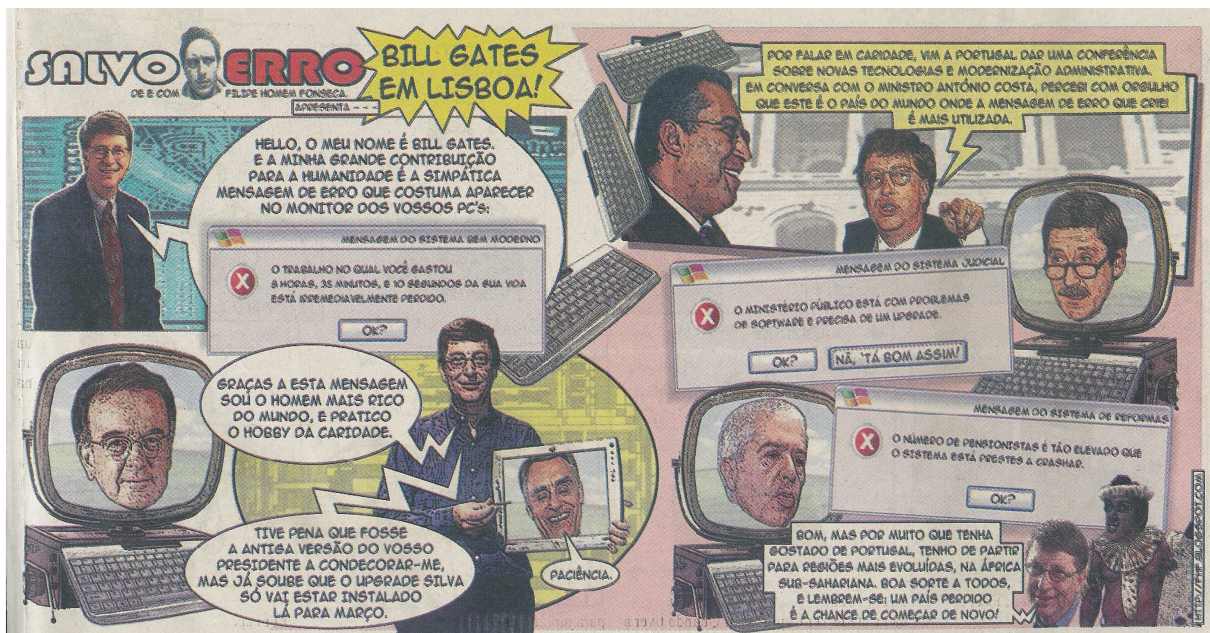


10/02/2006

TOON António Jorge Gonçalves



Inimigo Público. Salvo Erro do Felipe Homem Fonseca. 03/02/2006



Inimigo Público. *Há vida em Markl* do Nuno Markl

20/01/2006



27/01/2006



03/02/2006

HÁ VIDA EM MARKL Nuno Markl



10/02/2006

HÁ VIDA EM MARKL Nuno Markl



Inimigo Público. *Desbanda* do Nuno Saraiva

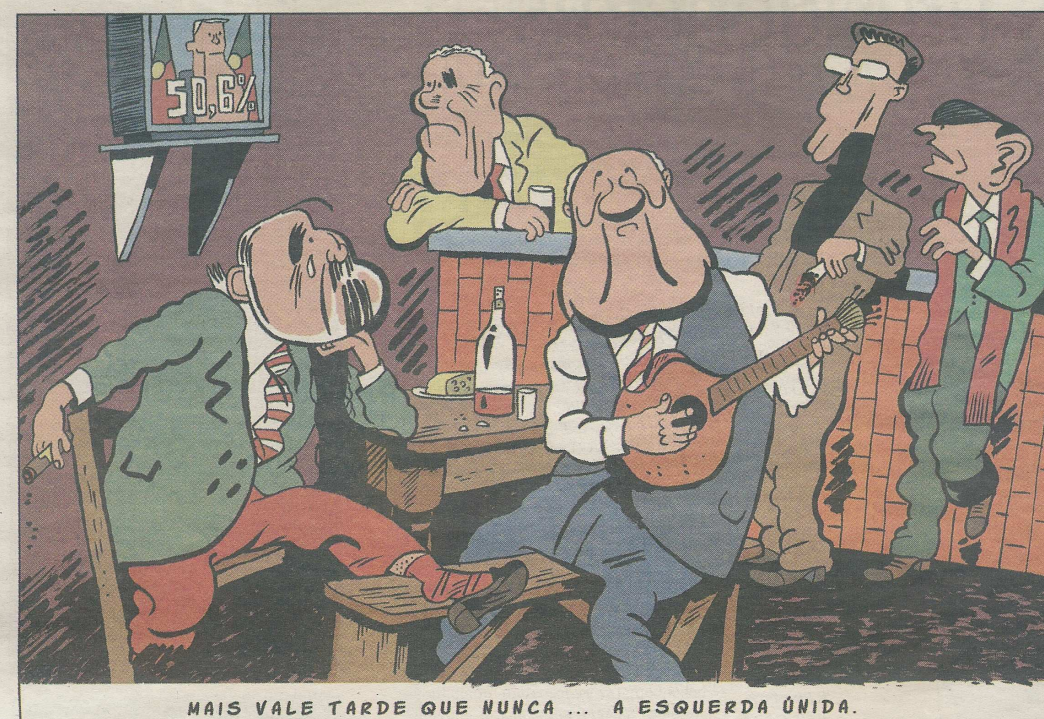
20/01/2006

DESBANDA Nuno Saraiva



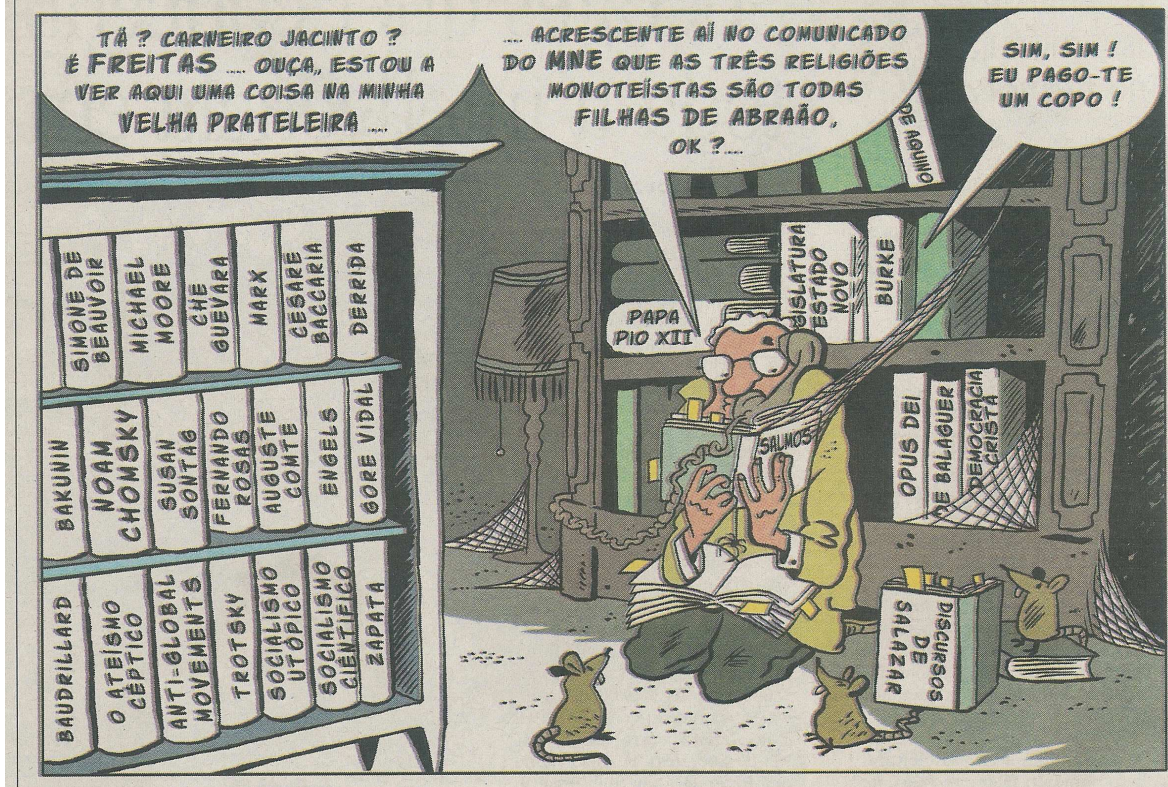
27/01/2006

DESBANDA Nuno Saraiva



10/02/2006

DESBANDA Nuno Saraiva



Revista Domingo do “Correio da Manhã”

15/01/2006, Carlos Laranjeira



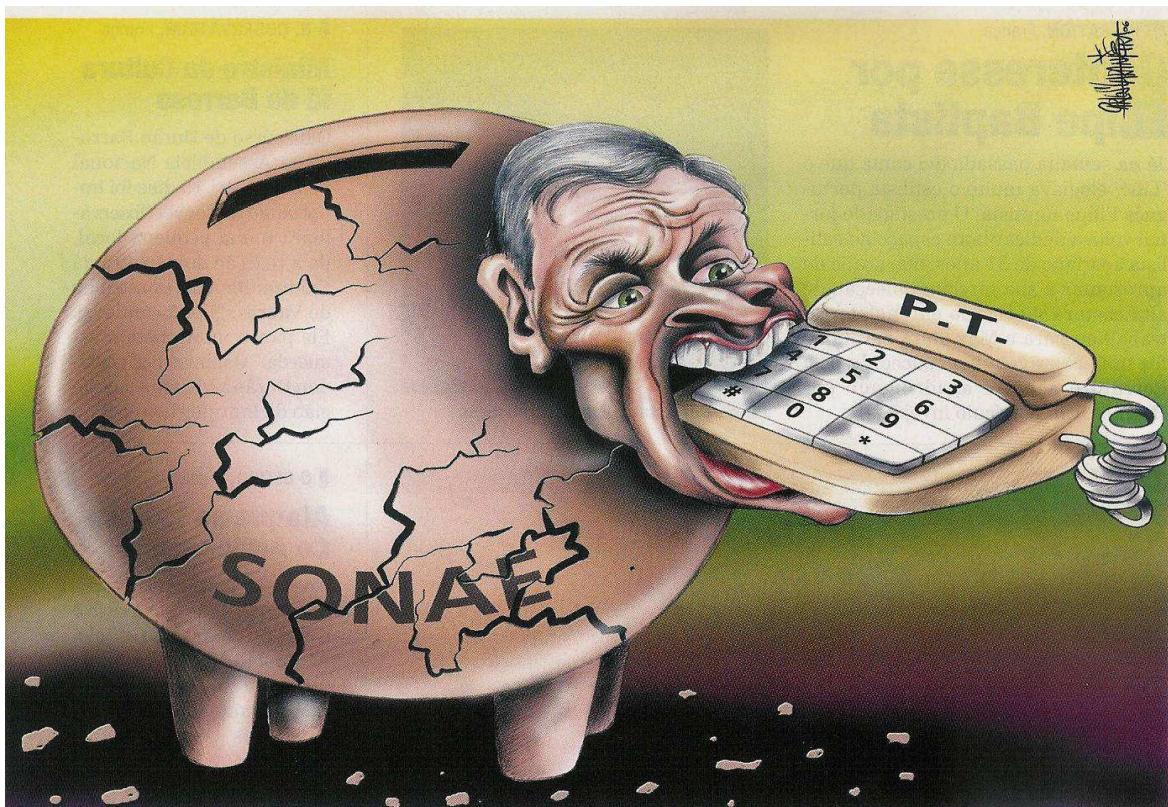
20/01/2006, Carlos Laranjeira



22/01/2006, Carlos Laranjeira



12/02/2006, Carlos Laranjeira



Cartoons incluídos em artigos dos jornais

Gêneros incluídos dentro de artigos

Diário de notícias 20/01/2006 (José Carlos Fernandes)



27/01/2006



03/02/2006



10/02/2006

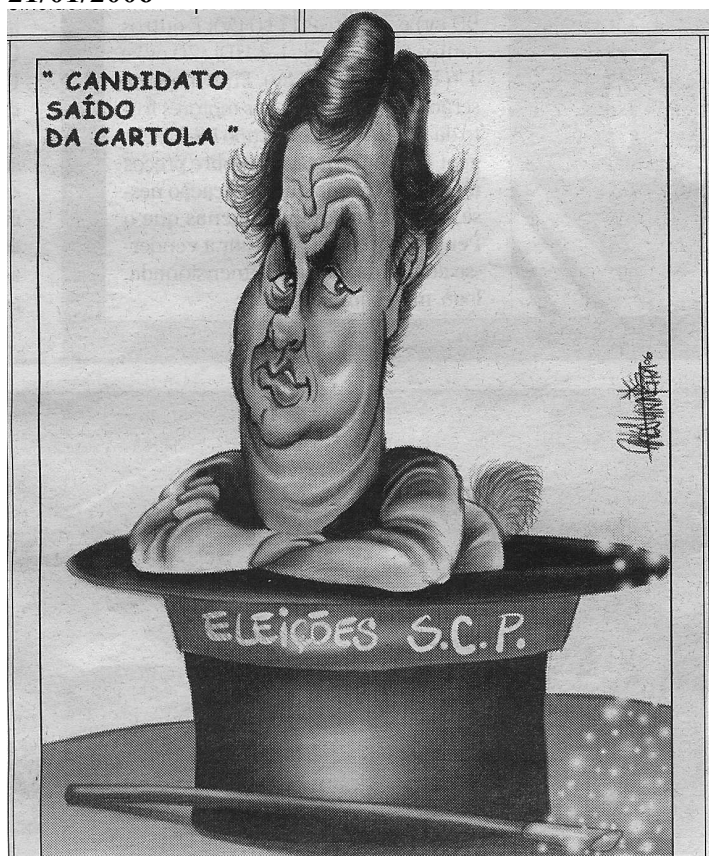


Correio da Manhã

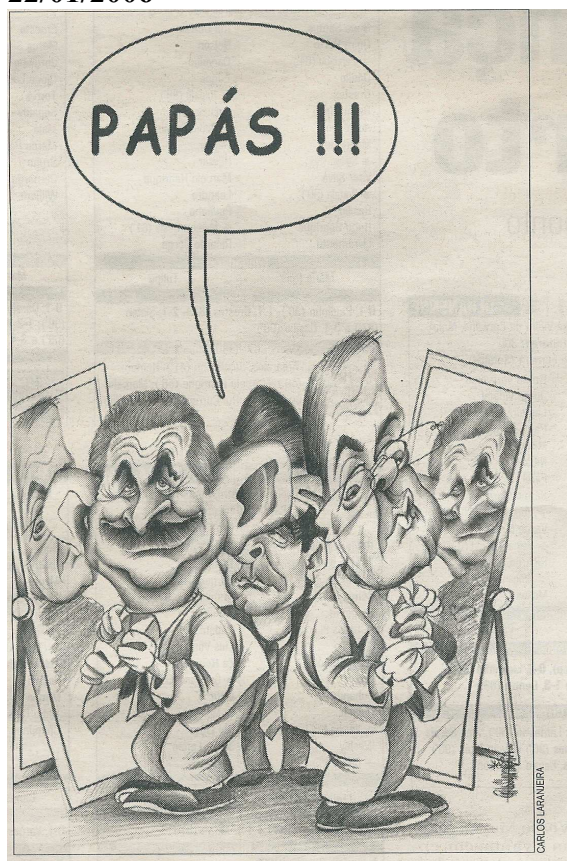
15/01/2006



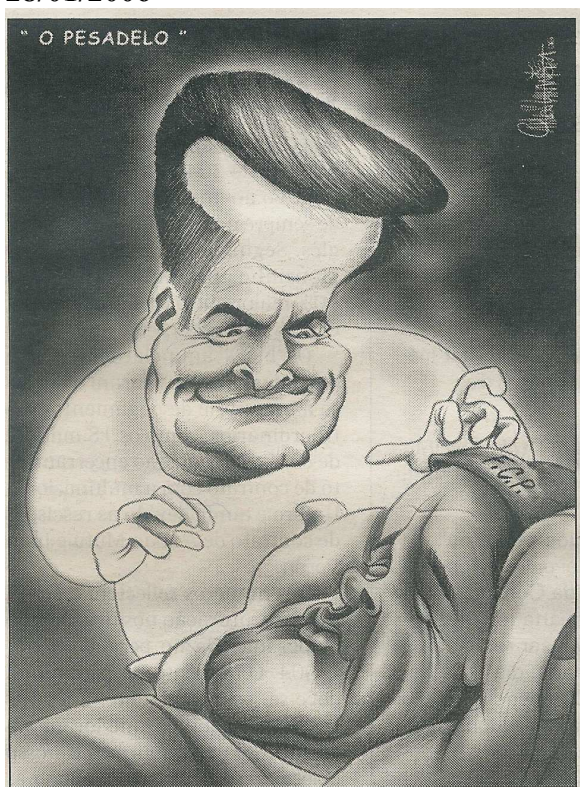
21/01/2006



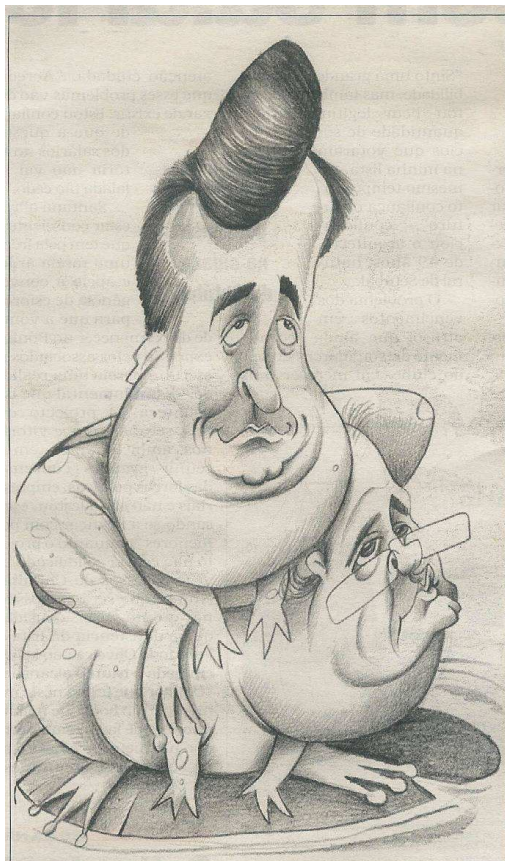
22/01/2006



28/01/2006



29/01/2006



05/02/2006



12/02/2006

